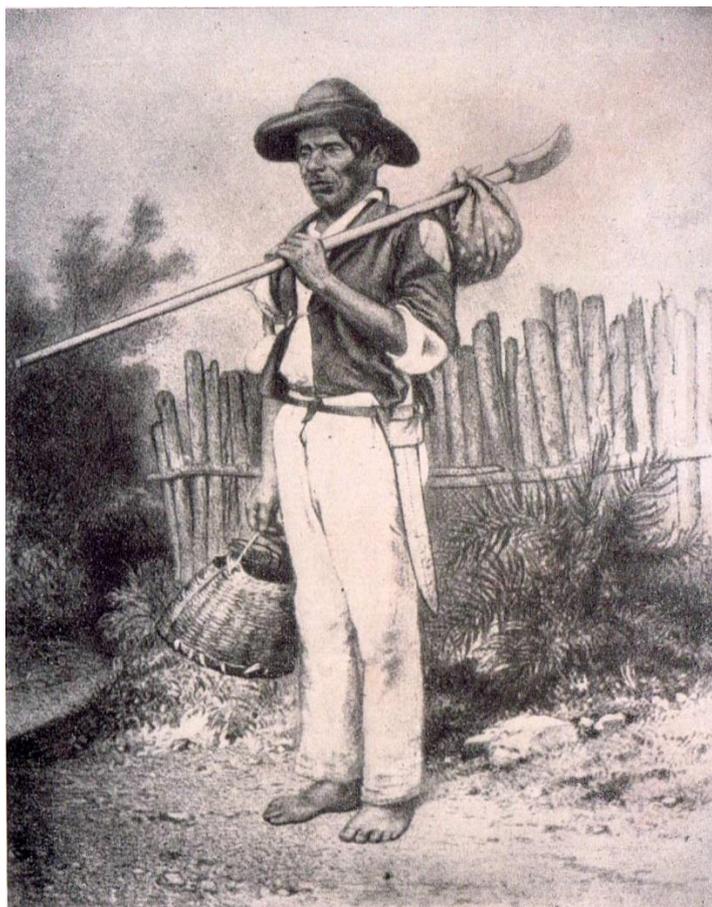




UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EDGAR BRAGA NETO

**FAZENDAS E CASAS DE TAIPA: A DINÂMICA DO SISTEMA DE MORADORES
NO SEMIÁRIDO**



FORTALEZA-CEARÁ

2017

EDGAR BRAGA NETO

FAZENDAS E CASAS DE TAIPA: A DINÂMICA DO SISTEMA DE MORADORES
NO SEMIÁRIDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira

FORTALEZA-CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B793f Braga Neto, Edgar.
Fazendas e casas de taipa : a dinâmica do sistema de moradores / Edgar Braga Neto. –
2017.
289 f. : il.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. César Barreira.
1. Moradores. 2. Fazendas. 3. Semiárido. 4. Dominação. 5. Resistência Camponesa. I.
Título.

CDD 301

EDGAR BRAGA NETO

FAZENDAS E CASAS DE TAIPA: A DINÂMICA DO SISTEMA DE MORADORES
NO SEMIÁRIDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a Regina Ângela Landim Bruno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA)

Prof^a. Dr^a. Maria Sulamita Vieira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco José Pinheiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido
Universidade Estadual do Ceará
(UECE)

AGRADECIMENTOS

Estava ansioso para chegar a esta parte da tese. Esta ansiedade surgiu da certeza de que este trabalho foi realizado por diferentes mãos. Apesar do agradecimento geralmente ser produzido como a última parte do trabalho – penso que isto acontece para que não se esqueça de ninguém – ele, paradoxal e acertadamente, deve ser colocado nas primeiras páginas das teses. Com esta regra, entendo que os responsáveis pela normalização dos textos acadêmicos querem dizer que o valor de qualquer reconhecimento parte da gratidão e esta deve vir em primeiro lugar.

Neste sentido, não queria agradecer apenas aqui, mas em toda seção, passagem, trecho e parágrafo que lembrassem alguém que me proporcionou a inspiração para fazê-lo, tal como se faz com os teóricos. Esta parte, assim, é muito pequena – deveras limitada – para meu agradecimento. Diante disso, faço-o não como mera formalidade, mas buscando demonstrar que estas palavras são verdadeiras e servem apenas para reconhecer a dívida que contraí durante os quatro anos de doutorado.

Conforme a natureza deste trabalho, não foram somente professores, bibliotecários e arquivistas que me deram o suporte necessário para realizá-lo. Mas também moradores, trabalhadores rurais, gerentes de fazenda, vaqueiros, sindicalistas, agrônomos, veterinários etc. Como verdadeiros arquivos vivos, eles me relataram diversas situações do universo do campo brasileiro, deixando nesta tese suas marcas – vozes, anseios, desejos e sonhos. Busquei, pois, ser fiel a seus registros.

Além deles, os amigos e familiares também foram fundamentais na preparação da tese. Porque eles me deram colo, aconchego e alegria para seguir esta caminhada. As reuniões na casa da Beatriz, os quitutes da Fátima, o réveillon em Camocim, o quintal do Cabeto e suas festas, a casa de praia da Jurema, as conversas com os primos – tudo isso me deu coragem para escrever, apesar das constantes dores no corpo, da sensação de incapacidade, dos diferentes medos e ansiedades.

Sendo assim, agradeço a meus pais, Antonio e Salete, pela força, incentivos e carinho, que me foram tão necessários durante esta caminhada.

A Jucila, pelo amor. E também pela ajuda colossal: suas caronas para os sertões foram importantíssimas para o desenvolvimento da tese.

Ao meu orientador, César Barreira, pela orientação, que, além de me introduzir na sociologia rural, deu-me confiança para que eu acreditasse no meu trabalho.

Aos professores que participaram do exame de qualificação, Sulamita Vieira e Tyrone Apollo, pela leitura, indicações e sugestões que fizeram.

À professora Alba Carvalho, por ter me incentivado a estudar o marxismo.

À professora Simone Simões, pelas aulas de antropologia e amizade. Este trabalho foi, sem dúvida, muito influenciado por suas disciplinas.

Ao professor João Ernani, pela cobrança e energia positiva na apresentação da Nação Zumbi em Fortaleza.

À professora Edilene Toledo, pelas palavras de incentivo que carrego como um talismã.

Ao professor Eduardo Diatahy, pelos cursos maravilhosos de História do Brasil e pelo acesso a sua biblioteca amazônica que me ajudaram a dirimir as dúvidas que foram surgindo.

A Wanderley Pinheiro, que me ensinou quase tudo sobre o sertão. A dívida para com ele é impagável. Devo amortizá-la com gratidão vitalícia.

Aos moradores e ex-moradores, Isabel, César, Joel, Tafarel, Gilson, Mardônio, Paulo, Carlos Alberto, Wilson, Airton, João Paulo, Antônio Gomes, Raimundo, Manoel Patrício, Cleide, Iarley, Paulino, Antônio Rufino, Raimundo Araújo, Paulo Araújo e Domingos Inácio, pela convivência afetiva e ensinamentos.

A Jorge Luan Teixeira, pela troca de ideias sobre os moradores.

À turma do doutorado, Daniel, Geraldo, Alda, Gilva, Fernanda, Alba, Bete, Ercílio, Marco, Sandoval e David.

À Comissão Pastoral da Terra, de Tianguá, pelas informações referentes à Fazenda Assunção.

À Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, do Ceará (FETRAECE), pelo acolhimento. Em especial a José Antônio e Rosângela Moura.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo acesso aos seus arquivos. Em especial aos funcionários Djalma Cruz, José Fredson, Fabíola Gomes, Eduardo Neto e Cícero Dalton.

Ao Centro de Pesquisa e Assessoria - ESPLAR, pelos materiais fornecidos e esclarecimentos. Principalmente, nas pessoas de Elvira Saraiva e Malvinier Macedo.

Aos funcionários da Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Sigefredo Pinheiro, Elza Araújo, Margarida Vieira e Anésia Bayma.

Aos funcionários do Instituto do Ceará, Marinez Feitosa, Diego Morais e Ray Gomes.

E aos amigos, Carlos Alberto, Ian, Lívia, Ana, Ana Lívia, Ana Lúcia, Juliana Vicente, Nadja, Michael, Cleriston, Avelar, Socorro, Webster, Janete, André Mindoso, Pedro, Érika e Ricardo.

“Talvez tenhamos aqui um sistema que lembra a Europa feudal, ora em processo de desintegração e fusão com outros sistemas. Seria provavelmente trabalho compensador estudar em maior profundidade essas combinações e o conjunto de aspirações a elas ligadas do que nos foi possível nos limites desta pesquisa”
(Donald Pierson, *O homem no Vale do São Francisco*, 1972, p. 351)

RESUMO

Da mesma forma que extinguiram os índios do Ceará por meio de um decreto na segunda metade do século XIX, querem extinguir a categoria de moradores, “esvaziando as fazendas”, em razão de uma suposta modernização das relações de produção do semiárido. Influenciados por estudos sobre zonas rurais de alta capitalização, que modernizaram as relações de trabalho, generalizam, pois, esta particularidade para todo o território brasileiro. Assim, com a “liquidação da morada”, decretam o fim da dominação tradicional – do coronelismo, do voto de cabresto, dos currais eleitorais etc. Esta tese, todavia, destaca a dinâmica dos processos sociais do semiárido, mostrando que há um movimento contínuo de povoamento, esvaziamento e repovoamento dos moradores nas fazendas, que, na história estrutural da região, vem pendendo para a estabilidade do sistema de moradores. Com efeito, este sistema permanece como alternativa econômica para as fazendas e empresas rurais, porque a expansão capitalista e o acesso dos moradores aos direitos sociais e trabalhistas não foram capazes de dissolvê-lo por completo, mas sim de transformá-lo, sem expropriar, de forma generalizada, os trabalhadores residentes. Demonstro esta dinâmica das relações de morada através da dialética marxista, ao comparar o passado, inscrito numa longa duração, com o tempo presente. Deste modo, na primeira parte deste trabalho, problematizo os *elementos formadores* do sistema de moradores (estrutura fundiária, organização patrimonialista do trabalho, os protagonistas, as peculiaridades, a seca e a intervenção do Estado na região). E, na segunda parte, questiono seus *elementos dissolventes* (migração, seca, desenvolvimento das trocas capitalistas, e reforma agrária). Para tanto, faço uso de fontes da história e de técnicas de investigação, tais como observação participante, participação observante e entrevistas semiestruturadas em duas fazendas do semiárido: a Fazenda Assunção, no Norte Cearense, e a Fazenda Santa Fé, no Sertão Central.

Palavras-chave: Moradores. Fazendas. Semiárido. Dominação. Resistência Camponesa.

ABSTRACT

In the same way they extinguished the Indians of Ceará by means of a decree in the second half of the nineteenth century, they want to extinguish the category of “moradores” (rural property tenants), “emptying the farms” due to a supposed modernization of the production relations of the semi-arid region. Influenced by studies on rural areas with high capitalization, which modernized labor relations, they generalize, therefore, this particularity for the whole Brazilian territory. Thus, by abolishing the “morada” (the traditional rural dwelling system), they decree the end of the traditional domination of coronelism, it means, the vow of obedience or the voting halter, and also the electoral votes or “electoral corrals”. This paper, however, highlights the dynamics of the social processes of the semi-arid, showing that there is a continuous movement of settlement, emptying and repopulation of the dwellers on the plantations, which, in the structured history of the region, tends to the stability of the “moradores system”. Indeed, this system remains an economic alternative for farms and rural enterprises, because the capitalist expansion and the access of the “moradores” to social and labor rights were not able to dissolve it completely, but to transform it, without expropriating, in a generalized way, the resident workers. I come, with this dissertation, to demonstrate this dynamic of the relations of dwelling through the Marxist dialectics, comparing the past, inscribed in a long duration, with the present time. That way, in the first part of this paper, I problematize the elements that form the “moradores system” (land structure, patrimonial organization of work, protagonists, peculiarities, drought and State intervention in the region. And in the second part of this paper, I question its dissolving elements (migration, drought, the development of capitalist exchange, and agrarian reform). For that, I make use of history sources and research techniques, such as participant observation, observant participation and semi-structured interviews on two semi-arid farms: Fazenda Assunção, in the north of Ceará, and Fazenda Santa Fé, in the Central Hinterland.

Key Words: Moradores. Farms. Semi-arid. Domination. Peasant Resistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Circunscrevendo o campo investigativo	13
1.2 Demarcando vias teóricas de estudo	15
1.2.1 Crítica à instabilidade da morada	15
1.2.2 Crítica à invisibilidade dos moradores	20
1.3 História e Ciências Sociais: tessituras	27
1.4 A dinâmica expositiva da tese	29

PARTE I

SISTEMA DE MORADORES NA LONGA DURAÇÃO: ELEMENTOS FORMADORES

2 A SOCIOGÊNESE DA MORADA	33
2.1 O processo de colonização: a formação dos latifúndios e as terras de empréstimo	33
2.2 Os impulsores da morada	36
3 OS PROTAGONISTAS DA MORADA	41
3.1 Moradores: livres e sujeitos	41
3.2 Fazendeiros: diletantes e oligarcas	53
3.2.1 O diletantismo	54
3.2.2 O oligarquismo	58
3.3 Gerentes: oprimidos e opressores	63
4 PECULIARIDADES DO SISTEMA DE MORADORES	67
4.1 Dominação tradicional	67
4.2 Exclusão dos direitos políticos	75
4.3 Isolamento	82
5 HABITAÇÕES SERTANEJAS	89

5.1 Casas de morada: precariedade	89
5.2 Casas de fazenda: rusticidade	94
5.3 O falso equilíbrio	97
6 O TRABALHO NAS FAZENDAS	103
6.1 A falta de trabalhadores.....	103
6.2 A divisão social do trabalho	104
6.3 Formas de remuneração.....	106
6.4 Organização patrimonialista do trabalho	108
6.5 Resistência camponesa	112
7 SECAS E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SEMIÁRIDO	116
7.1 A sistematização do combate às secas	116
7.2 “Açudagem particular em cooperação”	121
7.3 “As frentes de obras públicas”	128
7.4 As crises da lavoura e suas consequências.....	133
7.5 Críticas às obras contra as secas.....	135

PARTE II

SISTEMA DE MORADORES NO RURAL CONTEMPORÂNEO: ELEMENTOS DISSOLVENTES

8 SECAS E MIGRAÇÃO SUBSIDIADA	138
8.1 Despovoamento do Ceará: 1888-1915.....	138
8.2 Seca de 1900.....	142
8.3 Esvaziamento das fazendas	148
8.4 Migração: necessidade premente.....	151
9 FAZENDA SANTA FÉ: SISTEMA MISTO E SOLIDARIEDADE PARENTAL, OU “O TEMPINHO DADO”	157
9.1 A Fazenda Santa Fé	157
9.2 Concessões extramonetárias.....	160
9.2.1 A água	161

9.2.2 Os roçados	162
9.2.3 A pesca	165
9.2.4 A lenha	167
9.2.5 A criação de animais	167
9.2.6 Caça, captura e apanha de animais silvestres	170
9.2.7 O leite	171
9.2.8 A moradia	172
9.2.9 A energia elétrica	173
9.3 O assalariamento e os direitos trabalhistas	175
9.4 Sistema misto	177
9.4.1 Sistema misto: contradições	180
9.4.2 Sistema misto: alienações	187
9.5 “Deputado”: agente de mudança?	189
9.6 Solidariedade parental	197
9.6.1 A ausência dos moradores na capela	203
9.7 Passado e presente: representações mentais	205
9.7.1 “Hoje a gente vive melhor, naquele tempo era só sofrimento”	207
9.7.2 “Hoje, tá melhor”	210
9.7.3 “Agora tá um tempinho dado”	211
9.7.4 “No presente, eu só conto vantagem”	212
9.7.5 Antiutopia retrospectiva	213
9.8 O trabalho na Santa Fé	219
9.8.1 Ensilar	221
9.8.2 A ordenha	226
9.8.3 “O toque”	228
9.8.4 Brincar, tatuar, ferrar e mochar	229
9.8.5 Coivara	232
10 FAZENDA ASSUNÇÃO: DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, OU “A DERROTA DA FAMÍLIA DE ELITE QUE NÃO PERDIA PRA NINGUÉM”	236

10.1 A Fazenda Assunção	236
10.2 As casas da Assunção.....	238
10.3 Os cajueiros e os roçados.....	241
10.4 Criação de gado “nas terras soltas”	245
10.5 Zé Carneiro: <i>playboy</i> e coronel.....	246
10.6 A desapropriação	251
10.7 A resistência de Zé Carneiro	254
10.8 O conflito agrário	258
10.9 A reforma agrária e o sistema de moradores	262
10.9.1 O Assentamento Nova Assunção	263
11. CONCLUSÃO	267
REFERÊNCIAS.....	276
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	278

1 INTRODUÇÃO

1.1 Circunscrevendo o campo investigativo

Ao estudar o sistema de moradores no semiárido, não me debruço sobre um passado remoto e superado. Ao contrário disso, este sistema persiste no rural contemporâneo, desafiando o processo de modernização da agricultura, mais precisamente a dissolução do campesinato. É por isto que a pergunta que conduz este trabalho “Por que o sistema de moradores ainda se mantém no semiárido?” não se trata de uma questão anacrônica. Assim, a existência deste sistema não se evidencia como uma leve manifestação (quase folclórica), mas como permanência de relações de trabalho que interferem diretamente na economia, na paisagem e na cultura dessa região.

Incomodado com a assertiva de que, após o Estatuto da Terra (1963), há a liquidação da morada, demonstro que não há esta liquidação no semiárido. Historicamente, o sistema de moradores foi desestabilizado pelo fenômeno das secas, como ocorreu na grande seca de 1877, ou por determinadas crises econômicas, como aquelas que atingiram a agricultura comercial do algodão e que desempregaram grande número de moradores no final do século XIX e na segunda metade do século XX. Mas ele sobreviveu a estas crises e, atualmente, nem a seca e o desenvolvimento econômico têm sido capazes de desestruturá-lo, pois, além dos seus rudimentos se cristalizarem nas relações de trabalho entre patrão e trabalhadores, há agora o salário e os programas de assistência social do governo que, de certo modo, ajudam a manter os moradores fixos nas propriedades rurais. Assim, enquanto em outras regiões de alta capitalização este sistema de trabalho foi desestruturado, no semiárido, ele se acomodou às relações capitalistas. Em algumas localidades desta região, porém, ele se mantém como em um passado distante, especialmente quando ele está vinculado a currais eleitorais. É, neste sentido, que examino o caso da morada no semiárido, porque ele é fundamental para discutir o atraso econômico e social dessa região – a persistência do Brasil arcaico¹.

¹ Numa alusão ao livro *Crise do Brasil arcaico* (1967), de Juarez Rubens Brandão Lopes, posso dizer que a desintegração da ordem tradicional já perceptível em Minas Gerais no final da década de 50, vem ocorrendo lentamente no semiárido, em virtude de suas circunstâncias históricas.

Para compreender como o sistema de moradores se estabelece no semiárido, investigo as razões que fizeram do morador, como indica Pinheiro (2008, p. 130), a categoria mais importante da formação social da região; as consequências das grandes secas em sua economia; o papel desempenhado pelo Estado no fortalecimento das relações de dependência; e os diversos interesses que convergiram para a conservação desse sistema de trabalho nas fazendas de gado e algodão. Foi a partir do método dialético, do materialismo histórico, do diálogo frequente entre sociologia, história e dados etnográficos provenientes do trabalho de campo executado em duas fazendas no semiárido cearense, que realizei essa investigação, buscando problematizar os elementos formadores e os elementos dissolventes do sistema de moradores².

Portanto, além da história e da sociologia, a etnografia foi fundamental para questionar a permanência deste sistema no tempo presente. Fiz, pois, trabalho de campo, entre 2012 e 2016, na Fazenda Santa Fé e na Fazenda Assunção³. A Fazenda Santa Fé, de 6.300 hectares, é de propriedade do industrial D. M. – mais conhecido como “Deputado”⁴. A Santa Fé está localizada no município de Coronel Teixeira, no Sertão Central, a 215 km de Fortaleza. Lá habitam 121 moradores, dos quais apenas 19 trabalham diretamente para o “Deputado”. Apesar de estarem assalariados e disporem assim dos direitos trabalhistas, seus moradores não perderam algumas das concessões extramonetárias (plantar seu roçado, pescar, retirar lenha) que detinham no passado. Desta forma, na propriedade do “Deputado” não houve conversão completa de relações não capitalistas em relações assalariadas.

² Sobre a abrangência do semiárido cearense, baseio-me no documento produzido pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) *Redimensionamento da Região Semi-Árida do Estado do Ceará*, de 2003, e não no documento *Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro* (2005), do Ministério da Integração Nacional. Pois as duas regiões em que realizo o estudo de campo, a meu ver, estão localizadas no semiárido, como indica o documento da FUNCEME. Em relação ao município de Coronel Teixeira não há questionamento sobre sua localização no semiárido, visto que ele está no epicentro das secas. A dúvida paira unicamente sobre o município de Antônio Conselheiro. Enquanto para a FUNCEME este município tem 87% da sua área territorial localizada no semiárido, para os critérios pouco confiáveis do Ministério da Integração ele não faz parte do semiárido. Ficamos, pois, com o delimitação realizada pela FUNCEME.

³ Obedecendo ao princípio do anonimato, vou preservar os nomes dos indivíduos envolvidos com esta pesquisa, como também dos locais e municípios citados. Os nomes ou apelidos dos proprietários das fazendas são fictícios.

⁴ Chamam-no “Deputado”, porque ele foi deputado federal nas legislaturas de 1959-1963, 1963-1967 e 1967-1971. Atualmente, ele afirma que detesta política, mas a deferência continua. Até hoje, no âmbito familiar e na Fazenda entre seus moradores, D. M. é chamado “Deputado”.

A Fazenda Assunção, localizada no município de Antônio Conselheiro, na macrorregião Litoral Oeste, a 347 Km de Fortaleza, tem 3.300 hectares, é de propriedade do médico e, também, político, Zé Carneiro⁵. Na Fazenda Assunção, a morada conservou seus elementos tradicionais porque ela servia de curral eleitoral, mas foi dissolvida pela política de reforma agrária que transformou a propriedade em um assentamento, apesar de um longo conflito agrário entre seus moradores. Residem no local 84 famílias, perfazendo 441 pessoas.

Assim, demonstro que a dinâmica dos processos sociais da região não permite afirmar que o sistema de moradores foi superado. Em sua história estrutural, existe um movimento contínuo de povoamento, esvaziamento e repovoamento dos moradores nas fazendas, que tende para a estabilidade deste sistema e, por conseguinte, sua sedimentação. Enquanto a expansão da pecuária sobre as terras de trabalho, as trocas capitalistas e os direitos trabalhistas foram responsáveis pela liquidação deste sistema em outras regiões, no semiárido, estas injunções conseguiram somente transformá-lo, adaptá-lo a elas, não efetuando sua dissolução. Isto quando se fala dos setores mais progressistas da agricultura, pois, nos mais atrasados, e naqueles que utilizam este sistema para outros fins, a morada continua no mesmo formato do passado, ou seja: com a tradicional cobrança de renda. Portanto, este sistema, que está entranhado na cultura dessa região e que resulta da convergência de diversos interesses sociais, permanece ainda ativo, apesar da coerção da agricultura moderna ter lhe destinado um fim lento e agonizante.

1.2 Demarcando vias teóricas de estudo

1.2.1 Crítica à instabilidade da morada

Devido ao sistema de moradores, o semiárido nordestino se tornou o mais populoso do mundo. Para isto acontecer, as propriedades rurais da região foram arregimentando moradores, ou incorporando posseiros, para desenvolver suas atividades econômicas. A conta basicamente era quanto mais moradores, mais gado

⁵ Zé Carneiro foi deputado federal nas legislaturas de 1955-1959, 1959-1963 e 1963-1967. Além disso, foi prefeito de Antônio Conselheiro duas vezes: em 1989-1992 e 2009-2012. Ademais, ao conseguir eleger sua esposa e seus afilhados para o cargo de prefeito deste município e seu filho para o de deputado estadual, Zé Carneiro dominou a política local por mais de 40 anos.

e algodão se pode dispor e, com isso, lucrar. Assim, são centenas de anos explorando o braço do morador, estreitando os vínculos de dependência entre eles e os proprietários de terra. Por isto, o aumento populacional da região está ligado intrinsecamente a este sistema, como ressalta Celso Furtado (2009a, p. 42-43):

A fazenda típica da região sertaneja combina a pecuária com o algodão mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a “meação” na agricultura. Se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de “moradores” [...], com direito a casa e uma faixa de terra para lavoura de subsistência. [...] Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga. E foi esse aumento populacional que transforma a seca na grande calamidade social dos últimos ¾ de século.

Apesar de Furtado falar sobre o sistema de moradores do final da década de 50, ou seja, de uma época em que as trocas capitalistas já tinham se desenvolvido na caatinga, ele afirma que este sistema “permitiu o aumento da população” e, em consequência, transformou “as secas em grande calamidade social”. Ele assim critica a estrutura social que se formou no semiárido e o meio século de “obras contra as secas” que não modificou a situação de vulnerabilidade dos meeiros (moradores) que dependiam da agricultura de subsistência.

Furtado (2009a, p. 43) diz neste sentido que se criou na região semiárida um “sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável, inadaptado ao meio [...]”; [que] “constitui um dos mais flagrantes divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região”. Era desta forma, portanto, que esta “carga demográfica” ficava bastante vulnerável às secas.

Estou de acordo com Furtado, quando ele define este sistema econômico de “vulnerável”. Entretanto, discordo de sua análise, quando ele chama este sistema de “instável”. Ao contrário disso, este sistema é estável: estável em sua vulnerabilidade. Desintegra-se na seca, para após a emergência novamente se organizar. Perde seu poder de absorção de mão de obra nas crises econômicas, para depois de tais crises abarrotar as fazendas de camponeses. Desmantela-se com a emigração subvencionada pelo governo federal e por “dinheirosos estados” em determinadas conjunturas, para ser reestruturado pela intervenção estatal em sua missão de reforçar a estrutura produtiva da região. Portanto, o sistema de moradores,

apesar de todos os percalços, “subsiste na caatinga” – na história estrutural da região semiárida.

Sabe-se, no entanto, que este sistema sofreu duros golpes com a crise do algodão e as secas no final do século XIX e começo do século XX. Tanto que neste período houve grande emigração, ou melhor, êxodo dos cearenses para extração da borracha na Amazônia e colheita do café no Sul do país, especialmente para as fazendas localizadas no Vale do Paraíba. Neste período então se configurou, além da fragilidade das relações de dependência, o despovoamento das fazendas do sertão e, em geral, do Ceará.

A partir de 1909, todavia, tem-se o início da política de fixação do homem no sertão, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) – também conhecida como Inspetoria de Secas. Isto é, o reforço da estrutura produtiva do semiárido e, em consequência, do sistema de moradores. Por intermédio do programa “ajudagem particular em cooperação”, das frentes de trabalho (na construção de grandes açudes, estradas de ferro, rodovias) e de campos de concentração, o Estado buscou fixar a população do semiárido, dando fôlego a este sistema⁶. Atualmente, a assistência social, consubstanciada no programa governamental Bolsa Família, também tem ajudado os moradores a se manterem no meio rural.

Deste modo, no semiárido nordestino, principalmente no cearense, o sistema de moradores se tornou a principal base de sustentação das relações de produção, influenciando sobremaneira o comportamento da classe operária no campo e na cidade, sobretudo no que concerne à submissão e ao patrimonialismo nas relações com a classe patronal. Sendo assim, diferentes gerações de trabalhadores rurais viveram em terras de empréstimo e tal realidade ainda persiste com as injunções do capitalismo no campo. Além da atuação do Estado, a economia da

⁶ Como tendo descoberto a roda, Bursztyn (2008, p. 48-49) afirma que as “frentes de emergência” – “recrutamento de trabalhadores para a implantação de melhoramentos nas próprias propriedades” – teriam se iniciado a partir da seca de 1979, mostrando assim total desconhecimento sobre a sistematização do combate à seca. Um exemplo disso está no primeiro regulamento da Inspetoria de Secas, mais precisamente no seu artigo 50, no qual já havia prêmios para a construção de açudes nas fazendas, utilizando-se, claro, da mão de obra dos moradores e retirantes (ver Relatório da IOCS, 1912). Houve, no entanto, certos hiatos nesta política de fixação, como, em 1942, quando o Estado levou os retirantes para trabalhar na extração da borracha amazônica, no contexto da Segunda Guerra Mundial e no ficou conhecido como o segundo *boom* da borracha. Porém, a intervenção do Estado tem se esforçado para manter “a carga demográfica” da região.

região, sujeita às grandes secas, tornou-se um elemento constante de manutenção deste sistema, pois não compensava o investimento tecnológico, responsável pela diminuição da mão de obra empregada, nem a montagem de uma infraestrutura de transporte dos trabalhadores das áreas urbanas para as fazendas. Ademais, a elevada concentração fundiária da região também ajudou a mantê-lo, visto que a concessão de terra aos moradores não atrapalhava a produção econômica dos latifúndios. Ele era, pois, um parasita da economia da região e vice-versa.

Assim, nos sítios da Serra de Baturité, na segunda metade do século XIX, “os moradores constituíam a força de trabalho principal” (LIMA, 2000, p. 143). No começo do século XX, havia somente duas classes no sertão: os proprietários e os moradores (agregados). Estes formavam a imensa maioria – 80% da população (LISBOA, 2010, p. 43). Em Quixadá, nos anos cinquenta, “o grosso da população é constituído pelos moradores” (SOUZA, 1997, p. 174). Nos Inhamus dos anos sessenta, “os moradores compreendiam o maior grupo social da fazenda. Até mesmo uma pequena, tinha [...] uma família de moradores, enquanto que as maiores abrigavam até cem ou mais famílias” (CHANDLER, 1980, p. 165). Era, pois, nas grandes fazendas, onde mais se encontravam os moradores: “se a fazenda é grande, torna-se necessário o auxílio de agregados que no interior se chamam moradores” (SOBRINHO, 1917, p. 206-207). Além dos seus roçados, eles ajudavam os vaqueiros e seus familiares no trabalho com o gado (DOMINGUES, 1941, p. 48). Em razão dessa mão de obra, não faltavam trabalhadores nas propriedades rurais, fazendo delas grandes produtoras de carne, leite, algodão etc.

No Centro-Sul do país, porém, as relações de moradia foram desestruturadas nas décadas de 60 e 70 do século XX. Optou-se nesta região pela mecanização agrícola, pelo trabalho assalariado e a extensão do salário mínimo às zonas rurais. Os proprietários, dispendo de maior capitalização que os do Nordeste, incentivaram o processo de mecanização, substituindo a mão de obra dos parceiros (moradores) por máquinas, trabalhadores assalariados e por trabalhadores temporários não residentes (chamados de volantes ou boias-frias), que eram contratados pelos “turmeiros” – intermediários encarregados de contratar os trabalhadores para as fazendas, como lembra Queiroz (1978, p. 42). Esses proprietários assim desestruturaram o sistema de moradores, as concessões

extraeconômicas, proibindo o uso de sítios para as lavouras de subsistência e fazendo os trabalhadores pagarem pela habitação e pela lenha fornecida (ver Nicholls, 1979).

Neste sentido, ocorreu o processo de expropriação dos moradores na Zona da Mata. Os proprietários expulsaram os moradores e passaram a utilizar a mão de obra dos trabalhadores clandestinos que moravam fora dos engenhos (ANDRADE, 1988, p. 226)⁷. Apesar de a saída dos trabalhadores dos engenhos ter sido “constitutiva” da morada ao longo da história, esta ação se constituía como uma grande ruptura, porque demarcava “a dissolução da morada enquanto modo particular de vincular a força de trabalho ao proprietário” (SIGUAD, 1979, p. 34). Os moradores assim saíam dos engenhos para voltarem na condição de clandestino – proletário. O “rompimento definitivo” da relação personalizada entre proprietários e moradores fez com estes dependessem unicamente da sua renda monetária, o que os deixara em uma situação de maior instabilidade social.

Ao contrário do que aconteceu no Centro-Sul e na Zona da Mata, o sistema de moradores no semiárido tem se mantido estável, apesar de sua vulnerabilidade. Não se pode dizer que, nesta região, houve a expulsão generalizada dos moradores – a quebra do tradicionalismo nas relações sociais e o predomínio da impessoalidade nas relações de trabalho. Sabe-se, entretanto, que os moradores já não têm a mesma expressão do passado, mas isto não quer dizer que este sistema não exista ou que tenha sido liquidado. Desde a montagem dos primeiros currais até os dias de hoje, ele tem sido, pois, elemento fundamental da economia dessa região.

Tudo isto se deve à configuração social do semiárido: que tem a estrutura agrária mais concentrada do país; que sofre constantemente os efeitos das longas estiagens; e que, em vez de contar com o sistema de trabalho escravo como força produtiva, contou com os trabalhadores livres, estabilizando assim o sistema de moradores na economia e cultura da região, sem haver, no entanto, conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

⁷ Ver, também, sobre os moradores da Zona da Mata, o estudo *Moradores de engenho*, de Christine Rufino Dabat (2012).

1.2.2 Crítica à invisibilidade dos moradores

Ao me deparar com a expressão “fim da morada” no semiárido, lembro da história dos índios “que foram extintos” pelo presidente da província do Ceará, José Bento da Cunha, em 1863. Em seu famoso relatório, ele decretava o etnocídio dos povos indígenas, pois na realidade não podia fazê-lo. Ideologicamente, ele tinha como objetivo mostrar que essa província era civilizada, alegando que aqueles que se autodenominavam índios, já não eram mais, pois não tinham identidade indígena – estavam aculturados. É o que acontece com certos teóricos que desejam varrer as relações de morada desta região e junto com elas os moradores. Eles falam de “esvaziamento das fazendas” e que “hoje não tem mais morador” em uma perspectiva evolucionista, como se a história caminhasse em uma linha reta, embora isto não esteja de acordo com a relações de produção local. Evitam assim definir os lavradores de moradores, porque a maioria destes lavradores recebem salário e alguns têm direitos trabalhistas assegurados pelo regime celetista. Porém, eles esquecem que estes lavradores continuam residindo nas fazendas, tendo direito à terra para os roçados e se submetendo às regras do sistema de moradores.

Em suas deduções teóricas, o desenvolvimento do semiárido é um ato de pensamento e não um processo histórico. Eles podem desenvolver o semiárido à força, mas, além do seu intento não resistir à crítica, não conseguem realizá-lo, porque a história não se faz com palavras. Enquanto a liquidação da morada ou do colonato ocorreu com brevidade em São Paulo e na Zona da Mata, visto que são áreas de alta capitalização, este fenômeno não ocorreu no semiárido. Pois nas fazendas modernas, como as de caju situadas no litoral, há moradores; nas fazendas de gado leiteiro do sertão, a maioria dos trabalhadores são moradores, assim como acontece nas fazendas tradicionais do Norte Cearense e nas pequenas e médias propriedades do Inhamus. Assim, que tipo de dissolução é esta?

Esses teóricos não compreendem, pois, a dinâmica dos processos sociais na região. Assim, generalizam um dado conjuntural como se ele fosse estrutural. Em outras palavras, indicam o desaparecimento da categoria morador como uma tendência do tempo atual, sendo que esta tendência não é válida para o semiárido – a não ser nas áreas dominadas pelo agronegócio. Além disso, eles não levam em

consideração que as relações de morada podem conviver com o assalariamento, como também com técnicas de produção e equipamentos modernos, e que, no semiárido, região atingida regularmente por longas estiagens, as relações de trabalho podem, em vez de evoluir, estacionar ou até mesmo involuir. De fato, eles querem salvá-la do atraso econômico e social gerado pelas relações de dependência, porém esquecem que a morada ainda é tida como uma alternativa viável para a economia agrícola da região.

É neste sentido que Carvalho (2009) diz que no Ceará o “esvaziamento das fazendas tradicionais” se acentuou nas décadas de 70 e 80, e que isto pode ser comprovado pela “redução do número de casas de moradores”. No entanto, houve uma diminuição do número de moradores devido à crise do algodão. O algodão, plantado em consórcio com as lavouras de subsistência pelos moradores-parceiros, deixa de ser produzido em virtude da praga do bicudo e, em consequência, os produtores liberam parte da mão de obra utilizada na cotonicultura, o que não quer dizer que houve um “processo de desocupação” das unidades produtivas. Como a autora tem como objetivo criticar o “neocoronelismo”, o seu argumento se faz no sentido de minar as bases dos coronéis, tais como a estrutura fundiária e o sistema de moradores, por meio dos quais os coronéis e latifundiários controlam os votos dos moradores.

Para a autora, com efeito, este controle não existe mais (p.23): “As mesmas porteiras pelas quais entram os bois que não votam, saem os homens que votam”. Assim, ao fazer uma referência ao incremento da pecuária, é como se ela dissesse que nas fazendas de gado não têm espaço para os moradores e, por isto, não existem mais moradores nem currais eleitorais. Todavia, penso nas vinte e quatro fazendas de Zé Carneiro em Antônio Conselheiro – todas, sem exceção, funcionando como currais eleitorais. O que a autora diria sobre este relato de um dos moradores da Fazenda Assunção no ano de 2016: “A vida inteira eu votei no pessoal do Zé Carneiro”?

Mas, para a autora, o fenômeno do coronelismo e do neocoronelismo não fazem mais parte da realidade social do interior do Ceará. Neste sentido, a estrutura fundiária do estado, caracterizada por altos índices de concentração, não se converte mais em votos de cabresto! Há, pelo contrário, a “modernização dos proprietários

tradicionais” que se despiram do paternalismo mantido com os moradores, expulsando-os dos latifúndios, assalariando-os, demolindo então a base material da ideologia do “bom patrão”. Porém, vejo o “Deputado”, um dos maiores industriais do Ceará, imitando os antigos coronéis. Seria isto o “retorno dos proprietários” às tradicionais relações sociais e de trabalho? Para a autora, no entanto, a prova cabal de que não existe o (neo)coronelismo é a eleição de Tasso Jereissati para o governo do estado do Ceará em 1986, porque ele venceu os poderosos coronéis – Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora. O problema é que ela divide a elite econômica do Ceará em duas classes sociais distintas – industriais e agropecuaristas – sendo ela apenas uma classe que tem negócios nos setores industrial e agropecuário. No seu pensamento, é como se os interesses da classe industrial fossem antagônicos aos da classe fazendeira. Assim, Tasso Jereissati, apoiado pelos empresários industriais, teria vencido os fazendeiros, embora ela admita que “todos os grandes grupos empresariais do Ceará envolvidos na campanha de Tasso (...) tinham presença também em investimentos no setor agropecuário” (p. 30).

Na verdade, não se conhece esse semiárido moderno, cujos trabalhadores não têm mais “donos”, resolvem seus conflitos no sindicato e fazem o que bem entendem com seus votos. Até mesmo Carvalho (2009, p. 27) aceita isto, quando diz: “Reconhecemos que no Nordeste rural não há uma conversão fácil de relações não-capitalistas em relações assalariadas”. Acrescentamos à reflexão da autora que, quando há relações assalariadas e elas estão justapostas às da moradia, elas servem mais para encobrir a dominação tradicional que dar um tom moderno às relações sociais, como acontece na Fazenda Santa Fé. Isto é, a modernização conservadora do semiárido é um fenômeno complexo, cujo tradicionalismo e relações de trabalho não permitem defender que não há mais currais eleitorais e que os moradores foram expulsos das fazendas, havendo, pois, a separação entre local de trabalho e local de moradia no semiárido.

Assim, diante da complexidade dessa região, Martins (1989, p. 18) não a inclui no conjunto das zonas rurais que passaram por transformações econômicas. Ao assinalar a expulsão dos trabalhadores residentes como uma das mudanças nas relações de trabalho no campo, ele faz referência aos colonos do café e aos moradores dos canaviais, mas não fala dos moradores de fazenda do “Nordeste pastoril”, pois sabe que, no tocante a esta região, é preciso relativizar a ruptura dos

vínculos de dependência dos moradores para com os proprietários. Mas, em uma perspectiva evolucionista, ele acredita que o desenvolvimento capitalista e a modernização econômica tendem a dilacerar as tradições oligárquicas, clientelísticas e patrimoniais (p. 60). E, neste sentido, acredita que as relações de propriedade atuais já não dependem de concessões de uso da terra aos trabalhadores nem de relações clientelísticas para efetivar a posse em nome do latifundiário. Martins, porém, esquece que os enormes latifúndios do Nordeste, principalmente os que têm produção econômica, precisam atrair mão de obra, e como não dispõem com o traslado dos trabalhadores, organizam a morada, permitindo que seus trabalhadores residentes plantem lavouras de subsistência nos quintais ou áreas reservadas, como forma de atraí-los. Até mesmo as empresas modernas do semiárido seguem esse modelo, sendo suas relações de produção resultantes de um sistema misto de paternalismo e capitalismo.

Para Mota (1994), que tem como dados empíricos os Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985, há declínio do emprego de parceiros e trabalhadores moradores e avanço do trabalho assalariado. Para ela, como para os censos do IBGE, não existe, pois, a possibilidade dos moradores serem assalariados. Em razão disto, ela não entende que haja, neste contexto de modernização da agricultura, a sobrevivência e até a manutenção de elementos contrários a um crescimento econômico equilibrado e à desintegração da morada. Assim, o aumento da “concentração da posse da terra”, “com o florescimento da grande propriedade”, os “baixos índices de mecanização agrícola”, devido à predominância da pecuária extensiva, e a “estabilidade da mão de obra dos parceiros”, que faz desta mão de obra “o grupo mais estável de emprego” dentre os trabalhadores sem-terra ocupados, são alguns destes elementos arcaizantes que perduram na estrutura social da região⁸. Tudo isto impossibilita o desenvolvimento da atividade agrícola e favorece o estabelecimento da morada. Em sua argumentação, o trabalho dos parceiros (leia-se moradores), ora declinante (“surpreendentemente baixa”), ora estável, “é, ainda, muito importante, pois, contribui para aumentar a utilização das terras das unidades

⁸ No tocante à concentração da posse da terra, Mota (1994, p. 41) diz: “Em 1970, 49,0% dos estabelecimentos tinham menos de 10 ha e ocupavam cerca de 3,9% da área. Entretanto 0,5 dos estabelecimentos tinham mais de 1000 ha e ocupavam 24,3% da área. Em 1985, os estabelecimentos com menos de 10 ha, que representavam 63,3% do número total de estabelecimentos, detinham apenas 6,2 da área total do estado do Ceará, enquanto 0,3% dos estabelecimentos eram de mais de 1000 ha e ocupavam cerca de 20,0 % da área total”.

produtivas fazendo com que se tornem mais rentáveis” (p. 63). Desta forma, a autora demonstra a diminuição do número de moradores, isto é, a “evolução do emprego rural”, cujo motor é o trabalho assalariado, por meio do método confuso. Como a autora não trabalha com a possibilidade da morada e do salário estarem conjugados e da morada tradicional persistir no sertão, ela não compreende a natureza da modernização agrícola no Ceará e, assim, ela quer transplantar os dados das teorias do desenvolvimento econômico para a realidade social do semiárido.

Joca (1991), por sua vez, não generaliza o “esvaziamento das fazendas”, mas não deixa de acentuar o caráter modernizante da agricultura no semiárido cearense. Para falar da diversidade das relações de trabalho no rural contemporâneo, ela cita três tipos de situações: em duas delas, o sistema de moradores é descaracterizado e, na restante, ele é dissolvido. Na primeira, ele é modificado pelo salário, daí o surgimento do morador assalariado – que “faz o trabalho mais qualificado e especializado, como tratorista etc” (p. 106). Na segunda, ele é flexibilizado, por meio de “contratos mais temporários e mais frouxos”. E na terceira, o desenraizamento, a expulsão da fazenda. Todavia, penso que não existem diferenças tão acentuadas entre o morador tradicional e o morador assalariado, exceto em relação à renda monetária e à perda das concessões extramonetárias. Pois este, ao contrário do que afirma Joca (1991), realiza todos serviços, especializados ou não, e sente na pele a opressão paternalista. No afã de falar sobre um semiárido moderno, ela esquece do morador tradicional, perdido nas pequenas e médias propriedades e nos latifúndios dos rincões do sertão. Tampouco diz que as relações modernas de trabalho, quando conjugadas com as relações de dependência, não conseguem se distinguir do sistema patrimonialista de dominação.

Aliás, é preciso dizer que tal modernização agrícola, situada no semiárido brasileiro, possui características bem particulares que a diferenciam do processo comum de modernização. Pois, ao contrário de reduzir o excesso de mão de obra do campo, ela criou mais postos de trabalho (ver Bar Ei, 2002). Em vez de diminuir a desigualdade social do quadro rural, “70% dos seus residentes [ainda] encontram-se abaixo da linha da pobreza” (LEITE, 2013, p.9). Um dos fatores que contribui para este dado alarmante, conforme Bar-Ei (2002, p. 23), é o “excesso da força de trabalho na agricultura em vez da existência de empregos em outras atividades econômicas”. O crescimento econômico do Ceará neste sentido se deu de forma contrária ao

crescimento econômico considerado saudável. Apesar de tal crescimento, o Ceará “experimenta um dos mais elevados níveis de pobreza do país”. Para Bar-Ei (2002, p. 28), o desenvolvimento agrícola eficiente não poderia dispor de reduzida taxa de decréscimo da participação da agricultura no emprego e de uma alta taxa de decréscimo na participação da agricultura na produção total. Quanto maior for a diferença entre estas duas taxas, como ocorre no semiárido cearense, a economia se mostra ineficaz no processo de redução da pobreza rural. Esta diferença é um indício de “lentidão de progresso tecnológico”, o que causa intenso uso da mão-de-obra, “níveis extremamente baixos de renda neste setor” e “carência de emprego alternativo em outros ramos da economia”. Embora tenha indicado o “desemprego disfarçado” da população rural como um dos impulsores desse subdesenvolvimento, faltou ao professor israelita acusar o sistema de moradores como um dos elementos responsáveis por essa situação. Portanto, que modernização agrícola é esta cantada em verso e prosa?

Se ela realmente se encontra no estado descrito por esses autores, o sistema de moradores devia existir apenas como testemunho de uma época passada, e não fazendo parte do conjunto das relações de trabalho atuais do semiárido. Assim, esses analistas dissimularam a estrutura anacrônica do sertão. Fizeram da exceção a regra: e os moradores foram varridos para debaixo do tapete da história. Quando falam do sistema de moradores, descaracterizam-no, ressaltando apenas seus elementos dissolventes. Não discutem sobre a persistência dos seus elementos formadores e por que este sistema e os moradores vêm resistindo à expansão do capitalismo. Resistem por causa da questão do capital, como afirmou Gonzales e Bastos (1977, p. 41), mas também devido à geografia da região, à cultura da população rural e ao *status* de coronel cobiçado pelos fazendeiros.

Assim, embora as fazendas e empresas rurais da região estejam nas mãos de grupos econômicos poderosos, não há nelas investimento: nem mesmo sistema de transporte para conduzir os trabalhadores para suas dependências durante os dias de trabalho. Isto ocorre justamente devido às secas, que servem como espantelho de investimentos do agronegócio. Deste modo, esses grupos consideram o setor agrícola da região como de somenos importância, ou como um *hobby* tratado empresarialmente, tal como é praticado pelo “Deputado”, ou como local ideal para lavagem de dinheiro, ou como setor estratégico para angariar verbas públicas. Assim,

diante das dificuldades de conseguir diaristas e dos lucros que advêm dessa agricultura atrasada, eles optam pela manutenção do sistema de moradores. Esta manutenção, portanto, ocorre porque, além de ter que manter a atividade econômica das fazendas em funcionamento, é mais lucrativo para os fazendeiros da região deixar a agricultura sob este modelo arcaizante⁹.

Esta manutenção se deve também à geografia, porque o semiárido, em virtude do combate às secas, tem sido alvo de intervenções do Estado no sentido de fixar sua população, reproduzir suas estruturas¹⁰. Com o êxodo rural da população dessa região no final do século XIX, as oligarquias do Norte conseguiram sistematizar o combate à seca por meio da Inspetoria de Secas. A partir daí, a política de fixação da população ganhou força. O sistema de moradores foi beneficiado por esta política, pois, além de estarem nas propriedades rurais para construir as benfeitorias pagas pelo Estado, os proprietários precisavam da presença dos moradores em suas fazendas para terem acesso ao sistema de prêmios oferecidos pelo Estado.

Esta manutenção se deve ainda à cultura agrícola dos trabalhadores que fazem questão de morar nas fazendas, mesmo depois de aposentados. Apesar de terem a oportunidade de morar nas cidades, eles preferem, se for permitido, ficar nas fazendas, especialmente se puderem “plantar seu feijão”. Na propriedade rural do “Deputado”, há muitos trabalhadores aposentados que nela só residem, não prestando nenhum serviço à mesma. Esse amor também é compartilhado por quem está na ativa, preferindo a fazenda que o comércio e as fábricas da cidade.

Além disso, esta manutenção se deve ao objetivo dos fazendeiros de gozar do *status* de coronel. Esta ideia é inspirada no *status* senhorial descrito por Florestan Fernandes (1975, p. 24). Seria uma atualização deste *status*, levando em consideração o estilo de vida dos coronéis do Nordeste que inspiraram empresários,

⁹ Discordo, pois, de Singer (1977) e Silva (1981) que afirmam, por caminhos distintos, que o trabalhador permanente impede que a agricultura seja uma atividade mais rendosa. Isto pode acontecer no Centro-Sul do país. No Nordeste, dos latifúndios, a presença do morador rende mais lucros, porque muitas vezes o morador é explorado como nenhuma outra categoria e não tem carteira assinada. Além disso, o proprietário não gasta com o transporte dos trabalhadores.

¹⁰ Carvalho (2009) diz, no entanto, que a política de desenvolvimento rural, organizada pelo Estado via Proterra, “acentuou o caráter de mercadoria da terra” e, em consequência, atingiu as relações de trabalho tradicionais com o esvaziamento das fazendas. Programas que investiam nas propriedades rurais que tinham moradores, como as *frentes de serviço* e *açudes em cooperação*, não são levados em consideração pela autora. Ela se atém a um programa de resultados pouco impactantes na configuração social da região, e deixa de lado uma política centenária de fixação, cujos moradores significavam investimentos. Sobre o Proterra, ver Carvalho (1982).

profissionais liberais, fazendeiros e demais indivíduos que desejavam estar cercados por uma extensa clientela. Isto é, queriam exercer influência junto às comunidades rurais, principalmente os que estavam ligados à política, tais como “Deputado” e Zé Carneiro.

Podem dizer, no entanto, que os direitos consubstanciados no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e no Estatuto da Terra conseguiram expulsar os moradores das fazendas do semiárido. De fato, esta lei atingiu fortemente o sistema de moradores, mas até o momento em que os produtores rurais entenderam que elas não seriam aplicadas, e, também, em determinados locais, onde os trabalhadores rurais estavam organizados em ligas camponesas e sindicatos¹¹.

Com efeito, a confluência desses fatores têm conservado este sistema. Entretanto, determinados teóricos preferem anunciar o novo, sendo que as rupturas que representam o novo continuam assentadas sob os rudimentos do paternalismo – as relações de dependência. É a convivência do antigo com o moderno – do sistema de moradores com as trocas capitalistas. Esquecem, portanto, da via analítica circunscrita por Barreira (1992, p. 186), que diz que estas configurações convivem, apesar de suas contradições, e que “há uma reestruturação da dominação ao longo da história do sertão.

1.3 História e Ciências Sociais: tessituras

Para o estudo do sistema de moradores, optei pela dialética marxista, ou num sentido braudeliano, pela dialética da duração temporal, não adotando, pois, a

¹¹ Muitos afirmam que o ETR foi um dos grandes responsáveis pelo fim da morada. Isto aconteceu especialmente na Zona da Mata, em razão da organização dos trabalhadores. Como afirma Sigaud (1977, p. 66): “Ao contrário de outras regiões do País, onde o Estatuto do Trabalhador Rural é letra morta, na Zona da Mata, pelo menos no que se refere à remuneração da força-de-trabalho, ele tem que ser cumprido e quando não é os trabalhadores sabem que estão sendo lesados”. Sobre os efeitos do Estatuto da Terra nesta região, diz Andrade (1988, p. 226): “Impressionados com a orientação do Estatuto da Terra e temendo que ele fosse aplicado, uma vez que havia sido promulgado pelo Presidente Castelo Branco, trataram de expulsar os moradores da propriedade para as vilas, povoações e cidades, passando a utilizar sobretudo trabalhadores clandestinos”. Em relação ao Centro-Sul, pode-se dizer que o ETR não foi determinante do trabalho volante, porque este trabalho já era tendência na região. E, no tocante ao semiárido, pode-se ficar com o alerta de Martins, que serve, na verdade, para todas as regiões, exceto a Zona da Mata, das Ligas Camponesas (1989, p. 44): “Embora a lei estabelecesse certos direitos sociais, no interior da grande propriedade fundiária o direito era constituído pela vontade pessoal do patrão”.

teoria sistêmica de Parsons (1965). Em tal estudo, a dialética se traduz como em sua “primeira inspiração”, conforme Georges Gurvitch (1962, p. 5): “L’inspiration première de la dialectique authentique est la démolition de tous les concepts acquis, en vue d’empêcher leur ‘momification’ [...]”. Neste sentido, sigo Marx, em seu materialismo histórico, buscando a dinâmica dos processos sociais no semiárido em diferentes temporalidades. No entanto, critico seu etnocentrismo em relação aos camponeses e a ideia marxista de dissolução do campesinato no capitalismo.

Deste modo, escolho a noção de sistema de moradores de Donald Pierson (1972) como caminho metodológico para o estudo das relações de morada no semiárido, visto que ele mostra a flexibilidade de tal sistema, ora se desintegrando, ora se fundindo em outros sistemas. Não trabalho, pois, com a perspectiva evolucionista de Manuel Correia de Andrade (1988, p. 231) que considera tal sistema apenas como substitutivo do sistema escravocrata, logo desaparecendo com o assalariamento atual. Portanto, acompanho o sistema de moradores desde sua formação no período colonial até os dias atuais, coexistindo ou não com a escravidão e com as trocas capitalistas.

Para tanto, busco especialmente a longa duração, “a estrada essencial da história, não a única mas que coloca por si só todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas” (BRAUDEL, 2014, p. 8), porque somente através da longa duração se pode compreender o estabelecimento do sistema de moradores. Além disso, a curta e média duração também se encontram nesse estudo, ao deter-me em fatos e conjunturas específicas. Discuto então, por meio dos aportes da história estrutural, da história social e da história fatural, o sistema de moradores em diferentes temporalidades (tempo geográfico, tempo social e tempo individual), esforçando-me por apreender as transformações desse sistema nas múltiplas temporalidades da história. É neste sentido que confundo história e ciências sociais, ou seja, procuro insistentemente nesse estudo a unidade das ciências do homem.

Minhas inspirações são, portanto, Marx e Braudel. Mas o que eles têm em comum? Braudel (2014, p. 75-76) diz que “o gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a construir verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica”. Desta forma, o que eles têm comum é a predileção por uma análise social assentada na história estrutural. Diz Braudel

(2014, p. 76) que é sob esta temporalidade que a análise marxiana ganha força e juventude. Apesar de se manter distante do marxismo, “em razão da sua estrutura intelectual muito rígida”, o velho Braudel, através de Wallerstein, passa a aceitar algo semelhante a estrutura marxista (BURKE, 2010, p. 70). É assim que, ao me acompanhar desses guias, problematizo o sistema de moradores à procura de um ângulo distinto dos que se tornaram conhecidos por intermédio da micro-história e da teoria da dádiva.

1.4 A dinâmica expositiva da tese

Cabe aqui circunscrever a dinâmica expositiva que construí na estruturação da tese em busca de uma lógica de apresentação mais pertinente às formas como delimito meu campo investigativo.

Na primeira parte do trabalho, investigo os sistemas de moradores na longa duração, seus elementos formadores. No segundo capítulo, examino a relação da terra com a sociogênese da morada – a formação dos latifúndios e, por consequência, o surgimento das terras de empréstimo no semiárido. No terceiro, enfoco os personagens da morada, discutindo suas principais características e contradições. Sobre os moradores, a sua liberdade e dependência; sobre os fazendeiros, seu diletantismo e participação na política; e sobre os gerentes, a sua transformação de indivíduo-oprimido para “indivíduo-opressor”. No quarto capítulo, critico as peculiaridades do sistema de moradores, tais como: dominação tradicional, exclusão dos direitos políticos e isolamento, demonstrando que, enquanto existir a morada, tais peculiaridades existirão, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo no campo. No quinto, demonstro como a questão habitacional influenciou na manutenção da morada, diferenciando as casas de moradores das casas de fazenda, embora os analistas afirmem que entre elas não havia diferenças. No sexto, discuto o trabalho nas fazendas: o estabelecimento do trabalho dos moradores, a divisão do trabalho rural, os salários, a organização patrimonialista e a resistência camponesa, que, nesse estudo, está consubstanciada na solidariedade parental e na união política em torno dos proprietários rurais, chefes e pessoas influentes. No sétimo, configuro a intervenção estatal realizada para combater a seca, cujo objetivo era de reforçar a estrutura produtiva e, em consequência, o sistema de moradores.

Na segunda parte da tese, problematizo o sistema de moradores no rural contemporâneo, seus elementos dissolventes. Assim, no oitavo capítulo, analiso a intervenção estatal realizada para combater a seca, cujo objetivo era de transferir a mão de obra dos retirantes para as fazendas de café e, em consequência, despovoar as fazendas do Ceará. Discuto também a ação dos estados do Norte ocidental com o intuito de transferir a mão de obra do Ceará para a extração da borracha amazônica. Discuto ainda as conjunturas de crise da produção algodoeira que ocorreram nos anos de 1870 e de 1970, provocando desemprego em massa no sertão. No capítulo nono, concentro-me na Fazenda Santa Fé, mostrando o desmonte do sistema de moradores local, por meio do assalariamento, e a resistência dos moradores, através da solidariedade parental. Faço ainda neste capítulo uma biografia do seu proprietário – “o Deputado”. E no décimo capítulo, trabalho os dados da Fazenda Assunção, especialmente o processo de desapropriação da Fazenda, a resistência do proprietário a esta desapropriação e o conflito agrário que surgiu entre os moradores. Nele também realizo uma biografia do seu proprietário – Zé Carneiro.

Portanto, para o desenvolvimento dessa proposta investigativa, além da realização de um estudo de caráter sócio-histórico, realizo dois estudos de caso. Na Fazenda Santa Fé, fiz uso de técnicas etnográficas, tais como da observação participante, participação observante e de entrevistas semiestruturadas. Na Fazenda Assunção, as entrevistas ganharam mais destaque no conjunto das técnicas de investigação, porque o longo conflito agrário me impediu de ficar nesta área.

Em relação à Fazenda Santa Fé, instalei-me no “coração do objeto”. Foram 60 dias de trabalho de campo, divididos em quatro visitas, de quinze dias cada¹². Dificilmente, conseguiria realizar este trabalho de campo, se não tivesse nela me hospedado. Em uma posição ambígua, era ao mesmo tempo hóspede e pesquisador, tal como aconteceu com a turma de antropólogos do Museu Nacional na Zona da Mata pernambucana (ver L’Estoile e Sigud, 2006). Fiquei no que eles chamam de casa de apoio e fazia minhas refeições na antiga casa sede que hoje funciona como escritório da Fazenda. Na maioria das refeições, era acompanhado pelo gerente que, além de

¹² Os períodos que eu passei na Fazenda foram de 8 a 23 de agosto de 2013; de 24 janeiro a 8 fevereiro de 2014; de 24 de junho a 9 de julho de 2014 e 19 de outubro a 3 de novembro de 2015. Além disso, fiz várias visitas a Fazenda, as quais ficaram conhecidas como “bate e volta”, visto que eu ia de manhã e voltava no final da tarde. Nelas ia para visitar os moradores, realizar uma entrevista pendente etc.

ocupar uma posição-chave no estudo, estava ali para me investigar. Havia, da parte dele, certo temor sobre minha presença e meu trabalho: ele achava que eu fosse um espião do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Os moradores, por sua vez, pensavam que eu era um estagiário da área das ciências agrônômicas: tanto que me chamavam de “estagiário”. Só depois de “estar com eles”, especialmente durante o trabalho no campo, foi que tal ideia foi desfeita. Para “estar com eles”, foi imprescindível acompanhá-los durante o trabalho no campo, pois suas casas estavam espalhadas pela Santa Fé, o que fazia com eu os encontrasse reunidos somente neste momento do dia. Foi, então, no campo, que pude vê-los e ouvi-los – realizar a observação participante. Como sentia que eles não ficavam à vontade com minha presença e nem muito menos na frente do gravador, chegando a pensar que eu trabalhava para a Fazenda do “Deputado”, em razão da minha proximidade com o gerente, decidi fazer o trabalho deles, fazendo uso, pois, da participação observante. Posso dizer que acertei nesta decisão, porque só assim ganhei a confiança deles e pude sentir na pele o trabalho penoso que eles fazem.

Assim, a maior dificuldade que enfrentei foi a de evitar a rede de intrigas existente na Fazenda. Nela há dois grupos opostos: gerente e moradores. Desta forma, o gerente me colocava diante de situações da vida diária local sobre as quais eu devia ficar a favor dele. Como não tomava partido de nenhum dos grupos, ele começou a ficar irritado comigo. Além disso, ele se incomodava com minha relação com os moradores, tentando, de certo modo, empatá-la. À vista de tantas provações, acho que o resultado final do trabalho de campo foi positivo porque, após sua realização, não me impedem de visitar a Fazenda.

Na Fazenda Assunção, fiz três visitas em razão do conflito agrário. Em duas delas, fiz com a equipe de fiscalização do INCRA. Nelas pude acompanhar as assembleias entre este órgão e os ex-moradores (assentados). Com o arrefecimento do conflito, pude nela me abrigar por dois dias. Fiquei na casa do presidente da associação e aproveitei este momento para entrevistar os assentados. Além disso, tive acesso à documentação produzida pelo INCRA acerca da desapropriação e do conflito agrário da área. E, ademais, consegui localizar a irmã Maria da CPT, uma das responsáveis pelo processo de desapropriação, e, também, o filho de Zé Carneiro, o deputado estadual G. Carneiro.

Além dos aportes teóricos e metodológicos da história, sociologia e antropologia, recorri inúmeras vezes à literatura, por acreditar, tal como Pierre Bourdieu (1966, p. 54-55), que “a obra literária possa por vezes dizer mais, inclusivamente sobre o mundo social, do que escritos de pretensões científicas”.

Fazer, portanto, um estudo sociológico de um sistema que comporta em seu bojo diferentes configurações não foi tarefa fácil, mas fiz com prazer porque sei que aqui tem história viva.

2 A SOCIOGÊNESE DA MORADA

2.1 O processo de colonização: a formação dos latifúndios e as terras de empréstimo

A apropriação de terras no Brasil se deu basicamente pela concessão de sesmarias. A Coroa portuguesa cedia grandes extensões de terra para os fidalgos, funcionários reais ou ricos comerciantes colonizarem as terras americanas recém-descobertas. Em algumas áreas, como as pastoris, tais extensões foram ainda maiores, sendo assim formadoras de latifúndios¹³. Como diz Girão (*apud* Sobrinho, 1979, p. 8), em *Sesmarias cearenses*:

Terra havia muita e para ocupá-la somente se faria preciso chegar com a coragem e mais alguns elementos materiais indispensáveis à fixação. Era, portanto, fácil obtê-la, pois que generosa a liberalidade dos governantes encarregados de distribuí-las. Muitos foram que reuniram em seu poder número vultoso de sesmarias, representando enormes latifúndios.

Apesar de enfrentar os obstáculos provenientes da seca, que atrasou a colonização da região semiárida, os currais foram tomando conta da paisagem da caatinga. O sistema sesmarial impulsionou a ocupação na região, por meio de “enormes latifúndios”, que vão marcar sua estrutura produtiva e diferenciar o semiárido de outras regiões da colônia.

Para Varnhagen (1962, p. 150), as concessões outorgadas pela metrópole eram mais latas do que se devia esperar numa época em que na Europa os reis, ao buscarem a centralização política, limitavam cada vez mais tais concessões. Havia, conforme o historiador (1962, p. 150), uma razão para esta aparente contradição: “Os

¹³ Silva (2008, p. 83-84) concorda parcialmente com essa afirmação. Ela foi levada a “nuançar a avaliação de que o sistema sesmarial foi o responsável pelo caráter latifundiário da nossa estrutura agrária”. Apesar de admitir que tal sistema contribuiu para a formação do latifúndio colonial, ela chama a atenção para o fato de que, em 1822, quando as sesmarias foram extintas, apenas uma pequena porção do território brasileiro estava apropriada. Ela, além disso, lembra que “paralelamente foi se gestando outra forma de aquisição de domínio, a posse, que desafiava abertamente a autoridade colonial”. Faço ressalva apenas em relação à “pequena porção apropriada do território brasileiro”. Ora, isto não é razão suficiente para relativizar a formação de latifúndios realizada pela instituição da sesmaria. Se no século XIX havia mais terras devolutas que terras doadas pela Coroa, pode-se dizer que a colonização das terras continentais do Brasil ocorreu de forma lenta e gradual, e o “pouco” que foi apropriado se traduziu unicamente sob a forma de latifúndios. Deste modo, o regime de concessão de sesmarias foi efetivo na formação de grandes propriedades, especialmente no Norte semiárido.

meios feudais tinham sido [...] os mais profícuos para colonizar os países quase ermos de gente [...].”

Para evitar que suas terras caíssem nas mãos dos seus adversários, a metrópole portuguesa as concedeu a seus donatários. Os “meios feudais” assim eram os mais favoráveis para tal empresa. Em razão disso, Varnhagen (1962, p. 152) afirma que “Portugal reconhecia a independência do Brasil, antes de ele colonizar”. Pois cedeu a maior parte dos direitos majestáticos aos donatários, “a troco de poucos tributos, incluindo o do dízimo; do qual tributo ela mesma pagava o culto público e a redízima aos senhores das terras”. Então, a Coroa diminuiu o poder da camada senhorial em sua pátria e dava condições especiais para a formação de uma poderosa camada senhorial em sua colônia.

De acordo com Oliveira Vianna (1922, p. 282), “[nós] temos sido um povo de latifundiários”. Esta seria uma característica somente nossa: ao contrário dos outros países, no Brasil, “a agricultura se inicia tendo por base a grande propriedade”. “Todo o longo período colonial – continua o jurista (1922, p. 282) – é um período de esplendor e glória da propriedade territorial”. A pequena propriedade que seria elemento fundamental de combate aos régulos, ao patrimonialismo, ao sistema de moradores e à escravidão, surgiu apenas no III século da nossa história. Portanto, é a grande propriedade que “aparece e pompeia”; “cria e domina”; “fia”, “entretece”, “estende” e “recama” toda a trama da história por mais de trezentos anos.

Assim, para Oliveira Vianna (1922, p. 282), há várias razões para entender por que os portugueses, povos de pequenos proprietários e pequenos agricultores, fundaram aqui a grande cultura em grande propriedade e não a pequena cultura em pequena propriedade. Em vez de pensar tal fato como estratégia da metrópole para colonizar as terras do Brasil, como faz Varnhagen (1962), Vianna (1922, p. 282) vai buscar suas origens na psicologia social dos colonizadores. Neste sentido, são os particulares que vieram para colônia os responsáveis pelos latifúndios e não a Coroa. Estes particulares não eram “homens do povo” (estes só vieram com o ouro das Gerais), não pertenciam à “plebe insular”, eram “aventureiros à caça de fortuna rápida”, “homens de pequena nobreza e mesmo da grande nobreza, que emigraram para restaurarem [...] o brilho dos seus braços esmaecidos”. Eram, pois, fidalgos

arruinados que vinham para o novo mundo “reconstruir as bases da sua fortuna destruída”.

Diante desses sentimentos aristocráticos, o ambiente colonial se tornou – conforme Vianna (1922, p. 284) – “o menos próprio a instituição da pequena propriedade e da pequena cultura”, pois, enquanto a pequena propriedade denota trabalho familiar, os aventureiros lusos não eram lavradores. Pertencentes a uma sociedade “ainda modelada pela organização feudal”, eles então valorizavam “o serviço das armas” e “as terras lavradas pelos braços dos servos”. Em consequência, eles exploraram a terra mediante o sistema territorial da grande propriedade, porque assim eles poderiam arregimentar mão de obra para suas propriedades rurais fazendo uso do monopólio da terra, em troca da cessão de terrenos para os lavradores cultivarem sua subsistência. É desta forma que o jurista explica a formação do regime dominical da grande propriedade sesmeira, que foi predominante no regime colonial.

No entanto, seja como “estratégia da metrópole”, como diz Varnhagen, seja como “imposição da classe dos nobres”, como afirma Oliveira Vianna, seja com a convergência dos interesses da metrópole e da classe dos nobres, a colonização se efetivou por meio da doação de grandes extensões de terra a homens de posses. Daí surgiu a grande concentração de terras sob o controle dos colonos, especialmente no Norte pastoril, com os “imensuráveis latifúndios de Garcia D’Ávila” na bacia do São Francisco. Assim, pode-se dizer que a grande concentração de terras se tornou um dos elementos formadores do sistema de moradores.

Por causa da preferência pela grande propriedade, este sistema se espalhou pelo país. Ao concentrarem as terras em suas mãos, os proprietários forçavam os lavradores a irem trabalhar em seus engenhos e fazendas, e deles cobravam lealdade, foro e renda, estruturando assim as relações de dependência. A presença deste sistema foi marcante principalmente nas áreas em que a escravidão não foi robusta, como no semiárido (nas áreas pastoris)¹⁴. Isto não quer dizer que, nas áreas onde o braço escravo era a força de trabalho dominante, não houvesse

¹⁴ As fontes históricas que comprovam que a escravidão dos negros africanos não foi expressiva na zonas pastoris do Norte são abundantes. Porém, Mott (1985), estribado em duas fontes, defende que, no Piauí, havia mais escravos que homens livres empregados em sua atividade pecuária, contrariando, pois, o que ele chama de historiografia sertaneja. Faltaram-lhe, entretanto, mais evidências para sustentar sua tese polêmica.

moradores, ou seja, que moradores e escravos não conviveram numa mesma região econômica: como ocorreu nos engenhos de Pernambuco, cujas casas-grandes e senzalas dividiam espaço com as casas de taipa dos moradores (ver Freyre, 1987).

2.2 Os impulsores da morada

É sabido que a literatura sobre a morada é extensa, mas, no tocante ao surgimento deste sistema, são poucos os pesquisadores que se detêm a esta temática. Para a maioria deles, é como se a morada tivesse surgido naturalmente, ou fosse reprodução simples das instituições europeias que criavam relações de dependência, ou, ainda, fosse desnecessária essa investigação, porque estava explícito que a má distribuição de terras determinava as relações de morada. Mas não foi somente a terra que a impulsionou, existiram outros fatores – todos, porém, vinculados à questão da terra.

Assim, no semiárido, a instalação dos currais exigia grande número de trabalhadores: engana-se, pois, quem pensa que só bastava um vaqueiro para cada curral instalado. Como lembra Thomaz Pompeu Sobrinho (1937, p. 131), em *Povoamento do Nordeste Brasileiro*, o processo de fixação à terra das caatingas (semiárido) se destacava por ser “empresa que sempre exigia bastante gente”¹⁵. Obtida a sesmaria ou renda “de largo trecho do território”, o pioneiro conduzia para lá seu gado: trabalho este que, além do vaqueiro para organizar a exploração rural, demandava “numerosos moradores e agregados”. Intensificava-se assim, juntamente com atividade pastoril – primeira atividade econômica do semiárido – o sistema de moradores.

Ribeiro (2010, p. 400-401), ao estudar o agrego (a morada) no Nordeste de Minas Gerais, diz que o mesmo teve origens diversas, “que vão das partilhas de herança à proteção de indígenas, à mobilidade espacial, à incorporação de posses e às mudanças em contratos de trabalho”. Assim, “as partilhas de herança” impulsionaram as relações de morada, pois, quando o terreno era pequeno para ser

¹⁵ Nas poucas páginas dedicadas ao estudo da região, Caio Prado Jr. (1984, p. 67), em sua *História econômica do Brasil*, defende que sua ocupação foi irregularmente distribuída, escassa e muito rala: “o pessoal das fazendas de gado, únicos estabelecimentos da região, não é numeroso (...)”. O autor vai, pois, na contramão da historiografia regional.

dividido entre os filhos ou quando “a persistência da fazenda exigia que apenas um herdeiro ficasse com a terra”, os filhos e os genros “se agregavam àquele herdeiro ou a outra fazenda”.

A “proteção dos indígenas” – segundo Ribeiro (2010, p. 400-401) – incentivava a morada, quando “colonos fortes” recebiam em suas fazendas índios acossados por tribos inimigas e “portugueses matadores de aldeias”. O fator “mobilidade espacial” alimentava o agrego, quando o sitiante da Bahia, norte mineiro ou rio Pardo, “tangido por seca, esgotamento de fertilidade ou perda de herança”, ia “possessar” na fronteira agrícola; “quando a terra posseada se cansava”, ele emigrava novamente, e, assim, “se todas as terras virgens já estivessem dominadas por fazendas, não havia escolha fora da agregação”. No tocante à “incorporação de posses”, o autor diz que ela favorecia a submissão dos posseiros às fazendas, quando os fazendeiros estendiam seu domínio para as áreas ocupadas pelos posseiros, obrigando-os a se curvarem ao seu mando: “o posseiro podia enfrentá-lo ou agregar-se; geralmente se agregava” (p. 401). Já a “mudança de contrato” reforçava a morada – ainda conforme o autor – “[...] quando o fazendeiro contratava um trabalhador para serviço a jornal ou empreitada, fornecendo casa e lugar de plantio; acabado o serviço, a relação sedimentava a troca de favores [...]”, e tornava-se num agrego (p. 402).

Ainda sobre o Vale do Jequitinhonha, Moura (1988) focaliza as contradições entre a lógica costumeira e a lógica judicial no processo de expulsão e invasão da terra camponesa. Deste modo, ela discute sobre as violências materiais e simbólicas da “incorporação de posses” pelos fazendeiros, que têm motivado o agrego na região. Para a autora “a decadência das minas” também estimulou sobremaneira o processo de agregação. Neste sentido, ela diz (1988, p. 16): “[...] não há pesquisa histórica substancial para aprofundar a compreensão dos processos sociais que movimentam a região, [...] sabe-se, ao menos, que sobrevinda a decadência das minas, as fazendas agropastoris [...] ampliaram sua atuação”. Ela diz assim que a população empobrecida das Minas retornou gradualmente à vida camponesa nas fazendas, pois “cessada a impossibilidade de existir como ‘desclassificado do ouro’, aos livres pobres abrem-se duas alternativas no meio rural: conformar-se a existência social na fazenda [...], ou manter-se livre” – afastado, portanto, das fazendas (p. 17).

Pierson (1972, p. 351), por sua vez, ressalta que grande parte das famílias moradoras do Vale do São Francisco não possui terras nem dispõe de meios para adquiri-la. Esta realidade social se impõe na região, apesar do fato de ela ser essencialmente rural. Assim, ao concentrar grandes extensões de terra, os proprietários forçam a população pobre buscar as fazendas – pedir a concessão de terrenos para cultivar suas roças, estimulando a morada como uma das formas de direito ao uso da terra nesta região.

Chandler (1980, p. 165.) enumera três elementos que foram responsáveis pelo desenvolvimento do sistema de moradores: “a proteção indígena” e “as partilhas de herança”, tal como Ribeiro (2010), e “a abolição da escravatura”. Assim, para ele, os moradores tinham como origem: i) pessoas, de descendência indígena, que não possuíam terras e que acompanhavam os sesmeiros; ii) escravos negros libertos e seus descendentes; e iii) ex-proprietários de terra. Deste modo, a morada foi influenciada pela “proteção dos sesmeiros dada aos índios”, pelos “escravos libertos”, que sem-terra, deviam se submeter aos proprietários de terra, pela “abolição da escravidão”, que contribuiu bastante para aumentar o número de moradores, e pelas “vítimas da fragmentação das propriedades”, que “pequenas demais e antieconômicas”, acabavam sendo vendidas, e “essas pessoas desciam para a classe dos moradores”.

As secas, que são comuns em todo o semiárido, tanto podem reforçar o sistema de moradores como também dissolvê-lo. Reforçam-no por meio da política de combate às secas organizada pelo Estado. Desestruturam-no quando atingem grande parcela da população, prejudicando a atividade produtiva das fazendas, que passam a dispensar seus moradores, causando desemprego e, por conseguinte, êxodo rural. A irregularidade das chuvas prejudica especialmente moradores e pequenos produtores, causando-lhes a má-fixação nas áreas semiáridas. Portanto, esse fenômeno só vai dar impulso a morada quando o Estado passa a combatê-lo por intermédio da política de fixação do homem no campo.

Em Pernambuco, o sistema de moradores sofreu a concorrência da escravidão, nas palavras de Joaquim Nabuco (2010, p. 155). Eles se desenvolveram conjuntamente, mas a morada recebeu grande impulso com abolição da escravidão, porque os moradores substituíram a mão de obra escrava nos engenhos: “*Dans le*

Nordeste on l'appelle foreiro parce qu' il paye le foro, ou loyer. Il coexiste avec l'esclavage nègre et se multipliera d'une façon extraordinaire après la loi d'abolition", como escreve Francisco Julião (1968, p. 74) sobre os foreiros da Zona da Mata. Outro fator que impulsionou a morada nesta região foi a crise dos engenhos no começo do século XX. Esta crise fez com que os senhores de engenho abandonassem sua propriedade, dividindo-a em lotes para os trabalhadores e cobrando deles o que era chamado de foro¹⁶.

Portanto, a apropriação da terra pelos colonizadores, formas de exploração econômica da terra, partilhas de herança, desbravamento de novas áreas, abolição da escravatura, combate à seca do Norte e empobrecimento dos pequenos produtores incentivaram a organização do sistema de moradores. Da colonização ao desenvolvimento do capitalismo no campo, este sistema, cujo objetivo principal era imobilizar a mão de obra, expandiu-se livremente sem nenhum tipo de regulamento. Quando a escravidão foi abolida em 1889, ele ganhou força principalmente no Nordeste (nas áreas em que tradicionalmente a mão de obra era escrava) e no Sudeste, com a instituição do colonato.

No semiárido, ele foi dominante. No Ceará, como nas demais capitanias, o Estado metropolitano foi responsável pela concentração fundiária que será "um dos mecanismos importantes para subordinar a população pobre-livre", como escreve Pinheiro (2008, p. 55). Isto é, forçar esta população a trabalhar nos currais e fazendas. Sendo ineficaz para proteger os índios do sistemático genocídio empreendido pelos fidalgos na instalação dos currais e eficaz para manter os interesses particulares dos colonizadores, "a ação do Estado metropolitano foi importante para possibilitar o surgimento de uma parcela dos grandes proprietários fundiários e também para garantir a expansão da fronteira da pecuária" (PINHEIRO, 2008, p. 53-54). Assim, desde a distribuição das sesmarias, percebe-se os primeiros sinais da superestrutura responsável pela concentração fundiária que vai forçar os homens livres a se submeterem aos proprietários de terra. Concentração fundiária esta que, na região

¹⁶ Para Garcia Jr. (1983, p. 37-38), esta crise não impulsionou a morada, porque, com a saída dos proprietários, a relação proprietário-morador perdeu a dimensão de dominação pessoal. Agora, seria preciso a presença dos proprietários para que este tipo de dominação fosse efetivada? Seus prepostos não os representam, construindo relações de poder com os moradores?

semiárida, mantém-se, conservando esse sistema tradicional de trabalho que interdita o *status* de cidadão aos moradores.

Portanto, o motor do sistema de moradores é a terra – a forma como a terra foi apropriada. Há, sem dúvida, causas secundárias que tornam a sociogênese da morada um processo complexo de estudo. Porém, estas causas secundárias estão estritamente ligadas à questão da terra. Enquanto não se resolver o caos fundiário no território nacional, as relações de dependência existirão. Não somente elas vão continuar existindo, mas tudo o que elas representam: paternalismo, dependência econômica, dominação tradicional, antirreforma agrária, isolamento, precariedade das condições de trabalho e de moradia, péssimas condições de vida dos moradores etc.

Foi destarte que o domínio rural deu prestígio aos fidalgos, sesmeiros e proprietários de terra. O poder dos senhores rurais não surge de outra fonte que não seja a terra: “Ser senhor de engenhos ou de currais é um título de superioridade”, diz Oliveira Vianna (1952, p. 85). E, para obter este título e submeter os homens livres ao trabalho e ao domínio, é preciso ter terras (estabelecer fazendas). É neste sentido que Vianna (1952, p. 88) afirma que o “grande domínio é causa e fundamento do poder social”. Em razão disto, os indivíduos que estão desprovidos de terras devem se tornar clientes (moradores) dos grandes latifundiários. Deste modo, enquanto edifica o poder social dos senhores rurais, o grande domínio constitui os moradores como categoria social (FRANCO, 1997, p. 98).

Em geral, as relações de dependência estruturaram a sociedade brasileira (mantendo-se com rigidez no semiárido em virtude da conservação das estruturas arcaicas da sua economia). Enquanto na Europa tais relações nasceram em um momento de crise dos quadros sociais: quando o Estado e a linhagem não ofereciam proteção suficiente (ver Marc Bloch, 1987), no Brasil, elas estiveram presentes desde o início da colonização – período este que não havia tradições familiares nem poder público, delineando, deste modo, a cultura do favor ou a proteção paternalista em nossa formação social.

3 OS PROTAGONISTAS DA MORADA

3.1 Moradores: livres e sujeitos

Os moradores são trabalhadores que não possuem terras, e, na maioria das vezes, casa, e que, por isto, obrigam-se a morar e trabalhar em terras alheias, em troca de áreas para o cultivo da subsistência. Constituem a mão de obra das fazendas e dos engenhos de cana que criam animais e que cultivam, além de culturas de subsistência, lavouras comerciais, de interesse da classe dos fazendeiros e senhores de engenho. Ao integrar a *gens* fazendeira, eles reforçam, consciente ou inconscientemente, a autoridade dos senhores rurais ou do pater-famílias, embora sua condição não seja “essencialmente guerreira”, como a dos servos, colonos, vassalos e bucelários da Europa medieval (ver Herculano, 1908, p. 104-105).

Essa categoria social é extremamente volúvel. Isto se deve ao caráter privado do trabalho do morador, que os deixa livres das classificações do poder público. Dependendo da região e do trabalho desempenhado, eles podem ser chamados de agregados, roceiros, parceiros (se desenvolverem atividades de parceria), foreiros (se pagam foro e moram nas terras da fazenda) etc. Ao abandonarem as fazendas, por causa das longas estiagens, ganhavam a alcunha de retirante ou flagelado, e, se fossem alistados para trabalhar nas obras públicas contra as secas, eram chamados de cassacos¹⁷. Nessa tese, optei por moradores, em vez de agregados, porque no semiárido a categoria “morador” é mais comum que agregado. Nesta região, agregados e moradores não são, na maioria das vezes, sinonímia, podendo até significar posições sociais distintas. Por tudo isso, pode-se dizer que essa volubilidade os prejudica na luta pelos seus direitos (ver, por exemplo, Moura, 1988).

Os moradores eram, pois, trabalhadores livres: no passado “os moradores constituíam o principal modo de emprego para o trabalhador livre” (GALLOWAY, 1971 *apud* EINSEBERG, 1989, p. 59). Tendo autonomia, seus bens lhes pertencem, e os

¹⁷ “Cassaco é chamado [...] o simples sertanejo de rêde-nas-costas que vive no ciganismo do trabalho das construções públicas”. (FARIA, 1966, p. 104)

proprietários não podem se apoderar deles: embora os proprietários tenham tomado seus bens e benfeitorias (lavouras, sítios, currais, casas, cercas, etc). Tendo autonomia, eles podem abandonar a propriedade à qual estão ligados: apesar dos proprietários prendê-los por dívidas contraídas no barracão das fazendas. Tendo autonomia, eles buscaram se diferenciar dos trabalhadores escravos: embora a classe fazendeira pretenda anular suas diferenças de *status*. Estas contradições são inerentes à condição de morador, que lhe atribui autonomia e liberdade, mas que o deixa sujeito à propriedade, em virtude da sua dependência econômica para com o proprietário de terras. Por isto, ao problematizar a condição social do protagonista da morada, deve-se refletir a partir das dimensões autonomia e sujeição¹⁸.

Em condição permanente de anomia social, os trabalhadores livres tornaram a estrutura da sociedade colonial complexa. Porque eles eram livres, portanto não eram escravos. Eles eram livres, mas não, proprietários de terras nem de escravos. Eram livres, mas dependentes, sujeitos. Participavam, pois, de uma camada intermediária que não se podia isolar, mas que podia ser excluída, como foi por essa sociedade que os marginalizara num processo contínuo de desclassificação social. Sendo assim, só eram aceitos socialmente quando estavam sujeitos a um fazendeiro ou senhor de engenho. Quando se entregavam à sua liberdade (autonomia), eram tidos como “vadios”, “indolentes”, “viciados”, “desanimados” etc (ver Moura, 1998). Sua autonomia, portanto, não era aceita pela classe fazendeira: para ela os homens livres só mereciam respeito, quando eles estavam sujeitos à propriedade da terra.

No seu livro *O campesinato brasileiro*, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 26) escreve que “No Brasil, durante muito tempo se negou a existência de

¹⁸ Por causa dessas contradições, os cientistas sociais têm evitado a categoria clássica “trabalhador livre” para refletir sobre os moradores. Ao tratar os moradores de homens livres, perde-se a dimensão da sujeição, que é própria da sua condição social, como indicam as novas metodologias das ciências sociais. Todavia, busco aqui um equilíbrio: analiso a categoria clássica “trabalhador livre”, sem perder a dimensão da sujeição da sua condição social, e as categorias nativas (“trabalhador sujeito” e “trabalho preso”) que dão mais relevo à sua sujeição que à sua autonomia. Porque, desta forma, questiono os diferentes significados dessas categorias tanto na longa duração quanto na época contemporânea. Com efeito, não se pode deixar de explorar a dimensão da autonomia, mesmo que esta dimensão esteja condicionada à sujeição que eles estão submetidos nas propriedades rurais. Porque não há nada mais que possa diferenciá-los dos escravos, se esta dimensão for negligenciada. Agora, como o trabalho livre conviveu com o trabalho escravo, sendo contaminado por toda ordem de violências característica da escravidão, e como a mentalidade da classe dominante igualava os homens livres (nacionais ou imigrantes) aos escravos, é difícil para os teóricos realizar essa necessária distinção sem cometer erros e contradições. Como então posso distingui-los? Esforço-me, portanto, em diferenciá-los, tendo como base de fundamentação as particularidades do trabalho livre nas caatingas.

uma camada camponesa”. Ela afirma que os autores pensavam que, após a abolição da escravatura, o trabalho assalariado ou uma servidão disfarçada substituiriam o trabalho escravo nas empresas rurais de tipo capitalista. Porém, ao fazer a crítica a esses autores, ela afirma que: “Na verdade, houve em todos os tempos um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas de criação e tendo a seu cargo a produção de abastecimento para estas empresas e para os povoados”. Este campesinato livre não se compunha apenas de sitiantes independentes, mas também de moradores: “Não raro, o fazendeiro admitia em suas terras moradores que cultivavam para a sua subsistência, pagando o aluguel da terra e dando dias de trabalho nas plantações do proprietário”. Mesmo assim, as classes dominantes negaram a existência deste campesinato livre – sitiantes, moradores, posseiros etc.

Ao estudar o trabalhador livre na civilização do café, Maria Sylvia Carvalho Franco (1997, p. 105) diz que a camada dominante aproxima o homem livre do escravo “e estabelece uma desigualdade, às escancaras, entre o proprietário e o homem sem posses, distinguindo a natureza dos encargos a que estariam legalmente sujeitos”. Mas, nas contradições da “sociedade senhorial”, a camada dominante compreende “a solicitação do homem pobre para ações que pressupõem reconhecer seus atributos humanos”, aceitando sua palavra de honra para efeitos legais. Deste modo, a autora explica que as contradições em torno desse homem se devem ao fato de ter sido seu destino regido por dois princípios divergentes de ordenação das relações sociais – “associações morais” e “ligações de interesses”. Nessa sociedade surgem então dois tipos contraditórios de consciência: a “consciência da diferença” e a “consciência niveladora”. A tensão entre estas consciências ora fez dos agregados e dos camaradas “os mais desvalidos dos homens livres”, ora lhes tornava “os mais qualificados para enfrentar a ordem estabelecida”. Em razão da tensão entre estas duas consciências, os trabalhadores livres viveram entre o “estado real de sujeição” e o “estado real de autonomia”.

Convivendo com escravos e senhores – “categorias nitidamente definidas e entrosadas” (SOUZA, 1986, p. 63) – essa camada intermediária foi assumindo importante papel na sociedade colonial. Como nessa estrutura social ela não estava claramente configurada, a categoria de homens livres “foi assumindo o caráter de desclassificação”. Eles eram os desclassificados: os desclassificados das obras públicas onde era frequente seu emprego, ou os desclassificados do ouro, como Souza (1986) chama os trabalhadores livres das Minas Gerais no século XVIII. Deste

modo, essa camada intermediária tinha suas peculiaridades, que as diferenciava da camada dominante dos senhores e da camada dominada dos escravos. Como ressalta Souza (1986, p. 63): “[...] essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório”. A autora ressalta que essa camada realizou trabalhos que os escravos não podiam desempenhar, “ou por ser anti-econômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil [...]” (p.63). Ressalta também que esses homens livres moravam mal, comiam pessimamente e vestiam pior ainda: que eles assim “viviam costeando a desclassificação, constantemente empurrados para ela pelo sistema econômico e pelas violentas superestruturas de poder” (p. 147). Portanto, ela sustenta que eles mantinham com a sociedade colonial escravista “uma relação contraditória de incorporação e exclusão”, na qual “seus caracteres específicos só podiam ser esclarecidos à luz do escravismo, que os engendrava” (p. 148).

Ao criticar a sociedade colonial, Florestan Fernandes (2010, p. 65-66) escreve que, entre os senhores e escravos (os dois extremos da escala social), estava a população livre – mestiça de brancos e indígenas – que estava situada em uma posição ambígua, visto que “se identificava com o segmento dominante em termos de lealdade e de solidariedade, mas nem sempre se incluía na ordem estamental”. Para o sociólogo essa população foi ainda mais marginalizada nas áreas de maior crescimento econômico, ou seja, nas áreas em que os escravos eram a força de trabalho dominante: “[nestas áreas], esse setor ficava largamente marginalizado, protegendo-se sob a lavoura de subsistência mas condenando-se a condições permanentes de anomia social”.

Em *O Nordeste*, Gilberto Freyre (1985, p. 151), comparando as condições de vida dos escravos com as dos moradores dos engenhos, defende que as condições de saúde dos escravos eram melhores, e isto se devia à assistência patriarcal que era dada a eles: “[...] o trabalhador livre vem sendo mais desprestigiado em suas condições de saúde do que outrora o trabalho escravo, [...] dos engenhos patriarcais, quando sua alimentação já era superior à dos brancos pobres [...]”. Desta forma, as engrenagens do engenho patriarcal seriam para ele mais humanas com o braço escravo do que com o homem livre. Para demonstrar que a diária do morador não cobria suas despesas e, portanto, deixava-o em condições desumanas, Gilberto Freyre (1985, p. 152) cita os resultados do documento *Coleção dos Trabalhos do*

Conselho Geral de Salubridade Pública da Província de Pernambuco (1849), que sobre a família típica do morador concluiu: “Com taes condições esta família não deixará de sofrer, sua organização não terá o completo desenvolvimento, sua quantidade de trabalho será menor, e má será sua prole [...]”. Devido aos desequilíbrios profundos na vida e na alimentação da “gente das casas de barro” (“moradoras nos engenhos de cana”), o mestre de Apipucos (1985, p. 79) coloca em dúvida sua liberdade, ao declarar que essa gente pobre era “aparentemente livre”, porque era “impedida, como se fosse escrava, de criar bicho, de plantar legume, de cultivar a terra doutro jeito que não fosse a serviço – e serviço imediato – da monocultura da cana e dos seus senhores”. Com a monocultura hegemônica da cana, na Zona da Mata, desenvolveram-se então “relações de extrema ou exagerada subordinação” de toda variedade de vida humana e animal ao pequeno grupo de homens brancos – “donos dos canaviais, das terras gordas, das mulheres bonitas, dos cavalos de raça”. Nas palavras do velho sociólogo (1985, p. 47): “Cavalos de raça tantas vezes tratados melhor que os trabalhadores da bagaceira”.

Peter Eisenberg (1989), diante do esquecimento a que os homens livres foram relegados, chama-os de “homens esquecidos”. Ao concordar com os observadores do século XIX, o autor (1989, p. 44) diz que “o destino dos moradores não era dos mais felizes”, principalmente em virtude da sua condição instável: “[...] eles não podiam ter certeza de que iriam acordar no mesmo lugar onde deitaram para dormir” (1989, p. 44). Assim, para morar em terra alheia, “na cabana de sapé miserável”, ele devia se comportar bem e servir, seja como “instrumento de luxúria, de vingança particular, de aversões e rivalidades políticas [...]”. Refletindo sobre a categoria “trabalhador livre”, o autor diz que os trabalhadores livres na zona açucareira não viviam melhor que os escravos. Ou de um modo diferente: “[...] poucos [dos trabalhadores livres] – antes ou depois de 1888 – chegaram a viver melhor do que os próprios escravos” (1977, p. 201). Apesar do trabalhador livre ter a liberdade básica de deixar o emprego – direito este negado ao escravo – Eisenberg (1989, p. 105) lembra que “[...] essa liberdade não deveria ser exagerada”, porque não havia empregos na região. Ele afirma (1977, p. 225) neste sentido que “o trabalhador rural livre [...] conseguiu bem pouca vantagem material sobre o escravo”, que sua razão “era virtualmente a mesma”, “seu emprego mais incerto” e “sua recompensa insignificante, a não ser que tivesse alguma habilitação especial”. Diz ainda que as vantagens de escolher onde e quando trabalhar e de não ser submetido a castigos

corporais com tanta frequência “podem não ser compensação adequada por seu padrão de vida degradado”.

Ainda sobre essa região, Garcia Jr. (1983, p. 21) diz que “para os trabalhadores não-escravos, o *status* jurídico de homem livre não parece estar associado à independência frente aos grandes proprietários”. Porque eles “faziam parte da rede de subordinação pessoal ao grande proprietário de terras”, como os escravos. Não podiam plantar sem o consentimento do proprietário e, assim, a “grande plantação aparece como excludente de um campesinato livre, isto é, de trabalhadores agrícolas que tenham acesso direto à terra, dela extraíndo, mediante o trabalho familiar, o produto necessário à sua existência”.

Manuel Correia de Andrade (2011, p. 105), após alegar que o regime alimentar de moradores e escravos era deficiente, designa as formas que os proprietários tinham para prender o trabalhador residente no engenho. Tais formas consistiam em dar aos trabalhadores assistência médica, farmacêutica e dentária (extração de dentes). Entretanto, havia ainda para a realização desse objetivo o costume extremamente ofensivo à liberdade dos moradores que era a “compra do trabalhador”, na qual:

[...] o proprietário facilitava ao trabalhador pequenos empréstimos; este, ganhando pouco, com família numerosa e abastecendo-se em barracão que cobrava sempre preços elevados, ia semanalmente fazendo novos empréstimos, novas dívidas. Quando o débito se elevava, o proprietário começava a negar novos empréstimos, alegando que a conta estava grande. Ameaçava de um desconto semanal no salário a fim de que fosse feita a amortização do débito. O trabalhador, desesperado, procurava sair para outra propriedade, mas o credor não consentia que ele se mudasse se não saldasse a conta. Então ele pedia um empréstimo equivalente ao débito anterior e se mudava; não era livre, porém, porque “se vendera ao novo proprietário” e só poderia sair de suas terras quando pagasse a importância devida. Incrível é que, quando o morador não encontrava quem o comprasse e saía à noite fugido – esta a expressão usada – da propriedade do credor, era comum que este conseguisse o apoio de uma autoridade que fosse prender o foragido onde estivesse a fim de que ele trabalhasse para o credor e saldasse o débito. Às vezes, o trabalhador que fugia ficava na propriedade do credor trabalhando durante o dia e permanecendo à noite preso em um quarto sob guarda dos vigias em verdadeiros cárceres privados. Embora hoje esteja tornando-se esporádico, ainda ocorre a imposição de castigos corporais a trabalhadores. (ANDRADE, 2011, p. 131-132)

Esta situação lembra a descrita por Euclides da Cunha (1999, p. 13) sobre a extração da borracha na Amazônia: “a qual o homem trabalhava para escravizar-se”. Nota-se que a liberdade do homem livre tinha determinado preço, que variava conforme o débito que o prendia ao engenho. Ao adentrar em um novo engenho, os

ciclos de dívida e prisão se renovavam. Os homens livres assim importunavam a classe fazendeira, justamente porque eram livres. Diante disto, a classe fazendeira lançava mão de todos os artifícios para acabar com a liberdade desses trabalhadores que perambulavam de um engenho a outro.

No *Congresso Agrícola do Recife* (em 1878), as falas dos proprietários deixaram isso patente, pois era desejo deles que o Estado aprovasse uma lei que regulasse e tornasse obrigatório o trabalho do homem livre. Oscar Destibeaux (CEPA, 1978) – participante do *Congresso* – queria, por exemplo, uma lei que obrigasse os indivíduos das classes pobres, cuja profissão era ser vadio e cujo direito era ser preguiçoso, “a terem uma residência e profissão honesta”. Aos proprietários, sua proposta de lei criaria “um imposto proporcional ao número de adultos residentes em suas terras”, podendo ser reembolsados por meio de serviços, e com direito à ação subsidiária contra “outro proprietário que arranchasse os agregados do primeiro, sem terem quitação deste”. Conforme Destibeaux (CEPA, 1978), só deste modo se encerraria com esse triste *status quo* dos homens livres. Em outras palavras, “esse triste *status quo*” era sua liberdade, que deveria ser evitada porque, na visão da classe fazendeira, os pobres não deveriam ser livres.

Se através da categoria “trabalhador livre” tem-se a sobreposição da dimensão da sujeição, o que pensar da categoria nativa “trabalhador sujeito”? Ou “trabalhador preso”? Em seu estudo sobre os posseiros da Ibiapaba (Ceará), Barbosa (1990) trabalha com essas categorias que surgiram nas representações dos posseiros, preterindo assim a categoria “trabalhador livre”. É interessante notar que nessas representações os posseiros separam as duas dimensões (autonomia e sujeição) características dos trabalhadores livres. Os posseiros defendem então que só eles usufruem de liberdade, porque trabalham em terra livre, não têm horário, são donos de sua produção, podem criar animais etc.” (BARBOSA, 1990, p. 26-27). Eles são autônomos, mas não, sujeitos. Pois o “trabalhador sujeito” para eles é o parceiro/rendeiro ou o morador, porque “tem patrão, trabalha em terra alheia, paga renda, faz como o patrão quer, etc”. Desta forma, perde-se totalmente a dimensão da autonomia que os moradores poderiam ter, por menor que ela fosse. Há ainda a categoria “trabalhador preso”, que representa o assalariado, que “vive preso a um patrão, tem horário, não vê os filhos crescerem, etc”. Sob esta ótica, o trabalhador livre para o capital está preso, e os trabalhadores que realmente são livres (“libertos”) são aqueles que detêm o controle do processo de trabalho.

Sigaud (1979) e Garcia Jr. (1989), em suas pesquisas sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, também trabalham com a categoria nativa “trabalhador liberto”. Da mesma forma que os posseiros da Ibiapaba designaram, o significado desta categoria é o oposto de morador, ou seja, “trabalhadores sujeitos”. Ela representa sobretudo o trabalhador que não tem mais vínculo com a fazenda ou engenho, que é portanto “liberto”, “independente”¹⁹. Porém, tanto Sigaud quanto Garcia ressaltam o preço de ser “liberto” nesse contexto: enquanto os trabalhadores sujeitos (os moradores) tiveram sua situação de trabalho regulada pelos direitos trabalhistas (férias, repouso remunerado, feriados, décimo terceiro salário), os “libertos”, morando “na rua”, ficaram sem direitos, realizando seu trabalho clandestinamente²⁰. Mesmo assim, o “liberto” é aquele que saiu da dependência do patrão, apesar de não usufruir dos direitos trabalhistas, como os moradores.

Na literatura, especialmente nos romances que têm os engenhos de cana-de-açúcar como cenário, os moradores estão destituídos de humanidade. Em São Bernardo, por exemplo, os moradores são considerados pelo narrador-personagem Paulo Honório como “bichos”, “animais tristes”, “brutos escuros, sujos, fedorentos a pituim, molambo, besta como aruá, infelizes etc”. Paulo Honório assim fez de Rosa – sua moradora e esposa do morador Marciano – seu instrumento de luxúria. E para Marciano dedicava-lhe maus-tratos (RAMOS, 1997, p. 107-108):

[Marciano]: Nunca vi gado comer tanto. E ninguém aguenta mais viver nesta terra. Não se descansa.

[Narrador-personagem Paulo Honório]: Era verdade, mas nenhum morador me havia falado de semelhante modo.

– Você está se fazendo besta, seu corno? Mandei-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. Levantou-se zozzo, bambeando, recebeu mais uns cinco trompaços e levou outras tantas quedas. A última deixou-o esperneando na poeira. Enfim ergueu-se e saiu de cabeça baixa, trocando os passos e limpando com a manga o nariz que escorria sangue.

Essa gente faz o que se manda, mas não vai sem pancada. E Marciano não é propriamente um homem.

[Madalena, esposa de Paulo Honório] Por quê?
Eu sei lá. Foi vontade de Deus. É um molambo.

¹⁹ Garcia Jr. (1989, p. 88) explica desse modo a oposição entre libertos e sujeitos: “L’opposition entre *libres et assujettis* est d’abord une opposition de résidence, entre ceux qui sont désignés comme *libres* et habitent une maison qu’ils possèdent ou qu’ils louent em dehors des domaines, et ceux qui sont désignés comme *assujettis* et qui occupent gratuitement une maison située à l’intérieur des domaines”. (Grifo do autor)

²⁰ Como fez Sigaud (1979, cap. V.), é importante dizer que, ao ter sua situação de trabalho regulada, o morador não deixa de ser submisso; e, nem todos “libertos” ficam sem direitos, eles podem ser fichados em algum engenho, sem precisarem residir neles.

Portanto, percebe-se que assim como a literatura, a categoria clássica trabalhador livre e categoria nativa sujeito (*assujetti*) salientam mais a dimensão da sujeição que a dimensão da autonomia. Esta sujeição se torna mais evidente a partir da categoria “trabalhador sujeito”. A dimensão da autonomia – sua liberdade, o direito de ir e vir, de trocar de patrão etc. – está presente de forma muito tímida no debate sobre o trabalhador livre. Esta dimensão se encontra, neste estado, porque negaram a existência do homem pobre e livre; porque a classe fazendeira o aproximou do escravo; porque sua condição social era a dos mais desvalidos; porque os moradores moravam mal, comiam mal e se vestiam mal; porque eles viviam em condições permanentes de anomia social (condição instável); porque não tinham terra; porque tinham patrão que não os deixava criar animais; porque tinham horário de trabalho; porque tinham que vender sua liberdade para quitar suas dívidas... Com esta configuração social, discutir a autonomia dos homens livres se torna uma tarefa de grande complexidade.

Todavia, faz-se necessária essa discussão, especialmente quando se discute o *status* do trabalhador livre (do morador) da região semiárida. Porque existe, até mesmo por parte da historiografia, a reprodução de um discurso generalizante em torno do “homem livre nacional”. Um exemplo disso está em *Da Senzala à Colônia*, de Emília Viotti da Costa. Ao falar do Nordeste, a autora destaca a Zona da Mata, não se atendo à região semiárida nem ao papel que nela desempenhou o trabalho livre. Influenciada sobretudo pelas circunstâncias históricas do Vale do Paraíba, ela informa que os “fazendeiros das regiões menos produtivas não tinham condições de atrair trabalhadores livres”. E ao citar Augusto Millet e concordar com ele, Costa (2010, p. 43) diz, em relação à *plantation* açucareira, que, “para a grande maioria dos fazendeiros do Nordeste, o escravo continuava, na sua opinião [de Millet], a ser mão de obra preferida”. O semiárido (região menos produtiva), cuja principal mão de obra era do trabalhador livre, está desse modo ausente de sua análise. A historiadora, pois, deixa de assinalar que havia regiões que, além de não poder adquirir o braço escravo, tinham que criar condições para forçar o homem livre a trabalhar nas fazendas, como aconteceu no semiárido, mediante a posse extemporânea das terras de trabalho na mão de poucas pessoas, criando então um trabalho livre bem peculiar. Trabalho este que não era similar ao labor escravo mas que exigia certos vínculos com os proprietários de terra.

Os números também revelam que, no semiárido, o braço escravo não era a força de trabalho dominante e que desde o início da colonização desta região a solução para as fazendas estava no braço livre. Em 1762, por exemplo, 87% da população cearense era livre (PORTO ALEGRE, 1989/1990, p. 14). No decorrer do século XIX, este número foi crescente. Por isto, a província do Ceará se tornou a primeira a abolir a escravidão. Foi por causa da diferença entre livres e escravos que afirmam, como faz Pinheiro (2008, p. 112 e 136), que no Ceará “o trabalho escravo era praticamente inexistente” ou que a “participação do escravo foi insignificante [...]”²¹. Para compreender essa diferença, o Censo de 1876 demonstra a predominância de homens livres no Ceará:

Tabela 1: População Livre e Escrava por Província - 1876

Província	Livres	Escravos	Total	% Escravos
Amazonas	56.631	979	57.610	1,69
Pará	247.779	27.458	275.237	9,97
Maranhão	284.101	74.939	359.040	20,87
Piauí	178.427	23.795	202.222	11,76
Ceará	689.773	31.913	721.686	4,42
Rio G. do Norte	220.959	13.020	233.979	5,56
Paraíba	354.700	21.526	376.226	5,72
Pernambuco	752.511	89.028	841.539	10,57
Alagoas	312.268	35.741	348.009	10,27
Sergipe	153.620	22.623	176.243	12,83
Bahia	1.211.792	167.824	1.379.616	12,16
Minas Gerais	1.669.276	370.459	2.039.735	18,16
Espirito Santo	59.478	22.659	82.137	27,58
Município Neutro	226.033	48.939	274.972	17,79
Rio de Janeiro	490.087	292.637	782.724	37,38
São Paulo	680.742	156.612	837.354	18,70
Santa Catarina	144.818	14.984	159.802	9,37
Paraná	116.162	10.560	126.722	8,33
Rio Grande do Sul	367.022	67.791	434.813	15,59
Goiás	149.743	10.652	160.395	6,64
Mato Grosso	53.750	7.667	60.417	12,69
Total	8.419.672	1.510.806	9.930.478	15,21

FONTE: Diretoria Geral de Estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos de 1876, Rio de Janeiro, Tip. Hipólito José Pinto, 1877. *Apud* PORTO ALEGRE, 1985/1986, p. 111

Dentre estas províncias e o município neutro, o Ceará se destacou assim pela menor porcentagem de escravos. O número de trabalhadores livres nesta província era, pois, vinte vezes maior que o de escravos. A população de homens livres se tornou, então, submissa, devido à alta concentração fundiária no semiárido, e isto foi fundamental para o estabelecimento do sistema de moradores. Como nessa

²¹ É importante dizer, que mesmo defendendo que o braço escravo era diminuto nessa província, Pinheiro (2008, p. 112) afirma o caráter escravista da formação social cearense.

formação social os fazendeiros necessitavam do homem livre, o trabalho livre, que praticamente não sofreu concorrência do trabalho escravo, assumiu aspectos diferentes de outras regiões econômicas, distinguindo, por conseguinte, os trabalhadores livres. Em razão disso, não se pode confundir o trabalhador livre das caatingas com os maníobeiros do Piauí, que eram, nas palavras de Arrojado Lisboa (2010, p. 41), “dóceis escravos do patrão”. Também não se deve julgá-lo semelhante aos trabalhadores livres da Zona da Mata, que concorriam com o braço escravo, como assinala Joaquim Nabuco (2010, p. 155). E tampouco defender que ele era igual ao paulista andejo, que podia se manter “sem vínculos” no final do século XIX, porque à época ainda havia terras desocupadas para desbravar em São Paulo (FRANCO, 1997, p. 34).

Contudo, não afirmo que o homem livre do semiárido foi mais bem-sucedido que os homens livres do planalto paulista, dos engenhos de Pernambuco e do Alto Gurgueia; que ele morava bem, comia bem e se vestia bem; que podia fazer o que desejasse nas propriedades alheias; que não era sujeito e que não era vítima de preconceito. Não sigo por tal vereda: quero apenas salientar que nessa região o escravismo não desempenhou um papel decisivo; que os trabalhadores livres não faziam parte de uma “camada intermediária”, mas que estavam posicionados num dos extremos da sociedade colonial (ocupando, pois, o lugar que era dos escravos em outras regiões), e que tudo isso fez com que o trabalho livre (do morador) assumisse traços distintos.

Sigo aqui, então, as pegadas deixadas por Florestan Fernandes (2010, p. 65), quando ele afirma que essa população livre foi “largamente marginalizada” – nas áreas de maior crescimento econômico (São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro). Portanto, nas áreas de menor crescimento econômico, como na região semiárida, deu-se o contrário: a população livre não estava “largamente marginalizada”. As diferenças entre os homens livres das áreas de menor crescimento econômico e os homens livres das áreas de maior crescimento econômico podem ser realmente tênues, mas são fundamentais para compreender por que o sistema de moradores se consolidou nas zonas tradicionais de pastoreio. Nelas o braço escravo foi diminuto, limitado ao trabalho doméstico, como diz Teófilo (2002), sendo o trabalho nos currais e nas lavouras executado majoritariamente pelos trabalhadores livres (vaqueiros e moradores). Assim, muito antes da abolição, o trabalho livre já estava consolidado na região (ver Porto Alegre, 1985/1986). Diferentemente, pois, de

Pernambuco, onde, somente com a abolição, os moradores se transformaram na principal mão de obra dos engenhos (CEPA, 1978), ao substituírem o braço escravo, que se tornou livre. Diferentemente, também, da área cafeeira, na qual o homem pobre livre, em comparação com o escravo, não tinha “relevância para os interesses da classe dominante”, como frisa Franco (1997, p. 104). Isto, sem dúvida, ocorreu em São Paulo, mas não no Ceará, onde a população livre foi essencial para a estrutura de poder e economia das fazendas de gado.

No semiárido, portanto, os homens livres ocupavam posição relevante para os interesses da classe fazendeira. O trabalho com o gado, o algodão e as lavouras de subsistência dependiam do trabalho desses homens. A classe fazendeira devia contar com eles, pois não tinha grande número de escravos. Sendo assim, a economia da região lhes deu uma estrutura social configurada, o que lhes possibilitou trabalho e acesso aos meios de subsistência. A relação proprietário de terras-morador foi se tornando então fundamental para o estabelecimento da economia regional. Um exemplo disso está no final do século XIX, mais precisamente, no contexto do *boom* do algodão, cujo trabalho foi realizado pelos moradores. É por tudo isso que se deve diferenciar os trabalhadores dessa região dos homens livres de áreas mais desenvolvidas.

Ao contrário das áreas de maior relevância econômica, foi no semiárido onde as relações de proteção e serviço se multiplicaram. Como estas relações de moradia não sofreram forte influência da instituição da escravidão, pode-se dizer que os fazendeiros trataram mais humanamente os moradores? Não afirmaria tal sentença, mas diria que o sistema de moradores que foi se estruturando no semiárido possibilitou aos moradores as condições necessárias para que sua autonomia se tornasse socialmente mais aceitável. Isto se deve também ao fenômeno da seca que, regularmente, libertava os moradores do domínio dos fazendeiros (se os fazendeiros não conseguissem o apoio do governo para manter os retirantes em suas propriedades durante a emergência). Portanto, tudo indica que os moradores dessa região, apesar da sujeição, tiveram maior autonomia e liberdade que seus pares de outras áreas, senão a economia das fazendas de gado e algodão não teriam se desenvolvido e o sistema de moradores não teria se estruturado e se conservado em um período de longa duração.

3.2 Fazendeiros: diletantes e oligarcas

O poder e prestígio da classe fazendeira, oriundos de uma estrutura agrária altamente concentrada, são cobiçados e fazem do indivíduo, que é proprietário de terras, modelo de moralidade e liderança. Na fazenda, sua figura patriarcal controla a todos (família, moradores, escravos, vaqueiros etc). No campo e até mesmo nas vilas do interior, ninguém se atreve a censurá-lo abertamente. Desde o período colonial, forma a elite política dos seus respectivos estados e municípios, dispondo de grande força social para fazer frente a outras classes igualmente poderosas e para desviar a ação estatal do bem comum para seus negócios particulares.

Como características dos integrantes da classe fazendeira, têm-se o diletantismo e a tendência à oligarquia. Mas, diferentemente do que acontece com os moradores (trabalhadores livres), que ficam entre os polos da liberdade e da sujeição, estas características não se contradizem, pois o indivíduo assim pode ser oligarca e diletante ao mesmo tempo. O diletantismo dos fazendeiros está na falta de experiência técnica e profissional com as atividades rurais e na forma como eles encaram a agricultura: que, na maioria das vezes, é como atividade secundária em relação ao seu negócio principal, especialmente em áreas onde não há condições favoráveis ao desenvolvimento agrícola, como no semiárido. “Situar fazenda” é, na maioria das vezes, um passatempo ou um *hobby* para fugir das cidades e descansar no campo. E, ao encarar os negócios rurais como atividade de somenos importância, o fazendeiro não deixa de explorar seus trabalhadores – de querer lhes tirar a liberdade e o *status* de cidadão.

A tendência à oligarquia – o oligarquismo – acompanha sua história e é demonstrada principalmente no desprezo dessa classe pelo regime democrático²². Oliveira Vianna neste sentido chama a atenção para a organização oligárquica dos nobres da terra. “Esses magnatas – diz Vianna (1952, p. 144) – assim tão acentuadamente rurais, fecham-se numa sorte de casta, apoderam-se do governo da cidade e constituem-se em verdadeira oligarquia”. Havia para o autor um “vigoroso

²² A concepção de oligarquia que adoto é “governo de poucos”, ou melhor, de “governo dos ricos”. Portanto, reforço aqui o sentido negativo do termo. O que me interessa é demonstrar como essa forma de governo tem sido predominante na história política do país, sobretudo por causa do poder econômico da classe fazendeira. Classe esta que se organiza em oligarquias, impedindo assim qualquer avanço democrático no país. Isto é, impedem, por meio de currais eleitorais, compra de votos, coronelismo eletrônico e golpes, que o sistema político brasileiro se torne uma democracia de alta intensidade.

trabalho de depuração e filtragem, tendente a eliminar do corpo político os que não são proprietários de terras”. Surge assim uma estreita correlação entre o “direito político” e a “propriedade da terra”, que para o autor “há de forçosamente fazer com que a aquisição desta se torne menos facil, menos acessível – mais seletiva, portanto”.

O diletantismo e o oligarquismo da classe fazendeira atrapalham nesse sentido o desenvolvimento do meio rural. Em relação à economia agrícola, o diletantismo dos proprietários rurais é um dos seus grandes entraves. Mas de onde vem essa tradição diletante que tem marcado a sociedade agrária brasileira? Conforme os sociólogos e historiadores, essa falta de destreza com as coisas do campo vem da metrópole, pois Portugal, na época do descobrimento, já não era mais um país agrícola, mas sim mercantil, e, além disso, o “espírito aventureiro” do luso era incompatível com a lide agrícola. “Seu ideal – diz Sérgio Buarque (1995, p. 44) – será colher o fruto sem plantar a árvore”.

3.2.1 O diletantismo

Em sua leitura racista da história, Oliveira Vianna (1956, p. 55-57) afirma que é no campo que se forma a nossa raça e que desde “os primeiros dias da nossa história temos sido um povo de agricultores e pastôres”. No entanto, neste ponto ele acentua a diferença entre o “natural da terra” – “essencialmente rural” ou de “temperamento fundamental de homem do campo” – e o “ádvana” – “de espírito comercial”. Para ele, então, os colonos peninsulares chegaram ao Brasil dominados por preocupações comerciais. Mas, ao contrário da Índia, encontraram uma terra de aborígenes e sem nenhuma tradição comercial. Destarte, a “ausência de riqueza organizada, essa falta de base para uma organização puramente comercial, é que leva os peninsulares para aqui transplantados a se dedicarem a exploração agrícola”. Foi, portanto, a necessidade da conquista da terra que levou os portugueses a buscarem a fundar a atividade agrícola.

Sérgio Buarque (1995, p. 73) diz assim que os portugueses não fundaram uma civilização agrícola no Brasil, mas sim uma civilização de raízes rurais. Para entender esta diferença, é preciso acompanhar o autor de *Raízes do Brasil* em sua discussão sobre o “tipo aventureiro” que o português encarnou no Novo Mundo. Para

ele, isso aconteceu porque primeiro o “gênio aventureiro” não conduzia a uma civilização tipicamente agrícola. Depois, a população escassa do reino não permitiu uma emigração em larga escala de trabalhadores rurais. E, por fim, “pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar [...], em Portugal, posição de primeira grandeza”.

Gilberto Freyre (1987, p. 67-69), apesar de concordar com Oliveira Vianna, relativiza o desapego dos portugueses às lavouras. Por isto, ele é criticado por Sérgio Buarque que não admite tratar de modo diferente essa questão de nossa formação social. Além de reafirmar que realmente os portugueses – “antigo povo de reis lavradores” – tinham se transformado no mais comercializado e menos rural da Europa, em razão do mercantilismo burguês e semita e da escravidão moura e negra, Freyre lembra (p. 69) que não se pode perder de vista que os portugueses “fundaram no Brasil, sobre base principalmente agrária, a maior civilização moderna nos trópicos [...]”. E esta “organização agrária considerável” só foi possível porque ele contou com dois importantes auxiliares: o negro e a mulher índia. Foram eles fundamentais para que os portugueses pudessem “deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal [...] para a criação local de riqueza”. Freyre, assim, não deixa de destacar o esforço quase hercúleo dos portugueses na América tropical, quando eles foram confrontados com as condições naturais de uma terra de clima quente, onde pululam as formas perniciosas de vida vegetal e animal que são inimigas de toda cultura agrícola organizada.

Portanto, o diletantismo dos fazendeiros, que é comum na vida social das fazendas, pode ser visto como manifestação da “escassa disposição dos imigrantes ibéricos para as lides agrícolas”. Era o espírito comercial que os guiava. A agricultura, incerta em solo tropical, foi organizada somente por intermédio do trabalho do negro e do índio. Isto se confirma no tempo presente, quando se vê, tirante a influência decisiva dos descendentes de alemães, italianos e japoneses no setor rural, um desprezo dos nossos empreendedores pela atividade agrícola. Eles só investem nesta atividade, quando governo cria condições extremamente favoráveis para seu desenvolvimento, quando são atraídos pelo estilo de vida dos fazendeiros e dos antigos coronéis e quando praticam o branqueamento de capitais (em outras palavras a tão praticada lavagem de dinheiro). Assim, em virtude de suas condições naturais e história, o semiárido brasileiro se tornou um lugar ideal para esses empreendedores aventureiros.

Além disso, o absentismo dos proprietários de terra também deu impulso a essa prática diletante. Em sua obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Capistrano de Abreu (2004, p. 168) assinala duas fases no regime pastoril, cujo elemento que as distingue é a presença dos fazendeiros. Em sua primeira fase, o absentismo: “homens ricos”, “moradores de outras capitâneas”, “em geral baianos”, “requerem e obtêm sesmarias para onde mandaram vaqueiros com algumas sementes de gado”. Eles, segundo o historiador (2004, p. 168), não visitam suas propriedades porque estariam contentes com os lucros das boiadas. Na segunda fase, os fazendeiros já vão morar em suas propriedades, “ou porque o avultado dos interesses exija sua presença, ou por incitá-los ao espírito de liberdade”, que motivou o povoamento do sertão do Norte, conforme Martius, citado por Capistrano de Abreu. Desde o final do século XIX, ou da incidência das grandes secas, há o retorno da primeira fase, ou seja, do absentismo. Esta prática leva o proprietário ao diletantismo, pois o separa da produção agrícola, do contato com o trabalho e os trabalhadores rurais, deixando suas terras nas mãos de um preposto (gerente ou capataz) que, ao contrário dele, deve entender do funcionamento da indústria agrícola.

Assim, Sobrinho (1917, p. 205) relata que, nos primeiros decênios do século XX, as principais fazendas de criar no Ceará já não eram habitadas pelos proprietários. Sobre os proprietários do Vale do São Francisco, diz Pierson (1972, p. 356): “numerosos fazendeiros residem em pequenas cidades e vilarejos pelos menos durante parte do ano, entregando suas propriedades aos cuidados de administradores, capatazes e vaqueiros”. Duas, pois, eram as causas que faziam os proprietários de terras não habitarem sua herdade: a primeira, o crescimento das vilas e cidades que possibilitava boas oportunidades de colocação para a família fazendeira e oferecia serviços que dificilmente se encontravam no campo, tais como: escola e ambulatório. A segunda, o fato de os proprietários não serem propriamente criadores, mas sim profissionais de outras áreas, que, por algum motivo, tornaram-se proprietários de terra. É neste sentido que Sobrinho (1917, p. 205) descreve o perfil dos fazendeiros do sertão:

Estes são pessoas de certa posição social que vivem nas cidades mais importantes do interior ou mesmo na capital. Visitam o seu estabelecimento rural uma ou duas vezes por ano e recebem a visita do administrador (vaqueiro) várias vezes. Desta forma e ainda com o auxílio da correspondência postal estão a par dos factos mais importantes da fazenda. Quase todos não são profissionais propriamente da criação, tem outro meio

de vida. A maior parte entregam-se a especulações comerciais. Ultimamente, há na capital um certo gosto pelas indústrias pecuárias; muitas pessoas dahi têm adquirido terras no interior e situado fazendas. Esses, também, não são profissionais, mas ordinariamente médicos, engenheiros, bachareis, padres, funcionários públicos, negociante, e capitalistas. Criam por passa tempo, por diletantismo. (Grifo do autor)

“O certo gosto pelas indústrias pecuárias” levava os profissionais liberais, os padres e os capitalistas a se aventurarem no mundo rural. Ter então um casa de campo para o descanso e passeio da família era extremamente valorizado pela sociedade²³. Ao se mostrarem como proprietários de terras, eles ganhavam mais um *status* e autoridade. Em consequência, a atividade agrícola perdia em qualidade, visto que era tratada como passatempo. O capital investido era das sobras do ordenado que recebiam, o que não condizia com o que era necessário para alavancar essa atividade. Assim, eles não a modernizavam, conservando-a em estado rudimentar.

Essa atividade, todavia, não está apenas na mão de amadores: de acordo com Domingues (1941, p. 55-57), existem três “grupos” de fazendeiros no Ceará. O primeiro grupo é do proprietário de fazenda, que, absenteísta, exerce sua verdadeira profissão na capital, deixando suas propriedades nas mãos de um vaqueiro ou gerente, não podendo, por isto, ser chamado de “criador”. Este é o tipo descrito por Sobrinho (1917). O segundo grupo é mais atuante, pois habita no estabelecimento rural, mas, “pôr força das circunstâncias, não difere, ou difere muito pouco da mentalidade sertaneja, em matéria de criação”: na concepção de Domingues (1941, p. 42), isto quer dizer que esse grupo se apresenta “atrasado”, “sem instrução” e “rotineiro”. Está, pois, no terceiro grupo, “a salvação da lavoura”:

Há um terceiro grupo de fazendeiros, que podemos dizer adiantados, que se interessam pelos problemas da pecuária, lêem autores e uma ou outra revista técnica, e que constituem uma vanguarda, é certo, mas caminhando muito devagar, embora na frente às apalpadelas. Estes, ou não dispõem de capital suficiente para melhoramentos, ou lhes falta o fator “braço” habilitado, para a execução de seus anseios de progresso. A eles pertence a glória de terem feito, durante tantos anos, experiências introduzindo raças de gado e plantas forrageiras, e cujos resultados estão, hoje, servindo de algum modo, pelo menos para que as novas gerações de criadores não errem, nas tentativas

²³ Tal costume não se restringia apenas ao Norte, mas era comum em todo o território brasileiro. Possuir terras dava, pois, autoridade social: “[...] a posse de um latifúndio fazendeiro se torna uma aspiração comum a todos os espíritos amantes da tranquilidade e da paz. Os elementos da escola social, os políticos em evidência, os estadistas, como todos os que querem possuir um pouco de autoridade social, procuram o ponto de apoio de um domínio rural [...]” (VIANNA, 1956, p. 104-105).

do mesmo gênero, furtando-as a dissabores e prejuízos. (DOMINGUES, 1941, p. 56)

Pode-se dizer que, no semiárido, esse grupo de fazendeiros faz parte de uma pequena minoria que está longe de distorcer a imagem de diletante do fazendeiro da região. Quando esse grupo começa a tirar da terra grandes lucros, ele logo os direciona para outros setores da economia, temendo os dissabores que podem advir de uma atividade econômica realizada no Polígono das Secas.

Além desses grupos, há ainda os fazendeiros que usam a terra especialmente como curral eleitoral. Os fazendeiros deste tipo são numerosos no semiárido. Eles não se preocupam com a produção agrícola, mas sim com a renda e, principalmente, com os votos dos seus moradores para elegerem os candidatos da sua predileção. Não chegam ao parlamento pela conduta ilibada, riqueza e prestígio originados advindos da terra, mas por meio dos votos dos seus currais.

Essa prática condenável não lhes tira a qualidade de diletante: pelo contrário, reforça tal qualidade. Desta forma, o amadorismo no setor agrícola não se deve somente às condições ambientais do semiárido (secas constantes, solos rasos, topografia acidentada etc.) que são pouco remuneradoras aos investimentos realizados. Por trás dos estabelecimentos rurais, existem, pois, diversas interesses que se encontram muitas vezes distantes da produção agropecuária. Na economia agrícola do semiárido, essa prática amadora tem favorecido a permanência de sistemas de trabalho arcaico, como o sistema de moradores, porque é conservadora – nela não há espaço para inovação. O pouco investimento e conhecimento quase nulo dos senhores rurais pela atividade agropecuária, portanto, ajuda a manter práticas tradicionais que, de certo modo, moldaram-se ao meio geográfico.

3.2.2 O oligarquismo

Em relação à tendência à oligarquia da classe fazendeira, pode-se dizer que ela também tem raízes no passado. A origem deste fenômeno pode estar na força social que a instituição da família sempre desempenhou no país. Gilberto Freyre (1987, p. 18) mostra esta influência, ao dizer que “a colonização portuguesa do Brasil [...] caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural”.

Domínio este que só o poderio da igreja poderia enfrentá-lo. Os efeitos deste domínio a transformaram, segundo o mestre de Apipucos (1987, p. 19), na aristocracia colonial mais poderosa da América. E, assim – ele continua (p. 19): “Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, [...] limitam o poder dos reis e [...] o parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.

Sérgio Buarque (1995), por sua vez, ressalta o poder dos fazendeiros no período monárquico: “Na Monarquia, diz ele (1995, p. 73), eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política [...]”. Esse “incontestado domínio” se traduzia: “elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições [...]”. É nesse sentido que o autor dá destaque ao “espírito de facção” e as “pretensões aristocráticas” do patriciado rural. Eles se organizavam por meio de facções que funcionavam como famílias de estilo patriarcal: eram, pois, os vínculos biológicos e afetivos que mantinham as relações entre chefes e seus descendentes, fêmulos e agregados, preponderando assim sobre as demais considerações. Assim, em seus domínios, só eles tinham a palavra, como os ditadores. Na política, tendiam a se organizar, com seus pares, em oligarquias, cujo objetivo era não deixar escapar o poder do seu restrito círculo.

Oliveira Vianna (1952), ao dissertar sobre a região meridional, diz que o poder público nela avançava e recuava conforme a contextos específicos. Os caudilhos vão assim se aproveitando dos seus recuos para continuar com sua “altiva independência”. Com a descoberta das minas, essa situação é modificada: a Coroa portuguesa reage e os caudilhos passam a sofrer rígido controle e disciplina – “[...] a caudilhagem é rudemente batida [...]” (1952, p. 286). Nas minas, o controle – diz o jurista – é ditatorial, aplacando então as rebeldias de caudilhos ou clãs de magnata. Todavia, com o Código do Processo, em 1832, essa forte organização político-administrativa se altera: “esse código enfraquece de maneira mais profunda o poder geral [...]”, “[...] e o velho caudilhismo local revive e refloresce, com exuberância e energia” (1952, p. 291-292). Assim: “Os órgãos principais do poder local voltam de novo às mãos dos oligarcas territoriais” (p. 292). Têm início novamente suas vinditas e tropelias. Com o Ato Adicional (1834), porém, o poder local é contido mais uma vez,

visto que as assembleias provinciais, criadas por este ato, vão exercer sobre as câmaras municipais uma sufocante fiscalização tutelar. Com este ato, também, criou-se o cargo de prefeito, de exclusiva nomeação provincial. Em consequência, os prefeitos vão executar as leis e nomear os empregados, apropriando-se dessas atribuições do mandonismo local. Apesar do Ato Adicional, conforme o autor (1952, p. 298), o caudilhismo não foi destruído: pelo contrário, modificou-se com o surgimento de apenas um grande caudilho: o caudilho provincial, isto é: o oligarca, personagem que ganhará o papel de protagonista no teatro da República Velha.

Diferentemente dessa região, no semiárido, os potentados locais ficaram livres do controle metropolitano, pois nele não surgiu grande ciclo econômico que despertasse a atenção da Coroa portuguesa. Não houve, pois, por parte dela, controle. Os potentados puderam assim alargar bastante nosso faccionismo. O “sentimento do valor da autoridade pública” demorou a despertar na consciência da sua população, principalmente na dos mandões locais. Vianna (1952, p. 305) admite isso, quando diz: “Só, nos altos sertões, [...] os vastos gerais do São Francisco ainda estremecem com o estrépito do tropel do banditismo indomável”. Devido especialmente ao fenômeno da seca, a presença do Estado na região tem sido, contraditoriamente, de reforço do poder dos régulos e das oligarquias. Deste modo, as oligarquias locais se fortaleceram e, assim, cristalizaram-se em sua história política.

No semiárido, portanto, o fenômeno das oligarquias tem se mantido graças à indústria da seca e à concentração da posse da terra. Assim, a história da região é marcada pelo governo dos clãs rurais – fazendeiros, criadores e “aventureiros”, que conservam as propriedades rurais da sua família com o intuito de fazer delas currais eleitorais. Isto não difere da tese de Paiva (1979, p. 3), quando ela diz que “as secas, o latifúndio e o fazendeiro representaram fatores ou variáveis importantes na ocorrência dos fatos políticos cearenses”. Sobre a elite política do Ceará provincial, a autora (p. 32) afirma que o fazendeiro é neste período uma figura social que “pontifica”, ao substituir o governo central, que está distante, na proteção da parentela que gravita em torno da sua pessoa e, deste modo, ele, como chefe, estende sua influência. Estando seu partido de cima, “[a] indicação ou eleição de elementos seus para os diversos cargos públicos [...] saía de suas algibeiras” (PAIVA, 1979, p. 58). Desta forma: “Os fazendeiros, [...] de modo significativo e quase permanente, formaram as parcelas mais importantes da composição das legislaturas provinciais, ao longo do

Império [...]” (p. 192). Em outras palavras, eles participaram ativamente da elite política da província do Ceará²⁴:

A organização das chapas eleitorais cabia aos chefes partidários. Estes [...] presidiam grandes clãs familiares. Não é difícil concluir que tais chapas incluíssem os nomes de parentes e amigos, além dos seus próprios e, só quando a resistência não fosse possível, aceitassem indicações de nomes estranhos ao seu círculo parental e ao meio. Certos elementos, por suas qualidades e por sua posição familiar, tinham lugar cativo no núcleo elitista. Comprova-se isto pela frequência e permanência de representantes das famílias Alencar, Castro e Silva, Paula Pessoa, Pompeu e Fernandes Vieira, nos postos da carreira parlamentar e nos demais cargos públicos. (PAIVA, 1979, p. 188)

Essas famílias eram de grandes proprietários rurais. Elas usaram, pois, o direito de propriedade que tinham sobre grandes extensões de terra e a organização familiar patriarcal para continuarem dominando o poder local. Suas oligarquias mantiveram por longo tempo o controle de diferentes municípios e até mesmo da província, influenciando o tempo presente com sua maneira de fazer política. Souberam assim se aproveitar das secas e miséria dos trabalhadores rurais para se perpetuarem no poder. Com a república, os meios para manter as oligarquias, tais como o domínio sobre grande número de pessoas e o uso indevido das verbas públicas de combate à seca, não foram obstruídos pelo poder público: pelo contrário, tais meios se multiplicaram no Ceará, na primeira década do século XX, por intermédio da Inspetoria de Seca.

É sabido, porém, que o fenômeno das oligarquias não é peculiar ao Ceará. Durante a Primeira República esta foi a forma de governo utilizada pelas classes dominantes, por meio da política dos governadores, para exercer o poder nos diferentes estados da federação. Mas, no semiárido, o que chama a atenção é a estabilidade desse fenômeno, mesmo após a instauração do Estado Novo, em 1937²⁵.

²⁴ Maria Arair Pinto Paiva (1979, p. 31) utilizou o conceito de elite política de acordo com Bottomore (1964) e Mills (1956). Neste sentido, ela considerou que “a elite política cearense provincial era formada pelas pessoas que efetivamente exerciam o poder político, de acordo com o quadro jurídico-institucional vigente”. E, assim, ela explica (1979, p. 31): “As características da sociedade cearense da época [...] não criou dificuldades ao ajustamento conceitual, pois o poder político não se achava isolado do poder familiar, ambos exercidos por chefes patriarcais que acumulavam, ainda, a direção econômica da propriedade”.

²⁵ Oliveira Vianna (1952, p. 310-311) diz que, ao contrário do que acontece nas áreas de trabalho agrícola, mais propensas à desintegração dos clãs rurais, nas campinas rio-grandenses e nas caatingas setentrionais, isto é, nas áreas onde o regime pastoril é dominante, estes clãs continuam perturbando a ordem social em razão da conservação dos grupos de capangas que eles controlam. Assim: “Essa ourela pastoril, que cerca, como uma bordadura, o vasto quadro tranquilo dos latifúndios agrícolas, é

O sistema oligárquico dos criadores do Vale do Parnaíba, no Piauí, demonstra isso. A biografia do coronel Pedro Freitas, realizada por Domingos Neto (2010), mostra a ascensão social da sua família de vaqueiros-fazendeiros através da exportação de maniçoba e cera de carnaúba. Ao adquirir inúmeras fazendas, ele pôde dispor de um grande número de moradores. Moradores estes que compunham sua milícia particular, com a qual tomou o quartel do exército e o palácio do governo para apoiar a Revolução de 1930²⁶. Com grande poder econômico e militar, então, seu clã se inseriu na administração pública e nela permaneceu firme. Assim, seu pai permaneceu vinte e oito anos como prefeito da cidade de Limoeiro. Quem o substituiu foi seu irmão, Antônio Almendra Freitas. Seu filho, José Gayoso, e seus parentes próximos foram membros da assembleia estadual. Seu primo e cunhado, Jacob Manoel Gayoso e Almendra, sucedeu-lhe no governo do Estado. Seu genro, Petrônio Portella, foi deputado estadual, prefeito da capital, governador do Piauí e presidente do senado. E o coronel foi governador do Piauí de 1951 a 1955 (2010, p. 33-34). Como frisa o autor, a lista de parentes do coronel que desempenharam cargos eletivos na administração pública é enorme, revelando assim a força social da oligarquia nas terras semiáridas do Nordeste.

Assim, a tendência ao oligarquismo da classe fazendeira está inscrita numa longa duração, e, no semiárido, ela continua cheia de vida. Os proprietários de terra e empresários do agronegócio surgem em nosso parlamento, alavancados por suas oligarquias locais. O sistema democrático não tem lhes conquistado e nem muito menos lhes inspirado. Em suas fazendas, o trabalho é escravo ou está organizado sob condições análogas à escravidão. Seus moradores continuam sendo coagidos a

hoje ainda a única paragem agitada, revôlta, tumultuária da nossa terra. Os caudilhos rurais se conservam ali indomáveis e irreduzíveis na sua belicosidade.

“Essa correlação entre a anarquia e o pastoreio explica-se, em parte, pela infixidez a que esse regime econômico submete a população inferior. O trabalho do pastoreio abre aos vaqueiros maiores lazeres, vastos interregnos da sesta quotidiana. De forma que, nas zonas do criatório, a plebe rural se afaz muito naturalmente aos hábitos da gandaíce e da vagabundagem.

“O trabalho pastoril educa o caráter para as ações agressiva; o trabalho agrícola é, ao contrário, um sedativo às índoles mais irritáveis e explosivas: abranda, amega, sensibiliza, domestica”.

Sem, obviamente, concordar com o racismo do autor para com a plebe rural, vejo nesta passagem uma das causas da manutenção das oligarquias no semiárido, ou seja: a continuidade da maioria de sua população na dependência econômica-social de famílias que tradicionalmente detêm a posse dos meios de produção.

²⁶ Apesar de chamá-lo de coronel, Domingos Neto (2010) crítica a elasticidade do conceito que não resiste ao acúmulo de estudos empíricos: assim, para o autor, é errôneo classificar de coronéis figuras tão diferentes como o médico baiano Floro Bartolomeu; Delmiro Gouveia; Zacharias Nicolau; Horácio de Matos; Misael da Silva Tavares; e o professor Antônio Gomes de Arruda Barreto.

votar neles ou em seus parentes. Em razão dessa tendência, os fazendeiros, sejam eles aventureiros ou não, mantêm o sistema de moradores. Este sistema tem assim se alimentado da tendência oligárquica e vice-versa. Assim, pode-se dizer que o amadorismo e o oligarquismo da classe fazendeira são responsáveis pelo atraso econômico, cultural e social dos sertões do Nordeste.

3.3 Gerentes: oprimidos e opressores

Em pedagogia do oprimido, Paulo Freire (1987, p. 33-34) diz: “Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo”. Assim, os oprimidos camponeses na luta por sua libertação se tornam opressores e subopressores. Em vez de se libertarem do modelo de opressor, representado pelos gerentes e fazendeiros, passam a imitá-los quando lhes é dada a oportunidade: eles assim aderem ao opressor, e não aos oprimidos, seus antigos companheiros. Esta aderência, de acordo com o pedagogo, deve-se ao conhecimento de si mesmos, como oprimidos, estar imerso na realidade opressora, identificar-se com ela, desejá-la a todo custo, e não lutar para superar esse pensamento que está condicionado pela contradição vivida em sua realidade social.

Percebe-se a atitude opressora na forma como os gerentes das fazendas (vaqueiros, capatazes) tratam os trabalhadores rurais que lhes são seus subordinados. Ao assumir a gerência da fazenda, seu passado de sofrimento, como morador ou trabalhador rural, é esquecido, negado, importando somente o tempo presente, no qual supostamente ele administra com independência a fazenda.

No passado, eram os vaqueiros-chefes que desempenhavam a função de gerente. O vaqueiro assim tinha que fazer a fazenda produzir, organizar os moradores e os trabalhadores que prestavam serviços à fazenda. Se a fazenda dependesse apenas da renda dos seus moradores, a função de vaqueiro se limitava a recolher a parcela da renda que cabia à fazenda. Acumulavam então diferentes funções, inclusive de proprietário, quando o mesmo estivesse ausente. O fazendeiro devia confiar em seu vaqueiro para que o mesmo pudesse realizar uma boa administração. E o vaqueiro deveria confiar no fazendeiro para tocar a administração da fazenda.

A comunicação entre eles era feita por carta, quando o vaqueiro sabia ler e escrever. Senão, o vaqueiro ia até o encontro do fazendeiro nas vilas e cidades. Já o fazendeiro mais cuidadoso fazia o contrário: ia ver com os próprios olhos como andava sua propriedade rural. O vaqueiro (gerente) é, portanto, uma espécie de preposto, intermediário e representante do fazendeiro, e os moradores neste sentido devem obedecê-lo, mesmo que ele esteja enganado e não tenha a experiência de trabalho no campo, como os trabalhadores da sua equipe.

Mas, enquanto os fazendeiros são classificados como amadores, o vaqueiro ou gerente é considerado como um “homem rotineiro”, “sem instrução”, vivendo apenas do que seus antepassados tinham lhe ensinado. Esta é a opinião de Thomaz Pompeu Sobrinho. Assim, para o autor (1917, p. 206): “O vaqueiro é uma especie de gerente que [...] administra a propriedade como entende, isto é, como os seus antepassados administraram”. Deste modo, o vaqueiro não tem “gênio inventivo” e “nem iniciativa” e, assim, as propriedades rurais por ele organizadas não sofreriam nenhum tipo de mudança – continuariam no mesmo estágio elementar de organização. Isto é: “O vaqueiro é por excellencia conservador; tem horror as cousas novas, às reformas” (p.206).

Não muito diferente é a opinião do agrônomo Octavio Domingues. Para o agrônomo (1941, p. 56), o vaqueiro “é um rotineiro, inimigo tremendo de qualquer inovação, e um espírito místico por demais, [...] daí a credence perniciosa, que o leva as práticas que o colocam nos primeiros degraus da civilização”. Para corrigir seus defeitos e formar mentes esclarecidas, o autor indica a construção de escolas para a formação de capatazes (p. 60). Apesar disso, o autor (p. 56) não deixa de ressaltar as qualidades desses místicos, que têm “bravura e energia em face do perigo, brio e resistência no trabalho rude das horas graves e nas boas prendas sertanejas [...]”. Eles então teriam a coragem, o ingrediente necessário para o trabalho, só lhes faltaria a correta instrução.

Atualmente, a presença desse vaqueiro tradicional na direção das fazendas está praticamente extinta, sobretudo nas fazendas modernas. Eles tem administrado mais as pequenas e médias fazendas, pois os fazendeiros ou grupos comerciais – proprietários das empresas rurais – têm exigido maior grau de instrução dos seus administradores. Nas empresas rurais, destarte, os gerentes têm, na maioria das

vezes, formação técnica ou acadêmica: são eles técnicos agrícolas, agrônomos, administradores de empresas etc. É assim que tem se modificado o seu perfil: em vez de conservadorismo – “horror às cousas novas” – já há claramente entre eles certo apego às tecnologias voltadas para a produção agrícola.

O que não mudou, porém, foi sua condição de oprimido. Mesmo tendo ascendido a uma posição de mando, eles não deixaram de ser oprimidos. Parece contraditório, mas não é: embora sejam “duros opressores dos seus companheiros”, eles não são proprietários de fazendas, dos meios de produção, e, como seus companheiros, são funcionários, isto é, vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Assim, o fazendeiro e sua família os oprimem como oprimem a qualquer um dos moradores: não há neste caso distinção. Enquanto são oprimidos pelos fazendeiros, eles oprimem seus companheiros. Não há neles nenhum sentimento de pertença à classe dos trabalhadores sem-terra: eles querem mandar e serem obedecidos, esquecendo que têm um superior que os oprime. São explorados assim pelos fazendeiros, mas pensam que não são porque frequentam a casa-grande; fazem suas refeições com o patrão; são confidentes da família fazendeira; têm certas regalias, como a de organizarem bodegas na suas casas etc. Falta-lhes, portanto, consciência de classe.

Quando o patrão e sua família estão ausentes, aí eles se tornam os todopoderosos da propriedade, e, em vez de oprimidos, assumem o lugar de opressores. Eles esquecem que, em um passado não muito distante, dependiam unicamente do arbítrio do fazendeiro, e passam, pois, a perseguir os moradores da fazenda. Pensam primeiro nos lucros da fazenda, mesmo que isto sacrifique sua equipe de trabalho. Não conseguem se colocar mais na pele dos moradores: para eles, os moradores são preguiçosos, displicentes, cachaceiros etc. O trabalho no campo, que era antes duro, agora é de fácil execução: “os moradores reclamam de barriga cheia”. Os gerentes são ainda contrários à política de reforma agrária e aos assentamentos, que lhes tiram a mão de obra necessária para tocar a fazenda. Por tudo isso, os moradores evitam a presença deles nas suas casas, lazers e festas, e se esforçam por trabalhar num lugar protegido da sua sempre atenta observação.

Eles se acostumaram tanto a controlar os moradores que, quando a fazenda é desapropriada, querem continuar mandando no assentamento, como

diretores da associação dos assentados. A primeira providência que eles tomam é se apossar da casa sede – lugar este que representa o poder na fazenda. Temendo continuar sob seu jugo, os assentados buscam impedir que eles sejam diretores ou até mesmo que fiquem no assentamento.

Em alguns casos, o indivíduo assume a gerência da fazenda somente para executar determinado serviço para o proprietário (despejar os moradores, amedrontá-los etc.), utilizando geralmente o recurso da violência. Na Fazenda Monte Castelo, no Ceará, tem-se um caso que ilustra esse tipo de ação: em 1978, ocorreu na área um conflito sangrento devido à luta dos moradores pela diminuição da renda paga ao proprietário da terra. Barreira (1992, p. 64) narra a chegada do gerente nessa propriedade, dizendo que o mesmo tinha em seu currículo “três mortes, uma expulsão de favelados em Fortaleza e outra de posseiro no Estado do Maranhão”. Os moradores sabiam disso e tinham plena consciência do que ele vinha fazer ali: matar seus líderes, destruir seus roçados e por fim despejá-los. “A conduta – diz Barreira (1992, p. 64) – adotada pelo preposto foi a de agudizar as divergências entre os moradores que recorreram à Justiça e aqueles que ficaram à parte [...]”. Cansados dos abusos cometidos pelo gerente, os moradores o assassinaram em agosto de 1982, mostrando que a relação gerente-morador ou proprietário-morador não é sempre amistosa.

4 PECULIARIDADES DO SISTEMA DE MORADORES

4.1 Dominação tradicional

Marc Bloch, ao investigar a gênese das relações de dependência pessoal, assinala que é próprio da condição humana buscar proteção: “Procurar um protector, ter um prazer em proteger: estas aspirações são de todos os tempos” (1987, p. 161). Mas, segundo o historiador francês (p. 161), o que tornou estas aspirações extremamente necessárias, originando delas instituições jurídicas originais, é o enfraquecimento dos quadros sociais pela ofensiva muçulmana e húngara e pelas invasões escandinavas numa “época infinitamente perturbada”²⁷. Surgiam então as sociedades feudais. Impotentes diante das “perturbações dos últimos tempos”, os fracos buscavam se aproximar dos poderosos, e estes com o intuito de manter seu prestígio e fortuna, ou até mesmo sua segurança, protegia-os. Conforme Bloch (1987, p. 162), foi, assim, “que começou a instituir-se um vasto sistema de relações pessoais, cujos fios cruzados percorriam todos os andares do edifício social”.

Assim, “ligar-se a uma personagem superior” poderia ser a solução para os fracos se protegerem do fisco, conseguirem uma boa colocação na comunidade ou até ser considerado pelos juízes nos tribunais. “Estes vínculos – diz Bloch (1987, p. 163) –, ignorados e por vezes proscritos pelo direito oficial, nada tinham de legal, não deixando por isso de constituir um cimento social dos mais poderosos”. Em troca de proteção, os fracos deviam se mostrar aos poderosos fiéis, leais e obedientes, senão deixariam de ser protegidos. Apesar dessas relações de dependência e proteção no Brasil terem surgido de forma diferente, a reflexão de Bloch ajuda a pensar a questão da dominação tradicional no semiárido.

Em nosso meio rural, o ato de pedir proteção só se compara ao exemplo europeu no sentido de que este ato é próprio da condição humana buscar proteção²⁸.

²⁷ No segundo capítulo, mostrei que o enfraquecimento dos quadros sociais não explicaram o surgimento dos laços de dependência no caso brasileiro.

²⁸ Somente para efeito de análise, estou generalizando os acordos de proteção e obediência que se multiplicaram por toda Europa, apresentando diferentes configurações. Como frisa Armando Castro (1977, p. 258): “É que efetivamente essas relações assumiram expressões altamente variáveis, tanto dentro de uma região como de região para região; além disso as suas formas particularizadas variaram pronunciadamente de uma zona para outra e inclusive ao consideraram-se as linhas de evolução histórica dentro do mesmo país, ter-se-ia de distinguir a dinâmica histórica concreta de uma parcela do

As circunstâncias históricas e, por conseguinte, as razões deste ato são diferentes: enquanto a Europa estava em guerra, tendo suas instituições tradicionais desestruturadas, no Brasil as sociedades agrárias se formavam com o poder privado dos senhores de terra, fazendo-se de árbitro. Com isto, foi surgindo um grande número de indivíduos sem-terra e sem condições de prover suas necessidades alimentares, obrigando-se a se sujeitarem aos fazendeiros. Na região semiárida este fato foi agravado pelo fenômeno das secas: “Em verdade – diz o geógrafo Crandall (1923, p. 56) – as condições de secca, colheitas irregulares, etc., produzem crescido numero de gente desejava de sujeitar-se á chefia de um homem para viver [...]”. O sistema de moradores ganhava assim força social.

Mas, independentemente da sua figuração, o sistema de moradores engendra relações de proteção e dependência. O dominante são os fazendeiros, e os dominados, os moradores e os gerentes, embora estes executem as ordens do patrão, submetendo os moradores a elas. Esse sistema promoveu assim as bases para a sustentação da dominação tradicional: ocupar uma terra alheia, morar numa casa alheia e plantar e criar em terreno alheio criavam relações de dependência e davam aos proprietários poder extraeconômico²⁹. Portanto, a natureza do sistema de moradores se adequou perfeitamente à dominação tradicional e vice-versa: “[...] as relações sociais de dominação, como diz Barbosa (1990, p. 21), têm como *locus* privilegiado a condição do morador”. Ou, como diz Joca (1991, p. 52-53): “Era [...] na condição de morador [...], que se estabelecia o poder quase absoluto desse proprietário, que determinava as ‘leis’ e as condições do contrato de trabalho”. Ou,

território para outro ou, dentro de cada região, as variabilidades de processo evolutivos que atingiam grupos de população vivendo lado a lado” (CASTRO, 1977, p. 195). Um exemplo disso aconteceu em Portugal, onde havia uma gama variada de relações de dependência que iam desde a servidão da gleba a situações de liberdade pessoal.

²⁹ Alberto Guimarães (1977, p. 35-36) diz que o poder extraeconômico deve ser considerado como sobrevivência do regime feudal: “Graças a êsse tipo de relações coercitivas entre os latifundiários e seus “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “colonos”, “camaradas” e mesmo assalariados, estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores de terras. Estes últimos determinam as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar, ditam as sentenças judiciais e impõem as restrições à liberdade que lhes convém, sem o mínimo respeito às leis vigentes”. Se não fosse pelo fato de definir essa relação como feudal, sua análise não estaria equivocada.

ainda, como diz Barreira (1992, p. 21): “A relação morador-proprietário de terra [...] é que consolida e reproduz a dominação tradicional na região do sertão”.

Essa hierarquia de poder foi criada pela posse da terra que proporcionou ao proprietário poder econômico e social para dominar os lavradores que não possuíam terras nem água para plantarem suas lavouras, e que deste modo não podiam produzir a subsistência da família: “La concentration de la propriété foncière – diz Garcia Jr. (1989, p. 12) – constitue ainsi un bon indice de la concentration de pouvoirs économiques, sociaux, culturels et politiques dans l’espace social”.

A posse da terra, porém, não era o único determinante da relação de dominação. A posse da terra pode-se dizer era a causa principal e a partir dela surgiam outros determinantes: “La construction de la dépendance personnalisée – escreve Garcia Jr. (1989, p. 12) – ne décolait pas directement de la propriété foncière, mais de ses usages sociaux”. Barreira (1992, p. 18) afirma neste sentido que “a dependência dos camponeses em relação aos senhores de terra não só decorre da natureza das relações de produção [...] mas, também, das funções que são outorgadas pelo Estado a esses senhores”.

Deste modo, a atuação do Estado estava marcada pelo reforço do poder dos fazendeiros, ao lhes conceder o papel de mediador entre o governo e as populações rurais. Assim, além de “orientador”, os fazendeiros se tornaram “prestador de serviços” com aquiescência do Estado, alistando mão de obra para a construção de obras públicas e privadas durante as secas. Por isto, quanto mais moradores o fazendeiro tinha em sua propriedade, maior o seu poder: “[...] o prestígio de cada um – como diz Furtado (2009b, p. 190) – dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim”.

Em troca, o proprietário deveria dar proteção aos moradores. De acordo com Garcia Jr. (1989, p. 14): “[...] il fallait non seulement offrir des conditions de vie et de travail aux plus démunis, mais aussi disposer d’un minimum de crédibilité en tant qu’individu pour être reconnu comme un ‘protecteur’”. Neste sentido, para estabelecer as relações de dependência típicas da morada, além da terra e do trabalho, os moradores deviam se sentir protegidos pelo proprietário de terras.

Ao se sentir protegido, o morador honrava o compromisso com seu patrão, sendo submisso a ele, dividindo com ele sua colheita e servindo de sentinela do estabelecimento rural. Como escreve Arrojado Lisboa (2010, p. 43): “o morador retribui o apoio com dedicação de capataz e até de capanga”. José Américo de Almeida (2012, p. 449) diz que, na Paraíba, “[...] apesar da violência exercida por muitos proprietários, não há precedente de revolta do morador contra o patrão”, e chama-o de “instrumento cego” na mão dos fazendeiros para fazer seus mandatos até mesmo aqueles contra seus iguais. Peter Eisenberg (1977, p. 203) afirma que, em troca de proteção, “[...] o morador pagava uma parcela, talvez um décimo de sua colheita, servia de guarda contra intrusos e alinhava-se com seus fazendeiros em suas lutas contra o governo e os vizinhos”. O apoio dos fazendeiros assim tinham limites bem demarcados: casa, terreno para plantar, alimentação. Mas a retribuição do morador era sem limites: ele se transformava em capanga, lutava contra o governo e a vizinhança, era poderoso instrumento (cego) nas mãos dos latifundiários. A relação de proteção devia ser destarte correspondida com o que morador tinha para oferecer: além da força física para o trabalho e para as lutas sertanejas, tinha que ser mostrar leal à casa que ele servia – fiel ao seu senhor (WEBER, 2009, p. 148).

Além disso, a proteção poderia ser financeira, como revelava a carta da moradora Joaninha para sua patroa: “Madrinha Tina. Peço se possível a senhora mandar para mim 15 cruzeiros para eu poder pagar comadre Laurinda uma goma que já comprei na mão dela” (RIBEIRO, 2010, p. 410-111). Ela também poderia se traduzir em esconderijo para certos indivíduos se homizarem da Justiça e de outros potentados: como no caso narrado por Chandler (1980, p. 122-123), no qual José Antônio, filho do morador Antônio Preto, após ter deflorado uma jovem e ser forçado a casar com ela por José Bizarria (seu patrão), fugiu e foi pedir proteção a Francisco das Chagas Cazé, inimigo de José Bizarria. Acoitado em uma propriedade longínqua, José Antônio se livrou da polícia e inimigos.

Os moradores assim tinham somente o fazendeiro a quem pudessem recorrer, pois o poder público no interior era praticamente inexistente e quando havia alguma entidade pública eles dificilmente tinham acesso a ela em razão do isolamento em que se encontravam. Neste sentido, a proteção do patrão para com o morador devia ser ampla, diversa. José Lins do Rego (2016, p. 80) mostra neste trecho como

a relação patrão-morador exigia uma extensa rede de proteção em *Menino de engenho*:

Depois do jantar o meu avô sentava-se numa cadeira perto do grande banco de madeira do alpendre. O gado não havia chegado do pastoreador. Lia os telegramas do *Diário de Pernambuco* ou dava as suas audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um “Deus guarde a Vossa Senhoria”. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixa dos vizinhos.

Deste modo, os pedidos do morador iam reforçando a dominação senhorial e a estrutura patrimonialista. Os proprietários de terra funcionavam neste sentido como único elo de ligação dos sertanejos com as instituições econômicas e a Justiça (BARREIRA, 1992, p. 18). Os moradores deviam, pois, confiar no proprietário de terra, o que significava obedecer a ele e retribuir com gratidão e lealdade essa relação paternalista. A dominação assim assumia um aspecto natural e familiar. Como estavam afastados do convívio social e não dominavam os códigos da sociedade letrada que avançava, essa dominação pretendia ser total, ao querer abranger todas as esferas da vida social dos seus dependentes: os fazendeiros liam suas cartas e receituários, interferiam nos assuntos da sua vida íntima e familiar e exigiam deles disciplina religiosa.

Da fazenda os moradores recebiam instrumentos de trabalho, sementes para a plantação e alimentos, especialmente no período de entressafra, no qual eles se encontravam em situação mais ampla de carência. O fornecimento se manifestava então como mais um pilar da dependência (BARREIRA, 1992, p. 23-24). O provimento vinha do barracão da fazenda, onde os moradores retiravam parte dos alimentos que precisavam; podia vir também, por meio de vales, que deviam ser trocados nas bodegas da região, ou ainda através de adiantamentos bancários que lhes eram repassados.

De acordo com Silva (1982, p. 151), são três as razões que justificam o interesse do proprietário pelo fornecimento: a primeira, “no fato de, por esse meio, ter acesso a uma parcela maior da produção do morador [...]”; a segunda, “na possibilidade de utilizar a dívida do morador como um meio de mantê-lo disponível como mão-de-obra para as atividades às quais se vincula diretamente o proprietário”; e a terceira, “no seu interesse pelo roçado do morador como pasto para o gado, após

a colheita, bem como na utilização desse trabalhador ou de seus filhos no pastoreio do rebanho”. Portanto, não havia nesse ato nada que o justificasse como bondade, caridade e esmola: era, antes de tudo, um reflexo da dominação tradicional.

Realizado o fornecimento, o morador tinha agora que pagá-lo e esse pagamento se fazia com a produção do ano:

A produção do ano [...] dificilmente consegue cobrir o empréstimo adiantado; então, “a dívida” é transferida para o próximo ano. Esse procedimento é dos que mais reforçam os laços de dependência dos camponeses com os proprietários. O camponês não conseguir “pagar o fornecimento” pode ser um fato real e pode, também, ser forjado pelo dono da terra. Como o morador geralmente não tem controle nem do montante antecipado, nem do volume produzido, o proprietário diz que “transferiu a dívida para o próximo ano”, alegando que “o saldo do trabalhador não deu para cobrir o que foi adiantado”. Essa “transferência da dívida” é sempre uma porta aberta para todo tipo de manipulação. Serve para reforçar a “gratidão” que existe do camponês para com o dono da terra, e, em consequência, para aumentar o controle deste sobre aquele. (BARREIRA, 1992, p. 24)

Havendo longas estiagens, o morador dificilmente quitava sua dívida: ele teria que começar o próximo ano já endividado. Isto, sem dúvida, deixava-o mais dependente, ou mais dominado, pois ele precisava do patrão para fazer novo fornecimento. Assim, aumentava sua dívida e, por conseguinte, sua dependência. O ciclo da dependência era assim renovado e se mantinha mesmo com o assalariamento da mão de obra, especialmente se não houvesse a separação do local de moradia do trabalho, ou seja, se persistir o sistema de moradores. A conjunção sistema de morada e assalariamento não vai encerrar com essa dominação: pelo contrário, ela vai continuar se mantendo, não com a força social de antes, mas ainda firme e enérgica.

A resistência a esse tipo de domínio era, de certo modo, limitada pela dependência e medo. Resistir aos desmandos de quem o indivíduo dependia materialmente era ação árdua e corajosa e nem todos tinham coragem para fazê-la. Por isto, Barreira (1992, p. 24-25) diz: “Este [o medo] é sempre ressaltado [...] como um dos grandes problemas existentes e é geralmente relacionado à situação de dependência, miséria e falta de direitos em que os camponeses vivem”.

Reféns do latifúndio e sem ainda contar com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais e da Igreja, eles só podiam resistir de forma individual ou por meio da solidariedade parental. Sobretudo porque eles temiam a violência empregada pelos

fazendeiros, que também se configurava como pilar da dominação tradicional: “Pour se faire obéir – diz Garcia Jr. (1989, p. 39) – ou pour punir, le senhor infligeait des châtiments corporels qui pouvaient aller jusqu’à la mort”. Essa violência podia ser materializada pelos próprios fazendeiros ou pelos seus cabras de confiança, como ressalta Garcia Jr. (1989, p. 39): “Pour cet usage, il [le senhor] disposait de gardes du corps [...], caractérisés par une complète fidélité à la personne de leur maître, entretenue l’octroi d’avantages matériels et d’un statut privilégié [...]”. Muitos então que tentaram enfrentar o domínio senhorial, tiveram que pagar com a vida. E a morte deles ficou como exemplo para aqueles que ousassem enfrentar a autoridade dos senhores de terra e a força de seus capangas.

Atualmente, porém, esse quadro sobre a dominação tradicional no sertão tem se modificado. Isto não quer dizer que a dominância do proprietário de terra seja algo do passado, visto que, enquanto existirem relações de dependência, haverá esse modo de dominação. Entretanto, determinadas transformações de ordem estrutural, tais como: abertura do interior com estradas de ferro e de rodagem, a chegada da energia elétrica nas zonas rurais e dos meios de comunicação, a influência dos sindicatos e da Igreja nas lutas camponesas, a extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural, o surgimento do Estatuto da Terra (1963) e a expansão capitalista no campo puseram certos limites ao domínio dos proprietários. Assim, tais mudanças os forçaram a agir com mais cautela com os moradores.

Mas, no entanto, eles não deixaram de usar a violência para com os trabalhadores. Enquanto perdiam espaço para o poder público, os fazendeiros recorriam à força de suas milícias para se manterem no comando da região. Ao mesmo tempo em que os direitos dos trabalhadores eram reconhecidos, a violência no campo crescia. Para Barreira (1992, p. 182), “o uso indiscriminado da violência [...] representa rupturas profundas na base da legitimidade do poder dos proprietários”. Pois, explica o autor (1992, p. 182): “[os] mecanismos de controle baseado na dependência pessoal, no compadrio, na religião já não são suficientes. A força passa a ser o controle possível”. As lutas então que ocorreram nas fazendas Japuaça, Monte Castelo e Santo Antônio, no Ceará, são exemplos dessa ruptura (ver Barreira, 1992). Também é nesse contexto que surge a figura do pistoleiro, que, ao contrário do capanga que trabalha somente em troca de proteção, ele, além da proteção, quer uma remuneração razoável por seus serviços.

Com a luta organizada pelas Ligas Camponesas e, por conseguinte, com a regulamentação das relações de trabalho no campo, os proprietários deviam respeitar os direitos dos trabalhadores. A renda da terra regulamentada pelo Estatuto da Terra demonstrou que a dominação tradicional já não tinha o poder social de outrora. O Estado assim adentrava mansamente os limites da fazenda, mostrando sua autoridade e embaraçando o jogo das forças sociais. Além disso, os sindicatos dos trabalhadores rurais e a Igreja foram se tornando os novos mediadores da prática política no sertão. Tais rupturas eram resultantes de um novo tempo que buscava modernizar a vida social no semiárido.

Contudo, tais rupturas não foram capazes de anular o poder da classe fazendeira. A interferência do Estado e de novos mediadores conseguiam somente arranhar a “superfície” da dominação. Como uma instituição secular, ela se resguardava, como se estivesse cercada por uma armação sólida de ferro. Sua capacidade de se imiscuir no Estado a protegia deste mesmo órgão e de governos progressistas. É por isto que no semiárido o desaparecimento dos coronéis, oligarquias e morada é apenas aparente. É por isto que a dominação tradicional continua “dando as cartas”. Como escreve Barreira (1992, p. 181): “O caráter ‘natural e eterno’ que assumiu a dominação dos proprietários tenta se reproduzir e se recompor em um novo patamar sócio-político”.

Em razão desse novo contexto, os proprietários vão refazendo sua autoridade, o que não quer dizer que eles perderam suas forças. Barreira (1992, p. 186) neste sentido afirma que a dominação deixa de ser tradicional e passa a ser moderna. A diferença entre elas se dá basicamente no tocante à exclusão política do campesinato: enquanto a dominação tradicional encobre esta exclusão, mediante o uso ideológico dos valores morais, a dominação moderna já não consegue fazê-lo, tendo apenas a violência como “arma de sua sustentação”. Isto é: a dominação continua, seja ela tradicional ou não, convivendo ou não com as instituições de representação política do campesinato. Ela continua, porque essas transformações sociais não têm forças suficientes para reformular a estrutura fundiária da região – base do poder dos proprietários de terra.

Sem a realização da reforma agrária, não adianta abrir o interior com estradas, instalar energia elétrica e propagar os meios de comunicação, que o sistema

de moradores continuará existindo e, por consequência, o domínio das fazendeiros. É através deste sistema que os proprietários de terra deixam os moradores numa condição subalterna, necessitando, pois, da sua proteção. A relação de moradia se configura então como interação entre dois polos, um forte e outro fraco, na qual o polo fraco para existir é forçado a uma “exorbitante submissão”, que nem de longe se assemelha à submissão “mínima e necessária” que a sociedade exige dos indivíduos. Apesar da oposição ao poder desmedido da classe fazendeira, a dominação tradicional ainda continua a existir na região, sendo exercitada por uma nova geração de coronéis e oligarcas. Assim, a dominação tradicional ainda persiste, porque o sistema de moradia permanece na paisagem sertaneja.

4.2 Exclusão dos direitos políticos

Historicamente, as condições de vida dos camponeses se caracterizam pela “má remuneração do seu trabalho, negligência pela educação e saúde, subordinação e submissão, trabalho penoso, falta de lazeres e ausência de uma voz direta na conformação política e do seu trabalho” (HILLER, 1947 *apud* CARDOSO e IANNI, 1983, p. 87). Em relação aos moradores, sejam eles de engenhos ou fazendas, suas condições são equivalentes a essas, revelando-se principalmente no grau de dependência a que eles estão submetidos. Sua posição, pois, torna-se contrária à de cidadão, não no sentido de habitante da cidade, mas de membro do Estado que usufrui de direitos civis e políticos.

Celso Furtado (1964, p. 147) diz nesse sentido que os camponeses do Nordeste vivem “sem nenhuma forma de politização, isto é, não em comunidades constituídas de cidadãos, mas como indivíduos que integram unidades familiares ou de vizinhanças, sem qualquer expressão política”. Ou seja, tal como os marxistas, ele diz que esses camponeses vivem em um “estádio pré-político”³⁰. Eles assim não identificavam outra força social que não fosse o poder local. Para eles somente este

³⁰ Marx (2006, p. 132) chamou os pequenos camponeses da França de “sacos de batatas”, porque eles eram “incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome”. Depois de muito concordar com a sentença do pensador alemão, Hobsbawn (1998, p. 28) quis refazer esta ideia, mostrando-se mais sensível com o fazer político dos camponeses, ao dizer: “O campesinato mais submisso é capaz de ‘trabalhar o sistema’ em vantagem própria (...), mas também de resistir e, quando oportuno, contra-atacar”.

poder poderia regular suas condições de vida e trabalho. Assim, continua Furtado (1964, p. 147): “Os homens que vivem da grande propriedade, sem relações de trabalho [...] definidas, constituem uma comunidade rudimentar” [do ponto de vista político]. É por esta razão que o “status de morador é quase incompatível com o de cidadão” (p. 147).

Embora Furtado esteja dissertando sobre o morador da Zona da Mata, pode-se, neste quesito, generalizar sua afirmação para a situação social do morador do semiárido. Embora afirme que o morador das fazendas de gado e algodão seja mais livre que o morador dos engenhos, isto não quer dizer que, ao contrário dos trabalhadores da *plantation*, ele gozou do *status* de cidadão. Mesmo tendo mais liberdade, o *status* do morador das caatingas também se fez incompatível com o de cidadão. Sua liberdade não derivou da sua participação na vida política, mas sim do fenômeno das secas na região. Portanto, tanto os moradores dos engenhos quanto os das fazendas de gado e algodão tiveram ao longo da sua história o acesso à cidadania obstruído.

Sobrinho, em seu importante *História das Secas* (1953), chama a atenção para esse fato, focalizando as populações sertanejas. Diz ele que (1953, p.143): “As populações sertanejas nada conhecem dos seus direitos e deveres políticos e nada sabem das facilidades que os Governos lhes prometem em leis magnânimas”. As leis de combate à seca, os direitos e deveres políticos não chegavam até elas. Pois, entre elas e o Estado, havia o poder local que funcionava como uma barreira que impedia que elas adquirissem instrução e se tornassem verdadeiramente cidadãs. O que lhes era ensinado na prática era votar no patrão ou no candidato do patrão, aceitando assim os “vícios intoleráveis das injunções eleitorais”. Em consequência disso, assinala Sobrinho (p. 143): “[...] votam os eleitores, às cegas, em que lhes apontam suspeitíssimos cabos eleitorais a soldo dos candidatos ricos e, não raro, vendem inocentemente os seus votos [...]” (p. 143).

De forma semelhante, assegura o relatório elaborado pelo DNOCS (1971): *Frentes de Serviço: estudo socio-econômico da população atingida pela seca de 1970*. Dos alistados nas frentes de serviço contra os efeitos da seca, 70% deles eram moradores de favor, 15% eram proprietários de terra e 15% procediam das zonas urbanas (desempregados, comerciantes e artesãos, p. 100). Na opinião dos chefes

das frentes, “o homem simples do Nordeste pouco raciocina [...]. É uma massa que não pensa em subsistir por seus próprios meios, sempre espera pelos outros, pelo governo, por Deus etc”. (p. 95). Tendo vivido em um sistema de dominação senhorial, esse homem simples “não pensa em subsistir por seus próprios meios” e, além disso, muitos deles não recebiam assistência médica, sanitária ou social, e mostravam baixos níveis de escolaridade.

O relatório também critica as pequenas e médias prefeituras pela participação “quase nula” na vida das comunidades rurais. Quando elas participavam, indica que era somente de forma “paternalista”, objetivando a promoção pessoal do prefeito ou chefe político (p. 170). Assim, nas cidades interioranas, “o clube social”, “agremiação cultural” e o “clube de serviço” estavam efetivamente presentes em sua vida social. Diferentemente do que acontecia com as entidades públicas, que não eram fiscalizadas. Os problemas regionais ou locais eram neste sentido raramente abordados pela administração municipal.

Quanto à participação política, o relatório demonstra que a maioria dos homens do campo se mantinham afastada da vida política e associativa: “só 38% dos alistados compareceram às seções eleitorais, donde se pode concluir que muitos deles, apesar de analfabetos eram eleitores; [dos] que não votaram, “58,6% declararam-se analfabetos, enquanto que 27,2% não havia atingido a idade exigida para votar” (p. 105). Dos que votaram, tal relatório salienta que muitos só sabiam escrever o nome. Em síntese, os técnicos do governo afirmam:

Numa pesquisa a que se procedesse, durante as “campanhas eleitorais” do interior, poder-se-ia identificar a lacuna que se criou na educação cívica do homem do campo, no que diz respeito às suas manifestações políticas: desconhecem o nome do governador do Estado e dos dirigentes dos órgãos públicos, ainda que estes atuem na sua região, ignoram os partidos políticos e seus programas, votam sob “recomendação” do patrão e, dificilmente, se referem a um político sem associá-lo a um “chefe” local ou patrão (DNOCS, 1971, p. 172).

“Alienado”, “arredado”, “esquecido”, “analfabeto”, “desconhecedor das leis, dos seus direitos e deveres” – são estes os elementos constituintes do *status* de morador. Quais são as causas que os levaram a essa situação social? Pode-se dizer que isto se deve ao sistema de moradores. Entretanto, como este sistema não é autônomo, mas dependente de toda uma estrutura para funcionar, ele sozinho não seria capaz de bloquear o acesso dos moradores à cidadania. Há, pois, outros fatores

que concorrem para o mesmo objetivo, tais como: estrutura agrária, ausência do Estado e educação. Mediante a influência destes fatores, os moradores não tinham como escapar da desclassificação social.

Assim, a estrutura agrária é o principal fator de manutenção do coronelismo, oligarquias, dominação tradicional, clientelas, currais eleitorais, voto de cabresto etc. A sociedade brasileira não deve esperar voto consciente das massas rurais – ou a destituição do poder dos coronéis – enquanto essa estrutura desumana continuar a existir. Nas palavras de Victor Nunes Leal (2002, p. 44): “Não é possível compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior [...]”. Com efeito, o poder privado para se manter como poder deve conservar a terra em poucas mãos, para que possa submeter a população rural. Se os proprietários de terra dessem condições para que ela tenha “a consciência clara de seus problemas”, eles estavam minando sua própria base de sustentação.

A força do poder privado não se revela como um fenômeno recente da sociedade agrária. Desde o início da colonização, a Coroa portuguesa transferiu suas prerrogativas para os senhores de terra. Diante da dificuldade de colonizar o imenso território brasileiro, ela adotou uma política de coexistência pacífica com esses senhores, não intervindo na esfera local (PAULINO, 1992, p. 38). Como retribuição, o poder local apoiaria o poder central. Com a independência política, porém, o Estado brasileiro não teve a firmeza necessária para desfazer essa estrutura patrimonialista, e terminou por herdá-la e fortalecê-la continuamente. Esses senhores de terra assim se transformaram em coronéis da guarda nacional, no Império, e, com a República, por intermédio da extensão do sufrágio, tiveram seu capital político ampliado, pois o voto dos trabalhadores rurais se tornou de importância fundamental para o sistema político-eleitoral:

Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terra, devido à dependência desta parcela do eleitorado, consequência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono. Somos, neste particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola [...]. A libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, grosso modo, pela grande propriedade e caracterizado, quanto à composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos

seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional”. (LEAL, 2002, p. 232-233)

O coronelismo denotava então, de um lado, a fraqueza dos proprietários de terra, iludidos com o prestígio do poder, e, de outro, “a fraqueza desamparada e desiludida” dos moradores dos latifúndios. Diante dessa estrutura agrária e do poder conferido à classe fazendeira, a extensão dos votos, realizada pela Primeira República, não era um ato visando o bem comum, mas um estratagema para a conservação da dominação tradicional dos fazendeiros e coronéis. Com isto, eles fizeram dos seus latifúndios verdadeiros currais eleitorais, encabrestando os votos dos moradores. Daí a cidadania elaborada na Primeira República não passar de mera fachada. Sob o domínio dessa estrutura agrária, a possibilidade de os trabalhadores rurais se tornarem cidadãos era remota.

Dependente do proprietário de terra, o morador não podia arcar com as despesas do alistamento e eleição. Não podia pagar o transporte que o levaria até a seção eleitoral. Não tinha dinheiro para se alimentar no dia da eleição e nem para retirar os documentos necessários para “exercer sua cidadania”. Quem lhe concedia tudo isso era o fazendeiro ou o cabo eleitoral. Assim, como diz Leal (2002, p. 57): “É [...] perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente”. Foi, portanto, através dos votos que vinham dos currais eleitorais que as oligarquias agrárias se mantinham no poder.

Segue também as pistas deixadas por Leal o relatório do DNOCS (1971), quando conclui: “o atraso político-administrativo desse meio rural está caracterizado pela letárgica submissão do homem do campo – dependente do ‘senhor de terras’” (p. 170). Afirmar ainda que este atraso se deve à repulsa do senhor de terras “a qualquer inovação no seu tradicional ‘sistema de vida’ e a organização de seus dependentes auxiliares” (p. 170). Assim, uma das causas dessa submissão que rendia votos à classe fazendeira era, além da concentração fundiária, o poder social que o Estado concedeu a esta classe.

Com efeito, o sistema de moradores é adversário da cidadania. Relações de moradia e cidadania são antagônicas: não há como conciliá-las. Mesmo assalariando os moradores, sua cidadania é prejudicada, justamente por causa da

conservação dessas relações de trabalho. É a natureza desse sistema que impede o morador de se desenvolver como cidadão, pois todos os aspectos da sua vida são por ele controlados. Para esse sistema funcionar bem, portanto, o Estado não podia intervir em suas engrenagens. Aliás, até podia, mas apenas para fortalecê-lo, com a concessão aos fazendeiros de crédito bancário, açudes, estradas etc., e como contrapartida: o perdão das dívidas e dos juros. Jamais para investigar as condições de trabalho, porque aí estava entrando em “domínio alheio”. O Estado destarte preferiu não medir forças com os fazendeiros e coronéis, não interferindo no mandonismo da região. Sua ausência, assim, fez com que os trabalhadores rurais ficassem mais distantes dos seus direitos civis e políticos.

Além da falta de fiscalização do trabalho rural, o Estado transferia suas responsabilidades para o poder privado, como, por exemplo, a de instruir essa população. Abandonava então a área estratégica da educação, fundamental para a cidadania do homem do campo, nas mãos dos proprietários de terra. Como exemplo disso, tem-se a cooperação entre Estado e “proprietários de açudes” para erradicação do analfabetismo. Ao auxiliar a construção de escolas nas fazendas, o Estado demonstrava que acreditava que esses proprietários pudessem suprir as lacunas da educação cívica dos moradores. Porém, o interesse dos proprietários estava no subsídio do governo e nas benfeitorias, e não na instrução do seu pessoal. Todavia, o Estado continuava acreditando nos “cooperantes”:

O brasileiro que tem mentalidade formada e dispõe de algum recurso, não pode deixar crianças crescerem à margem da instrução e educação primárias. Com o auxílio governamental, êle tem o dever moral de fazer funcionar uma escola para os filhos dos moradores, mesmo que sejam em pequeno número, ou facilitar no que estiver ao seu alcance, no sentido de que eles recebam instrução, concorrendo assim, para reduzir o número de analfabetos, no país³¹.

Será que havia esse dever moral por parte dos fazendeiros? Ao contrário disso, na primeira oportunidade eles logo incorporavam os filhos dos moradores na turma de trabalho da fazenda. Isto é: eles queriam os filhos dos moradores trabalhando e não frequentando escolas. Podiam até querer o subsídio para desviá-lo do seu objetivo, ou podiam até construir a escola para valorizar mais a propriedade,

³¹ DNOCS. Conservação e exploração do açude particular; para uso dos proprietários de açudes construídos pelo DNOCS em regime de cooperação. Fortaleza – Ceará – Brasil, 1961, p. 15.

mas não para instruir os moradores, pois estavam criando problemas para eles mesmos. Foi por isto que nessa missão eles não foram tão eficazes. Abandonados pelo Estado, que deixou sua instrução sob a responsabilidade de quem os oprimia, os moradores assim não conheceram uma educação libertadora que os elevasse à cidadania plena e que os livrasse dos grilhões do agrego, mas sim uma educação que reproduzia a dominação senhorial. Foi por isto que sua educação se transformou em um obstáculo à liberdade de pensamento.

Com essa medida ou, em geral, com o descaso do Estado com a educação da população rural, criaram-se altas taxas de déficit educacional no semiárido, impedindo desta maneira a participação política da população³². Colocar a educação nas mãos dos fazendeiros, ou simplesmente não dar a ela a atenção devida, não ia provocar mudanças sociais significativas para a região. Os moradores iam continuar dependente do fazendeiro e votando em seus candidatos sem reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Os fazendeiros não mudariam esse quadro, que lhe era amplamente favorável, porque continuariam com seus currais eleitorais, explorando sua clientela com total liberdade.

Atualmente, esta realidade social se mantém praticamente inalterada nos municípios localizados no semiárido. Voto de cabresto, oligarquias rurais, coronéis e currais eleitorais, dignos de um passado nada glorioso, fixaram-se na paisagem sertaneja como os mandacarus. Poucas são as transformações e estas poucas não são positivas. Como, por exemplo, o surgimento da figura do cabo eleitoral, que, ao mesmo tempo que rompe com o passado (a substituição do assédio realizado pelo

³² Sobrinho (1953), assim, propõe a educação do campo como solução para modificar esse quadro. Ele diz neste sentido que é “imperativo econômico, moral e político” modificar a “mentalidade matuta” da população sertaneja (p. 143). Seu pensamento repleto de “superstições nocivas”, “fantasias” e “fanatismo” não se ajusta à agricultura moderna e às reformas que os técnicos do governo desejam realizar no seu ambiente. Sua “estagnação cultural” e seu conservantismo são “enervantes” e prejudiciais a ela e a sua terra natal. Ela só demonstra progresso econômico, político e cultural, quando migra, mas, segundo o engenheiro, este ato lhe é prejudicial, pois lhe incute “desejos viciosos” de continuar migrando. Além disso, a “ânsia nociva” de abandonar seu meio social provém da sua alfabetização, que está desligada das “circunstâncias sociais e cósmicas” (p.146-147). Por tudo isso, é necessário ajustar o sertanejo ao semiárido através da educação mesológica: “Se tudo isto não foi convenientemente corrigido ou evitado pela educação, pouco adiantará dar ao sertanejo um ambiente preparado para o exercício de atividades em estilo mais elevado. Sem compreender as suas funções, como elemento da Nação, como elemento da sociedade brasileira, da sua comunidade local, pouca importa ao sertanejo produzir mais do que lhe é restritamente necessário para não passar fome e vestir aos domingos roupas vistosas para assistir às missas ou comparecer às dansas e sambas. Poucas são exceções” (SOBRINHO, 1953, p. 143). Portanto, conforme Sobrinho (1953), a educação lhe traria sonhos e lhe tiraria da estagnação cultural.

proprietário por votos dos seus moradores), demarca a continuidade deste passado (a recomposição da clientela eleitoral)³³. É como se a prática política na região não tivesse sofrido mudanças com o desenvolvimento econômico. Neste sentido, até parece que o homem do campo não evolui. Ele evolui, mas, enquanto a estrutura agrária e o sistema de moradores continuarem marcando fortemente a fisionomia da região, ele não vai conseguir gozar seus direitos políticos. Neste quesito, portanto, a história do sertão ainda conserva sua antiga narrativa.

4.3 Isolamento

Ao trabalhar e morar no interior das fazendas, os moradores se encontravam numa situação de isolamento. Seu trabalho e vida social se desenrolavam então nos limites da propriedade rural, e isto era estimulado pelo fazendeiro por uma razão simples: querer sua clientela em sua completa dependência. Além disso, o isolamento estrutural das regiões agrícolas também contribuía para confinar os moradores. Portanto, quanto mais isolados, era melhor para o funcionamento das fazendas, porque eles não tinham acesso às pessoas de fora e às informações que podiam levá-los a se levantarem contra o domínio senhorial.

Esse isolamento se dava, portanto, em duas dimensões: a primeira estava no confinamento que os fazendeiros queriam impor aos moradores; e a segunda no isolamento estrutural dos sertões, que do início da colonização até começo do século XX, estavam afastados dos meios de comunicação e transporte. Deste modo, agiam sob a população sertaneja duas forças que afastavam-na do convívio social. Concentradas na morada, estas forças se transformaram em uma potente ação isolante que impedia a livre circulação de agentes estranhos ao circuito interno das fazendas. O sistema de moradores assim era pouco afeito à socialização. Em outras palavras: extremamente fechado.

Cada fazenda assim se tornava uma autarquia, cujo poder pátrio, com sua tirania, não dava vez para os opositores: “Nos domínios rurais – diz Sérgio Buarque (1995, p. 82), a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica”. Instalados nas casas-

³³ Ver BARREIRA, 1992, p. 174.

grandes, o mandão local e sua clientela estavam prontos para repelir os assaltos que atentassem contra eles e a propriedade. “Em seu recatado isolamento [o grupo familiar] – escreve Sérgio Buarque (1995, p. 82) – pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo”.

Nas fazendas de café, como indica Octavio Ianni (1984, p. 28), “o fazendeiro se considerava um soberano absoluto”. Mesmo após a abolição, os fazendeiros continuaram a reproduzir valores e padrões de estilo escravocrata em suas relações com os trabalhadores livres (nacionais e imigrantes), resistindo desta maneira às novas relações de produção. Eles então faziam de tudo para que sua autoridade não sofresse qualquer tipo de coerção social. Como lembra Ianni (1984, p. 31): “Toda grande fazenda de café tendia a ser um mundo social, isto é, político-econômico, à parte do mundo social centrado no núcleo urbano”.

Tanto os barões do café, por intermédio do colonato, quanto os senhores de engenho e fazendeiros de gado, mediante o sistema de moradores, isolavam seus camaradas, colonos e moradores para poder livremente explorá-los. Quanto mais a propriedade estivesse isolada do convívio social, mais sua autoridade poderia se impor perante seus agregados. Esse isolamento atingiu diretamente a formação da classe camponesa. No interior dos engenhos, por exemplo, os moradores viviam sob grande vigilância e disciplina organizada pela autoridade privada, evitando que eles tomassem conhecimento das leis que os protegiam. Celso Furtado (1964, p. 147-148) assim denuncia o controle excessivo dos moradores na grande plantação:

Na grande plantação o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando em uma parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida escapa ao sistema de normas que disciplina sua vida de trabalhador. Desta forma, a experiência da vida prática não lhe permite desenvolver-se como cidadão e ganhar consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam grupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma “propriedade”, razão pelo qual a vinculação impessoal com uma autoridade pública perde nitidez em face da presença ofuscante da autoridade privada.

Destarte, a função do Estado era pouco compreendida por eles. Para o morador tal órgão não tinha relevância alguma em sua vida diária. Quando precisava

recorrer ao poder público, ele pedia primeiro o conselho do patrão, como quem pedia uma autorização. O patrão sabia a hora que ele chegava e saía do trabalho, para onde ele ia e com quem se relacionava. Se o patrão precisasse dele a qualquer hora, ele estava por perto, era só bater na sua porta. O morador não conseguia, com efeito, vincular seu comportamento social com as relações de trabalho e também não percebia qualquer vinculação entre seu comportamento político nas eleições e suas condições de vida (FURTADO, 1964, p. 148).

Havia por assim dizer um pacto de não “agressão” entre Estado e classe fazendeira. O Estado preferia não medir forças com os caudilhos, deixando-os livre para oprimir os agregados, entabular guerras etc. Cada fazenda então era um reino, e cada fazendeiro, um régulo. Régulo este que não dividia sua autoridade com a autoridade pública: as leis do governo não ultrapassavam as porteiras de sua propriedade. Assim, distante das cidades, esse poder pessoal campeava sem rédeas pelo sertão. Até mesmo “fora do recinto doméstico”, ele demonstrava força, ao disputar o monopólio da violência com o Estado. Na falta de um ordenamento jurídico atuante, essa liberdade causava sérios danos à economia da região, pois as lutas fratricidas constantemente se renovavam:

Presentemente é o sertão completamente governado por alguns homens de grande poderio que mantém as suas posições, independente da justiça. Cada homem sendo a lei de si mesmo, entre as famílias mais poderosas ha discórdias que prosseguem até uma ou outra ser reduzida a pobreza, e o progresso da região é retardado porque a gente vive na cangaceria em vez de viver nas suas roças. (CRANDALL, 1923, p. 56)

Em viagem ao Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, Crandall registra suas impressões sobre o interior sertanejo: para ele, nesta região, distante do litoral, as leis republicanas se tornam inócuas, porquanto o poder privado as deprimem com suas próprias leis. Como solução para a situação anômica, Crandall (1923, p.56) propõe “abrir o interior”: “Quaisquer leis que se façam não podem ter efeito no interior nem podem ser executadas enquanto o interior não for aberto”. Em sua linha de pensamento, não adianta, pois, impor ordem ao sertão, se os agentes do poder público não conseguem fiscalizá-lo. Portanto, o isolamento desta imensa zona favorece ao estado de natureza, e, conforme o pensamento do geógrafo, seu desenvolvimento só virá com a entrada de forasteiros e melhores meios de transporte para facilitar o intercâmbio e a intercomunicação do povo.

Diante dessa configuração social, pode-se imaginar os efeitos do isolamento estrutural da região no plano das relações de trabalho. Tais efeitos condicionavam a natureza dessas relações: sem contar com o apoio do poder público para fiscalizar o trabalho no campo, o morador ficava refém da violência do feitor, da opressão do gerente e do mando do fazendeiro.

Para regulamentar o trabalho rural, o Estado, em vez de conceitos abstratos, devia considerar a realidade do campo. Uma legislação que considerasse as singularidades do trabalho no campo se fazia necessária, como, por exemplo, na questão do isolamento do morador. Foi por isto que Caio Prado Jr (1987, p. 96) chamou a atenção do legislador para tal questão:

O que em qualquer caso deve sempre centralizar as atenções do legislador, e o terreno onde deve situar todas as questões atinentes à matéria, é na singular posição do empregado rural em consequência do relativo isolamento em que se encontra.

Assim, não era justo criar uma legislação rural trabalhista que não tivesse como base a especificidade do trabalho rural. Pois, no campo, diferentemente da indústria, não existia salariado puro, e as atividades agrícolas eram esporádicas, o que fazia com que houvesse diferentes contratos de trabalho numa mesma propriedade. Estas características faziam com que o trabalho rural fosse diferente do trabalho realizado na indústria e, por esta razão, a legislação rural trabalhista devia ser criada a partir das particularidades do trabalho rural.

O mais grave do isolamento do morador era a falta de “contatos humanos” e de “convívio social”, com os quais o trabalhador urbano tomava consciência de sua classe. Afastado da sede do município, onde as instituições sociais e órgãos públicos estavam situados, o morador não tinha acesso ao serviço público, o que o deixava em uma “situação regular de dependência” e de “constrangimento”. Deste modo, as questões relativas ao seu trabalho, a sua moradia e sociabilidade passavam pelo crivo dos proprietários de terra: situação esta impensável no caso dos trabalhadores urbanos, mesmo daqueles que moravam em vilas operárias (ver Caio Prado, 1987).

Em consequência, o direito do proprietário não era contrastado pelos moradores, como os operários faziam com a classe patronal nas cidades. O que nas propriedades rurais valia era o arbítrio do fazendeiro, até mesmo em relação às “vias

de comunicação” e aos “meios de contato” dos moradores: “O direito privado de propriedade – resume Caio Prado (1987, p. 97) – transborda aí para o terreno das relações públicas, e assume feições de um direito público exercido por um particular”. O proprietário de terras neste sentido não era apenas “empregador”, mas “senhor” dos seus empregados (p. 97). Ele comandava seus passos, interferia na sua esfera doméstica, apossava-se do seu voto e controlava sua vida social:

Outra prerrogativa do atual direito de propriedade incompatível com a presença no estabelecimento rural de agrupamentos humanos permanentes, é a do proprietário decidir soberanamente sobre quem possa nele se instalar, vendando-o mesmo quando isso é do interesse ou vontade dos moradores. É o caso entre outros de profissionais que pretendam oferecer seus serviços a esses moradores. Muito especialmente comerciantes. Não é admissível que ao direito de propriedade se agregue o de monopolizar os fornecimentos de gêneros aos trabalhadores, o que é consequência necessária do fato de o proprietário resolver soberanamente, como se dá, sobre o estabelecimento e frequência de comerciantes.

O comércio dentro de uma propriedade onde se encontrem fixados agrupamentos humanos, não pode deixar de ser inteiramente livre e fora de alcance de qualquer decisão ou ato do proprietário. Não se compreende que seus direitos vão até aí. (PRADO, 1987, p. 99)

Não havia, portanto, limites para o direito do proprietário. Em seu autoritarismo, ele negava ao morador o direito de adquirir seu fornecimento onde lhe era mais vantajoso, para assim obrigá-lo a abastecer sua casa por meio do barracão da fazenda. Deste modo, a visita do comerciante era indesejada e podia ser proibida pelo proprietário. Na categoria de visitas indesejadas havia comerciantes, sindicatos dos trabalhadores rurais, instituições públicas, organizações não-governamentais, missionários, movimentos sociais, advogados, equipes de televisão etc., ou seja, visitas que pudessem divulgar a situação de constrangimento na qual viviam os trabalhadores residentes.

Deve-se, pois, limitar o direito de propriedade do imóvel rural. Limitar o controle que os senhores de terra têm sob seus moradores. O Estado não pode aceitar que estes senhores dominem seus funcionários: “E para fazer face a essa situação, torna-se necessária a modificação do nosso direito civil [...]” (PRADO JR., 1987, p. 98). Nas palavras do historiador (p. 98), isto sempre deve acontecer quando “a área geográfica sobre que se estende esse direito é ocupada em permanência, isto é, habitada por um agrupamento humano”. Diante da sólida estrutura patrimonialista do país, as palavras de Caio Prado soaram então revolucionárias, transformadoras dessa realidade social.

Neste sentido, o autor chama a atenção para os fundamentos de uma legislação social-trabalhista aplicável ao trabalhador rural, com o intuito de dirimir as diferenças sociais entre moradores e fazendeiros. Diferenças estas que não eram admissíveis em um regime de igualdade jurídica. Desta forma, Prado Jr. (1987, p. 98-99) mostra que, para restringir o poder dos fazendeiros, não há outro meio que a intervenção do Estado, regulando o direito de propriedade:

Para exemplificar a natureza dessa limitação a se introduzir no direito de propriedade imóvel rural, podemos lembrar a necessidade de as áreas e espaços reservados às vias de comunicação e a outros fins necessários e úteis aos moradores para o exercício de suas atividades sociais não diretamente relacionadas com a função de empregados, serem consideradas bens do domínio público para o fim de se excluírem da livre disposição e autoridade do proprietário. Não é evidentemente admissível que num regime de igualdade jurídica que em princípio deve ser o nosso, um simples direito exerça ou possa exercer no sentido de obstar a livre utilização de espaços necessários ou úteis à movimentação e exercícios de outros direitos de pessoas que não são “empregados”, e com que portanto o proprietário e empregador nada tem a ver. Isso diz respeito, entre outros, ao livre acesso à propriedade de pessoas a ela estranhas, mas com que os moradores necessitam, desejam ou aceitem se comunicar. O legítimo direito do proprietário não compreende evidentemente a faculdade, que hoje lhe é concedida, de opor restrições àquele acesso e livre comunicação dos moradores da propriedade com o exterior.

O isolamento dos moradores e seu abandono pelas autoridades públicas davam portanto impulso para que o direito privado se fortalecesse, ultrapasse a esfera privada das relações de empregador e empregado, intrometendo-se na liberdade pessoal do trabalhador e reprimindo seus direitos civis e políticos de cidadão. É necessário então impor limites à autoridade dos senhores de terra (ver Queiroz, 1969). Para isto acontecer, a intervenção do Estado deve se dar no sentido de combater esse isolamento, “abrindo o interior” para que os órgãos de fiscalização possam visitar regularmente as fazendas. Do contrário, não adianta criar uma legislação rural trabalhista, com base na especificidade do trabalho rural, como tem sido feito, se não há condições para que os órgãos de fiscalização cheguem as localidades interioranas e fiscalizem as propriedades rurais.

É isto que tem acontecido atualmente. Com a continuidade do “sistema de moradores” no semiárido, os trabalhadores residentes continuam isolados, apesar do maior número de estradas e maior proliferação dos meios de transporte. Por isto, esses trabalhadores enfrentam longas jornadas de trabalho e falta de estrutura para se abrigar nos estabelecimentos rurais. Trabalho escravo e trabalho infantil também

são neles facilmente encontrados. É por tudo isso que eles ainda são vítimas do arbítrio, opressão e violência dos fazendeiros, capatazes e gerentes, e, também, do assédio dos políticos que querem controlar seus votos. Apesar disso, o poder público pouco tem feito no sentido de protegê-los, pois o regime de trabalho nas fazendas não está sendo controlado, como deveria. Isto é: os fazendeiros ainda submetem os moradores a contratos de trabalho que não levam em consideração a legislação rural trabalhista. Além disso, os fazendeiros continuam se intrometendo em sua vida doméstica e em sua vida social, como se fossem seus verdadeiros donos.

É preciso, todavia, reconhecer certos avanços, capitaneados por uma postura mais atuante do Estado na regulamentação do trabalho rural. Um sinal disso, sem dúvida, está no temor que gerentes e fazendeiros têm da visita do Ministério do Trabalho, IBAMA, Secretaria do Meio-Ambiente, Justiça e INCRA. Agora, faz-se necessário dar condições de trabalho para estes órgãos agirem, porque a classe fazendeira e seus prepostos buscam ainda isolar os moradores da presença dos agentes e técnicos de governo, representantes de organizações não-governamentais, movimentos sociais, Igreja e sindicatos.

5 HABITAÇÕES SERTANEJAS

5.1 Casas de morada: precariedade

Ao buscar os estabelecimentos rurais, os trabalhadores pedem morada, e não trabalho, pois o trabalho está incorporado à morada. Como diz Palmeira (2009, p. 205) sobre a Zona da Mata: “Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa”. Assim – continua Palmeira (2009, p. 205): “Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim *casa de morada*, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho [...]”. Aceito a morada pelos gerentes ou fazendeiros (com leve aperto de mão entre as partes), o trabalhador se torna morador da fazenda, e agora, além de trabalhar, vai nela residir. Dependendo da oferta de casas na fazenda, o trabalhador pode ou não construir sua própria casa. Ao construí-la, ele fará uso dos materiais que a natureza da região lhe oferece.

Devido à diversidade dos ecossistemas das regiões agrárias, existem abundantes materiais para construção de casas e, por isto, pode-se dizer que não existe apenas um tipo de casa para os moradores ou agregados. No Sul, têm-se os achões de pinheiros ou as tábuas simples com os quais os agregados constroem sua moradia. No planalto sul de Goiás, paredes de paus roliços e ripas de bambu, revestidas de argamassa composta de barro e fezes de bovinos. No Nordeste, a taipa também tem sido dominante; a diferença em relação a outras regiões se dá principalmente por causa do tipo de palha e madeira utilizado. De acordo com o inquérito sobre o “habitat rural brasileiro” realizado pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e publicado no seu Boletim 31, de fevereiro de 1942, as “habitações rurais na região típica das palmeiras” (Nordeste) foram divididas em quatro tipos e neles há preferência pelo material “madeira-palha”:

Na região nordestina, revestida de palmeiras (babaçu, coqueiro, carnaubeira), é a casa rural, via de regra, a manifestação local da flora. Mesmo assim, há tipos levantados com material diverso daquele fornecido pela “vegetação clímax”. Em resumo, quatro são os tipos que ali se observam, de acordo com o importante inquérito - 1º Casa com armação de madeira tapada e coberta de palha – O piso é feito de soque, empregando-se o barro vermelho misturado com areia. As portas e janelas são, em sua maior parte, construídas com a mesma palma. 2º - Casa com armação de madeira, tapada de barro e coberta de palha – O material empregado é feita

de uma mistura de barro vermelho com areia e fragmentos de rocha – uma espécie de concreto. O piso é ora de soque, ora de tijolo, tipo mosaico e fabricado em “olarias” locais. As portas e janelas são de madeira ou de palmas. 3º Casas armadas de madeira, tapadas de barro, cobertura de telhas – O material utilizado é madeira de toda espécie. Tapagem e piso iguais ao tipo dois. Portas e janelas de madeira. Telhas de bairro, confeccionadas em pequenas olarias. 4º Casas de alvenaria, cobertas de telhas – Os tijolos para as paredes, formados de barro muito silicoso, saem de olarias rústicas. Portas e janelas de madeira. Possuem, não raro, regular aparelhamento higiênico e, algumas vezes, luz elétrica e água encanada. A preferência pelo material “madeira-palha” resulta da facilidade de sua aquisição e pelo fato de serem os moradores os próprios construtores. (Boletim do Ministério da Agricultura, 1942, p. 56-57)

A partir deste testemunho, pode-se dizer que o quarto tipo tem menor incidência no conjunto das casas rurais e nele habitam as classes mais aquinhoadas da sociedade agrária. Levando em consideração a região semiárida, os moradores (em sua maioria) residem em casas com armação de madeira tapada e coberta de palha, ou em casas com armação de madeira, tapada de barro e coberta de palha. Ou seja, de acordo com a classificação do Serviço de Economia Rural, o primeiro e o segundo tipo são preponderantes na região.

Apesar das diferenças, provenientes do emprego de diversos materiais, há um traço comum a todas elas: sua precariedade. Esta precariedade – como lembra Pereira (1966, p. 452) – revela-se na “massa das construções”; “na quantidade de peças existentes nos alojamentos”; “no reduzido número de portas e janelas”; “na pobreza ou inexistência de decoração” e “na concepção da casa somente como abrigo sem atender da melhor maneira ao tipo de exploração agrícola de que o agregado vive”. Segundo o autor (1966, p. 452), a precariedade é um traço persistente das casas dos agregados, resultando do “nível social inferior” e das “inseguras condições econômicas” em que eles estão mergulhados. Ainda conforme o autor (1966, p. 452), a casa desses trabalhadores seria assim “geográfica” e não derivada do “processo de civilização”. Seria, de acordo com a classificação de Demangeon, citado por ele, “casa elementar”.

No Vale do São Francisco, Macedo (1952, p. 57) chama a atenção para a simplicidade dos “habitáculos” dos agregados, ao dizer que o material empregado era retirado exclusivamente da natureza: as madeiras para sustentação; os cipós que substituem os pregos; o capim no lugar da telha e a argila misturada com esterco bovino em substituição aos tijolos. Além do material, simplicidade também na

construção: o barro atirado de sopapo sobre a armação de madeira das paredes, nivelado pelas próprias mãos, que misturam-no com o esterco para dar uma liga capaz de resistir ao sol ou à chuva. Levantada a casa, ela era dividida geralmente em sala, dois quartos e cozinha, que eram constituídos por paredes mais baixas e mais finas que as paredes exteriores, não atingindo assim o teto da casa. O chão era feito de terra batida, tal como o fogão. A trempe era improvisada com lâminas de ferro. Para a surpresa de Macedo (1952, p. 57), os habitantes da região não construíam latrinas nem as usavam: eles defecavam na vegetação próxima das casas que servia de “discreto anteparo”, exceto as crianças que evacuavam ao redor de casa para a alegria das galinhas e dos porcos que rapidamente aprenderam a observar quando elas se preparavam para “ir aos pés”.

Costa (1960, p. 59) diz o mesmo a respeito das casas dos agregados no Alto São Francisco: “A casa do agregado em geral tem paredes de pau a pique, [...] não é assoalhada, [...] não é forrada e [...] na metade dos casos é coberta de folha de coqueiro do cerrado, palha de buriti, sapé ou capim de vargem”. “Os cômodos – prossegue o autor – são bem menores e também em menor número do que os da casa da fazenda”. Ele registra que o terreiro tem perto de 50 metros quadrados e, como o quintal, não é cercado; do lado externo, “as paredes de pau a pique, varas e taquaras trançadas e calafetadas de barro, não são revestidas”, porém, “interiormente são recobertas de uma camada fina de estrume de gado, dissolvido em água”; “nos cômodos não há folhas de porta”; “o chão é de terra batida”; os cômodos são pequenos, tendo em média três por três metros. Mesa de caixão e troncos de pau como assentos, já que nela não há cadeiras, e fogo a lenha e pilão.

Gustavo Barroso (2003, p. 208), por sua vez, afirma que “as casas dos pobres, dos miseráveis agregados são de palha de carnaúba, açoitadas pelo vento, vergastadas pela chuva”. Porém, Barroso discorda daqueles que defendem que tanto as casas dos pobres quanto as casas dos ricos são de “mau aspecto” e “nada higiênica”: “Mas quer numas, quer noutras, quer nas pobres ou nas ricas, reina o mesmo asseio e a mesma limpeza; o chão é bem-varrido, bem-espanado [...]”. Assim, para ele “as pobres e humildes casas do sertão agreste são o refúgio hospitaleiro dos viajantes fatigados”, onde ninguém duvida da sua hospitalidade e franqueza. Influenciado pelo racismo científico, ele defende que “são toscas e humildes como

tudo o que produz a sub-raça ignorante e infeliz do Norte”. Essas casas “são simples como o povo que as constrói”, “acordes com sua ignorância”; “francas e hospitaleiras como sua própria alma o é”. Há, “na pobreza do seu aspecto”, “na singeleza de vossa construção”, “a fisionomia bem nacional dessa gente simples, em cujas veias não corre sangue estrangeiro e consubstancia o verdadeiro tipo étnico da nacionalidade brasileira!”

Sobrinho (1917, p. 207) escreve que, no Ceará, os moradores “vivem em pequenas casas de mau aspecto, tendo ao lado frequentemente o seu pequeno cercado de planta ou roçado, de cuja colheita tiram o melhor de sua subsistência”. Os vaqueiros também vivem sob essas mesmas condições, mas podem habitar a casa da fazenda se o fazendeiro e sua família residirem nas vilas e cidades. Nesta mesma linha de pensamento, seguem Chandler (1980, p. 165) que alega que os moradores “viviam em pequeninas casinhas espalhadas pelas terras do patrão” e Domingues (1941, p. 40-41) que destaca que a casa dos vaqueiros e dos moradores é “antes pequena do que grande, nada higiênica, escura e com raras janelas, sua cobertura é de palha de carnaúba, e só muito raramente de telha”. A iluminação dela, nas palavras de Domingues (1941), é feita ou com querosene (“gás”), ou com azeite da carrapateira ou da mamoeira.

Valdelice Girão (1989, p. 32) diz que, “ao largo dos latifúndios”, “ficavam os casebres dos outros habitantes”, que não eram fazendeiros (tudo indica que a autora esteja falando das casas dos moradores). Estas casas eram “cabanas de taipa, de chão batido, com cobertas quase sempre de palha, tetos baixos e pouca inclinação, portas e janelas insuficientes para entrada de luz e ventilação”. Eram, pois, casas elementares, de mau aspecto, com pouca divisão interna, que comportava um número de pessoas maior do que sua capacidade permitia.

Arrojado Lisboa (2010, p. 43) explica por que os agregados ou moradores fazem “toscas moradias” para sua habitação. Em sua explicação, ele critica aqueles que veem “na pobreza e selvagem rusticidade das habitações sertanejas uma manifestação da indolência nativa”. Neste sentido, assegura que a causa principal da construção instável das suas casas se deve ao fato de que “ninguém promove construção sólida em terra alheia”. Como, no começo do século XX, 80 % da população do interior semiárido é constituída por moradores ou agregados, 80% das

casas estão sob essas condições. Segundo sua lógica, portanto, se os moradores, em vez de moradores, fossem pequenos produtores (sitiantes), suas condições de habitação seriam satisfatórias.

Citando Demageon, Pereira (1966, p. 452) declara que construir é um ato de confiança no futuro. Como o futuro para os agregados é sempre incerto, a construção de sua casa é “logicamente precária”. Em outras palavras, Pereira diz o mesmo que Arrojado Lisboa. “O seu futuro é incerto”: porque “a terra é alheia”; “ninguém promove construção sólida”: “só poderá ser logicamente precária”. Só que, ao contrário de Arrojado Lisboa, ele ressalta “a dependência em que o agregado vive em relação às influências naturais, sociais e econômicas”, demonstrando que eles mesmos edificavam sua casa; que eles a constroem nos sítios mais bem providos de água; que as casas têm pouco compartimentos e em algumas delas “a promiscuidade chega a ser absoluta”; que uso de telhas é raro e que, na maioria dos casos, não existem portas (p. 453). Portanto, apesar das mudanças econômicas no campo, o traço que distingue a casa dos moradores e agregados é a precariedade. Raras são as exceções.

Quando há exceções, as casas foram construídas pelas fazendas e não pelos moradores. Atualmente, em razão da fiscalização do Ministério do Trabalho, as fazendas têm se preocupado com a morada dos trabalhadores. Em verdade, a preocupação delas está mais em burlar a fiscalização que propriamente fornecer casas confortáveis. Mello (1988), ao estudar a área pernambucana ribeirinha do São Francisco, onde a agricultura irrigada predominava e maior parte da força de trabalho era de meeiros, faz o levantamento das casas dos empregados de cinco fazendas (Milano, Ouro Verde, Safra, Sacresf e Catalunha). Do total de 230 casas, 141 eram de alvenaria e 89 de taipa. Dentre as de alvenaria, 90 moradias (63,1%) estavam concentradas na Fazenda Milano que não possuía casas de taipa, 37 (26,5%) estavam na Ouro Verde que tinha oito habitações de taipa. “Nas demais fazendas, registra-se a existência de uma predominância esmagadora de casas desse último tipo” (MELLO, 1988, p. 133).

É nesse sentido que se deve afirmar que, apesar da expansão capitalista no sertão, a questão habitacional não é satisfatória, impondo-se como uma problemática social de difícil solução, pois o Estado não estabelece um padrão de

morada para os trabalhadores residentes. Essa questão ainda depende do arbítrio dos fazendeiros.

5.2 Casas de fazenda: rusticidade

Em vez da efêmera instalação dos moradores, as casas-grandes fazendeiras, como diz Capistrano de Abreu (2006, p. 137), são “sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro”. Elas são, pois, o contraste das casas dos trabalhadores rurais – “pequenas”, “desconfortáveis” e “de mau aspecto”. São seguras e fortes. Representam o poder na sociedade agrária (a casa central da autoridade), o poder de cada fazendeiro: quanto maior o edifício, maior o poder do patriarca.

Os assuntos – sejam eles de domínio público ou privado – deviam então passar pela casa sede, porque nela estava o poder: “A casa-grande – diz Gilberto Freyre (1987, p. XVII) – venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra”. Ela simboliza o “predomínio esmagador do ruralismo”, a “ditadura e a pujança dos domínios rurais”. Assim, os proprietários – conforme Sérgio Buarque (1995, p. 70) – “se descuidavam [...] de suas habitações urbanas, dedicando todo o zelo à moradia rural, onde estava o principal de seus haveres e peças de luxo”. Era lá que eles recebiam seus hóspedes e visitantes “com ostentosa generosidade”. Das casas-grandes do campo, continua Sérgio Buarque (1995, p. 73), os fazendeiros escravocratas e seus filhos monopolizavam a política até praticamente o fim do período monárquico.

As casas de fazenda assumem portanto importância capital na economia agrícola do semiárido. Conforme Jucá Neto (2012, p. 204), elas foram “a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e onde se encontram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão”. Ademais, continua o autor (2012, p. 204), foram “sede da política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias com poderes quase que absolutos e da rede de mandos e desmandos que pautou a estruturação do território”.

Silva Filho (2007, p. 75), ao descrever as casas de campo da capitania de São José do Piauí, divide as casas de fazenda em seis tipos: I) capelas ou oratórios

no corpo da casa; II) capelas isoladas; III) casas de alpendre; IV) casas sem alpendre; V) moradia de vaqueiro no corpo da casa; VI) instalações de produção em continuidade ao corpo da casa. Algumas, conforme o autor, são rústicas. Outras, porém, são conhecidas pela grandeza e prosperidade feudal, exprimindo um rico ambiente:

[...] no brilho da louça européia; na luz branca dos petromaxes, revelando as molduras ovuladas de retratos familiares e de estampas divinas; nas bacias esmaltadas; nas canecas de prata; nas camas de mola e ferro; e na madeira recurvada. Tudo como que especialmente desenhado à conformação da tijoleira de barro e ao relevo do reboco macio, alisado à colher. Nessa atmosfera de luz tropical, coada na telha vã em ripamento de carnaúba, matéria e espírito, envoltos do oratório lavrado para a telha barroca, fundem-se em explícita harmonia. (SILVA FILHO, 2007, p. 74)

Era, pois, nas casas de fazenda que se traduzia a opulência do sertão. Em *O sertanejo*, diz Alencar (1962, p. 32-33) que, no século XVIII (tempo áureo do sertão), “os fazendeiros tinham por timbre fazer ostentação de sua opulência e cercar-se de um luxo régio, suprimindo assim em torno de si o deserto que o cercava”. O Capitão-mor Gonçalo Pires Campelo era um desses fazendeiros que ostentavam sua riqueza: comia ele somente em baixela de ouro e, na libré de seus criados e escravos e nos jaezes de seus cavalos, havia “brocados, veludos e telas de maior custo e primor do que usavam nos paços reais de Lisboa os fidalgos lusitanos”. Na casa de Gonçalo Pires Campelo eram tanto ouro e prata contidos em sua baixela que dariam para levantar um palácio. Localizada na fazenda da Oiticica, ela era uma dessas casas sólidas e opulentas que se encontravam no interior do Ceará:

As casas da opulenta morada eram todas construídas com solidez e dispostas por maneira que se prestariam sendo preciso, não somente à defesa contra um assalto, como à resistência em casa do sítio. [...] Ocupava a maior área do terreiro um edifício de vastas proporções que prolongava duas asas para o fundo, flanqueando um pátio, bastante espaçoso para conter horto e pomar. [...] À extremidade de cada uma dessas asas prendiam-se outros edifícios menores, alguns já trepados sobre os píncaros alpestres, porém ligados entre si por maciços de rochedos que formavam uma muralha formidável. [...] A tapeçaria e alfaias da casa eram de uma suntuosidade que não se encontra hoje igual, não só em toda a província, mas quiçá em nenhuma vivenda rural do império. (ALENCAR, 1962, p. 32-33)

Embora contida em um romance, não há exagero na descrição de Alencar. Como prova da prosperidade dos fazendeiros, Capistrano de Abreu (2004, p. 168) assinala que havia mais escravos no sertão do que no “agreste da marinha”, porquanto eles eram trocados pelas boiadas que partiam da região. Além disso, o

historiador destaca que, de acordo com certas “notícias” e “vestígios vagos”, havia nas casas dos ricos sertanejos “fazendas finas”, “baixelas de ouro”, “bacias de prata” e “colares de ouro medidos à vara”. Assim, tanto Capistrano de Abreu quanto José de Alencar falam sobre o século XVIII como período de grande crescimento econômico e no qual os fazendeiros ainda habitavam a região.

As manifestações arquitetônicas das casas de fazenda do Inhamus (sertão cearense) demonstram esse ciclo de prosperidade da região e como estas habitações eram bem diferentes das casas dos moradores. Ao estudá-las, Bezerra (2012) percebe certa evolução em suas construções: de verdadeiros redutos, com paredes grossas e fenestração mínima, em virtude dos ataques indígenas, a casas mais abertas, com maior número de portas e janelas e o surgimento de varandas, em razão de longos períodos de paz no Inhamus. Diante deste contexto, os fazendeiros foram construindo suas sólidas moradas.

Valdelice Girão (1989, p. 32) escreve que, na zona de criação do sertão do Ceará, as casas de fazenda não tiveram “o alto valor dos engenhos, fazendas e sítios de cana” da Zona da Mata. Mas que, “aqui e ali, perdidas na imensidão das caatingas, encontravam-se casas enormes, baixas, de paredes grossas e madeirame pesado – verdadeiras casas fortes”, que eram assim construídas para dar segurança aos antigos donos de engenhos “que situavam fazendas de criar nos sertões [...]”. Eram de grande dimensão, embora fossem sóbrias, “com cobertura de telha em duas águas, vastos alpendres e paredes também grossas, levantadas com madeira, pedra e tijolo da própria fazenda”.

Este tipo de casa de fazenda se encontrava espalhada pela região semiárida. Costa (1960, p. 56-57) assim descreve as casas de fazenda localizadas no Alto São Francisco: “A casa de fazenda é em geral muito sólida, feita de grossas vigas de madeira, lavrada; tem paredes de tijolos e é coberta de telhas. É espaçosa; seus cômodos têm [...] cinco metros por seis, ou mais”. Além disso, têm mais ou menos dez quartos, despensa, grande sala de visita e não menos larga sala de jantar, cozinha e porão. “Não possui – continua Costa (1960, p.57) – necessariamente instalações sanitárias nem quarto de banho. Os cômodos [...] são sempre assoalhados, exceto a cozinha que pode não ser”. Em seu interior, há cantoneira, cristaleira, rádio, vitrola, armário de louças, relógio de parede, camas de madeira,

grande oratório de madeira – materiais estes que dificilmente se encontram nas casas dos moradores. Também sobre as fazendas de gado no Vale do São Francisco, assevera Macedo (1952, p. 57): “Se a casa do fazendeiro é de tijolos e coberta de telhas, a do vaqueiro ou do agregado é geralmente de terra batida, de taipa ou “sopapo”, coberta com sapé ou fôlhas de buriti”.

José Américo de Almeida (2012, p. 447) informa que as casas-grandes da Paraíba tinham uma “arquitetura uniforme”, que “infunde a respeitabilidade de um lar austero, pela intransigência da honra e pelo rigor do pátrio poder”. Embora não fossem confortáveis, tais casas eram autossuficientes e isto teria restringido as comunicações da família com a cidade aos períodos das festas religiosas. Almeida garante que foi só com a saída dos filhos dos fazendeiros para estudar na capital ou, em Recife, que se vai aos poucos reformando o “ambiente das fazendas”, dando aos “hábitos caseiros” outro conceito da civilização, mas não “a noção do bem-estar material” (p.447).

Em geral, as casas-grandes fazendeiras das zonas da caatinga não tiveram o requinte das casas-grandes da Zona da Mata. Mas isto não quer dizer que eram semelhantes às casas do vaqueiro ou agregado. De fato, eram sóbrias, mas não pobres de materiais e de acabamento. É preciso não confundir as casas de fazenda com as casas de morada dos agregados. Contudo, os estudiosos da região confundem as casas, nivelando deste modo as diferentes classes sociais.

5.3 O falso equilíbrio

Na descrição das moradas do sertão, querem então igualar as condições de moradia dos proprietários de terra às condições de moradia dos agregados. Ao contrário do que acontece com a relação entre burgueses e proletários, na qual a questão habitacional é o fator que mais diferencia suas condições de vida (KAUTSKY, 1998, p. 495), esta questão, segundo alguns analistas, não deve ser considerada para efeito de diferenciação entre proprietários e moradores – a não ser para demonstrar equilíbrio social entre ambas as partes. Ao dizerem que a casa do patrão era a mesma do morador, evitam a discussão sobre a estratificação social da região.

Sobrinho (1917, p. 204) diz neste sentido que “a casa da fazenda é uma das bemfeitorias menos cuidadas”. Afirma que o proprietário faz, em regra, construir vivenda de tijolo, regularmente alta, que ele “não ladrilha, nem reboca, nem caia, nem abre janelas nellas”. Que tais casas têm “aspecto lúgubre e sombrio” e que raríssimas são “as boas vivendas, amplas, bem alpendradas, caiadas e ladrilhadas”. “Em todas [...] – escreve Sobrinho (1917, p. 204) – falta absolutamente esthetica, e o conforto é, relativamente, quasi nullo”. “O mobiliário – continua o autor – é insignificante, não passa de uma mesa tosca, alguns tamboretas, bancos simples, prateleiras ou pendentas do tecto, assim como ganchos de madeira e, finalmente, de redes”. Quando ela é a residência do vaqueiro, ou seja, quando o patrão não mora na fazenda, ela “não passa de uma quasi choupana de paredes de taipa, sem ladrilho, mas coberta de telhas”. Contudo, para o autor, a ausência do proprietário não explica o descuido com a morada, pois: “Não é raro que o proprietário, habitando a fazenda, possua casa igual à do vaqueiro [...]”. Apesar de Sobrinho relativizar esta afirmação, parece que ele deseja inverter a realidade social, colocando os proprietários de terra no lugar dos seus trabalhadores e os trabalhadores no lugar dos proprietários de terra.

Gustavo Barroso também situa a casa dos pobres e a casa dos ricos no mesmo nível social. Define-as em um único conceito: “casa sertaneja”. “Todas as casas sertanejas são humildes, – diz Barroso (2003, p. 206) – quer sejam de palha só ou de palha e taipa como a dos pobres, quer sejam de taipa e telha como a dos abastados.” “Os abastados” para Barroso não faziam questão de construir casas de tijolo nem casarões, porque eles eram humildes tal como suas casas. Assim, as casas sertanejas dos pobres e “abastados” eram humildes, hospitaleiras e idênticas: “São de tamanho regular com quatro abas de telhado, portas pesadas de umburana, rijos sábias madeirando as paredes, unidos por finas ripas de mororó [...], e na taipa é o barro atirado por cima às bofetadas [...]”. Opinião semelhante tem Souza (1997, p. 171), que estuda o município de Quixadá (Ceará), ao dizer que “a casa-da-fazenda ou casa-grande era modesta e sóbria no seu estilo tradicional [...]”. Neste sentido, as casas sólidas dos proprietários de terra construídas ao longo do século XVIII não existiram, eram provenientes dos delírios de José de Alencar e de João Capistrano de Abreu.

Chandler (1980, p. 162) também reforça a ideia de equilíbrio social, especialmente em relação à habitação. Assinala então que havia pouco conforto nas

fazendas. As casas dos fazendeiros eram geralmente baixas e sem estética. Conforme Chandler (1980, p. 162), somente após 1930, os fazendeiros trocaram a taipa por tijolos rústicos, e a palha por telhas. O mobiliário era simples, usando apenas o minimamente necessário: “tamboretas com assento de couro”; “bancos de madeira compridos”; “baús de couro”; “mesa de jantar”, “redes” etc.

Embora afirme que “a casa dos vaqueiros e dos moradores é ainda mais pobre, logicamente”, Domingues (1941, p. 40-41) reforça a tese da casa de fazenda simples, humilde e análoga à casa dos vaqueiros e dos moradores. Em suas palavras, “a casa da fazenda é comumente de amplos cômodos, mas nem sempre muito cômoda” (p. 39); “a arquitetura sertaneja sempre foi atrasada e desobediente aos preceitos de higiene” (p.39); “o mobiliário é pobre, rústico e nada cômodo [...]” (p. 40). Ainda de acordo com ele (p. 40), estas características não poderiam ser diferentes, porque “a casa é reflexo da sobriedade de sua vida”: devido a uma concepção estoica da existência, “para êle [o sertanejo], o conforto, a comodidade tiram o vigor, a higidez rústica do homem, e amolecem o caracter”.

Em suas *Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamus*, Bezerra (2012, p. 58) defende que “as obras de arquitetura tradicional caracterizam-se pela extrema simplicidade quanto à forma, ao emprego dos materiais e aos métodos construtivos”. “O clima – continua Bezerra (2012, p. 58) – a pobreza do território e a insegurança em face de viajantes e índios teriam promovido a parcimônia na utilização dos meios edificatórios”. Seria anacronismo querer que as casas de fazenda fossem esteticamente edificadas num sertão fechado, quase sem estradas, como era o do Ceará. Mas isto não quer dizer que as casas de fazenda eram pobres, como as casas dos vaqueiros. Podiam ter “configuração uniforme”, como afirma a autora, porém não eram elementares, tais como as dos seus agregados. A autora redimensiona assim “a pobreza do território”, corroborando com a ideia de que até mesmo aqueles que detinham a terra, o principal meio de produção, viviam em simples moradas.

As casas de fazenda do Vale São Francisco, segundo Macedo (1952, p. 57), também eram sóbrias. De acordo com suas palavras, tais casas “não ostentam nenhuma construção de aspecto senhoril, até ao contrário, elas se caracterizam exatamente pela simplicidade e pobreza do estilo”. Assim, é como se não houvesse diferenças entre as casas dos moradores e as casas dos latifundiários da região. É

como se esses dois homens, que ocupam posições sociais diferentes, vivessem da mesma forma. É como se, no semiárido brasileiro, houvesse uma sociedade igualitária. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978, p. 111) também reforça esta ideia. Refletindo sobre o consumo, o gênero de vida e a distância cultural e social, ela escreve que não havia diferenças entre “classes superiores” e “classes inferiores” na região Norte:

No norte, o consumo das classes superiores tendia a se aproximar do das camadas inferiores; a fazenda se conservava muitas vezes em sua forma tradicional e o consumo era também regulado mais pela tradição do que por novas necessidades. O gênero de vida era bem homogêneo nas zonas rurais do país, e as diferenças devidas à instrução, abrandadas pelo parentesco que agia como fator de coesão. A distância cultural e social entre fazendeiros e sitiantes era então bem menor, a estratificação social tendendo a se aproximar da forma igualitária que existia nos grupos de vizinhança unicamente de sitiantes. (QUEIROZ, 1978, p. 111)

Estas afirmações têm reforçado a ideologia da classe fazendeira. Ideologia esta que incute que não há estratificação social no semiárido brasileiro; que todos sofrem da mesma forma as consequências da seca, e que não há “rivalidades de classe”, mas harmonia reinante entre patrão e trabalhadores. Fazendo a distinção entre a sociedade agrária do Sul – mais desenvolvida economicamente e com maior distância cultural e social entre fazendeiros e sitiantes – da sociedade agrária do Norte – menos desenvolvida e com menor distância cultural e social entre fazendeiros e sitiantes – Queiroz (1978, p.111) reproduz o discurso que cria uma configuração social simples (binária), de patrões e trabalhadores, e pacífica, cujas contradições sociais não surgem devido ao parentesco que ligava ambas as partes.

Desta forma, a camada intermediária existente nessa sociedade agrária se encontra excluída de tais análises. Ela é formada de pequenos proprietários que surgiram da divisão dos latifúndios, e que tanto pode empregar quanto pode se empregar. São eles que possuem, em alguns casos, “casas iguais às dos vaqueiros”. Pode-se chamar esses proprietários de classe média (o que não quer dizer que os vaqueiros pertençam à classe média). Esses proprietários podem contratar moradores, mas o número deles será menor que o empregado nos latifúndios. No entanto, não se pode confundi-los com os latifundiários que constroem ricas casas de fazenda e que tem à sua disposição mais de uma centena de moradores.

Até mesmo as casas de “agregados bem-sucedidos” não devem ser equiparadas às casas de fazendas. Apesar de suas casas serem “maiores” e de “melhor acabamento” do que as casas de taipa, e dos agregados buscarem “uma aproximação tipológica” com as “grandes sedes rurais”, há entre suas casas e as “grandes sedes rurais” distinções, sendo que a principal delas está no “emprego dos materiais” (SILVA FILHO, 2007, p. 68). Deste modo, as casas dos “agregados bem-sucedidos” se encontram num padrão intermediário entre “os casebres de palha e barro e as tradicionais casas de fazenda, ora se confundindo com as primeiras ora com as segundas” (SILVA FILHO, 2007, p. 68). Confusão esta apenas aparente, superficial, tal como vem sendo feita pelos memorialistas do sertão.

Não se pode, portanto, confundir a precariedade da casa dos moradores com a rusticidade da casa-grande fazendeira. Esta era sólida, aquela, instável. É preciso entender que, para a casa de fazenda se tornar firme, as casas dos moradores deviam se manter instáveis, ou seja, precárias. A precariedade da casa dos moradores assim se consolidou como um dado estrutural do semiárido. Buscam justificar seu estado por meio da efemeridade dos moradores nos estabelecimentos rurais, sendo que neles sua presença tem sido constante. Tudo isso reforçou o sistema de moradores, pois as propriedades rurais poderiam receber grande número de trabalhadores sem precisar despender capital com a construção de casas, como fizeram as primeiras fábricas nas cidades.

Então, é próprio do sistema de moradores não criar condições para que os trabalhadores fundem casas seguras e estáveis. Quando isto acontece, é a fazenda ou empresa rural responsável pela construção e o morador não tem direito sobre ela. Neste sentido, seja nos engenhos de Pernambuco, seja nas fazendas de gado do Alto e Baixo São Francisco, seja nas fazendas de gado do Ceará e Piauí – a situação habitacional dos lavradores se manteve, por mais de cinco séculos, em estado elementar: na maior parte, choças mal improvisadas que não tinham rede hidráulica nem eletricidade.

Inventaram, pois, a tradição de que os trabalhadores residentes moravam em condições precárias ou porque eram indolentes, ou porque estavam em terra alheia. Mas é preciso criticar tais ideias: o racismo científico porque, além de classificar os mestiços de indolentes, condena tudo que eles fazem (patologia da miscigenação);

e os teóricos que defendem que a pobreza material da sua casa derivava somente da sua situação de dependência, ou que o único obstáculo que enfrentavam para construir uma vivenda decente estava apenas em sua posição. Assim, ao sair dela, os moradores poderiam construir casas à vontade. Ao contrário disso, é preciso dizer que, mesmo trocando de posição social (passando, por exemplo, de agregado para pequeno produtor), eles não tinham condições econômicas de edificar casas sólidas que os abrigassem das intempéries, insetos e serpentes. E os agregados bem-sucedidos? Eles representavam apenas uma minoria dos agregados – eram, pois, exceção à regra. Portanto, as casas dos moradores não se assemelham às casas de fazenda, o que há entre elas é um falso equilíbrio.

6 O TRABALHO NAS FAZENDAS

6.1 A falta de trabalhadores

Historicamente, a falta de trabalhadores tem sido uma companheira fiel da atividade agrícola. No passado, especialmente no contexto da abolição da escravatura, essa falta se deu nas províncias onde o braço escravo era dominante e, também, naquelas que já tinham abolido o trabalho escravo. O Ceará – a primeira província a abolir o braço escravo – sofreu com a ausência de mão de obra na agricultura, não devido ao seu pioneirismo na questão abolicionista, mas por causa do fenômeno das secas que fez com que o governo central e os governos das “províncias endinheiradas” viessem, por meio de agenciadores, a subsidiarem as passagens de navio para os retirantes. A migração subvencionada foi então responsável por despovoar o Ceará, com o estabelecimento do êxodo dessa população no final do século XIX e começo do século XX.

Isto não quer dizer que o problema da falta de trabalhadores ocorreu somente nessa conjuntura. Como diz Caio Prado (1987, p. 58): “A insuficiência de mão de obra sempre constituiu sério problema da grande exploração rural brasileira”. No semiárido, a baixa capitalização da agricultura e a falta de um importante ciclo econômico não permitiram a introdução de imigrantes nem o investimento em máquinas agrícolas que pudessem substituir o trabalhador rural. Além disso, de acordo com Tomas Pompeu de Sousa Brasil (1926, p. 49), um dos grandes problemas da organização do trabalho era a “absoluta liberdade do operário que se não acha ligado a propriedade por compromisso ou contracto”. Ele demonstrou neste sentido que estava de acordo com o postulado do Congresso Agrícola do Recife (1878) que planejava, tal como o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro (ou Sinimbú), tornar regular e obrigatório o trabalho do homem livre. Ele pensava que deste modo o governo poderia remediar a “falta de braços, a despovoação, a carência de trabalhadores [que] refletem grandemente sobre a vida agrícola do Estado” (p.49-50).

Diante disso, a solução encontrada pela maioria das fazendas para imobilizar a mão de obra foi a implantação do sistema de moradores, isto é, o fornecimento dos meios de produção e da moradia aos trabalhadores, em troca de

alguns dias de trabalho – meio este tido por Kautsky (1988, p. 301) como o mais eficaz para combater a falta de mão de obra. É importante frisar que esse sistema não surgiu nessa conjuntura específica, pois desde a instalação dos currais na colonização da caatinga ele já era bastante utilizado (ver o item 1.2). Agora, tudo indica que ele se propagou nessa conjuntura de falta de trabalhadores e expansão da agricultura comercial. Assim, segundo Brasil (1926, p. 50-51, grifo do autor):

Em alguns fazendas, como meio de remediar a falta de braços adopta-se o systema de dar casa e uma certa porção de terreno ao trabalhador, conhecido então pela designação de <<morador>>.

Os moradores teem a obrigação de dar uns tantos dias de serviço por semana, ao proprietário, recebendo a mesma paga ou pouco menos que os outros operarios.

No restante da semana podem cuidar de sua lavoura.

Em alguns casos esses moradores plantam a sua lavoura de <<meia>> com o fazendeiro que apenas dá as terras e a casa. Em outros casos e principalmente nas fazendas de criar a contribuição do morador consiste apenas nos resíduos das colheitas, (palha de milho, rama de feijão, etc).

Na descrição do autor, percebe-se como o sistema de moradores era flexível, apresentando formato variado e se adaptando a diferentes contextos. Mas o mais importante era que ele immobilizava a mão de obra sem grande dispêndio por parte do fazendeiro. Por isto, ele vai se tornando peça fundamental para o crescimento econômico do semiárido. Como diz Tomás Pompeu Brasil (1926, p. 288, grifo do autor): “O primeiro cuidado do agricultor que quer dar maior desenvolvimento á sua agricultura é obter maior número de *moradores* [...] que residam em suas terras e ahi estejam presos por qualquer interesse”.

Tendo como “primeiro cuidado” a obtenção de moradores, pode-se asseverar que o sistema de moradores era o meio mais seguro para garantir a produção econômica das fazendas. Como pertencia a classe fazendeira, Brasil conhecia de perto os problemas enfrentados pela economia agrícola do Ceará e podia assim aconselhar seus pares sobre a melhor forma de atrair mão de obra para os estabelecimentos rurais.

6.2 A divisão social do trabalho

No semiárido, o trabalho livre era dominante, especialmente no final do século XIX. Na divisão social do trabalho rural, havia assim duas “carreiras”: ou se era

vaqueiro ou morador. O primeiro cuidava basicamente do gado: “Guardará a fazenda, tirará sortes, poderá fazer um dia sua independência” (BARROSO, 2003, p. 199). “Além disso – continua Barroso (2003, p. 199) – vestirá roupa de couro, correrá nas vaquejadas fazendo proezas, terá nome como pegador de gado, ou como capador de animais, ou ainda como curador de feridas e bicheiras”. O segundo era o lavrador, cuidava do roçado, das plantas comerciais etc. Para Barroso (2003, p. 199), dentre as duas carreiras que se abriam ao sertanejo pobre, a de morador era menos nobre, deixava-o numa condição instável:

[...] ou é vaqueiro de um fazendeiro qualquer ou agregado, isto é, morador nas terras do fazendeiro, trabalhando como jornaleiro seu, podendo ser expulso da noite para o dia. Sendo agregado ou morador, arrastará vida miserável, sem casa, sem terra, sem gado, plantando na terra alheia, sempre dependente.

O morador não vestia roupa de couro, não se tornava famoso por ter plantado um grande roçado ou, uma roça que vingou em meio à seca, e dificilmente se livraria da dependência econômica que mantinha com a fazenda que o acolhia. Ao contrário disso, o vaqueiro era nobre, pois ele vestia roupa de couro, podia ser famoso pela destreza com que conduzia o gado e poderia se tornar independente por meio do sistema de quartiação (cuja quarta parte dos bezerros nascidos na fazenda era dele, ver Andrade, 2011, p. 187).

O vaqueiro, deste modo, tornou-se o tipo sertanejo por excelência, enquanto os moradores ficaram à margem da história. Um exemplo disso está na obra de Roberto Simonsen – *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. Ao escrever sobre a pecuária, o autor só se recorda dos vaqueiros. Os vaqueiros eram para ele responsáveis por todos os tipos de trabalho na região: além de cuidar da animalia – “amansar e ferrar os bezerros, curá-los de bicheira, extinguir onças, cobras e morcegos” – “eles deviam queimar os campos alternadamente na estação apropriada” (1977, p. 154). Assim, como se não houvesse divisão do trabalho rural nas fazendas do Norte semiárido, a análise de Simonsen se dedicou apenas ao vaqueiro, aumentando sua carga de trabalho e esquecendo a função tradicional que os moradores desempenhavam na agropecuária da região.

Portanto, na longa duração, o vaqueiro ocupou posição de destaque, sobretudo por causa do absentéismo dos proprietários. Com a ausência do patrão,

ele administrou a fazenda, inclusive o trabalho dos moradores: era, pois, o superior deles. Os moradores deviam então obedecer ao vaqueiro-chefe, auxiliando-o na “luta com o gado”. Todavia, com a expansão capitalista, tanto os vaqueiros quanto os moradores foram subordinados a um gerente e se tornaram, em sua maioria, assalariados. Dividem, pois, a mesma posição social, apesar de se manterem em funções distintas. Foi assim que o brilho da carreira de vaqueiro se apagou, limitando-se ao folclore e à literatura, pois os vaqueiros perderam o poder que desfrutava nas estâncias. Isto, porém, não foi suficiente para diminuir as tensões existentes entre eles e os moradores.

6.3 Formas de remuneração

Na província do Ceará, os salários variavam conforme as localidades, natureza do serviço e idade das pessoas (ver Brasil, 1997). Pagavam-se, no final do século XIX, mil réis para os “homens ocupados” e 320 réis para os meninos, tendo, pois, 600 réis diários como média (BRASIL, 1997, p. 392). Com maior circulação monetária no semiárido, o patrão passou a retribuir os serviços dos moradores com o pagamento de salários, porém seu valor era por costume igual ou inferior à remuneração paga a outros operários que não eram trabalhadores residentes (BRASIL, 1926, p. 50). Além disso, o morador tinha que pagar a renda da terra; por isto, dificilmente, os moradores conseguiam sair da sua condição social.

Ainda de acordo com Brasil (1997, p. 392), havia nas cinco mil fazendas de gado do Ceará um vaqueiro e de um a três operários e, deste modo, ele calculava que existiam 5 mil “vaqueiros ou encarregados de fazendas de criar”, que seriam seus administradores, dez mil “operários ou subserventes aos vaqueiros” e “vinte mil empregados no serviço agrícola”. Assim, Brasil (1926, p. 50) afirma que este era o regime de pagamento adotado no Ceará:

O regimen mais commummente usado entre nós é o do assalariado, com alimentação ou sem ella (a secco).

A diferença entre o salario nos dois casos é de cerca de \$500, e ambos são igualmente usados.

O pagamento para os serviços braçaes regula de 1\$200 a 2\$000 a secco, nas proximidades da capital, de 1\$000 a 1\$200 no sertão.

As mulheres e crianças ganham entre \$700 e 1000 diarios.

Nos annos de crise climatérica pela falta de trabalho e miseria reinantes, o salario baixa muito.

Um homem ganhava, a secco, em 1915, \$700 e em 1919, 1\$000.

Tudo indica que os moradores acertavam com os proprietários diárias que incluíssem ou não a alimentação. Nas secas, a diária dos moradores ainda era menor que a dos operários agrícolas: isto se eles não fossem dispensados pelo fazendeiro em razão da impossibilidade de mantê-los durante a estiagem. As mulheres e crianças ganhavam menos, conforme o contexto da época: as mulheres trabalhavam especialmente na colheita do café e do algodão, e as crianças, na do algodão. Nas épocas de plantio ou colheita, havia então a possibilidade de toda a família do morador está trabalhando diretamente para a fazenda, inclusive seus filhos. Além dos fatores que determinavam os salários, o regime de pagamento derivado do sistema de moradores dependia, pois, das condições do serviço a ser realizado: se era perto ou não da morada, se era realizado na casa de fazenda ou não etc.

Ademais, era comum o sistema de empreitada, que era mais vantajoso para os moradores porque lhes dava maior autonomia e maiores ganhos. Este sistema era utilizado no plantio de “capim”, “cana”, “mandioca” e nos “tratos culturais”. Na “feitura de matumbos” para a mandioca pagava-se de 0\$60 a \$080 por unidade e de 15 a 20 réis para a limpeza, também, por unidade. E na feitura de “leiras” variava de \$100 a \$200 conforme “a cultura, a sua extensão e a natureza do terreno”.

A localidade da fazenda também se configurava como um fator determinante dos salários agrícolas. Quanto mais distante das cidades, menor seria o salário dos trabalhadores. Segundo Brasil (1926, p. 51): “Como é natural, quanto mais distante dos centros populosos, como Fortaleza, Sobral, Crato, Camocim, Aracaty, mais baixos são os salários, mantidos os limites indicados”. Deste modo, os moradores do sertão, distantes dos centros urbanos, eram os que percebiam as menores diárias. Isto quando recebiam algum tipo de pagamento. Os fazendeiros assim se aproveitavam do isolamento de suas herdades para pagá-los da forma como bem entendessem.

Pagava-se, além disso, o operário agrícola em dinheiro e semanalmente. “O trabalho no campo – diz Brasil (1926, p. 51) – regula de 8 a 10 horas até as 16 ou 17 ½ horas, sem que o tempo influa nos preços”. Esta longa jornada era resultante pode-se dizer da falta de fiscalização do trabalho agrícola por parte do Estado. À

época, até mesmo para as indústrias localizadas nas cidades não existia esta fiscalização. Apesar da longa jornada e baixa remuneração, Brasil (1926, p. 287) admite que existiam “excellentes disposições moraes para a lavoura”, porquanto era “a industria preferida, a mais sympatizada, si bem que ainda não muito remunerativa³⁴.”

6.4 Organização patrimonialista do trabalho

Trabalhar e morar nas fazendas, estando próximo do patrão e de sua família, incide especialmente na criação de uma atmosfera de intimidade entre patrão e moradores. Criam-se o vinco doméstico – laços de afeto e de sangue entre ambas as partes. Assim, a confiança pessoal se torna o elemento mais importante dessa relação e a competência profissional fica em segundo plano. Além da troca de favores, a interação entre eles no meio patriarcal se sustenta pela obediência cega e fidelidade política dos moradores para com os patrões. Diferentemente, pois, do que acontece no capitalismo, no qual a relação humana desaparece.

Para o sistema capitalista, é preciso que os laços pessoais entre empregador e empregado se desfçam e suas relações girem em torno da impessoalidade. Em tal sistema, o que importa é a produção, independentemente de quem a realiza. Deste modo, o patrão não se interessa em saber o que seu empregado faz fora do ambiente de trabalho e, mesmo se souber e sendo contrário a tal ato, não poderá puni-lo por isto. Agora, esta situação se configura na separação total entre local de trabalho e moradia. Pois, quando se mantém a moradia, mesmo com o vínculo

³⁴ No naturalismo que lhe é peculiar, Rodolfo Teófilo (1980, p. 72), todavia, defende que essas externas jornadas resultam da “resistência orgânica” do cearense. Esta resistência vinha da “luta eterna” com as secas. Foi esta resistência que, para Teófilo (1980, p. 73), credenciou o “caboclo cearense” a realizar o povoamento do Amazonas, pois fortaleceu seu organismo, especialmente contra as moléstias da insalubre região, e deixou seu espírito “impregnado de grosseiro fatalismo”, que o fazia não ter medo das “constantes e numerosas perdas de vida” causadas pelas dificuldades do trabalho de extração do látex na Floresta Amazônica. Por tudo isso, ele se acomodava facilmente às péssimas condições de trabalho empregadas na agricultura: “Qual o brasileiro que não sendo cearense, trabalha um dia inteiro no campo, tendo tomado como alimento, ao acordar, uma xícara de café com alguns punhados de farinha de mandioca? Qual o sulista que trabalha à chuva horas inteiras, sem abrigar-se? À tarde quando ele volta à casa é que vai almoçar e jantar. E o quê? Apenas feijão e farinha de mandioca. A carne é somente para os domingos”. Expropriados dos meios de produção, os lavradores eram forçados a trabalhar em condições adversas, as quais a lavoura sob o regime paternalista destinava a eles e, assim, não havia “resistência orgânica”, mas a necessidade de se submeter a essas condições, mesmo ganhando pouco e trabalhando muito. Portanto, de acordo com Teófilo, a insuficiência calórica de sua alimentação não o levava à baixa produtividade, como indicavam certos economistas, especialmente Celso Furtado (2014, p. 156).

monetário ou assalariamento dos moradores, as relações entre patrão e moradores continuam sob o formato patrimonialista.

Sob este formato, o morador é considerado pelo fazendeiro, gerente ou capataz, como uma pessoa total. O que ele faz no exterior da fazenda, o que ele diz na mercearia da vila e com quem ele mantém amizade – tudo isso é levado em consideração pela administração da fazenda. Ele, então, não deve violar as expectativas tradicionais – fazer arruaças na vizinhança, falar mal do patrão e se acompanhar dos inimigos políticos do mesmo. Ele deve ser um “um bom cabra”, porque senão levará uma pisa e poderá ser expulso da propriedade.

Essas relações, de certo modo, encobrem a opressão paternalista. Opressão esta que se escamoteia em favores e concessões dados aos moradores. Essas relações pode-se dizer variaram de fazenda para fazenda e se reproduziram no tempo sem controle por parte do Estado. O patrão decidia tudo a respeito do morador, e este – na maioria das vezes, cômico de que estava sendo espoliado – devia sujeitar-se ao patrão – compadre e amigo –, porque economicamente dependia dele para alimentar a sua família. Isto fica explícito neste trecho de *Os Cassacos*, de Luciano Barreira (1992, p. 258-259), no qual demonstra como funcionava esse sistema de dependência:

- Sabem [os moradores] que vou [o patrão, coronel Elpidio] fazer uma coisa boa com vocês, Zuca? [morador]
- Que coisa boa é, coronel? [Zuca, morador]?
- Vou acabar com os dias de “sujeição”, só vou exigir mesmo meia de algodão. É bom, não é?
- Já sabia, tão falano por aí, - Zuca, tímido, olhava para o chão do alpendre, encorajando-se, adiantou – bom para nós num é não, mais a terra é de vossa mincê, o que nós pode fazê? Diz que o algodão vai dá muito dinheiro.
- Às vezes dá, outras não. Além de tudo, vou ajudar a todos. Arranjo dinheiro e meios para trabalharem. Sei que a seca deixou todo mundo desprevenido. A verdade é que vou ter que cobrar um jurozinho. Quem pode arranjar dinheiro sem juro! Ainda tem uma boa coisa para vocês, compro a meia, nem precisam andar atrás de vender, pago o preço do comércio. Sem saber porque, ao ouvir aquelas palavras do patrão, Zuca se lembrou de Zé Mundola, daquelas conversas de noite na barraca, no serviço da estrada. Recordava-se de ter o feitor certa vez dito coisa assim: - “os donos de terra estão inventando novas formas de exploração, para apertar os que trabalham na terra, vão se manter cada vez mais ricos, os pobres terão que piorar, ficando cada vez mais pobres...”
- O que você quer levar hoje? [Pergunta o Coronel]
- Deiz quilo de milho e cinco de fêjão, fari’ha, sal e gurdura, se tivé.
- Arranjo tudo, só que hoje, como vai levar nas costas, leva um pouco do que dê para a semana; vou mandar buscar o necessário na cidade. Domingo, que não é dia de trabalho, você vem e leva mais, tá direito?
- Tá inhô sim – concordou o caboclo.

- Quando Zuca voltava para casa, vergado ao peso do volume de três arrobas, já estava meio esquecido das dúvidas que haviam brotado em sua consciência. Até pensava de modo condescendente – “é isso mermo, o home ajuda nós, tem que ajudá, ele tombém o coitado teve munto prejuízo, já imagino o gadão que perdeu...”

O patrão (Coronel Elpidio), assim, troca repentinamente a “sujeição” (os dias de trabalho que os moradores devem ao patrão) pela renda (meia) do algodão sem consultar os moradores. Ele é, pois, a autoridade máxima da fazenda. Em sua fala, ele está apenas comunicando a mudança aos moradores, demonstrando que, em suas relações assimétricas, o morador só tem uma opção: aceitar.

Mesmo assim, Brasil (1926, p. 288) diz que, nas condições de morada, “é fácil prever a harmonia reinante entre patrão e os operarios ou trabalhadores”. Assim, é como se o sistema de moradores estivesse livre dos antagonismos sociais gerados pela relação entre os que detêm os meios de produção e os que não detêm meios de produção, ou entre patrão e trabalhadores. De acordo com o autor (1926, p. 288), a lavoura no Ceará nunca lutou com “paredes” e “outros lastimaveis vicios sociaes”. Porque, primeiro, “não existem rivalidades de classe”, e, em geral, porque “o operario é também agricultor; faz o seu roçado e, portanto, precisa do patrão, isto é, do proprietário das terras, onde mora, onde tem sua lavoura”.

Segundo Brasil (1926), o fato de o morador ser agricultor como seu patrão e de ele precisar do patrão para fazer seu roçado e morar na fazenda impedia a realização de greves e outros vícios sociais. Em outras palavras: obstruía a luta entre capital e trabalho. Apesar de o proprietário de terras ocupar a posição de patrão e o morador ocupar a posição de trabalhador, eles dividiam a mesma categoria profissional (agricultor), e isto, para o autor, era suficiente para suprimir qualquer tipo de antagonismo e conflito que pudessem surgir do relacionamento entre esses indivíduos que ocupavam posições sociais distintas. Além disso, Brasil (1926, p. 288) cita o “parentesco espiritual” como motivo que tornava impraticável o surgimento de interesses antagônicos entre eles:

Frequentemente, o proprietário de terras, agricultor ou fazendeiro (criador) está ligado aos seus moradores por laços de parentesco espiritual: são compadres; os filhos dos moradores são afilhados da casa; mas, esses, por sua vez, constituem família e continuam quasi sempre residindo na mesma propriedade territorial.

Como então se opor ao seu compadre? Como os moradores podiam lutar com o proprietário das terras onde eles plantavam e moravam com sua família? Como eles podiam exigir melhores salários e menos horas de trabalho para lhes restar tempo para cuidar do seu roçado? As contradições sociais eram, assim, disfarçadas pelo paternalismo. Aos trabalhadores só restava adotar as regras, leis e costumes de tal sistema. Dar o filho para o patrão proteger era uma tentativa para garantir sua continuidade e da família nas terras, isto é, ampliar esta proteção, tornando-a, se possível, vitalícia. Como diz Candido (1951 *apud* Franco, 1997, p. 84-85): “Os vínculos estabelecidos entre padrinho e afilhado eram tão ou mais fortes que os de consanguinidade”. Então, os agregados e os proprietários buscavam apagar as diferenças sociais entre eles por meio do compadrio. Como afirma Stein (1957 *apud* Franco, 1997, p. 84): “o compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas”. E, neste sentido, Franco (1997, p. 100) não hesita em dizer: “O ajustamento entre proprietário e morador baseou-se em uma afirmada cordialidade”³⁵.

Inspirado no determinismo geográfico, Oliveira Vianna (1952, p. 65-66) defende que essa relação amistosa entre as pessoas do campo ocorre devido ao meio rural. Em suas palavras: “O meio rural é, em tôda a parte, um admirável conformador de almas”. Ao contrário dos centros urbanos, onde os quadros sociais são mais instáveis, no meio rural, a estabilidade dos grupos familiares superiores “permite que se forme [...] uma trama de relações também estáveis, permanentes e tradicionais”. E nessa sociedade rarefeita (de círculo vicinal limitado), “todos, por isso, se nomeiam, se cumprimentam e mantêm entre si uma certa comunidade de simpatias e afeições”.

Todavia, é preciso criticar esses autores que não permitem que, em suas teorias, haja brechas para a resistência camponesa à dominação tradicional. Pois senão o sistema de moradores vai se manifestar como um sistema perfeito – livre de tensões sociais. Será que “a comunidade de simpatias e afeições”, “o compadrio” (“parentesco espiritual”) e “a harmonia reinante” eram tão efetivos a ponto de evitar os antagonismos entre patrões e moradores? Para perceber as contradições desse

³⁵ Ver sobre o homem cordial Holanda (1995, cap. 5). O historiador deixa bem claro que essa cordialidade tinha origem em nosso meio rural: “A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (p. 146-147).

sistema, faz-se necessário escovar a história a contrapelo e a estar atento a via analítica circunscrita por Lukács (1974, p. 76): “[...] a contradição manifesta-se em a burguesia ser constrangida a tudo tentar, teórica e praticamente, para fazer desaparecer da consciência social o facto da luta de classes”.

6.5 Resistência camponesa

Como os moradores fazem para resistir a opressão paternalista? Sem dispor de sindicatos e isolados nas propriedades rurais, a forma de resistência que surge do universo da dominação tradicional e que se destaca em sua vida diária é a solidariedade parental. Ela pode servir de antídoto à opressão paternalista e à exploração capitalista. Além de inerente à constituição das famílias, ela faz parte das relações tradicionais da sociedade rural, em virtude “da restrição do círculo de vizinagem sob a ação dos grandes domínios”.

Embora não deixe de incluir os agregados no conjunto da solidariedade parental, Oliveira Vianna (1952, p.96) restringe tal solidariedade à liderança da família senhorial, percebendo-a de forma reduzida, estática e sem contradições:

Essa poderosa solidariedade parental provém, em parte, de que pelo receio de conspurcar com sangue bastardo o sangue puro da família, os casamentos se fazem, na nobreza local, entre os próprios parentes, de preferência. Há a contar também o fato da restrição do círculo da vizinagem sob a ação dos grandes domínios. E também que as novas famílias, emergentes da família-tronco, costumam localizar-se em domínios circundantes ao domínio ancestral. O que tudo concorre para que os entrelaçamentos entre parentes sejam inevitáveis. Daí a amplitude e a poderosa estrutura da “gens” rural no período vicentista.

Dentro do solar fazendeiro, o núcleo familiar deve ser grande, maior do que o do IV século. O tipo conventual das antigas fazendas coloniais, com a sua série interminável de janelas e as suas inúmeras alcovas e os seus pomposos sobrados, denunciam o tamanho da família senhorial desses tempos. Os parentes, em número já considerável, são acrescidos ainda de alguns agregados de melhor extração, que se incorporam à família senhorial como amigos, comensais ou favoritos do senhor.

O jurista, no entanto, percebe tal solidariedade como forma de resistência, ao dizer que ela vem do “receio de conspurcar com sangue bastardo o sangue puro da família”. Seria, pois, um instrumento usado pela camada senhorial para se organizar e manter seu patrimônio e distinção. Em sua visão, os agregados, ou melhor, “agregados de melhor extração”, fariam parte de tal solidariedade apenas

como figurantes, porque ela pertencia à família senhorial. Neste sentido, as famílias dos moradores não teriam direito de se solidarizarem – de resistirem ao arbítrio dos fazendeiros, por meio desse tipo de solidariedade.

Contudo, a solidariedade parental se configura como um tipo de solidariedade existente entre as famílias e os parentes no interior do estabelecimento rural e também nas cidades. Ela não é propriedade de um estamento ou classe social. Tampouco se trata de “solidariedade mecânica” e de “solidariedade orgânica” no sentido dado por Durkheim (1999). Ela é orgânica porque congrega organicamente as famílias, antecedendo assim a “solidariedade mecânica”: “A solidariedade orgânica, na comunidade, precede, na história, a ‘solidariedade mecânica’” (LEFEBVRE, 1970 *apud* MARTINS, 1986, p. 152). É também local, porque ocorre nos limites de um determinado território e, muitas vezes, em defesa dele. Portanto, é através da solidariedade parental que os moradores defendem sua morada, os parentes e sua cultura agrícola. Em outras palavras: ela faz com que os moradores se protejam materialmente, resistam ao gerente e aos desmandos dos fazendeiros e busquem diminuir a opressão e dependência características da dominação tradicional.

Mas é preciso distinguir tal solidariedade da economia moral de Thompson (1998). Apesar de ambas terem como fonte de legitimação o modelo paternalista, elas devem ser consideradas de maneira distinta. Enquanto a economia moral rompe com a tradição paternalista por meio da ação direta coletiva, tal solidariedade está presa ao paternalismo e aos valores de ordem que o sustentam. Pode-se dizer então que a economia moral se efetiva quando a solidariedade parental se torna insuficiente como estratégia familiar de sobrevivência. Assim, a ação solidária é localizada – está presa ao domínio ancestral. Quando se livra deste domínio, ela se apresenta em radical transformação, que pode se traduzir em economia moral.

Além da solidariedade parental, Brasil (1926, p. 288) registra outra forma de resistência camponesa: “a união política em torno de pessoas influentes”. Ao afirmar que o espírito do sertanejo não estava preparado “para permittir a constituição de associações privadas destinadas á defesa dos interesses collectivos”, principalmente em razão da ausência do Estado e da falta de propaganda adequada do governo federal para animar a criação dessas associações, Brasil (1926, p. 289) diz que o sertanejo pobre só pode contar com dois escudos de proteção:

No interior, além da solidariedade parental, só percebemos essa geral tendência de união política em torno de chefes, de proprietários afortunados, de pessoas influentes ou amigas do governo. É que o sertanejo pobre precisa de um *encosto*, na sua expressiva linguagem, isto é, de uma pessoa poderosa ou influente que o proteja contra as falhas da justiça pública e da polícia sertaneja. É velha essa tendência, de modo que hoje, embora o amparo mais efectivo das instituições públicas, ainda subsiste com força instintiva. Ela é mais acentuada nos sertões longínquos. (Grifo do autor)

Assim, a união política em torno de pessoas influentes e a solidariedade parental são seus escudos de proteção contra esse contexto de opressão no qual os régulos, a justiça pública e a polícia sertaneja perseguem-no. Por meio deles, foram formando sua “consciência de classe”, influenciando deste modo a cultura operária das cidades. Sob tais escudos, eles não se revoltam – não buscam promover mudanças profundas em sua situação social. Ao contrário disso, existe, por parte dos sertanejos, forte empenho em conservar o sistema de moradores no sentido de manter sua cultura agrícola (de poder fazer seu roçado, criar seus animais, caçar, pescar etc). Em geral, eles desejam se manter como homem do campo e não se tornar um simples proletário.

Apesar desses autores verem a solidariedade parental como forma de organização, eles não a projetam como instrumento de luta dos moradores com os fazendeiros, pois negam a possibilidade de luta entre eles, ressaltando somente a harmonia entre ambas as partes. Compreendo, todavia, essa comunhão de forma ampla, isto é, não como atributo apenas da camada senhorial; de forma contraditória, reunindo em seu bojo interesses conflitantes; e, ainda, como um dos escudos principais de proteção da população do campo, ou seja, como estratégia para a defesa dos interesses coletivos e familiares.

Em suma, a Coroa portuguesa e o Estado brasileiro são responsáveis pelo infortúnio desses sertanejos, pois eles deixaram os senhores rurais em total liberdade, arbitrando sobre as questões da morada como eles bem entendiam. Esta separação entre Estado e senhores rurais é, porém, meramente analítica, porquanto os senhores rurais instrumentalizaram o Estado brasileiro, fazendo com que não houvesse qualquer tipo de fiscalização sobre as relações entre patrões e moradores. A organização do trabalho então poderia ser modificada a qualquer momento, bastava que o fazendeiro desejasse tal mudança e, deste modo, a exploração e opressão dos moradores poderiam correr sem peias. Assim, sob essa estrutura patrimonialista, os

moradores poderiam reclamar a quais instituições? À época, os sertões do Norte estavam completamente “fechados”: neles não havia estradas, telégrafo, automóvel, rádio, sindicatos etc., deixando-os completamente presos à tirania dos proprietários de terra. Com a abertura dos sertões e o surgimento dos sindicatos, essa situação de abandono é, como se verá, levemente modificada.

7 SECAS E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SEMIÁRIDO

7.1 A sistematização do combate às secas

No final do século XIX, tem-se o registro de três grandes estiagens – as secas de 1877, 1888 e 1900. Há também, neste período, o declínio da produção algodoeira. Produção esta que, na década de 70 desse século, com a Guerra de Secessão e, por conseguinte, com alta dos preços da malvácea, animou fazendeiros e agregados ao plantio, trazendo prosperidade ao semiárido. Tais secas surgiam no momento em que o fulgor desta riqueza tinha se apagado e muitos dos lavradores estavam sem emprego devido à redução das áreas de algodão. Elas assim atingiam fortemente a todos, não fazendo distinção de classe: de acordo com as palavras de Rodolfo Teófilo (1980, p. 58): “[...] a seca-tipo [a seca de 1877] que durou três anos, [...] trouxe em sua voragem desde o proletário sertanejo até o rico fazendeiro”³⁶. Mas, no entanto, ficou claro que a seca “preferia tragar” os trabalhadores (diaristas, moradores, parceiros) que tinham menos recursos para combatê-la.

Assim, “o sistema de moradores” também foi por elas atingido. Os patrões não conseguiam se proteger delas e, deste modo, não protegiam os moradores. Dispensava-os: deixavam-nos sem serviço na fazenda, e, sem condições de plantar, eles eram obrigados a garantir a subsistência da família em outras paragens. Dificilmente os moradores eram mantidos durante essas crises, e os que ficavam geralmente trabalhavam na casa-grande, ou seja, faziam parte da intimidade da família fazendeira. Desta forma, as secas desestruturavam o agrego. Um exemplo disso estava na carta do administrador da Fazenda Aroeiras, da dona Maroca, personagem de *O quinze* (2010, p. 25), que por causa da seca de 1915 dispensou Chico Bento, seu morador:

Minha tia resolveu que não chovendo até o dia de São José, você abra as porteiras e solte o gado. É melhor sofrer logo o prejuízo do que andar gastando dinheiro à toa em rama e caroço, pra não ter resultado. Você pode tomar um rumo ou, se quiser, fique nas Aroeiras, mas sem serviço da fazenda. Sem mais, do compadre amigo...

³⁶ Conforme os dados do Barão de Studart (2010, p. 244), na seca de 1877-1879, morreram 180 mil pessoas somente no Ceará e 125 mil foram expatriados. Há também “a ruína de toda a fortuna particular” e “o desaparecimento total da indústria creadora”.

No romance de Rachel de Queiroz, a Fazenda Aroeiras não sobreviveu à seca – ela “bateu os paus das porteiras”, como diziam habitualmente no sertão. O destino de Chico Bento se assemelhava ao de milhares sertanejos que se agregavam às fazendas. A solução que lhes restava era migrar, seja para o litoral, onde, ao contrário do interior, com mais rapidez chegavam os socorros públicos, seja para Amazônia, carente de braços para a extração da borracha, seja para os cafezais do Sul, também carentes de trabalhadores, devido à fuga dos escravos durante os preparativos da abolição. Assim, as secas foram esvaziando aos poucos as fazendas do semiárido.

Além de perder seus moradores, os proprietários de terra também se obrigavam a deixar as terras castigadas pela seca. Este fenômeno, de acordo com Sobrinho (1953, p. 28-29), foi modificando a estrutura social da região, prejudicando sua economia e todas as classes sociais: até mesmo os “abastados” tiveram que criar táticas para sobreviverem à emergência, tais como: trabalhar nas obras públicas, incorporar-se à turma de retirantes, migrar para Amazônia, racionar o alimento da família:

Os menos abastados [criadores], reduzidos à miséria completa, quando podiam, o que era raro, vendiam baratíssimas as próprias terras. Ninguém as queria comprar em tais condições; salvo um ou outro explorador da situação o fazia, visando ao lucro fácil na revenda pronta nos próximos anos de fartura. Muitos destes fazendeiros incorporavam-se às turmas dos retirantes, sós ou mais comumente com suas famílias, e iam para a Capital, aguardar a expatriação para o Amazonas. Alguns destes já conheciam os seringais de que tinham auferido os recursos que lhes haviam permitido, na sua terra, se fazerem proprietários e fazendeiros.

Outros, mais abastados, com a fortuna abalada pela base, conseguiam manter-se nas cidades próximas, onde encontravam meios de passar o verão, ora como empregados das obras públicas, ora mediante o parco auxílio de parentes. Vários, dos mais experientes, haviam conseguido vender a flor do gado no começo do ano e com o auxílio do apuro dos couros das reses que lhe ficaram na fazenda, amealharam o suficiente para se manter nos povoados, racionando o alimento da família.

De acordo com Sobrinho, os “menos abastados” e os “mais abastados” abandonavam suas propriedades rurais. A diferença entre eles estava na conservação do estabelecimento rural e no deslocamento realizado: enquanto os “menos abastados” perdiam sua fazenda, os “mais abastados” as mantinham, mesmo tendo que abandoná-las, e, enquanto estes conseguiam passar as longas estiagens em cidades próximas, aqueles migravam para o Amazonas. Em relação aos seus

agregados, “os criadores”, antes de deixarem os latifúndios, já tinham abandonado “em número avultado os seus pagos” (SOBRINHO, 1953, p. 29).

As secas então desestabilizavam as relações de produção. A atividade pecuária entra nesse período em decadência. O Ceará – “fundamentalmente pastoril” – assistia a sua economia definhando. Em algumas zonas, a falta de trabalhadores era gritante. O valor do jornal se elevava. No geral, os prejuízos eram enormes. É preciso, portanto, combater a seca e evitar que os trabalhadores emigrassem para outras regiões, atraídos pela riqueza derivada dos ciclos econômicos do café e da borracha.

Mas, para tanto, os governos estaduais e a população do Norte não tinham recursos para lutar contra o fenômeno da seca. Pediam assim o auxílio do governo federal para socorrer a população da região. Começavam, pois, a pressioná-lo neste sentido. Entretanto, o auxílio da União só chegava quando milhares de sertanejos já tinham saído de onde viviam e trabalhavam, ou quando os retirantes tumultuavam as vilas com assaltos ao comércio. Isto quando o governo federal os auxiliava para se manterem no semiárido, empregando-os em frentes de trabalho abertas com tal objetivo. Pois, na conjuntura da abolição, o governo federal transformou os socorros públicos em passagens de navio com o intuito de deslocar a população flagelada para os cafezais, prejudicando assim a economia da região (ver Braga Neto, 2012).

Essa situação só se modificou, quando o Estado brasileiro transformou sua postura em relação à seca: ou quando, em vez de combatê-la só no período da sua incidência, passara a combatê-la de forma sistemática, com o fito de fixar a população no semiárido. É interessante notar que a institucionalização dessa nova postura se deu quando os paulistas, por um golpe do destino, estavam afastados da presidência da República.

Foi somente com a criação da IOCS, em 1909, que ocorreu a sistematização das obras contra as secas³⁷. Após a luta travada com os cafeicultores, os latifundiários pecuaristas organizavam a Inspetoria de Secas, ligada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o intuito de reforçar a estrutura social dos estados atingidos pelo fenômeno da seca. Além da forte influência dos latifundiários no Estado

³⁷ Antes dessa sistematização, há a criação de comissões de estudos, tais como a Comissão do Açude de Quixadá e Comissão de Açudes e Irrigação, mas nada que se compare à sistematização planejada pela IOCS. Sobre tais comissões, ver SOBRINHO, 1953.

(ver Oliveira, 1993), eles contavam com o fator sorte para organizar a Inspetoria de Secas. Em 1909, com a morte de Afonso Pena, quem assumiu foi o carioca Nilo Peçanha – amigo de farras dos parlamentares cearenses, como anuncia João Brígido no jornal *Unitário*. Ao assumir o governo, Nilo Peçanha interrompeu o revezamento na presidência de paulistas e mineiros, que se declararam contrários à organização sistemática do combate à seca. Os políticos cearenses – principalmente Francisco Sá, genro do oligarca Antonio Pinto Nogueira Acióli – percebiam que esse momento lhes era favorável para modificar a política das secas. Desde o final do século XIX e começo do século XX que ele e seu genro tinham interesse em sistematizar o combate à seca, como demonstrava a lei nº 804 do Estado do Ceará, que tinha como objetivo “iniciar, dentro do prazo de três anos, o serviço regular e permanente de açudagens, irrigação e barragens³⁸. Como mantinham boa relação com Nilo Peçanha, eles não só conseguiram que o presidente evitasse que o governo federal se utilizasse do expediente da emigração subsidiada no combate à seca, como também assinasse o decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, que criou a IOCS:

Este regulamento que baixou com o referido Decreto modifica de modo decisivo e revolucionário os métodos passados de intervenção do Governo Federal na luta contra os efeitos das secas. Prevê a colaboração deste Governo com os Estados interessados, desde que, em seus orçamentos, consignem verbas especiais para a construção de obras preventivas e atenuantes dos efeitos das secas, não sendo as quantias para este fim votadas, inferiores a 5% da respectiva receita. (SOBRINHO, 1953, p. 215)³⁹.

Essa mudança no combate à seca foi duplamente vantajosa para as oligarquias do Norte. Primeiro, porque sua clientela não seria desmantelada com o incentivo do governo federal: pelo contrário, agora, elas teriam mais condições de manter as populações moradoras das propriedades rurais. E segundo, porque as verbas públicas contra as secas que passariam pelo governo dos estados oligárquicos seriam facilmente desviadas para seus negócios particulares. O reforço da estrutura produtiva não traria nenhuma vantagem econômica para os moradores, só se

³⁸ Relatório apresentado ao Excelentíssimo Antonio Pinto Nogueira Accioly, presidente do Estado do Ceará, pelo secretário de Estado dos Negócios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly, junho de 1906, Ceará-Fortaleza, p. 12.

³⁹ Afirmam que a criação da IOCS faria parte de um projeto de poder de Nilo Peçanha, ao se alinhar com os estados do Norte para se contrapor a São Paulo e Minas Gerais. Diminuem assim o poder das oligarquias do Norte na criação de tal órgão.

considerar como benefício: eles ficarem na mesma situação social de dependência para com os proprietários de terra.

Assim, ao reforçar a estrutura produtiva, a Inspetoria de Secas contribuiu de forma decisiva para manter o “sistema de moradores” (as relações de dependência). Conforme o estilo republicano das elites agrárias, não havia interesse por parte dela em livrar essa população dos coronéis e oligarquias. Esse órgão, que foi criado como signo de progresso e que visava integrar a região aos centros econômicos do país, atuou no sentido de conservar o latifúndio, porque, ao controlar a mão de obra das fazendas nos períodos de estiagem, estimulou às relações de produção caducas, desencorajando assim o investimento em tecnologia. Sua “política revolucionária” então impediu, sob muitos aspectos, o desenvolvimento econômico e social do semiárido.

Dessa forma, as obras contra as secas só deviam funcionar quando houvesse grandes estiagens na região, ou quando a população ficasse sem ocupação nas fazendas, pois tais obras não podiam concorrer com os trabalhos rurais. Senão a Inspetoria estaria fazendo o mesmo que os governos anteriores, ou seja, retirar a clientela das mãos dos coronéis. Tirante a elaboração de estudos sobre a região semiárida, a Inspetoria só deu impulso à construção de açudes e de estradas com a mão de obra dos retirantes, isto é, com a mão de obra liberada das fazendas. Foi assim que ela pretendeu desfazer a imagem do semiárido de “terra de proibição” ou “terra de ninguém”.

A intervenção estatal foi, então, responsável por “enraizar” ainda mais o “sistema de moradores”. Além de elemento formador, ela se tornou seu principal elemento mantenedor. Revigorou, pois, suas engrenagens que, com a seca, paravam de funcionar. Destarte, o Estado brasileiro impediu o surgimento de outras políticas sociais direcionadas para os trabalhadores do campo. Estado este dominado pelos latifundiários pecuaristas que, por intermédio da IOCS, poderiam manter sua atividade econômica no ambiente hostil do semiárido, dispondo de grandes margens de lucro, porque, além das benfeitorias custeadas com o dinheiro público, contaram, como de hábito, com grande oferta de mão de obra.

7.2 “Açudagem particular em cooperação”

Para o reforço da estrutura produtiva, o Estado buscou através da Inspetoria fixar a população no semiárido, espalhando frentes de trabalho durante as secas. Buscando conter o êxodo para Amazônia, além de grandes obras públicas que empregavam milhares de braços, pôs à disposição da iniciativa privada “prêmios” para a construção de açudes que ocupassem os moradores no interior das fazendas. Sua orientação era controlar a mão de obra da região e manter a ordem social: fazer com que ela não saísse da dependência das fazendas e invadisse outras propriedades e o comércio das cidades. Assim, desde o primeiro regulamento da Inspetoria foi criado “o sistema de prêmios” que realizava gratuitamente o projeto dos pequenos e médios açudes para os proprietários de terra e sindicatos agrícolas, pagando-lhes até “metade da importância do orçamento aprovado”⁴⁰. Esse sistema ficou conhecido como “Açudagem particular em cooperação”, ou simplesmente “Açudes em cooperação”.

De acordo com o regulamento da Inspetoria (1913, p. 569): “o proprietário requerente compromete-se a fornecer água para as necessidades domésticas das populações circunvizinhas”. Por meio então de um corredor de acesso ao açude, o proprietário devia ceder água a seus vizinhos. Esta, pois, era a forma definida pela Inspetoria para obrigar o proprietário a ceder água à vizinhança que não tinha acesso a ela. Isto, no entanto, trouxe desavenças sobre a natureza da obra, pois as pessoas “entendem que estes açudes são obras de alcance público. “[...] Entretanto, a obrigação da cessão gratuita não se estende ao [...] abastecimento de núcleo urbano [...] e [à] irrigação” (PINHEIRO, 2004, p. 29). Sendo construído majoritariamente com verbas públicas, “os açudes premiados”, especialmente nas estiagens, eram procurados pelos sertanejos que não podiam contar mais com suas fontes de água.

Sobrinho (1953, p. 267) recorda que o “sistema de prêmios” surge no Ceará, mais especificamente durante o governo do Senador Alencar (1834-1837): “instituído prêmios” por braça de barragem de açudes, em favor dos fazendeiros que as construíssem, de acordo com certas regras”. Mas tal iniciativa não foi incentivada pelas administrações posteriores, apesar de ser requisitada pelo grupo de produtores. “Somente com a criação da ‘Inspetoria de Sêcas’ – diz Sobrinho (1953, p. 267) –

⁴⁰In: *Collecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1909*. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 568.

tornou-se efetiva e sistemática”. Assim, logo despertou o interesse dos fazendeiros e criadores do Ceará e do Rio Grande do Norte, tornando-se nas palavras de Vinicius Berrêdo (2010, p. 106) “uma das instituições mais valiosas do plano de combate ao flagelo.”

O objetivo do programa era então combater a seca. Para isso só havia um meio: construir açudes com a mão de obra dos lavradores. A estruturação das fazendas era ideologicamente a condição, por excelência, de lutar contra os efeitos da seca. Com a Inspetoria, a justificativa para organização de tal programa era de equipar os estabelecimentos rurais e criar frentes de trabalho, pois a seca agora vem acompanhada com a questão da migração, principalmente devido ao fluxo migratório para Amazônia e ao assédio do governo federal pelo mão de obra dos retirantes. Sistematizar a “açudagem em cooperação” significava, portanto, valorizar as fazendas e criar trabalho para a população rural.

É a partir da construção de açudes particulares que a Inspetoria, de acordo com Pinheiro (2004, p. 27), dá “vida à aridez erma e tornou o Nordeste viável”. Segundo ele (p. 43), a “açudagem particular em cooperação” é praticada por razões humanitárias e sociais, tendo como objetivo principal: “proporcionar a ocupação da mão-de-obra ociosa do campo e preparar os caminhos do sertão para fixação do homem à terra, produzindo seus alimentos”. Ou, segundo a *Cartilha do Cooperante* (1961, p. 10), elaborada pelo DNOCS: “Ajuda decisiva, especialmente nas épocas de secas, na manutenção dos moradores e rebanhos”. Depois seus objetivos seriam ampliados⁴¹, mas na verdade, o que estava por trás das “razões humanitárias e sociais” era prover as propriedades de uma estrutura de combate às estiagens. Em outras palavras: fortalecer as oligarquias rurais.

Portanto, o objetivo da Inspetoria, ou das oligarquias agrárias que a instrumentalizaram, era desviar as verbas públicas do combate à seca para seus negócios particulares, seja investindo diretamente nas fazendas, seja investindo em outras atividades econômicas. O Estado combatia a seca, enriquecendo a classe

⁴¹ Seus objetivos eram, de acordo com Pinheiro (2004, p. 43): “dar ocupação à mão de obra sertaneja, quando o meio rural estivesse assolado pelo fenômeno climático; represar água para a produção agrícola de vazante e para cultivo da piscicultura; promover a irrigação e perenização dos rios; abastecer núcleos urbanos e industriais; gerar energia elétrica; suprir o consumo d’água domiciliar e dos rebanhos, ainda, dando à fauna local”.

fazendeira e ampliando as desigualdades sociais da região. Para os pobres moradores, sua intervenção lhes reservava trabalho: cavar buracos no chão para a construção de açudes nas terras do patrão. Só assim, eles não cruzavam a porteira da fazenda nem as fronteiras do estado. Não havia, pois, nenhuma política de reforma agrária, ou plano para retirar essa população da dependência dos proprietários de terra. Iludidos em querer tornar o semiárido habitável, a maioria dos seus técnicos dava legitimidade a esse tipo de combate, como ficava explícito nas palavras do ex-diretor da Inspetoria Vinicius Berrêdo (2010, p. 109):

Construído na fazenda, o açude defende a célula da organização econômica rural. O fazendeiro, que assume os ônus e a responsabilidade direta da construção, é o maior beneficiário da obra; funciona, entretanto, como centro de agregação social, como chefe do grupo humano a ela agregado, cuja defesa justifica o auxílio governamental para a construção. Cada célula nova protegida é uma baluarte contra a invasão da doença, que é a sêca.

A Inspetoria deste modo reproduzia a estrutura social da região, conservando o sistema de moradores, à medida que dava condições para que “o chefe do grupo humano a ele agregado” pudesse manter a fazenda normalmente funcionando, independentemente das estiagens. Em sua maioria, os técnicos da Inspetoria acreditavam que essa era a melhor forma de desenvolver a economia da região e estabilizar sua população. Pois, segundo Vinicius Berrêdo (2010, p. 109):

O fazendeiro não despende, em regra, senão uma pequena parcela, em dinheiro, além do prêmio recebido do Governo; para isso, dirigindo direta e economicamente a obra, usa o esforço pessoal e de seus familiares, a mão de obra barata e disciplinada dos moradores, os animais e outros recursos da fazenda, o equipamento e ferramentas cedidas por empréstimo pelo Departamento. É o que tem permitido a rápida difusão dos açudes por cooperação ao Ceará.

Não havia então empecilhos para pôr em prática o programa do governo federal: os dirigentes da obra seriam os fazendeiros e sua família; a mão de obra “barata e disciplinada” estava na fazenda, não precisando, pois, alistar gente de fora; a tração animal vinha também da própria fazenda, e os equipamentos para construção seriam cedidos pelo órgão. Assim, valorizava-se a propriedade fazendeira sem gerar custos para o proprietário e ainda dava aos trabalhadores rurais a oportunidade de ficar na fazenda, diminuindo assim o êxodo. Era dessa forma que os fazendeiros revolucionaram o combate à seca.

Na seca de 1915, houve o primeiro ensaio desse programa. Mas ele não foi executado pela Inspetoria de Secas, e sim pela Comissão Obras Novas Contra as Secas, que a substituiu temporariamente, em virtude da emergência da situação. O inspetor Aarão Reis rapidamente convocou a iniciativa particular para combater o flagelo. Assim, ele solicitou aos proprietários de terra para que eles proporcionassem, “por todos os recantos da região árida, trabalho ao sertanêjo e aos seus”, com o objetivo de “os prenderem à terra”, proporcionando-lhes meios de luta contra essa calamidade. Como contrapartida, o Estado, na visão de Aarão Reis (1920, p. XXI), deveria elevar o *prêmio regulamentar*.

Penso que seria de grande alcance e de efeitos imediatos, a elevação – durante a atoaal sêca e enquanto persistirem seus efeitos – daquele prêmio ao total do orçamento aprovado. Todos os proprietários, já de posse – muitos desde 1911 – dos planos dessas obras, organizadas gratuitamente pela Inspetoria, não vacilariam em iniciá-las, sobretudo, podendo, como permite o art. 50 do atoal Regulamento, anexo ao Decreto n. 11.474, de 3 de fevereiro último, ser o pagamento dêsse prêmio realizado por prestações correspondentes aos serviços que forem sendo executados⁴².

O Estado destarte elevava o prêmio, subsidiando a construção dos açudes particulares, como forma de debelar os efeitos da seca na relações de produção. Com “o novo prêmio”, os fazendeiros não “despendem sequer uma pequena parcela”. Para eles a “açudagem em cooperação” se tornou assim um programa extremamente rentável, que o perseguiram com avidez: “Sendo, muitas vezes, construídos com a mão-de-obra das Fazendas, o açude era apenas financiado pelo prêmio, o que [...] provocou um afluxo desordenado de demandas” (MOLLE, 1994, p. 36). Ou, como diz J. Palhano (1927 *apud* MOLLE, 1994, p. 36): “[...] uma avalanche de pedidos de estudos e orçamentos. [...] Pede [o requerente] porque sabe que se lhe dará inteiramente de graça”. Além do prêmio tentador, poderiam, por meio da cooperação do Estado, manter os moradores em suas propriedades.

Nesse sentido, o programa de açudagem particular era a possibilidade que muitos fazendeiros tinham para equipar suas fazendas, especialmente daqueles que faziam parte da política dominante. Se antes, os fazendeiros interrompiam a produção por não ter água e nem pasto para o gado, agora eles poderiam contar com maiores

⁴² Esta visão não é a da Inspetoria. E tudo indica que esse programa divide a opinião dos seus fundadores, levando alguns deles à demissão, como ocorre com Tomás Pompeu de Souza Brasil Sobrinho e Miguel Arrojado Lisboa (PINHEIRO, 2004, p. 27).

reservas de água e, deste modo, produzir, mesmo durante os flagelos da seca. Os açudes iam abastecer as casas da fazenda e matar a sede da animália: quanto mais “açudes premiados” os latifúndios adquirissem, maior seria sua resistência ao flagelo. Em vez de transferir seu rebanho para áreas com maior disponibilidade de água, como as serras, e ter que dispensar sua clientela, o latifundiário, que recebia o prêmio, mantinha a produção e os moradores. Era assim que funcionava a política de fixação do governo federal.

Não era, portanto, surpreendente que o número de pedidos e orçamentos para construção de açudes premiados aumentasse de forma progressiva. Em 1948, já existiam, no Ceará, 237 açudes construídos sob o regime de cooperação, como informa Berrêdo (2010, p. 107):

ESTADOS	Tabela 2: AÇUDES DE CAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO											
	Até 0,500		De 0,5 até 1,000		De 1,0 até 3,000		De 3,0 até 10,000		Maior de 10,000		TOTAL	
	Nº	cap. total	Nº	cap. total	Nº	cap. total	Nº	cap. total	Nº	cap. total	Nº	cap. total
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	13	4,029	67	49,410	113	192,555	41	197,748	3	31,993	237	475,735
R. G. do Norte	6	1,317	7	5,118	5	8,656	2	10,978	-	-	20	26,069
Paraíba	1	0,213	10	7,038	5	11,320	2	10,515	1	11,500	19	40,589
Pernambuco	-	-	1	0,900	1	1,908	-	-	1	11,500	19	40,586
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	1	0,800	-	-	-	-	-	-	1	0,800
Bahia	3	0,419	3	2,425	1	1,524	-	-	-	-	7	4,368
Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	23	5,978	89	65,691	125	215,963	45	219, 241	5	79,493	287	586,368

Criada pela oligarquia Acióli, a Inspetoria foi por ela “capturada”, como mostra o elevado número de açudes edificadas no Ceará. Em segundo lugar, ficava o Rio Grande do Norte com apenas 20 açudes. Assim, como observa José Américo de Almeida (1982 *apud* MOLLE, 1994, p. 36), só os favoritos da política dominante são atendidos pela Inspetoria. Entre os beneficiados dos “açudes em cooperação”, pessoas próximas à oligarquia ou pertencente a esta, o que demonstrava o tráfico de influência que sofria tal órgão (SOBRINHO, 1953, p. 415):

Açude Pompeu. Os estudos efetuados em agosto e setembro de 1917, pelo Conductor Estevão Marinho, a requerimento do Dr. José Pompeu Pinto Acióli,

na sua fazenda Betânia, no Município de Quixeramobim, distante meia légua de Uruquê, revelavam-se falhos (...). Daí a necessidade de novo projeto. Em 1922, o orçamento teve de ser modificado e majorado para 133:009\$700 (...). Finalmente, a obra ficou concluída em novembro de 1925⁴³.

José Acióli era filho do oligarca Antônio Pinto Nogueira Acióli; ocupava, seguindo o nepotismo em voga na Primeira República, a Secretaria do Interior do Estado do Ceará, além de ter sido deputado estadual, federal e senador. Apesar de instrumentalizada a Inspetoria de Secas, a oligarquia Acióli era, após quinze anos no poder, apeada do governo estadual no contexto da “política de salvações”. Perdia o governo, mas não o poder: ou seja, o domínio das obras contra as secas. José Acióli então passou oito anos recebendo incentivos para construir um açude em sua fazenda, tendo sua mão de obra paga pelo Estado⁴⁴.

Era, pois, através da emergência da seca, do sofrimento e instabilidade da população rural que as oligarquias do Norte justificavam a conservação da “açudagem particular em cooperação”. Com ele, as engrenagens da indústria da seca ganhavam impulso, apesar do seu “humanitarismo”. A justificativa de defender os moradores, estimulando os patrões para que mantivessem o trabalho nas fazendas, era considerada justa somente para as oligarquias que se beneficiavam das obras contra as secas. Aliás, a Inspetoria, instrumentalizada por elas, insistia nesse programa, como se reforçando a estrutura produtiva da região estaria afastando dela a catástrofe da seca.

Com quase seis décadas de existência, a “açudagem em cooperação” alcançou seus objetivos: diminuiu a emigração da população rural, cresceu o número

⁴³ Sobre essa obra, escreve Eduardo Campos em *O DNOCS e o novo Nordeste* (1985, p. 39): “Em 1914 a Inspetoria autorizou, dentre outros, o açude “Bethania”, do Dr. José Pompeu Pinto Accioly, obra nitidamente política. O açude tinha 4 metros de profundidade e capacidade de 54. 310 m³”.

⁴⁴ A demora na construção dos açudes em cooperação trata-se de mais uma estratégia dos fazendeiros para continuar angariando verbas públicas: “Era de praxe que os proprietários, no desenvolvimento da obra, sempre encontrassem razões para paralisação ou retardamento dos trabalhos. Alegavam falta d’água ou excesso, nos aguaçais de inverno, ou ausência de mão-de-obra. Acrescente-se ainda que algumas destas unidades se situavam distantes das habitações, em região de acesso difícil e de demasiada aridez, portanto, merecedoras de justificáveis ponderações, mas o motivo predominante das paralisações era a carência de recurso financeiro, sobretudo, na ocorrência de escassez invernal, motivando prudente redução de despesas. E havia aqueles que não se sustentavam diante de uma opção prioritária e, sem argumentos consistentes, pediam prorrogação de prazo, às vezes, com objetivos escusos, tão-somente para alcançar vantagem, sobretudo, quando previam alvissareiras notícias de abonos” (PINHEIRO, 2004, p. 670). José Américo de Almeida (1982 *apud* MOLLE, 1994, p. 37), embora admita que os prêmios são direcionados para os favoritos da política dominante, escreve que a demora na construção se deve às “formalidades burocráticas, que consumiam muitos lustros”. Apesar disso, ele afirma que o regime de cooperação já conquistou o governo.

de açudes e valorizou as terras do semiárido. Porém, a cessão da água não foi realizada: os proprietários de terra não fizeram a partilha das águas represadas com a vizinhança como determinava o regulamento da Inspetoria (que também se encontra na legislação do DNOCS). Como narrou o pequeno produtor P. S., ex-morador de fazenda:

Interesse do governo aplicar no patrão... O patrão já mandava escolher aquelas pessoas para construir as obras sem nenhuma despesa dele. Hoje têm muitos açudes aí cheio, e a pipa [o caminhão] não pode pegar água porque é de particular.

E. S. Brandão (1987 *apud* MOLLE, 1994, p. 37), ex-diretor do DNOCS, também fez sua denúncia:

Concluída que seja a obra, o proprietário favorecido é obrigado a fornecer água para fins domésticos às pessoas em número muito minguado que vivem nas cercanias do açude: e isso que o que apenas impõe a lei [...] a intenção do legislador é patriótica e humana, mas o resultado é um mito [...] todo o esforço oficial na construção de um açude particular, pelo contrário, redundava na cooperação para o aumento da fortuna dos senhores de domínios sem beneficiar o sertanejo pobre.

Apesar de acreditar que esse programa seja “uma das maiores esperanças da economia e da terra semi-árida”, Vinicius Berrêdo (2010, p. 110) admitia que ele continuará a criar “senhores da água” se não houver “uma regulamentação mais rigorosa da sua servidão pública” e “estímulo a construção de obras em cooperação com associações de famílias proletárias”:

O açude particular, propiciado pela cooperação governamental, com as grandes vantagens que apresenta, tende a criar, na terra da seca, a classe dos senhores da água; é uma tendência prejudicial, que pode ser combatida, não só com uma regulamentação rigorosa da sua servidão pública, como pela multiplicação concomitante, de obras públicas, por cooperação ou não, abrigos seguros do proletariado nas crises, e pelo estímulo à construção de obras de açudagem em cooperação com associações de famílias proletárias.

Além de “senhores da água” e “senhores da terra”, esse programa estimulou os donos do poder continuarem sendo “senhores de homens”, porque é preciso considerá-lo como elemento decisivo na manutenção do sistema de moradores. Esse programa só foi desativado para iniciativa particular em 1967, voltando-se integralmente para obras públicas (MOLLE, 1994, p. 38). Em 1967, perfaziam 575 açudes construídos, “com uma avassaladora proporção no Estado do

Ceará” (MOLLE, 1994, p. 38). O Estado então passou sessenta anos construindo “açudes em cooperação” com as fazendas, e, deste modo, em vez de fazer avançar o tempo social do sertão, ele segurou os ponteiros do seu relógio com mãos de ferro, deixando-o atrasado em relação ao Sudeste e Sul do país⁴⁵.

A “açudagem em cooperação”, enfim, tornou-se uma poderosa ferramenta para manter os moradores ocupados nas fazendas e também para reproduzir a dependência senhorial e valorizar as terras semiáridas. A água, tal como nas grandes barragens, continuou concentrada, sendo privilégio de poucos. Historicamente, o atraso promovido pelo Estado não foi compensado pelo crescimento populacional, nem “pelo milagre” da produção de leite e frutas na região. Porque sua modernização, além de conservadora, foi cruelíssima: para os proprietários, incentivos visando o desenvolvimento das fazendas; já para os trabalhadores: a chance de continuar na miséria, preso a um tempo que caminha lentamente. Apesar disso, esse programa tem sido estranhamente esquecido como parte da política de fixação do homem no campo.

7.3 As “frentes de obras públicas”

A política de fixação do homem no campo também se realizou através das “frentes de obras públicas” organizadas pela Inspetoria. Assim, conforme a doutrina liberal, estabeleceu-se uma tradição de criar frentes de trabalho para ocupar os

⁴⁵ Tudo indica que o programa “açudagem em cooperação” é retomado na seca de 1979-1983. Os militares retomaram os incentivos dados a iniciativa particular, como indica esta passagem: “Durante a recente seca de 1979 a 1983, as ações emergenciais procuraram evitar as grandes obras, que provocam intensos movimentos de população, estimulam as migrações e separam as famílias. Procurou-se realizar, em 1979 e 1980, ações no interior das propriedades agrícolas, preparando a terra e os proprietários para o retorno das chuvas. Apesar de provocar poucos movimentos populacionais, essa estratégia foi questionada sob o seu aspecto social, na medida em que correspondia a uma doação, pelo Governo, aos proprietários de terra, do trabalho realizado pelos empregados do Programa de Emergência.

“De 1981 a 1983 houve uma mudança de orientação, passando-se a evitar obras no interior de propriedades, exceto obras hídricas, onde os proprietários concordavam em permitir o uso da água pelas comunidades. Foram privilegiadas ações de interesses comunitário, de uso coletivo. Em 1983, cerca de 3 milhões de empregados foram mantidos nas frentes de emergência do Nordeste” (MAGALHÃES, 1991, p. 30).

Mais uma vez, os poderes públicos confiam nos proprietários de terra. Apesar da experiência social demonstrar que não se pode confiar neles, os poderes públicos acreditam que os proprietários de terra desta vez vão levar em consideração o interesse comunitário.

Durante a década de 80, o Estado do Ceará continuou reforçando as fazendas, com o Grupo Especial de Socorro às Vítimas de Calamidade Pública (GESCAP). Esta política se tornou um importante instrumento nas mãos dos fazendeiros para continuarem imobilizando a mão de obra dos moradores.

retirantes, isto é: tentar mantê-los no semiárido⁴⁶. Se antes eles eram assistidos pelas comissões de socorros públicos, que em troca não exigiam o esforço do seu trabalho, com a Inspetoria, a ordem era evitar que a assistência social se assemelhasse a práticas caridosas. Por isto, nas obras, era-lhes exigido a força do seu trabalho, recebendo salários e não, socorros públicos.

A assistência social significava, em tempos de liberalismo, ocupar os pobres para que eles garantissem seu próprio sustento. Deste modo, as obras iam reunindo grandes aglomerações que, além de desfazer o sentido liberal desse novo tipo de assistência, já que não havia trabalho para todos, geravam tumultos e faziam circular com mais rapidez doenças que se propagavam com os efeitos da fome nos períodos de longos estios. Não havia, pois, outra alternativa para os lavradores que não fosse a de trabalhar, mesmo nos períodos de seca, em que eles estavam subalimentados e perturbados com as mudanças sociais que estavam ocorrendo.

Com a missão de evitar que a população migrasse, o Estado devia criar grandes frentes de trabalho para ocupar o maior número possível de sertanejos. Evitar neste sentido que eles chegassem ao litoral e cruzassem as fronteiras dos estados, pois senão a economia do semiárido seria duramente atingida e demandaria mais tempo aos produtores e ao Estado refazê-la.

A cada seca o número de pessoas que precisava se empregar nas frentes de trabalho crescia. Era preciso, pois, grandes frentes de trabalho ou grandes obras para ocupar os retirantes. Através dos seus estudos, a Inspetoria definia a açudagem como meio ideal de combate à seca no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, mas ela optou pela grande açudagem (LISBOA, 2010, p. 34). Quanto maior o açude, mais lavradores seu canteiro de obra podia abrigar. A construção de açudes se tornou então ponto de grande concentração de retirantes. Como exemplo disso, tem-se a construção do açude Quixadá, que, na seca de 1900, concentrou 90 mil retirantes. A

⁴⁶ Não há contradição em falar de liberalismo no caso da intervenção estatal no semiárido, pois é sabido que nossos políticos e empresários liberais veem com bons olhos esta intervenção, salvo quando dela não podem se beneficiar. Neste sentido, Neves (2000, p. 46) fala em “crise do paternalismo privado” já no final do século XIX. Estes conceitos já nesta época devem ser reexaminados, porque não há crise nas relações de trabalho interpessoais, o que existe é a impossibilidade de se trabalhar a terra durante essa intempérie e, por conseguinte, a liberação da mão de obra das fazendas, visto que os proprietários, também atingidos pela seca, não têm condições de manterem seus agregados. Com o fim das secas, a morada se restabelece na fazenda. A crise do “paternalismo privado” só se inicia com uma série de transformações sociais e econômicas na região, e, sobretudo com a aprovação do Estatuto da Terra (1964), que garante direitos mínimos aos trabalhadores rurais.

Inspetoria aliou destarte os resultados científicos à necessidade do momento, que era a de ocupar os retirantes.

Na seca de 1915, só a construção do açude Acarape do Meio (Ceará) estava em andamento, porque o projetavam para abastecer a cidade de Fortaleza. Assim, a Inspetoria era surpreendida, o que fez com ela fosse criticada: Rodolfo Teófilo (1980, p. 60) diz, por exemplo, que “a Inspetoria de Obras contra as Secas é um mito”. Mas como ela já tinha realizado o projeto de cinco grandes açudes, ela rapidamente iniciou a construção deles para gerar emprego na região. Onde, então, havia canteiro de obras os retirantes chegavam em massa à procura de assistência. E a orientação da Inspetoria (Obras Novas) para essa intervenção era: “mínimo dispêndio de material e o máximo de pessoal” (REIS, 1920, p. 29).

Neste sentido, o engenheiro italiano Thomazzo Bertucci, responsável pela construção do açude Acarape do Meio, teve que dispensar seus operários, paralisar as máquinas e antecipar serviços que requeriam grande número de braços, como o da abertura do sangradouro. Em vez da reconstrução da estrada de Acarape ao açude, a Inspetoria optou por abrir o sangradouro, pois, “com mais utilidade, seria aproveitado numeroso pessoal” (*Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1915*, p. 30). De acordo com o testemunho do engenheiro:

Os serviços consistem em 9.225 homens abrindo o sangradouro, 60 homens tratando dos animais, 24 transportando materiais em carroças [...], 36 irrigando e limpando o capinzal, 41 transportando madeiras para a construção de um abrigo para o derrick e 80 fazendo alojamento para o pessoal e reparando as antigas casas⁴⁷.

Esse número não parava de crescer. Em 30 de agosto, a construção desse açude já contava com 12. 399 trabalhadores, ou seja, havia um acréscimo de quase três mil pessoas em quinze dias. A ordem era, pois, adaptar a obra, ocupar os retirantes e não dispensá-los. Sem ferramentas suficientes, o engenheiro só conseguia alistá-los para a construção do sangradouro porque dispunha do auxílio de explosivos. Nos seus telegramas, o engenheiro relatou que não sabia mais o que fazer com a “avalanche de retirantes” que chegava todos os dias à obra.

⁴⁷ DNOCS. 2.D.R. Arquivo Técnico. Processos do açude público Acarape do Meio. Parte Quinzenal, de 31 de julho de 1915).

Em Canindé, também no Ceará, a construção do açude Salão era retomada “para atenuar os efeitos da seca” e “impedir o êxodo das populações flageladas, conservando-as, tanto quanto possível, dentro do progresso do próprio Estado natal, ao abrigo, ao menos, da miséria decorrente da deficiência d’água [...]”⁴⁸. Havia, sem dúvida, semelhanças entre as palavras do inspetor interino José Ayres de Souza, responsável pelo Relatório da IOCS de 1915, e as palavras da classe fazendeira. Tanto para Inspeção quanto para a classe fazendeira, é o “progresso do Estado natal” que estava em causa. Na verdade, o que estava em jogo não era o progresso do Estado natal mas os privilégios dos latifundiários pecuaristas.

Na construção do açude Tucunduba, ainda no Ceará, o engenheiro Abelardo Andrea dos Santos, diante de uma multidão de famintos e sem dispor de água para desenvolver a obra, tinha que criar trabalhos que não precisassem de grande uso de água para serem executados. Assim, o engenheiro Abelardo empregou mil homens, socorrendo, segundo suas estimativas, seis mil pessoas. Diante de mil lavradores desempregados, Abelardo aproveitou essa mão de obra em um serviço que, além de fazer parte da experiência dos trabalhadores rurais, fez com o “mínimo dispêndio de material”:

Sendo cada dia maior número de famintos no local das obras e não permitindo a falta d’água que se desse grande incremento às obras da barragem, de modo a serem aqueles aproveitados nos serviços, ficou resolvido proceder à roçagem, destocamento e queima na bacia hidráulica. Foram roçados, encoiverados e queimados 1.597. 990 m², dos quais 30%, ou 479. 397 m², em capoeira grossa, a machado, e 70%, ou 1. 118. 593 m², em capoeira fina, a foice⁴⁹.

Os funcionários da Inspeção deste modo tinham que fazer uma verdadeira “engenharia social” na região para ocupar o máximo de retirantes. Daí a importância dos engenheiros na missão da Inspeção. Em plena seca, eles deviam avançar as obras de uma forma que criasse trabalho para a multidão de sertanejos. Seguindo esta orientação, os engenheiros das obras públicas alistaram o maior número de pessoas, mesmo que isto atrapalhasse o bom desenvolvimento dos trabalhos. O que realmente importava era que os retirantes recebessem ajuda do governo em troca do

⁴⁸ Cf.: (BDNOCS: Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915, p. 39).

⁴⁹ BDNOCS. Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1915, p. 38.

seu trabalho. Para tanto, o semiárido se transformou, em 1915, num grande canteiro de obras (ver Relatório das Obras Novas, 1920).

Porém, na seca de 1932, os técnicos do governo perceberam que não iam empregar todos os flagelados dispondo somente da construção de grandes açudes. A grande açudagem se mostrou ineficaz para ocupar todos os retirantes: somente no mês de novembro desse ano, 220 mil retirantes vagueavam pelo sertão em busca de ajuda. Seriam necessários, como diz Vieira (2010, p. 65), 50 açudes como o São Gonçalo (Paraíba), para atender a “massa sempre crescente de operários”. Foi por isso que, a partir de 1932, a construção de estradas, tímida até então, ganhara um impulso espetacular:

Não podia a Inspetoria pensar em dar trabalho ao número excessivo de operários flagelados [...], unicamente com obras de açudagem que exigem instalações especiais e comportam número limitado de trabalhadores. Não havia, portanto, meios de fugir ao dilema: confinar-se a Inspetoria nas obras de açudagem sem conseguir socorrer pronta e eficazmente toda a população flagelada, ou atirar-se resolutamente às obras rodoviárias que por sua flexibilidade, constituíam instrumento magnífico de socorro rápido e simultâneo, aos pontos do território onde a influência das obras de açudagem não se podia fazer sentir. (VIEIRA, 2010, p. 65)

De acordo com Vieira, combater o desemprego através da construção de açudes se tornou contraproducente, porque, além de não comportar o grande afluxo de retirantes, não se pode construir grandes açudes da mesma forma que fazem estradas. As grandes barragens eram mais complexas, dependentes de diversos fatores para sua construção. Diferentemente, pois, das obras rodoviárias, que tornavam o combate à seca mais efetivo, uma vez que a Inspetoria podia disseminá-las por toda a região, ocupando maior número de retirantes nas frentes de trabalho criadas. Então, a Inspetoria de Secas diversificou as obras públicas para abrigar mais retirantes⁵⁰.

Desta forma, a intervenção do Estado se apresentou mais eficiente, com diferentes mecanismos de controle. Grandes açudes, estradas de rodagem, estradas de ferro, “açudes em cooperação” – todas estas obras serviam para controlar a população do semiárido. Todas elas eram construídas por meio da exploração do

⁵⁰ Francisco de Oliveira (1993, p. 54) lembra assim do sucesso do programa de construção de estradas realizado pela IFOCS/DNOCS: “[...] antes dos programas rodoviários nacionais da década dos cinquenta, o Nordeste semi-árido contava com uma rede de estradas superior em quantidade e qualidade à do resto do país, em proporção à sua área”.

trabalho dos retirantes. Quando não explorou os retirantes no canteiro de obras, ela os controlava através dos “campos de concentração”. Esta prática teve início em 1915, mas só em 1932 recebeu grande impulso, em razão do número assustador de flagelados (ver Rios, 2001). Com os campos de concentração, a Inspetoria buscou assim evitar que a massa de retirantes circulasse livremente pelas cidades do interior e litoral. Portanto, a cada seca a Inspetoria aperfeiçoava seu controle, querendo provar que o semiárido tinha condições de manter sua alta densidade demográfica, mesmo que fosse ao “abrigo da miséria decorrente da falta de água”.

A maioria dos alistados das obras públicas eram de agricultores não-proprietários. Nas frentes de serviço de 1970, 70% dos operários eram de moradores de favor (DNOCS, 1971, p. 100). Dos 450 mil trabalhadores que foram alistados na seca de 1979-1980, 74% deles, conforme o estudo organizado pela Sudene *A Seca Nordeste de 79-80*, trabalhavam como moradores de fazenda (BRASIL, 1983, p. 38). Os moradores e jornaleiros saíam então das fazendas, iam para as frentes de trabalho e retornavam às fazendas assim que tivessem início as chuvas: “Venho Acarape inspecção trabalhos. Pessoal muito reduzido tendo deixado serviços para atender plantações”. (Telegrama de Verissimo Rebouças para Inspetoria em 26 de janeiro de 1921). Portanto, a mão de obra das obras públicas contra as secas era composta basicamente pelos agricultores não-proprietários, especialmente os moradores.

7.4 As crises da lavoura e suas consequências

Ao serem dispensados das fazendas, eles se deslocavam para as vilas ou para as obras públicas, pois eles já se encontravam numa situação de extrema miséria. Além de esfomeados, faltavam-lhes roupas para cobrir o corpo. Em 1879, no município de Acarape (Ceará), a Comissão de Socorros Públicos, preocupada com a nudez da população, que estava desocupada por causa da seca de 1877, pedia ao presidente do Estado José Julio de Albuquerque Barros peças de fazenda para vesti-los:

A comissão de Socorros públicos desta Villa, julga de seu rigoroso dever pedir a V. Ex. q. se digne de dar suas ordens afim de que venhão umas trezentas pessos de fazenda, sendo algodãozinho, madapolão e chita par vestir-se o povo desvalido q. se acha já na maior nudez possível; o que será maiz um ato de verdadeira caridade na benéfica administração de V. Ex.. (APEC.

Comissão de Socorros Públicos. Telegrama de Francisco Bemvindo de Vasconcellos para o presidente do Ceará José Julio de Albuquerque, em 3 de janeiro de 1879).

Após uma década (1889), no açude Acarape, cuja construção teve início na seca de 1888, os trabalhadores desta frente e suas respectivas famílias estavam “completamente desprovido de roupa”, porque o salário, “no estado atual das coisas, mal lhes chega para sua alimentação”:

O conductor das obras do açude do Acarape acaba de informa-me que o pessoal empregado n'aquelle serviço em numero de 600 operarios está em quasi totalidade completamente desprovido de roupa e assim as respectivas familias.

Tommo, pois, a liberdade de lembrar a V. Ex. a conveniência de distribuir-se alguma roupa aqueles infelizes, cujo salario, no estado actual das cousas, mal lhes chega para sua alimentação.

Me parece que com 343 peças de algodão nacional se poderá suprir com uma muda de roupa aos operarios ali existentes e suas familias, calculando distribuir 10 metros de pano à cada operario. (APEC. Comissão de Socorros Públicos. Telegrama de Ernesto Lassance Cunha para o presidente do Ceará Antonio Caio da Silva Prado, em 14 de março de 1889).

Na seca de 1919, Rodolfo Teófilo (1922, p. 44), visitando os canteiros de obras, diz que “[a] fome e a nudez andavam de mãos dadas nos serviços das obras contra as seccas. Os operários e suas familias estavam semi-nús. Mulheres havia que já não saham de casa por estarem no estado de Eva”. Situação esta que se reproduzia na história do semiárido, demonstrando que a economia desses lavradores era extremamente frágil.

Esta situação era, portanto, frequente no final do século XIX e começo do século XX. As constantes secas do semiárido provocavam um quadro de miséria assustador, cujos efeitos mais aparentes eram a fome e a nudez da população. Restavam assim poucas alternativas para os retirantes e a maioria deles ia para as frentes de obras públicas porque era mais rápido nelas se empregar que chegar aos portos do litoral para embarcar para outras regiões.

Após o Estatuto da Terra, o afluxo de retirantes nas obras aumentou consideravelmente. Isto se deveu à diminuição da proteção privada, que nos períodos de seca já era praticamente inexistente: o aumento de operários nas obras se dava então pelo “não comprometimento dos donos de terra com moradores, devido aos direitos criados pelo Estatuto da Terra para a mão-de-obra campesina” (BRASIL,

1983, p. 41). Por isto, o Estado devia continuar intervindo com obras para diminuir os fluxos migratórios e dar emprego, em vez de esmolas.

7.5 Críticas às obras contra as secas

Pode parecer que todos aprovavam a política de fixação promovida pelo Estado. Mas não era bem assim: as grandes concentrações que as obras contra as secas provocavam eram criticadas e combatidas. Seus críticos defendiam a fixação da população, mas criticavam a forma como ela está sendo realizada, principalmente em relação ao trabalho imaginário que tais obras produziam, à exploração dos retirantes no canteiro de obras, e ao estado sanitário derivado da aglomeração de milhares de pessoas doentes e subalimentadas.

Ao assumir o governo do Ceará em 1889, Henrique D'Ávila, inimigo dessas aglomerações, logo paralisou o trabalho nas obras públicas e enviou os sertanejos para “terras de cultura”, porque, na sua visão, tais obras e tais trabalhos eram “inúteis”, ou melhor, serviam apenas como “escolas de todos os vícios inimagináveis”:

Prezentemente trabalhava eu na grande obra da localização em terras de cultura, desses milhares de cearenses que têm vivido, há mezes, na vida ociosa e perversa dessas grandes aglomerações que se têm organizado a títulos de obras de socorro, porém, nas quaes o maior numero nada fazia e o pequeno numero que trabalhava, o fazia em tão pequeno escala, que pode-se dizer, que essas aglomerações de povo eram escolas de todos os vícios imagináveis, e a principal origem da profunda depressão moral que se nota na Provincia do Ceará. Para destruir esses antros do vício e da perdição da familia cearense será necessário ainda um mez de luctas com todos esses torpes e inconfessáveis interesses que se alimentavão na existência dessas aglomerações de povo, e nesses trabalhos, que mais vantajosos eram a grande numero de especuladores que sob esse pretexto sugavam os dinheiros públicos, do que ao Estado, à grande população dos famintos e a esta Provincia, que deles nada adquiriram até hoje. E na realidade, desse grande dispêndio de dinheiros públicos feito nessas celebres obras de socorro, nenhuma só obra dessas existe em condições de bem servir ao público (Relatório de Henrique D'Ávila, em 9 de setembro de 1889, p. 6-7).

Sua política anti-migratória enfrentava duas classes poderosas: a dos cafeicultores, que tinha como objetivo deslocar essa população, e a dos especuladores das obras contra as secas. Assim, Henrique D'Ávila logo deixou o cargo de presidente do Ceará por não suportar a pressão de tais grupos, especialmente do Ministério do Interior e da Secretaria de Agricultura que estavam à época ocupados por cafeicultores. Porém, ele deixava o exemplo de que a

administração pública podia combater a seca de outra forma que não se reduzia ao binômio frentes de trabalho – migração, e de que era preciso enfrentar a poderosa indústria da seca.

Aliás, ele não estava sozinho, Rodolfo Teófilo também fez duras críticas a essas grandes obras. Apesar de ser um dos inimigos acérrimos da migração, ele não deixava de criticar a política de fixação, que se traduzia em exploração dos operários realizada pela Inspetoria (ver Teófilo, 1922). Mesmo tendo defendido os açudes no lugar das cisternas, em virtude de eles “irrigarem os terrenos marginais em que fazem vazantes e de criarem excelente peixe”, os grandes açudes para ele tinham suas desvantagens:

Os grandes açudes, se por um lado teem a vantagem de resistir às grandes seccas, teem a desvantagem de precisar de profissionaes estrangeiros para sua construcção, além do inconveniente da agglomeração de indivíduos em suas margens em tempo de fome, o que é em extremo prejudicial à salubridade pública (TEÓFILO, 1883, p. 492-494).

Além disso, Rodolfo Teófilo denunciou a exploração sofrida pelos retirantes na construção das obras contra as secas. Segundo o autor, havia nas obras desperdício de dinheiro público, pois, enquanto se precisava apenas de um engenheiro e um ajudante para construir uma barragem, havia nelas muitos engenheiros “com grandes ordenados”. Assim: “Emquanto os profissionais eram largamente remunerados os operarios eram miseravelmente pagos” (TEÓFILO, 1922, p. 43). O salário de mil e seiscentos réis só dava para a subsistência dos operários solteiros, mas, conforme o testemunho de Teófilo, quase todos eram casados e, por isso, “[o] salário dá para comer um vez e mal”. Ademais, como verdadeiro cristão, Rodolfo Teófilo (1922, p. 45) censura o chefe das obras, ao criticar a forma como eles tratavam os operários:

Exigir de um homem mal alimentado, quasi nú, dormindo ao relento, com o espirito atribulado pela miseria da família, qualquer acto de energia é ser perverso ou desconhecer por completo os mais rudimentares principios de biologia.

O Estado então só protegia os retirantes que trabalhavam. Para ele era preciso que se exigisse dos lavradores um mínimo de trabalho em prol do seu estado natal. Seguindo os princípios do liberalismo econômico, o governo não podia se apresentar aos pobres como protetor, doador de benesses, mas como patrão. Patrão

este que não podia dar melhores condições que os fazendeiros, visto que, além de acostumar mal os trabalhadores, ia fazer com que eles não voltassem mais às propriedades rurais. Além disso, os engenheiros não partilhavam dos mesmos sentimentos de Rodolfo Teófilo: pelo contrário, defendiam esse tipo de intervenção construtora visando angariar cargos na administração pública.

A classe fazendeira, por sua vez, apropriava-se desses discursos contrários às obras públicas, principalmente no que toca ao “trabalho inútil” nelas realizado, com o intuito de direcionar mais verbas públicas para a construção de benfeitorias nas fazendas⁵¹. No entanto, os dirigentes do órgão, além do interesse que eles tinham na construção de barragens faraônicas, sabiam que só com essas benfeitorias nas propriedades rurais não conseguiriam diminuir o deslocamento da população flagelada. Com as grandes barragens, a Inspetoria marcou sua presença na região, controlando com mais eficiência a mão de obra. E as oligarquias tinham mais facilidade para desviar as verbas destinadas às frentes de trabalho.

Assim, o Estado reforçou a estrutura produtiva da região, conservando relações de trabalho caducas, como o sistema de moradores. Com este reforço, a morada se adaptou às trocas capitalistas, resultando em um capitalismo peculiar. Em sua intervenção, o Estado que tinha como objetivo modernizar a região, ao se tornar seu principal “agente de transformação social”, atuou no sentido de conservar sua estrutura social. Criou então mecanismos para equipar as fazendas e controlar os trabalhadores, possibilitando a manutenção da morada e impedindo que milhares de trabalhadores abandonassem os latifúndios.

⁵¹ Um exemplo disso está na fala do deputado do MDB e vice-governador do Ceará, Joaquim de Figueredo Correia, sobre a situação das obras na seca de 1958: “Em vez das frentes, o governo deveria transferir os recursos nelas aplicados aos proprietários rurais, através de empréstimos reembolsáveis, a juros baixos e sem correção monetária a fim de que fossem fortalecidos os núcleos de produção agrícola. Isso tudo sob rígida fiscalização.” In: Revista Veja, 2 de março, 1977.

8 SECAS E MIGRAÇÃO SUBSIDIADA

8.1 Despovoamento do Ceará: 1888-1915

Para ciência social do século XIX, influenciada pela antropologia racista e pelo determinismo geográfico, migrar era uma afronta à civilização. O ato de migrar também reforçava a tese da patologia da miscigenação, no sentido de que os indivíduos migravam porque eles eram mestiços. Os sertanejos, tais como os brasileiros em geral, eram mestiços e, por isto, inferiores: eles migravam então por causa de sua mestiçagem, inferioridade. A razão e a natureza eram, pois, invocadas pela antropologia racista para “consagrar hierarquias como justas e inevitáveis” (GOULD, 1999, p. 17). Assim, para Rodolfo Teófilo (1974, p. 100), a verdadeira causa da migração era o “nomadismo da raça vermelha”, transmitido por atavismo aos cearenses. Para Antonio Bezerra de Menezes (2001, p. 15), “o horror à imobilidade” que o cearense nutria também era reflexo de atavismo, mas ele surgia do “nomadismo cigano”.

Os adeptos de Ratzel, porém, defendiam que o grande fator de mobilidade das populações sertanejas estava na aridez do clima. Era o clima semiárido que provocava o “fanatismo religioso”, responsável pela criação de comunidades tais como Pedra do Reino e Canudos. Além de produzir fanáticos, a aridez do clima levava a população sertaneja a seguir estes fanáticos. Neste sentido, Arrojado Lisboa (2010, p. 41) afirma que no Ceará e na Paraíba “foram as secas que fizeram o nomadismo” das suas populações, que eram muito mais educadas que os maniçobeiros nômades do Piauí. Para ele a migração era causada sobretudo pelas secas.

Todavia, o êxodo rural não estava condicionado a defeitos atávicos nem muito menos ao clima. Ele era datado: antes dele, existia somente uma migração para as províncias do Piauí e do Maranhão, que procedia do pequeno comércio ou “é forçada por perseguições de justiça, crimes e lutas de família” (BRÍGIDO, 2001, p. 185). Ele era, portanto, impulsionado por uma “configuração social extremamente favorável à migração”, que teve início na década de 70 do século XIX. Além da migração subvencionada, que garantia aos sertanejos a transferência para áreas longínquas do território nacional, essa configuração social teve como impulsores: as

três grandes secas de fins do século (1877, 1888 e 1900), o processo crescente de subordinação da agricultura de subsistência à agricultura comercial, o liberalismo adotado pelos estados como política econômica, “o chamariz da Amazônia”, considerado pelos sertanejos como um contexto de destino promissor, a decadência do algodão, causada pelo ocaso da Guerra de Secessão, que trazia desemprego para a região semiárida, e “o contexto da abolição”, no qual os escravos abandonavam em massa as fazendas de café, desorganizando a produção e fazendo com que os cafeicultores manipulassem a política de socorros públicos com o intuito de subsidiar as passagens dos retirantes para a região cafeeira.

Nessa conjuntura, portanto, havia dois tipos de migração: a migração espontânea, direcionada às plagas da Amazônia (os seringais), sendo motivada por agenciadores e paroaras⁵². Este fluxo voluntário também se direcionou ao Sul cafeeiro: só que, em relação à migração para o Norte, ele era de menor proporção, pois os trabalhadores preferiam os seringais da Amazônia. Tudo levar a crer que esta preferência se devia aos laços afetivos e sociais que, primeiramente, os cearenses construíram na Amazônia, sendo a migração para esta região uma viagem de oportunidades de emprego nos seringais e um reencontro de amigos e familiares.

O segundo tipo de migração era o da migração forçada ou “expatriação”. Esta era organizada pelo governo central, cujo objetivo era deslocar os retirantes que estavam apinhados no litoral do Norte, à procura de ajuda, para as fazendas de café do Sul que, devido à abolição da escravatura, estavam com as relações de produção desmanteladas. Era forçada porque os retirantes não tinham direito de escolher o lugar de destino para onde desejavam emigrar, sendo tal destino, pois, escolha exclusiva do governo federal.

Isto acontecia porque, no final do século XIX, os cafeicultores não tinham estruturado a imigração de trabalhadores europeus, limitando-se a poucas experiências isoladas e malsucedidas. Assim, eles transformavam os socorros públicos das vítimas da seca em passagens de navio para o Sul: “Governo julga conveniente de preferência outras medidas concessão de passagens dos retirantes” (Telegrama da Secretaria da Agricultura em 14 de novembro de 1888). Esta ação contradizia o racismo da época que julgava o braço nacional inferior (ver Braga Neto,

⁵² Paroara: nordestino que vive na Amazônia; agenciador de trabalhadores para os seringais da Amazônia. (LISBOA, 1959, p. 53).

2012). Em razão da falta de alternativas para garantir seus meios de sobrevivência, os retirantes se obrigavam a aceitar a ajuda oficial. O contexto geral da época era, pois, de migração subsidiada. Migração esta que incentivou o despovoamento de algumas regiões do Ceará.

Segundo as palavras de José Pinto Acióli, secretário do Interior do Ceará: “O Ceará despovôa-se de dia para dia e as indústrias e a agricultura definham pela carência absoluta de braços e concomitante elevação do salário” (Relatório sobre a Instrução Pública e Obras Públicas da Secretaria do Interior de 1897, s/p). Seu pai – o presidente Acióli – desejava, conforme o espírito da época, introduzir imigrantes “para anular o efeito do despovoamento das nossas terras” (Mensagem do Presidente do Ceará, em 1 de julho de 1897, p. 27). João Brígido, porém, culpava os Acióli pela crise econômica e pelo êxodo da população: “O povo sabe como é ruim a politicagem dos Acciolys; - os cearenses sofrem callados as maiores affrontas, para não morrer, o Estado definha e se despovôa [...]”⁵³. De acordo com o racismo da época, Rodolfo Teófilo (1974, p. 100), além de responsabilizar os governos pelo êxodo, dizia que era o “nomadismo da raça vermelha, transmitido, por atavismo à população mestiça, a qual constitui talvez quatro quintos dos habitantes do Ceará, [...] o fator principal do despovoamento da terra cearense”.

Contudo, havia uma configuração social favorável ao êxodo que começava a atingir as relações de produção. As circunstâncias econômicas dessa conjuntura e a instrumentalização do Estado pelos cafeicultores, que transformaram os socorros públicos em passagens para o Sul, fizeram os trabalhadores rurais procurarem os agenciadores de mão de obra com o fito de mudar de vida. Assim, a transumância de mão de obra prejudicava os produtores não apenas com a ausência de braços, mas também com o aumento dos salários rurais. Esta transumância só acontecia em virtude do expediente das passagens subsidiadas. A responsabilidade dela era então dos governos, porque os retirantes conseguiam, no máximo, chegar ao litoral dos seus respectivos estados.

Até 1915, eles chegavam as cidades da costa com as próprias pernas, após longas e extenuantes caminhadas. Buscavam alcançar estas cidades porque nelas os socorros públicos estavam concentrados. Porém, nessa conjuntura, eles tiveram

⁵³ Acciolys. **Unitário**, Fortaleza 21 abril 1910, p. 1.

somente uma alternativa: embarcar nos navios. O alistamento em frentes de trabalho em sua terra natal era praticamente nulo. Muitos embarcaram contra sua vontade, especialmente porque só distribuíam passagens para o Sul, onde ainda não dispunham de familiares para seu acolhimento.

As migrações ganhavam então grande impulso com as passagens subsidiadas pelo governo central. Além da saída para os seringais, criava-se uma corrente migratória para o Sul que, antes do subsídio do governo, era quase inexistente. Havia, com efeito, duas correntes migratórias: de um lado, os estados amazônicos recrutando braços para seus efetivos policiais, os seringais e a construção de Manaus e Belém, e, de outro, o governo central buscando trazê-los para o Sul. Tendo, pois, no Norte semiárido, grande número de trabalhadores desocupados, o governo central queria resolver o problema da falta de braços nos cafezais com estes trabalhadores. Arregimentar mão de obra para o ciclo econômico do café, prejudicando a economia da região Norte mediante a transformação dos socorros públicos em passagens de navio, era indício da dominação que a economia do semiárido (dominada) sofria da economia cafeeira (dominante).

As cifras geradas por esses fluxos migratórios se assemelharam às migrações que partiram da Europa: conforme Celso Furtado (2009, p. 202), no primeiro decênio do século XX, “a população destacada para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas”. Joaquim Alves (1945, p. 342) afirma que, de 1869 a 1899, mais de 300 mil cearenses emigraram, sendo 255 mil para Amazônia e 45 mil para o Sul. Na seca de 1888-1889, um terço dos migrantes (dez mil) foi para o Sul, em virtude do combate à seca ter sido realizado mediante a subvenção de passagens: destes migrantes, a metade deles foi para o Rio de Janeiro, dois mil para São Paulo e mil para o Espírito Santo (ver *Relação de Emigrantes Norte-Sul*, 1889). Entre 1892 e 1897, conforme os dados de Arthur Dias (1913, p. 241), 60 mil emigraram, sendo 51 mil para o Norte e 9 mil para o Sul. De 1901 a 1943, diz Joaquim Alves (1945, p. 342), saíram mais de 300 mil pessoas do Ceará: 293 mil para o Norte e 15 mil para o Sul. Tudo indica que os trabalhadores que foram para o Sul se alistaram nas fazendas do Vale do Paraíba, onde os cafeicultores, mergulhados em profunda crise econômica, aproveitaram-se dos retirantes, pois não podiam arcar com as despesas da vinda dos imigrantes europeus.

Foram diversos os efeitos dessas migrações no contexto de origem. Dentre eles, a desagregação do sistema de moradores. A migração espontânea, patrocinada pelos lucros da borracha amazônica, e a migração forçada, subsidiada pelo governo central, golpearam fortemente os fazendeiros, levando sua mão de obra – seus agregados. Nessa conjuntura, portanto, a migração se tornou um poderoso elemento dissolvente da morada.

8.2 Seca de 1900

Em 1900, o Ceará era atingido por mais uma grande seca. As correntes migratórias, já enormes, ganhavam força com mais uma longa estiagem. O governo estadual teve que recorrer mais uma vez ao governo federal para socorrer os retirantes. Como resposta, a mesma de 1888: os socorros públicos seriam as passagens de navio concedidas pelo governo para o traslado da população atingida pelo flagelo. Isto é, mesmo após o estabelecimento da imigração estrangeira para as fazendas de café, os cafeicultores paulistas insistiam em prejudicar os estados do Norte com a retirada da sua população. Como relata Girão (2000, p. 425): “Novos clamores, novos sofrimentos, novamente a incompreensão dos governos, querendo resolver o problema com o despovoamento da terra”.

Era desse modo que o presidente Campos Sales, um dos maiores cafeicultores do país, impedia que as oligarquias do Norte se fortalecessem com as verbas da União que seriam direcionadas à construção de obras públicas. Representante máximo da oligarquia cafeeira de São Paulo, ele assim se apoderava dos recursos da União, como se pertencessem a ele e sua classe, e se aproveitava da seca do Norte para multiplicar os lucros com o café. Como escreve Faoro (2008, p. 531) sobre os cafeicultores paulistas no contexto da Primeira República (1889-1930): “não pretendiam dominar pela mera ascendência do seu Estado, senão pelo controle da União, que, para isso, deveria ter alguma força [...] que pudesse servir de instrumento para o domínio sobre o norte”.

Assim, em torno do combate à seca de 1900, surgiu uma verdadeira luta de classes entre as oligarquias do Norte e as oligarquias do Sul pelo controle da mão de obra dos retirantes, no estilo das lutas entre as oligarquias agrárias que pontuaram

a história da Primeira República: “as oligarquias que dominavam nos vários estados lutavam entre si no plano federal, onde frequentemente se opunham à oligarquia paulista” (COSTA, 2010, p. 399).

Essa luta teve início com o plano de combate contra os efeitos da seca, elaborado pelo governador do Ceará, Pedro Borges (braço direito de Nogueira Acióli). Tal plano atacava em duas frentes: a primeira, de forma provisória, por meio do recurso da migração, e a segunda, de forma definitiva, mediante a construção de obras públicas no Ceará. Através de missiva, em julho de 1900, tal plano foi apresentado ao governo federal, ressaltando que, para o Ceará, o que importava era a construção de açudes e o prolongamento das estradas de ferro com o uso da mão de obra dos retirantes.

De acordo com tal plano, o deputado federal Francisco Sá apresentou projeto de lei que destinava 10 mil contos de réis para o socorro das vítimas da seca, que seriam investidos na organização de obras de utilidade pública. Enquanto isso, o governo federal e os estados do Sul não concordavam em construir obras públicas no Norte semiárido. Um sinal disso estava na lentidão que o projeto de Francisco Sá, que exigia emergência, tramitava no Congresso Nacional: “Entravado com emendas a sua passagem na Camara, [...] não teve esse projecto o curso rápido que a situação, já desesperadora, das classes desfavorecidas estava a reclamar com [...] urgência”.⁵⁴

Diante disso, Pedro Borges enviou repetidos telegramas à presidência da República, à Câmara e ao Senado para que logo aprovasse o projeto de Francisco Sá, pois a situação se agravava com a chegada dos retirantes à capital cearense. Ao presidente, ele pedia que o governo federal modificasse sua ação que até o presente momento só tinha incentivado à migração dos retirantes, enfatizando que o Estado do Ceará não poderia assumir sozinho as despesas referentes aos socorros públicos e, por isto, a ajuda da União se fazia necessária e urgente. Em geral, as críticas em nome do povo cearense diziam que “despovoar o Ceará não é socorrê-lo, é matá-lo” (FROTA, 1985, p. 177).

Em outubro, o projeto foi aprovado na Câmara, sem as emendas que o modificariam. O Ceará neste sentido teria verbas suficientes para a organização das

⁵⁴Mensagem do Governador do Ceará, Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 34.

frentes de trabalho. A bancada do Norte pensou que, com a aprovação na Câmara, as oligarquias do Sul estavam abrindo mão da luta e dos retirantes. Todavia, na comissão de finanças do Senado, alteraram o projeto, ignorando “sua parte essencial”, seguindo assim a orientação do governo:

Obtidos os esclarecimentos prestados pelo governo, e conhecida sua opinião sobre o magno assumpto, a comissão de finanças do Senado apresentou o seu parecer, consoante os motivos expostos na informação do governo, e segundo o qual o socorro a prestar devia cingir-se a emigração dos cearenses! De sorte que a comissão alterou o projecto vindo da Camara, eliminando a sua parte essencial, no tocante a salutar providencia da execução de serviços ou obras de utilidade geral.⁵⁵

A presidência Campos Sales então ignorava os interesses dos latifundiários pecuaristas, privando-os de sua clientela. Todavia, a bancada do Norte não desistiu de modificar a intervenção estatal. Com ela, os governadores do Norte, o Centro Cearense do Rio e *Club* de Engenharia (interessado nos empregos que adviriam da construção das obras públicas) realizaram, portanto, grande campanha para evitar a transferência de mão de obra. Como ressalta Celso Furtado (2009, p. 191), em *Formação Econômica do Brasil*: “Prevalecia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão de obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados”. Os cafeicultores paulistas neste sentido não poderiam transferir a população à força.

Embora já houvesse estrutura responsável pela vinda dos imigrantes para as fazendas de café, o Estado, instrumentalizado pela classe dos cafeicultores, continuava com a política de conduzir os retirantes para o Sul, como aconteceu na seca de 1888-1889. Por esta razão, criou-se forte tensão entre eles e latifundiários pecuaristas. Não era por acaso que o governo do Ceará afirmava que a corrente migratória para o vale amazonense era menos danosa do que aquela que se direcionava para o Sul, porque o cearense “tinha maior afinidade de interesses” com os estados amazônicos e se adaptava melhor ao clima da floresta (ver a mensagem do Governador Pedro Augusto Borges de 1901). E os agentes do governo federal diziam que o Norte era insalubre e que os cearenses estavam imunes a febre amarela que grassava no Sul.

⁵⁵Mensagem do Governador do Ceará, Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 36.

De fato, os cafeicultores queriam transferir os retirantes, como fizeram no passado transferindo os escravos do Norte para suas fazendas. No entanto, as circunstâncias econômicas eram diferentes: a transferência (venda) dos escravos foi consentida pelos senhores de engenho que passavam por forte crise econômica e também pelos fazendeiros do semiárido que enfrentavam a maior estiagem do século – a seca de 1877. Em 1900, não havia consenso em torno dessa transferência, e os cafeicultores a faziam por intermédio do governo federal e contra a vontade das oligarquias agrárias do Norte. Enquanto os latifundiários pecuaristas desejavam manter os sertanejos no semiárido para reorganizar sua economia após a estiagem, os cafeicultores pretendiam alistá-los para a plantação da preciosa rubiácea.

Campos Sales, então, só priorizava a emigração, visando beneficiar os cafeicultores, já que os navios fretados pelo governo tinham como destino os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que eram, em suas palavras, “Estados que oferecem condições para os migrantes”:

[...] seria de vantagem encaminhar a população da zona rural onde a seca se manifestou para regiões de outros Estados que oferecessem condições para permitir utilizar a aptidão dos migrantes em trabalhos produtivos. Para este fim conviria que o Congresso Nacional habilitasse o governo com os recursos necessários⁵⁶.

Sendo assim, Campos Sales estava decepcionando as oligarquias do Norte que desejavam que o presidente se empenhasse na construção das obras contra as secas no semiárido. Começaram então a pressionar o presidente, pondo em risco o pacto da política dos governadores. Insatisfeitos, os governadores do Norte mostravam que, se a presidência não os ajudasse, não estavam dispostos em colaborar com o governo, como demonstrou Pedro Borges ou a oligarquia Acióli em suas comunicações. Sentindo-se pressionado, o presidente desabafou:

Resta chamar vossa atenção para a atitude de alguns reclamantes altamente inconveniente no momento em que deve ser guardada a necessária serenidade para que possam agir de harmonia os poderes federaes e estadoaes, que terão de combinar sua acção, afim de tornal-a benéfica, pois estou bem convencido de que em nosso conceito não é só a União que cabe responder por esta angustiosa situação, que me aflige o espirito

⁵⁶ Da mensagem de 10 de outubro de 1900 de Manoel Ferraz de Campos Sales *apud* FROTA, 1985, p. 179.

profundamente em véspera de uma viagem a que me obrigaram superiores interesses nacionais⁵⁷.

A resposta de Borges foi rápida e, noutro dia (19 de outubro), ele respondeu ao presidente:

O Ceará sabe compartilhar das glórias e revezes do Brasil; nunca exigirá além dos recursos d'este, mas sentiria o abandono em que traduziu a prestação de socorros restringida à emigração⁵⁸.

O governo federal continuava impudentemente em seu propósito de se aproveitar dos retirantes. O poder econômico derivado das fazendas de café lhe dava força para enfrentar os estados do Norte. Assim, os “superiores interesses nacionais” para os cafeicultores se traduziam em superiores interesses dos cafezais. Era assim que eles consolidavam a política café com leite, tendo uma visão ampla do que acontecia nas extremidades das suas fazendas. Os demais estados da federação tinham que aquiescer a este “domínio nacional”, pois senão teriam que enfrentar a arrogância insuportável dos cafeicultores. À época, o Brasil era São Paulo, e São Paulo era São Paulo.

Só que de repente os cafeicultores perceberam que o Norte semiárido compreendia nove estados, mais o norte de Minas Gerais. Perceberam também que incentivando a saída da população, esta região ficaria em estado permanente de emergência, visto que a conjunção seca e migração subsidiada iria dismantelar a economia das fazendas de gado e algodão. Perceberam ainda que, apesar de sua hegemonia, precisavam do apoio do Norte para manter o Estado sob seu domínio.

Assim, diante da articulação política dos latifundiários pecuaristas o presidente Campos Sales recuou: além da emigração, ele adiantou a construção dos açudes Cedro, Acaraú-Mirim, Jordão, Panta e Papara no Ceará. Mas, enquanto os trabalhos de construção do açude Cedro eram reiniciados, o governo federal orientava os engenheiros fiscais das estradas de ferro de Baturité e Sobral (seus representantes no Ceará) para transportar os retirantes nos vapores que o levariam para Sul. Não

⁵⁷ Telegrama da Presidência da República, em 18 de outubro de 1900, *apud* Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 38.

⁵⁸ Telegrama do Governo do Ceará, em 19 de outubro de 1900, *apud* Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p. 38.

obstante, Pedro Borges considerou essa mudança de atitude do governo como arrefecimento da luta e, portanto, lhe era positiva:

A emigração não foi eliminada, é certo, do plano do governo na prestação de socorros, mas não esteve sob a ação aguda dos pontos do dilema com que finalizei o meu primeiro telegrama ao Sr. Presidente da República, ou obrigada à impetuosidade de uma corrente, cujo curso impossível fôra deter.⁵⁹

Essa luta pela mão de obra dos retirantes marcou todo o final do século XIX e começo do século XX. Para as elites do Norte ficou a lição que os cafeicultores não iriam cooperar com a sistematização do combate à seca. Como ressalta Frota (1985, p. 174): “[Em 1900] cerca da metade da ajuda do governo foi no sentido de conduzir o cearense ao êxodo”. O total de migrantes assim chegou a 40 mil, conforme Girão (2000, p. 425). Tudo leva a crer que a maioria deles foi para os estados orientais do Norte, em virtude do estabelecimento desta corrente migratória. Tendo as passagens concedidas pelos estados do Amazonas e Pará, os retirantes foram trabalhar no setor da construção civil, nas polícias, nas colônias agrícolas e na extração da borracha. Embora não se tenha números exatos sobre a migração para o Sul, não se pode esquecer da sua importância e das tensões que ela gerou entre as oligarquias.

Apesar do poder econômico da classe dos cafeicultores paulistas, eles continuavam enfrentando o problema da mão de obra causado pela abolição que, mesmo com o grande fluxo de imigrantes, ainda não tinha sido resolvido. Como diz Furtado (2009b, p. 188): “A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra”. Neste quesito, o semiárido era privilegiado, pois a região nunca dependeu da escravidão para dar impulso a suas atividades econômicas: ou seja, a abolição não atingiu diretamente sua oferta de mão de obra. Porém, as secas e o assédio dos “estados dinheirosos” pela mão de obra dos sertanejos começou a modificar essa história. Golpeavam destarte a base da dominação tradicional – o que os fazendeiros do Norte tinham de mais precioso, ou seja, os moradores.

⁵⁹ Mensagem do Governador Pedro Augusto Borges, em 1 de julho de 1901, p 38-39.

8.3 Esvaziamento das fazendas

Na região da seca, a entrada e saída de moradores nas fazendas é um dado constante. Não há, pois, nenhuma novidade acerca da saída de moradores que vem ocorrendo após a decadência do algodão nos anos 80. Há neste sentido um processo contínuo de estruturação-desestruturação da morada. Como exemplo, na “grande seca” de 1790 a 1793, a mesma que destruiu a indústria da carne seca no Ceará, houve grande esvaziamento das fazendas, como noticia o Barão de Studart (2004, p. 417):

Extensa [tal seca], chegando a durar quatro anos em algumas localidades, profundamente devastadora foi em verdade a crise, que avassalou e quase aniquilou a Capitania no tempo de Féo e Torres: o gado ficou dizimado, perderam-se todas as lavouras de algodão e mandioca, as fazendas fecharam-se por fuga dos vaqueiros e dos agregados e, o que é doloroso de registrar, muitos infelizes encontraram a morte por falta de alimento.

Além do Ceará, a crise atingiu a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Ela fez desaparecer os rebanhos, destruindo então a riqueza particular. Não havia destarte trabalho nas estâncias. Para não morrer de fome, os moradores tiveram que abandonar as fazendas e migrar em busca de socorro. Mas, ao contrário do que afirma Alves (2003, p. 65), o homem conseguiu, após essa crise, reconstruir a riqueza nos sertões, tendo como obrigação pagar o dízimo da seca. Os agregados eram os mais prejudicados, pois o tributo a pagar era o de abandonar a casa, movimentando-se de forma pendular entre os sertões e as vilas, os sertões e a Amazônia, os sertões e o Sul, os sertões e a cidade de Fortaleza etc.

No século XIX, as fazendas foram aos poucos voltando a produzir com a mão de obra dos moradores. E, neste sentido, os anos 60 deste século foram considerados a época de ouro da agricultura no Ceará. Esta atividade era nas palavras de Joaquim da Cunha Freire (1869, p. 18), presidente da província do Ceará: “A principal e mais fecunda fonte de riqueza desta província [...]”. Dentre os produtos agrícolas, o algodão se destacava, por causa da demanda crescente da Inglaterra pelo produto brasileiro. Isto se deveu à Guerra de Secessão, que interrompeu a produção estadunidense, prejudicando as fábricas da Inglaterra, que passaram a comprar o algodão produzido no semiárido. O plantio da malvacea se tornou então uma importante fonte de renda para fazendeiros e trabalhadores rurais. Essa conjuntura mundial foi responsável pelo aumento exponencial da produção, fazendo

do algodão o gênero “que mais concorreu para o equilíbrio financeiro da província” (CEARÁ, 1868, p. 35). Nas palavras de Rodolfo Teófilo (1922, p. 22): “Dum ano para outro a província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares [...] do sertão; [...] “era uma febre a que todos alucinava, a febre da ambição”.

Com a cotonicultura, o Ceará se integrou à economia mundial. Organizaram o cultivo do algodão sob o sistema de moradores, tendo os trabalhadores que dividir a produção dos algodoeiros com os proprietários de terra. Como diz Câmara Cascudo (1956, p. 14), “o algodoal atacou de frente o pequeno roçado do morador da fazenda [...]”. O algodão compartilhava, pois, a terra com as lavouras de subsistência, o que levou o botânico Philipp Von Luetzelburg (1923, p. 95) a criticar este modelo tradicional de plantio porque “pouca substância proporciona à planta comercial”. Foi desta forma que o semiárido passou a atrair lavradores de outras regiões, registrando importante crescimento populacional e mudanças econômicas.

Com o fim da Guerra de Secessão, porém, os EUA voltaram a produzir, diminuindo a procura pelo algodão cultivado no semiárido. Isto provocou desemprego em massa na região. As fazendas foram assim se esvaziando de moradores. Instalava-se assim grave crise econômica. Coincidiu tal crise com as grandes secas do final do século XIX, configurando-se, então, um período de fome, miséria e êxodo. As secas e a diminuição da produção algodoeira fizeram com que, rapidamente, os trabalhadores se encontrassem em uma situação de vulnerabilidade social. Conforme as palavras de Barbosa (1998, p. 247): “Com a seca a elite passou a viver a contradição de, em vez de agregar, ter que se livrar [...] dos trabalhadores ‘agregados’ que sem a produção transformavam-se em ‘bocas inúteis”.

Esse período de decadência da produção algodoeira, então, atingiu diretamente os lavradores pobres, levando-os a migrarem para não morrerem de fome no sertão. Como exemplo disso, tem-se a tragédia de João das Neves, protagonista do romance *O Paroara*, de Rodolfo Teófilo (1974). Embora tenha herdado um pedaço de terra, ele deixou a família no Ceará e migrara para os seringais da Amazônia, ao ver suas plantações não vingarem devido à falta de chuvas. Para a compreensão dessa figuração social, é interessante notar que, apesar de ter chegado doente da extração da borracha, sua mulher e seus quatro filhos que ficaram no Ceará morreram, por causa da situação de miséria em que se encontravam. Apesar de Rodolfo Teófilo

demonstrar que a morte deles ocorre em virtude da viagem de João das Neves, isto é, do abandono da família, essa passagem revela que a garantia dos mínimos de subsistência, por parte da população pobre, estava seriamente ameaçada nessa figuração social.

Há, portanto, verdadeiras rupturas nas redes de interdependência, sobretudo nos ramais que ligavam os moradores e os proprietários de terra. Daí surgiu a migração como tática para o estabelecimento de novas redes sociais. A emigração subvencionada caiu portanto como uma luva. Para os lavradores pobres, que foram expulsos das fazendas, o ato de migrar para o Sul ou para Amazônia foi a solução encontrada para se livrar desse quadro de miséria. Com a crise econômica e as secas, eles ficavam sem meios de produzir a subsistência da família e, desta forma, facilmente migravam.

Os fluxos migratórios continuaram com grande impulso até 1915. A partir daí, o plantio do algodão foi retomado. Conforme Teófilo (1922, p. 7), após 1915, houve invernos regulares e as terras descansadas produziram muito. A arroba do algodão chegou a 50 mil réis e, deste modo, o “Ceará passava por uma phase aurea”. Os fazendeiros abriram novamente suas porteiras para os moradores se instalarem com sua família e retomarem o cultivo da planta comercial e das lavouras de subsistência.

Além disso, nos anos vinte, a presidência Epitácio Pessoa (1919-1922) ampliou as verbas da Inspetoria de Secas, construindo 205 açudes, 220 poços e 500 quilômetros de estradas de ferro, estimulando assim a economia do Norte semiárido. As fazendas foram sendo equipadas com açudes e estradas. A agropecuária foi neste sentido se estabelecendo com o braço do morador. Nas décadas de 50, 60 e 70, o cultivo do algodão ganhou força com a intervenção do Estado, por meio de crédito bancário e da montagem de uma importante infraestrutura na região (sobre o cultivo do algodão nesse período, ver Barreira, 1977). Para isto, as fazendas tiveram que aumentar seu quadro de moradores.

Todavia, com o surgimento da praga do bicudo no começo da década de 80, o cultivo do algodão entrou de novo em decadência. Os moradores desocuparam mais uma vez as fazendas. A economia da região novamente definiu: algumas cidades ficaram completamente vazias. Depois do bicudo, a cotonicultura da região

não mais se restabeleceu. A riqueza que o “ouro branco” proporcionou à região só restara na memória daqueles que viveram essa época.

Mas, ao contrário do que afirma Leite (2013, p. 28), a crise na cultura do algodão não provocou a falência do sistema de moradores. Ele continua, apesar da crise de tal atividade econômica. O “entra e sai” de moradores mostra que a morada não chegou a seu termo, mas que a ocupação das fazendas é um processo dinâmico ao longo da história, pendendo para a conservação desse sistema. Atualmente, as fazendas já não estão repletas de trabalhadores, porém nelas ainda se encontram as relações de morada e os moradores que no passado plantaram algodão. Ao considerar o estado da economia agrícola da região, pode-se dizer, destarte, que a morada está adormecida, esperando ser convocada pelos produtores, para com desenvoltura novamente se reerguer.

8.4 Migração: necessidade premente

O êxodo dos cearenses, do final do século XIX e começo do século XX, não deriva somente das condições endógenas do semiárido, mas também das condições exógenas dos estados prósperos, cujos governos e produtores organizaram uma estrutura de migração com pacotes e agenciadores de mão de obra, que se mostrou atrativa para os habitantes do árido sertão. Se os fluxos migratórios permanecessem com esse estímulo, eles dissolveriam o sistema de moradores e as relações de produção, transformando assim o estado do Ceará em um verdadeiro Saara. Porém, isto não aconteceu, porque o estado de São Paulo deixou de assediar os estados do Norte, a borracha amazônica entrou em decadência e os latifundiários pecuaristas efetivaram a política de fixação da população no semiárido – fatores estes que contribuíram para o arrefecimento do êxodo. Este êxodo então não se encerrou em 1915, mas a partir daí ele perdeu suas forças no sentido de grandes e estáveis correntes migratórias, o que foi fundamental para a continuidade do sistema de moradores.

Os fluxos migratórios nesse sentido continuaram por todo o século XX, sobretudo em direção às capitais dos estados atingidos pela seca. A cidade de São Paulo também se tornou um grande polo de atração em virtude dos empregos gerados

pelo seu parque industrial. Com as secas de 1942 e de 1958, e, em consequência, as ações de incentivo à retirada da população, tais fluxos ganharam impulso, mas para logo “voltarem ao seu estado normal” com a chegada do inverno na região⁶⁰.

A regularidade dessa migração silenciosa é causada pelos mesmos impulsores que motivaram as correntes migratórias no passado. Pobreza rural, secas, ausência de escolas e de assistência médico-hospitalar, falta de dinamismo urbano das cidades do interior, tudo isso faz com que os sertanejos continuem se deslocando para o litoral. Causando, então, o que se define de “inchaço urbano”. Em geral, a concentração de recursos e investimentos nas capitais dos estados do semiárido contribuem para a dispersão da população do interior. Na cidade de Fortaleza: “O êxodo rural é portanto o responsável pelos elevados valores de crescimento relativo da população [...]” (SEPLAG, 1967, p. 245).

Isto se deve aos grandes índices de pobreza rural que persistem no agro cearense. Conforme Leite (2013, p. 9), 70% dos residentes no quadro rural estão abaixo da linha da pobreza. Embora nos últimos anos o Estado do Ceará tenha alcançado taxas elevadas de crescimento econômico, sabe-se que “os níveis de pobreza ainda são altos”, especialmente no interior sertanejo. Segundo Bar-Ei (2002, p. 23), a causa disso está na dependência da população interiorana ao emprego agrícola. Em outras palavras: a dependência da fazenda. No Ceará, são mais de 1 milhão e 200 mil pessoas que trabalham no campo, ou 38% da população economicamente ativa do Estado (ver Leite, 2013). Apesar do campo ainda empregar grande parcela de mão de obra, o fenômeno da seca e da pobreza estrutural estimulam os trabalhadores rurais a deixarem o campo e a migrarem para as cidades, sobretudo para a capital. Pois eles já sabiam, antes dos economistas, que “o latifúndio ou a grande propriedade capitalista [...] dificilmente serão a solução definitiva para a pobreza rural e para um autêntico desenvolvimento econômico harmônico” (LEITE, 2013, p. 59).

A falta de escolas no interior também se manteve, até a expansão do serviço de transporte escolar na década de 90, como grande impulsor para a migração

⁶⁰ Embora a “política de fixação do homem no campo” tenha se consolidado, certas conjunturas, como a da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, por conseguinte, os incentivos governamentais à produção de borracha na Amazônia, fazem com que o combate à seca se dê, tal como no passado, através da migração subvencionada das populações sertanejas.

rural-urbana. Até então, os moradores do sertão tinham que deixar a zona rural para garantir a escolaridade dos filhos. Em sua mensagem de 1905 (p. 20), o presidente do Ceará, Nogueira Acióli, falava da “primitiva desorganização que taes emigrações causaram ao regimen escolar”. Todavia, ele não falava sobre a falta de investimentos do seu governo na área da educação, que era uma das causas principais da incapacidade de o regime escolar atender a zona rural do Estado, e não a migração dos trabalhadores rurais. O efeito de sua política liberal foi devastador: em 1910, só 150 mil de uma população de 1 milhão de pessoas sabiam ler e escrever, ou seja: 15% da população, indicando assim altas taxas de analfabetismo⁶¹. À época, no interior cearense, não existiam escolas e professores suficientes, o que motivava sobremaneira os deslocamentos para a capital onde havia maior quantidade de escolas. Assim, no final da década de 60, a falta de estrutura escolar continuava incentivando a migração rural-urbana, pois os sertanejos queriam dar a seus filhos aquilo que não tiveram, qual seja, acesso à educação pública:

Sobre a educação, não há dados estatísticos aceitáveis. Estima-se que mais de 73% da população do interior são constituídos por analfabetos. A frequência às escolas e ginásios é muito difícil [...]. As populações estão muito dispersas e há deficiência de meios de transporte. Há falta de estabelecimentos de ensino de graus primário e secundário. Em muitas escolas são dadas poucas aulas por ano, devido à reduzida frequência dos professores. Grande número de famílias manda seus filhos estudar em Fortaleza ou simplesmente muda-se para Fortaleza. Obviamente, na Capital será mais fácil a matrícula e frequência aos colégios. E aqui se tem mais uma força centrífuga a atuar nas populações do interior cearense. (SEPLAG, 1967, p. 307)

Os trabalhadores rurais destarte migraram com o intuito de instruir os filhos, buscando oferecer a eles emprego fora do ambiente rural. Com o transporte escolar, porém, as novas gerações não precisam sair das fazendas e bairros rurais para estudar. Isto tem diminuído o deslocamento do campo para as cidades, mas não quer dizer que garanta a fixação dos jovens no campo. Principalmente porque eles pensam diferente dos pais, que não tiveram condições de terminar o ensino fundamental, e, neste sentido, eles querem se formar, ou morar em cidades grandes onde há mais possibilidades de emprego e estudo.

Outra força centrífuga do campo está na ausência da assistência médico-hospitalar. Tendo incentivado a descentralização dos hospitais, o governo estadual

⁶¹ Ver: Instrução pública. **Unitário**, 27 janeiro 1910, p. 1.

ainda não diminuiu o número de atendimentos das pessoas do interior que vêm a Fortaleza em busca de tratamento médico. Elas então acabam residindo na cidade, porque nela encontram condições favoráveis a sua recuperação. Tudo indica que isto ocorre porque, dos três hospitais regionais construídos, só dois de fato estão funcionando e com sérias limitações. O Hospital Regional do Sertão Central (HRSC), apesar de ter sido inaugurado pelo governador Cid Gomes em 2014, continua até o presente momento fechado. Em virtude desse descaso com o sertão, as populações interioranas migram para a capital do estado com o objetivo de terem acesso aos profissionais de saúde e hospitais.

A falta de dinamismo dos núcleos urbanos do interior também favoreceu os deslocamentos para a capital. Ainda hoje, são poucas as indústrias que se instalam no interior e, quando isto acontece, exploram mais os trabalhadores que propriamente as empresas rurais, sobretudo as tão propaladas “cooperativas”. Como somente a Região Metropolitana de Fortaleza tem se demonstrado dinâmica, esta região tem se tornado muito atrativa para as populações interioranas que dispõem de reduzida oferta de ocupação em seu município.

Além disso, a seca continua estimulando as correntes migratórias. Jovens da região do Cariri e do Vale do Jaguaribe viajam cada vez mais cedo para São Paulo – ou como eles dizem “pro estrangeiro”, para retornar após os períodos de colheita⁶². Eles vão para os canaviais e cafezais de Santa Barbara D’Oeste, Porto Feliz etc. Terminada a colheita, eles retornam para casa. Há ainda aqueles que vão trabalhar na construção civil. Com as economias que fazem, eles pagam as contas da família na bodega e adquirem televisão, aparelho de som, vídeo (DVD), cama e transporte,

⁶² “Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É até mesmo, parti sempre e não chegar nunca”. (MARTINS, 1988, p. 45). Em sua reflexão sobre as migrações temporárias no Brasil, Martins define sete tipos de migrantes e três modalidades de migrações temporárias, embora resuma em duas grandes modalidades (migrações cíclicas e migrações não-cíclicas). As que partem do interior cearense se encaixariam, conforme o sociólogo, no tipo migrações cíclicas.

seja carro ou motocicleta. É uma migração temporária que, com cinco anos de seca (2012-2016) consecutivos, tende a se estabelecer⁶³.

No tocante aos últimos anos de seca, diz Augustinho Valdemar, de 20 anos, morador da localidade Arizona, em Campos Sales (Ceará): “Numa seca dessas não tem trabalho. A gente tem que ir”. Augustinho só estudou até o quinto ano. Ele evita migrar, afirmando que, se ganhasse o dinheiro que recebe nos canaviais, ele não migraria. Mas ele diz que é obrigado a ir: “Porque aqui dinheiro é que nem gelo: não tem” (ver Jornal O Povo. Migração, 23 novembro 2010, p. 10).

Apesar disso, houve grande redução das correntes migratórias, que, embora sejam regulares, não se assemelham ao êxodo que ocorreu no final do século XIX e começo do século XX. Como diz Ferreira (2007, p.93) sobre a última década do século XX: “[...] no Ceará, reduziu-se significativamente a emigração com objetivo de residência fixa noutros Estados [...]”. Os motivos desta redução estão ligados à intervenção estatal e ao desenvolvimento econômico da região. Deste modo, a vivificação da produção algodoeira nas décadas de 50, 60 e 70, a política de açudagem do governo federal e as altas taxas de natalidade têm mantido a oferta elástica de mão de obra para as propriedades rurais. Têm-se, ademais, elevados índices de remigração e de crescimento da população do Ceará que contribuem para o repovoamento do sertão.

Todavia, tais fatores, que foram responsáveis pelo repovoamento das fazendas, não conseguiram estabilizar os adensamentos demográficos da região, porque se batem com uma estrutura social favorável à emigração. Um exemplo disso está na vila Ererê, no Vale do Jaguaribe, conhecida como cidades das mulheres, das crianças e dos idosos, pois os homens, ao completar a maioridade, vão garantir os meios de sobrevivência nos canaviais do Centro-Sul.

As secas e as migrações são, portanto, inimigas do estabelecimento de populações no semiárido. Embora equipadas com açudes e estradas, as fazendas também são atingidas por esses deslocamentos populacionais, o que desorganiza, de certo modo, o sistema de moradores e a economia agrícola. Atualmente, a migração

⁶³ De acordo com a CPT, a migração temporária é porta de entrada para a escravidão, pois “os trabalhadores são privados da liberdade de alguma forma, especialmente pelo endividamento na fazenda, que cobra gastos com moradia e alimentação, por exemplo” (Jornal **O Povo**. Migração, 24 novembro 2010, p. 11).

já não é um fenômeno de grande projeção como outrora, pois os ônibus vindos do Sudeste cortam o sertão para chegar as comunidades rurais e, assim, não se vê as caravanas de retirantes se conduzindo para as cidades do litoral – desafiando a ordem social, como ocorreu no pretérito. A diferença é esta. A migração continua, mas de forma menos expressiva, especialmente em virtude da intervenção do Estado e de programas como o Bolsa Família. Ela é, pois, silenciosa mas premente.

9 FAZENDA SANTA FÉ: SISTEMA MISTO E SOLIDARIEDADE PARENTAL, OU “O TEMPINHO DADO”

9.1 A Fazenda Santa Fé

Ao chegar à porteira da Fazenda, avisto treze prédios. No primeiro, mais afastado do escritório, fica a incubadora dos avestruzes que está hoje abandonada. Em seguida, têm-se duas casas de moradores. Vizinho a elas, a linda e nova capela, construída em 1992, época em que o “Deputado” frequentava com assiduidade a propriedade⁶⁴. Após a capela, o curral dos bodes e ovelhas. Mais uma casa de morador. Depois a carpintaria. Em toda a extensão que vai da carpintaria à incubadora, tem-se a pista de pouso que fica de frente a estes prédios. Em seguida a pocilga. Logo depois o escritório da cocheira, o curral e a sala da ordenha. O curral dos bezerros. O galpão, onde guardam as plumas dos avestruzes. O escritório da Fazenda onde era antiga casa sede, à época dos seus antigos donos, os Ferreira⁶⁵. A oficina e o almoxarifado. Mais uma casa de morador. A casa de apoio onde fiquei instalado. Em seguida, a fábrica de ração. Depois, duas casas de moradores, a estrebaria, mais uma casa de morador e um açude. Do outro lado dessa longa linha de prédios, ficam a casa sede, duas casas de moradores e o curral dos avestruzes. Entre a casa de apoio e a fábrica de ração, segue a estrada de calçamento que nos leva a extrema da Fazenda, no caminho: o açude grande, o olho d’água, uma barragem de terra e mais casas de moradores.

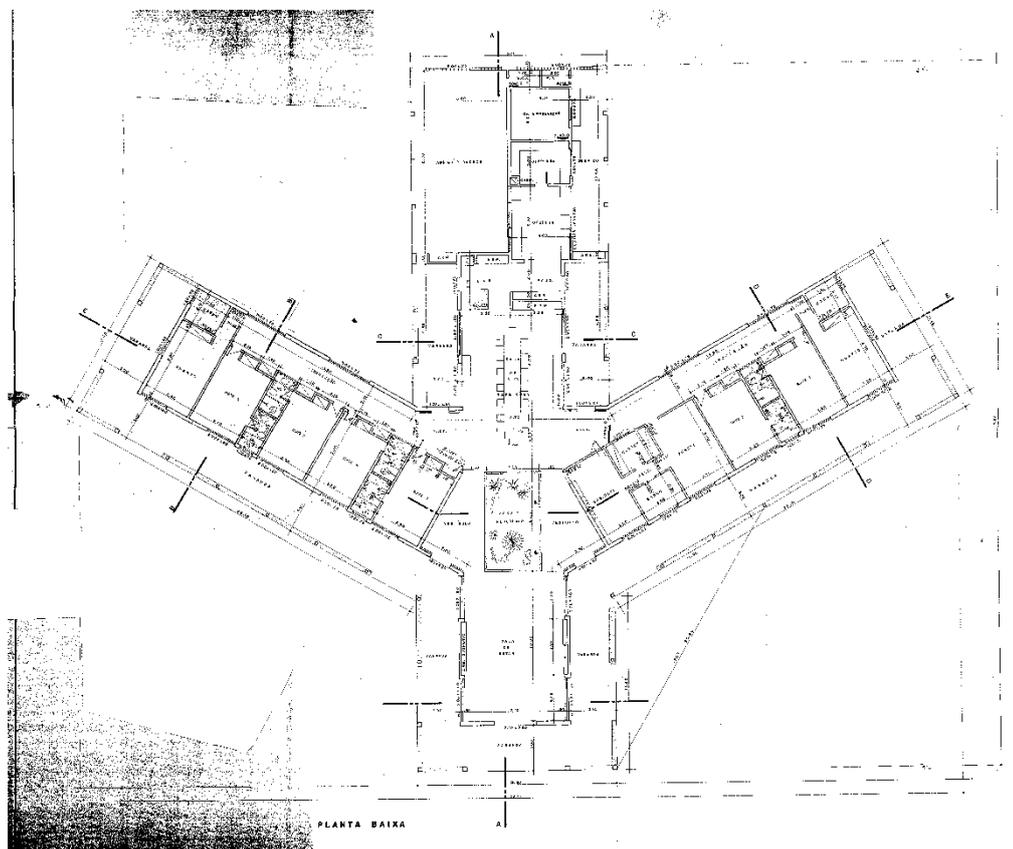
A casa sede do “Deputado” fica num alto. Cercada por um muro de pedra, com detalhes de rodas de carro de boi. O edifício tem vários elementos rústicos lembrando as casas antigas do sertão, mas em seu estilo há também inovações que procuram diferenciá-lo dos modelos antigos. A inovação formal demonstrada pela organização espacial da planta evidencia que a arquitetura é recente, diferenciando-

⁶⁴ A capela é toda branca, com portas azuis que lembram o céu; lindos vitrais com a imagem de Jesus; coluna que sustenta o sino com o qual ele chamava os moradores para a missa; um lustre e seis longos bancos de madeira, que lembram as capelas elegantes da capital; três castiçais em cada lateral; quatro ventiladores de teto; dois quadros que representam a via-sacra, feitos de couro pelo artista Mino; pequeno altar com São José carregando o menino Jesus, o Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora e flores; mesa de mármore e o púlpito.

⁶⁵ Quando o “Deputado” adquiriu a Fazenda, ele decidiu construir uma nova casa sede.

a das históricas casas de fazenda do século XVIII ou XIX, as quais possuíam, em sua maioria, planta retangular e telhado de duas águas.

Figura 1: Planta da Casa da Fazenda Santa Fé



A planta da casa de fazenda possui dois eixos principais de construção, em formato de "cruz", lembrando o Plano Piloto de Brasília. A casa mantém alguns princípios de edifícios residenciais antigos, como a presença da área de estar como entrada da edificação, seguida pelos quartos e pela cozinha e serviços, como últimos cômodos. Além disso, possui longos trechos avarandados protegidos por beirais circundando o edifício, trazendo conforto térmico à edificação e propiciando espaços de convivência. As varandas fazem referência aos "alpendres" de casas rurais antigas.

Apesar do formato da planta, as cobertas se estruturam de forma convencional, por treliças de madeira. Não possui platibandas camuflando as cobertas, características das casas de fazenda do século XVIII. Outra característica que reafirma o contexto temporal mais recente do projeto é o jardim interno protegido por pergolados, o qual referencia uma ideia de claustro no interior da edificação. As

esquadrias são majoritariamente de madeira, além de cobogós feitos em alvenaria. Os pilares se apresentam de duas formas: revestidos e "puros" (com toras de canela de velho). Nela há ainda 9 suítes e jardim com espécies do semiárido. Não se percebe entre ela e os demais prédios da fazenda características similares, não demonstrando integração formal.

Sua construção movimentou toda a região, ficando gravada na memória dos moradores. Agora, toda sua riqueza não foi gerada ali: ela vem das indústrias do "Deputado", e seu conforto se deve à presença dele na Fazenda. Mas isto não tira o brilho de uma bela casa-grande⁶⁶.

Além disso, há vinte e oito casas de moradores espalhadas pela propriedade. Atualmente, todas elas são de alvenaria, e muitas delas estão abandonadas. Até 2006, as antigas casas de taipa resistiam, convivendo ao lado das novíssimas casas de alvenaria. Estas casas, além de banheiro, têm instalação hidráulica e elétrica, medindo, em média, 90 metros quadrados (6m. x 15m). Entre elas há um padrão: todas são retangulares com um corredor. A diferença entre elas são as adaptações que foram feitas ao longo do tempo, e tais adaptações dependem da condição econômica da família que nela está instalada: assim, umas têm garagem, outras não; umas têm alpendre, outras não; umas têm porta nos quartos, outras não, etc. Como a Santa Fé é a junção de três fazendas, há nela três casas sedes, e numa delas reside uma grande família de moradores.

A Fazenda dispõe também de 42 açudes. Em sua maioria, construído por intermédio dos programas "açude em cooperação" e GESCAP, ao aproveitar a mão de obra dos moradores, que era paga pelos governos federal e estadual durante as secas. Seu efetivo pecuário é composto por 1.380 animais. Sendo 170 caprinos (Boer); 150 ovinos (Santa Inês e Somalis); 40 equinos; 20 muares; 100 avestruzes e 900 bovinos (Holandesa e Guzerá). Dispõe, ademais, de ordenha mecânica, composta de dez teteiras, da empresa sueca Delaval, que foi montada em 2008. Antes disso, o leite "era tirado na munheca". E dispõe ainda de três tratores, comprados com subsídios da SUDENE: Valmet ID60, Ford 6600, e Ford 4610; uma caminhonete Toyota bandeirante (ano 1988) e uma moto Bros Honda NXR 125 (ano 2003).

⁶⁶ Ana Livia Costa, estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, me ajudou a descrever a planta da casa de fazenda do "Deputado", que me foi cedida pela administração da Fazenda.

A Fazenda está dividida em cinco setores: Setor de Administração; Setor de Manutenção; Setor Pecuário; Setor de Avestruz, e Setor Agrícola. Para seu funcionamento, o gerente tem à disposição dezenove trabalhadores-moradores. Penso que este número de trabalhadores é insuficiente para manter todos os setores funcionando normalmente, sobretudo após presenciar as dificuldades enfrentadas pela administração para completar as turmas de trabalho. Porém, o gerente W. defende que o número é suficiente, dizendo que, se tivesse dinheiro para investir em tecnologia, ele cortaria metade do pessoal, porque o maior problema da Santa Fé não é a seca, mas os moradores.

9.2 Concessões extramonetárias

Antes do “Deputado”, na época dos Ferreira, os moradores podiam plantar, criar, caçar e pescar. Não lhes era cobrado meia de nada – nem mesmo do algodão. O que plantavam e criavam eram deles: o patrão não cobrava meia, como era costume na região, porque ele não precisava da renda⁶⁷. O que ele exigia era a obrigação de três dias. Nela os moradores trabalhavam nos seus algodoais, cortavam lenha para a estação de trem, construía açudes etc. Por estes serviços, eles percebiam a diária, que era paga em dinheiro. Tinham, além do mais, leite para as crianças, já que o precioso líquido não era comercializado.

Com o “Deputado”, há mudanças nas relações de trabalho: os moradores, em vez da obrigação, vão trabalhar diariamente para a Fazenda mediante salário. Algumas das concessões serão perdidas, mas isto se dará apenas com a reestruturação da empresa nos anos 2000. Embora seja conhecido como “agente de mudança”, o “Deputado” não acabou com a morada, o que, de certo modo, manteve as relações patrimonialistas de trabalho, equilibrando-as num sistema híbrido de trocas capitalistas e paternalismo.

⁶⁷ Ferreira era um fazendeiro dileitante. Na época da compra da Fazenda, Ferreira era presidente da Caixa Econômica Federal; era, pois, bancário de profissão.

9.2.1 A água

A água é cedida aos moradores: a gerência não cobra nada pelo consumo dela. Ela chega as casas pela rede hidráulica. Para o consumo, porém, os moradores não utilizam essa água, mas a do olho d'água que é mineral. A gerência se jactava disso, perguntando-me em qual fazenda os trabalhadores recebiam água encanada em casa e água mineral para beberem.

No entanto, com cinco anos consecutivos de seca (2012 a 2016), a Santa Fé adotou um programa de racionamento d'água, antecipando-se então ao governo estadual. Isto aconteceu em 2015, quando suas aguadas secaram, salvo o olho d'água, que resistiu até 2016. Para continuar produzindo leite, a solução foi perfurar poços artesianos. E a água para os moradores ficou restrita a apenas dois dias da semana, conforme o comunicado da empresa (realizado em 18 de outubro de 2015):

Em função da estiagem que atinge a região Nordeste a Fazenda Santa Fé adotou um racionamento em relação à água; isso se deve em função de nossas reservas hídricas estarem a cada dia diminuindo; inclusive com grandes possibilidades de secarem.

ÁGUA DO OLHO D'ÁGUA

Para o consumo humano terá água disponível no chafariz as terças e sexta feiras das 7:00 as 11:00 horas.

ÁGUA DA CACIMBA

Para uso humano terá água disponível na rede hidráulica as terças e sexta feiras das 7:00 as 11:00 horas.

Economizar água é dever de todos.

Conto com a compreensão e o apoio de todos.

A administração!

Foi deste modo que a administração comunicou o racionamento d'água aos moradores. Como resposta, eles criticam a forma como está sendo gerenciada a água: dizem que o “açude grande” (o maior da Santa Fé) secou porque o gerente irrigou demais o capinzal; que os poços estão secando porque ele coloca um número excessivo de rês para beber água e que não leva o gado para as demais fazendas do “Deputado”, para assim poupar as reservas hídricas da Santa Fé. Essas críticas são feitas entre eles, não chegando, pois, ao conhecimento da gerência.

A crise hídrica tem se agravado porque a seca perdura no semiárido. Na Santa Fé, a solução está no racionamento e na perfuração de poços, que, na maioria

das vezes, dão uma vazão d'água insuficiente para o consumo local⁶⁸. Com a seca, a paisagem se torna desoladora: os açudes secos, a vegetação branca (exceto os juazeiros e as algarobas), e os animais desesperados, tais como as cobras e os guaxinins que invadem as casas à procura de água e local úmido, e as aves que não temem mais os homens, ao dividirem com eles o mesmo espaço para justamente se alimentarem.

A seca tem sido tão severa, que até mesmo os laticínios têm se oferecido a trazer pipas d'água para a Santa Fé, o que é prontamente aceito pela gerência. Se a seca perdurar, a Fazenda vai “bater o pau do curral” (falir), porque o “Deputado” não tem condições de ajudar, devido ao seu estado de saúde, que não permite mais ele ir à Fazenda, e, também, porque seus filhos não se interessam por ela. Assim, a administração não terá água para fazer racionamento e nem para se vangloriar que ela chega às casas dos moradores.

9.2.2 Os roçados

A administração da Santa Fé, tal como fizeram os Ferreira, permite que os moradores plantem suas roças. Ela, aliás, dá a terra gradeada para quem deseja plantar. Isto mostra que o “Deputado” sempre incentivou que eles plantassem. E o melhor: não cobra nenhum tipo de renda: o que colhem é inteiramente deles. Mas, mesmo assim, eles gostam de “presentear” o patrão com sacas de feijão, milho, melancia etc. O algodão já não se planta mais, em razão da praga do bicudo. E o excedente do milho cultivado pode ser vendido para fora da propriedade sem nenhum tipo de controle.

Essa concessão é necessária para a produção de subsistência dos moradores, pois eles não arrendam terras fora da Santa Fé. Tendo bom inverno, as roças chegam a lhes abastecer o ano inteiro com o elemento básico de sua

⁶⁸ No Ceará, em geral, a situação é gravíssima: de acordo com os dados atuais da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado (COGERGH), dos 153 açudes públicos, 132 estão com volume inferior a 30%, 38 estão secos e 42 estão no volume morto. Os caminhões pipas têm ajudado os pequenos produtores e moradores das cidades, embora esta ajuda não seja suficiente. O Ceará tem, portanto, muitas chances de passar por uma grave crise hídrica, tal como ocorreu entre 2014 e 2016. Sobre esses dados, ver: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/acudes-do-ceara-estao-secando-1.1650335>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

alimentação: o feijão. Proibir essa concessão seria contraproducente, pois iria desgastar as relações entre a gerência e os trabalhadores. Com grande extensão de terra desocupada, não tinha por que a gerência proibir as lavouras dos moradores.

Os moradores assim plantam milho, feijão e mandioca. As terras destinadas ao plantio estão próximas às suas casas. As melhores terras são destinadas à Fazenda que planta basicamente sorgo, milho, cana-de-açúcar e variados tipos de cactáceas para alimentação do gado. Além disso, têm-se as “mangas” (os campos) que servem de pasto para os animais. O milho faz parte do cultivo tanto do “Deputado” quanto dos moradores, e o patrão pode comprar a produção deles. É costume deles deixar a palha do milho para o patrão, pois eles não podem ter mais criação.

Alguns dos moradores, especialmente os mais jovens, não têm plantado, mas não deixam de se aproveitar dos roçados dos seus pais, sogros e irmãos. A conjugação dos roçados com o salário lhes dá uma melhor condição de vida – uma mesa com maior diversidade de alimentos e algum recurso para a compra de bens de consumo duráveis tais como geladeiras, motocicletas e automóveis (usados). Por isto, eles não deixam de fazer suas lavouras, mesmo que o tempo de trabalho direcionado à empresa lhes retire o tempo necessário para se dedicar atentamente a elas. A possibilidade de lhes aumentar os ganhos faz com eles cuidem das roças antes e depois do trabalho e nos dias de folga.

O morador M., além de plantar para a subsistência da família, vendia o que sobrava da colheita. Porém, em virtude das dificuldades de venda, ele tem plantado somente para o consumo da casa:

Já tirei 1.200 litros de feijão; acabei destruindo, acabei dando pra porco na época. Você vai vender, quando feijão fica velho, não tem quem queira, né? Aí eu deixei. Tô plantando só pra sobrevivência mesmo, só pro gasto. É 300 litros, 400 litros, satisfeito.

M., assim, tirava uma boa quantidade de feijão, que dava tanto para o consumo quanto para a venda. Tendo dificuldades com a venda do excedente de sua produção, principalmente em relação à concorrência com o mercado, que oferece um produto sempre novo, ele planta só o suficiente para alimentar a família durante o

período de um ano. Apesar de não mais produzir para a venda, seu testemunho demonstra o quão é importante para os moradores a manutenção dos roçados.

O morador A., que está aposentado mas que continua na Fazenda, não deixa de plantar, junto com a família, seu milho e feijão:

A mercadoria fina (arroz, açúcar, bolacha, café) eu compro na mercearia. A mais grossa eu tiro daqui. Planto três tambores de feijão. Quebro de oito a dez sacas de milho. Eu, mulher e filho.

Em suas palavras, A. mostra que ainda não está totalmente dependente do mercado da cidade. Nele é comprado apenas a mercadoria fina, ou aquela que A. não tem condições de produzir. Por meio do trabalho familiar, é produzida a mercadoria grossa. Chama a atenção o fato de que ele, mesmo aposentado, continua morando na Fazenda, dispondo das concessões que os trabalhadores têm direito. Como o seu, há outros casos semelhantes, demonstrando a força do patrimonialismo na Santa Fé. No caso de A., as lavouras são vistas pela gerência como uma boa ocupação para ele, que, aposentado, tem trabalhado somente quando precisam dele, recebendo, pois, a diária em troca do serviço prestado.

Mesmo num cenário com poucas chuvas, como este dos últimos cinco anos, os moradores conseguem tirar algo da terra semiárida. As colheitas diminuem, pois, a ida deles no mercado da cidade. Em 2016 (quinto ano de seca), todos eles plantaram. Uns tiveram mais “sorte” que outros: a palavra é “sorte” mesmo, porque eles plantam como seus avós plantaram, tirante, claro, o gradeamento da terra feito pela Fazenda. São, como dizia Thomaz Pompeu Sobrinho, “jogadores em partida arriscada e pouco vultuosa”⁶⁹. Isto acontece porque nunca tiveram apoio governamental para melhor explorar o ambiente semiárido. Historicamente, o Estado, por intermédio de programas de assistência técnica, limitou-se a ajudar apenas os

⁶⁹ Raposo Fontenelle, em seu *Rotina e fome em uma região cearense* (1969, p. 38), registra então o estágio primitivo das técnicas agrícolas em seu estudo antropológico, na região Norte do Ceará: “A imensa maioria da população de Morro Vermelho, prêsia imediata ou indiretamente ao ciclo das atividades agrícolas, conhece as noções rudimentares consideradas básicas para o ‘desenvolvimento’ das plantações. A despeito da especialização dos agricultores em convívio mais íntimo com os problemas específicos das suas tarefas, o parecer generalizado é que ‘prá plantá não é preciso tê ciência niuma’”. Por isto, Sobrinho (1920, p. 15) critica o agricultor cearense: “O agricultor entre nós, se assim podemos chamar a esses plantadores teimosos e inconscientes que cultivam o nosso solo, com mais probabilidades de insucesso que de êxito, - está reduzido á condição de um jogador em partida arriscada e pouco vultuosa”.

proprietários de terra, condenando os roceiros à tradição. E, com ou sem chuvas, eles vão plantando:

Assim que cheguei, fui logo perguntando a todos se tinham plantado. Quase todos plantaram. Mas a maioria perdeu sua plantação porque as chuvas foram poucas. A. disse que só conseguiu tirar 15 litros de feijão. Disse-nos que faltou somente uma chuva para o feijão dele vingar. R. ainda não tinha batido o seu feijão. Por isto, não sabia quanto tinha para colher. Tudo indica que seria uma boa quantidade, pois “sua plantação pegou três chuvaradas”. Ele foi o último a plantar, tendo, pois, “mais sorte” que os outros, porque seu roçado pegou chuvas regulares. M. disse que só tirou o cozido do feijão. Isto para ele quer dizer 350 litros. Muitos perderam suas lavouras, pois o inverno mais uma vez foi fraco. Tudo indica que será mais um ano de dificuldades para os moradores⁷⁰.

Diante dessa estiagem, eles só plantam o feijão. Como o milho requer mais água, eles têm suspenso seu plantio. Com 350 litros de feijão, eles podem passar um ano sem precisar comprar esta leguminosa. Custando dez reais o quilo do feijão, eles economizam 3 mil e 500 reais por ano: é, pois, uma grande economia. Assim sendo, os roçados, tais como a criação de animais, são elementos fundamentais da morada porque garantem os meios de subsistência dos moradores.

9.2.3 A pesca

Tendo água nos açudes, os moradores podem pescar na Santa Fé. Mas, para tanto, precisam da autorização do gerente. Pescam o cará-tilápia, a traíra, a piaba, o piau e a curimatã. A pesca lhes ajuda a complementar as refeições que muitas vezes padecem de carne. Em vez de comerem carne enlatada, mortadela ou salsicha, cuja oferta (e procura) é crescente nas mercearias do interior, alimentam-se de peixe que é mais saudável.

Quando existe pouco pescado ou pouca água, a gerência interdita a pesca. Foi o que aconteceu na última seca. Nela, os açudes secos empataram o crescimento dos cardumes. Esta situação ocorreu em todo o semiárido: houve, no geral, um declínio de 75,43% da produção da pesca artesanal, caindo de 2 milhões de

⁷⁰ Nota do diário de campo, em 9 de julho de 2016.

toneladas, em 2012, para 669 mil toneladas, em 2015⁷¹. A estiagem, portanto, bloqueia mais esse modo de acesso ao alimento.

Entretanto, quando há peixes nos açudes da Santa Fé, tal impedimento, às vezes, não é levado a sério pelos moradores. Em razão da extensão da propriedade e do número de açudes, é muito difícil para a gerência fazer o controle da pesca. Sendo assim, eles desobedecem a proibição da pesca, especialmente quando estão precisando dela para reforçar a dieta alimentar da família. Como aconteceu com o morador W. O gerente conta a história, que hoje se tornou cômica, da teimosia de W., que foi pescar, mesmo sem autorização. Sendo chamado a atenção pela gerência, W. negou veementemente a pesca “ilegal”. O gerente disse que, após sua defesa, estava prestes a acreditar nele, quando de repente olha para baixo e vê seus pés cheios de aguapé.

A pesca, no açude do patrão, tem ajudado os moradores que carecem principalmente de proteína animal. O morador L. lembra da pesca como um substitutivo do feijão. Quando ele não o tinha em casa, ia pescar no açude para matar a fome. Assim, o peixe com pirão substituía o alimento principal. Em sua narrativa, como nas falas de todos os moradores da Santa Fé, ganha destaque um passado de dificuldades – “de muita fome”, “de dormir sem janta”, “de comer só um poquin”:

Não tinha nada. Só a farinha, o café e o feijão. A minha mãe botava um litro de feijão no fogo pra nove filhos. Só o feijão. Um oleozinho, uma nata ou uma verdurinha, se tivesse. Se tivesse! Quando era meio-dia, ela pegava uma farinha e botava dentro, fazia aquele angu. A merenda era uma batata, quando a gente plantava batata; era um paozim de cuscuz, mas não era muito não, era poquim, pra dar pra todo mundo. À noite, era feijão de novo, quando tinha. Quando não tinha, a gente ia pro açude pescar. Era sem nada, só com as mãos mesmo e a coragem e o poder de Deus. Quando chegava em casa, a mãe botava no fogo e fazia aquela panela de peixe com pirão: a gente comia e ia dormir, e acordava aqueles que tava dormindo pra comer porque tinha ido dormir sem janta⁷².

Diante desta realidade social, marcante na vida desses moradores até pelo menos fim da década de 90, fica evidente que, quanto mais modos de acesso ao alimento, mais alternativas eles terão de se alimentarem dignamente. Neste sentido, a pesca é uma importante concessão mas, com a seca, ela está suspensa. Por isto,

⁷¹ Ver: A seca que matou os peixes. **Jornal O Povo**, p. 3, 30 de agosto de 2016.

⁷² Este relato, no entanto, não se refere à Fazenda Santa Fé, mas a uma propriedade, de um “patrão fraco”, como chama L. Ele serve apenas para ilustrar o passado de sofrimento dos moradores e, também, a importância da pesca em sua vida diária.

os moradores têm cada vez mais consumido produtos industriais (carnes processadas) que se encontram facilmente nas mercearias espalhadas pelas cidades do sertão.

9.2.4 A lenha

Retirar lenha da mata também é tida como concessão extramonetária no universo particular da Santa Fé. A gerência autoriza a retirada apenas de madeira velha. Assim, em frente das casas, é fácil ver um montinho de lenha encostada verticalmente no caule de uma árvore. Praticamente todos cozinham no fogão a lenha. Apesar de todos terem fogão a gás, este só é usado quando não se tem lenha, ou quando se quer cozer com rapidez.

Cozinhar com a lenha significa, pois, economia. Isto é: não comprar o gás butano. Quando pensam em morar na cidade, mudar de vida, vem logo à mente a questão do combustível para o cozimento dos alimentos. Na cidade eles não terão lenha, sendo, pois, obrigados a comprar o gás. Na Fazenda, apesar das dificuldades, eles ainda têm acesso à madeira para o fogo. Isto, sem dúvida, influencia na sua decisão de ficar onde estão, mesmo depois de aposentados.

9.2.5 A criação de animais

Os moradores podiam criar suas aves domésticas à vontade. Todavia, isto mudou desde o dia que o patrão resolveu criar avestruz na Santa Fé. Com a morte de alguns avestruzes em seu período de adaptação, os veterinários levantaram a hipótese de que o piolho da galinha poderia estar matando a ave exótica do patrão⁷³.

⁷³ A criação de avestruz (estrutiocultura) teve início na África do Sul em 1864, devido ao grande mercado consumidor de plumas na Europa. Desde 2002, a Santa Fé tem investido na estrutiocultura. Como o habitat natural do avestruz são as planícies áridas da África e da Ásia, essa ave se adapta bem ao clima semiárido do Ceará. Em razão de sua fácil adaptação, os produtores pensam que essa cultura poderia ser a solução para a economia agrária do Estado. O “Deputado”, por sua vez, investiu grande cifra para montar uma infraestrutura (piquetes, incubadora, prédios) com o fito de explorar toda a cadeia produtiva do avestruz. Ele, juntamente com outros produtores que apostaram na nova cultura, consideraram apenas as vantagens que ela tinha em relação à velha atividade pastoril, tais como: resistência às secas, necessidade de reduzida mão de obra e rápido retorno financeiro. Como diz o gerente W.: “O avestruz dá para suportar mais [o período da seca]. Basta um homem para dar de comer a 200 avestruzes. Ele faz isso facilmente. Agora, vai um homem alimentar 200 cabeças de gado: ele

Tal hipótese foi aceita pela administração e automaticamente a criação de aves domésticas foi proibida, atingindo somente os moradores, pois só eles, na Santa Fé, mantinham essa criação. Sendo assim, os patos, os capotes, as galinhas e os perus, que os moradores criavam para a subsistência da família, não podiam ficar na Santa Fé, porque estavam colocando em risco a criação do patrão⁷⁴.

Como os laços entre patrão e moradores são deveras robustos, a direção da Fazenda não suspenderia as criações se não houvesse justificativa técnica ou moral. Se assim o fizesse, estaria agindo de modo violento, porque colocaria a confiança que os moradores nela depositavam a perder. Assim, ela se aproveitou da hipótese dos veterinários e fez a reforma que pretendia, qual seja: retirar os animais dos moradores do contato com as criações da Fazenda. De acordo com o gerente, este contato só trouxe prejuízos para o proprietário, pois os animais dos moradores ficavam soltos na propriedade, transmitindo doenças, comendo a ração e perturbando a genética dos animais da Fazenda.

morre doido e não consegue. Além disso, o avestruz só precisa de 1 kg de volumoso para passar o dia, enquanto o gado precisa de 30” [Nota do diário de campo, em 22 de dezembro de 2012]. O gerente W. é um grande defensor dos avestruzes. Ele, como muitos agricultores, também se encantou pelos lucros que podiam advir dessa criação. Assim, entre o final da década de 90 e começo dos 2000, houve um aumento nunca visto dessa criação no Brasil: segundo a Associação dos Criadores de Avestruz no Brasil (ACAB), em 1997, havia 150 mil avestruzes em criação no país. Mas, para o semiárido cearense, dificilmente essa criação iria vingar, pois o custo inicial de produção era alto, além de não existir mercado para o consumo da sua carne. Em 2007, um filhote custava mil reais e um casal com três anos, quinze mil, conforme me informou a administração da Santa Fé. Mesmo com todas as vantagens, essa criação ficou restrita às grandes fazendas, como a Santa Fé, devido aos riscos que o empreendimento representava. Não demora muito para que este empreendimento se tornasse um grande fracasso. A carne não agradou ao gosto brasileiro e, além disso, sua produção foi marcada como um dos negócios mais fraudulentos da história financeira do país, em razão das atividades da empresa *Avestruz Master*. O escândalo gerado pela mídia repercutiu negativamente sobre o comércio da ave. Atualmente, há poucas empresas agropecuárias que criam avestruzes e, dentre elas, está a Santa Fé. Ao adquirir animais da Espanha, o “Deputado” investiu no comércio do avestruz sem precisar da mediação da *Avestruz Master*. Mas na Fazenda as vendas também fracassaram. Ele não conseguiu vender a carne dos avestruz, pois só havia mercado para ela em São Paulo, e os custos para processá-la e enviá-la não compensavam. As matrizes dos animais também não tinham demanda, visto que poucos eram os produtores que se aventuraram na estruticultura. Assim, a venda da carne foi abandonada pela Santa Fé, mas isto não quer dizer eles se desfizeram das aves. Como empresário de visão, o “Deputado” evitou os prejuízos desse negócio, ao comercializar as plumas do animal. A demanda pelas plumas cresce a cada dia e triplica no período carnavalesco. Desta forma, os avestruzes continuam na Santa Fé porque dão lucros ao empresário. Já para os moradores, a ave exótica só lhes trouxe problemas: além da sua selvageria característica, sua morte constante no período de adaptação foi usada pela administração para servir de justificativa à suspensão da criação de animais – uma das principais concessões extramonetárias da Fazenda.

⁷⁴ Em entrevista realizada por *e-mail*, no dia 4 de novembro de 2013, o atual veterinário dos avestruzes, que não foi responsável por essa proibição, disse que cientificamente “não existe piolho nas galinhas que acometesse os avestruzes”; que “esta proibição também teve caráter de ordem na Fazenda e que não podia afirmar ao certo como tudo aconteceu”; e que ele “teria tido um posicionamento diferente nessa situação”.

Essa situação não poderia ser aceita por uma empresa rural moderna. Assim, os animais dos moradores, e não somente as aves domésticas, deviam ser retirados da Santa Fé pois, para ela, não fazia sentido retirar apenas as aves. Para “facilitar a vida dos moradores”, a administração compraria os animais, se os moradores assim o desejassem. Privaram então os moradores de uma das principais alternativas de acesso à proteína animal. Deste modo, deslocaram-nos da esfera da produção e os tornaram mais dependentes da vida comercial moderna (sobre esta mudança, ver Candido, 2010, p. 192). Ao ter que incluir regularmente a carne na feira semanal, suas despesas aumentaram e seu orçamento ficou comprometido com a crescente inclusão de elementos da economia doméstica. Quando há grandes estiagens, quase toda a alimentação deve ser adquirida no comércio, o que agrava a situação alimentar dos moradores, porque o salário é incapaz de garantir os saudáveis hábitos alimentares de antanho.

A restrição à criação de animais se tornou um tema-tabu, pois não se discute sobre ela. Quando os moradores falam sobre esta restrição, reproduzem a história da chegada do avestruz à Fazenda, mesmo demonstrando que ela é duvidosa. O morador A. definiu esta proibição de obstáculo, explicando-a deste modo: “Botaram um obstáculo aí. A galinha tem um piolho que o avestruz não sustenta”. Obstáculos, como se sabe, servem para atrapalhar alguma coisa. Neste caso foi a carne de criação, importante item da dieta sertaneja, que foi proibida, causando aos moradores prejuízos nutricionais e econômicos. Pois, conforme Josué de Castro (2006, p.180): “tem o sertanejo uma fonte liberal de proteínas na carne. Carne de boi, carne de carneiro e, principalmente, carne de cabrito, que constitui o grosso do consumo da região”.

A concessão de criar animais então lhes proporcionava uma dieta alimentar saudável, pois consumiam uma carne sadia, que eles conheciam a procedência. Tinham, pois, no terreiro a galinha que eles podiam oferecer a uma visita ou comer em momentos de dificuldade financeira; o peru que engordavam para a ceia de natal e o carneiro que guardavam para o aniversário do filho. Assim, a proibição não só atrapalhou a saúde e a economia dos moradores, mas também exigiu que eles modificassem certos hábitos culturais.

Essa proibição foi, assim, um grande golpe no orçamento doméstico dos moradores. Entretanto, não impediram que eles plantassem suas culturas de subsistência, como fazem as empresas rurais. A Santa Fé perdeu a oportunidade então de finalizar sua “guinada capitalista”. Isto se deveu ao fato de haver uma relação paternalista consolidada entre a família do proprietário e as famílias dos trabalhadores e, também, porque a plantação das lavouras de subsistência nunca perturbou os negócios do “Deputado”, que tem terras sobrando no seu latifúndio. Havia, além disso, certa preocupação da administração da Fazenda com o equilíbrio das relações com os moradores, senão teriam aproveitado esse momento de reformulação das concessões extramonetárias para lhes tirar a concessão de fazer seus roçados.

9.2.6 Caça, captura e apanha de animais silvestres

Em 2003, quando foi criada uma área de soltura de animais na Fazenda, a caça, captura e apanha de animais silvestres foram proibidas. Regulada pelo IBAMA, a manutenção dessa área possibilita incentivos fiscais ao “Deputado”. Tal como o impedimento à criação, a proibição à caça de animais selvagens se configurou como uma restrição aos recursos garantidores de sobrevivência. Embora a caça esteja longe de fornecer grande auxílio alimentar ao sertanejo (CASTRO, 2006, p. 168), esta prática representava uma forma de acesso à carne, e sua proibição eliminou uma possibilidade de acesso a esta fonte de proteína. A partir da criação da área de soltura de animais silvestres, os moradores da área não poderiam mais caçar nambu, jacu, perdiz ou tatu. Para comê-los, eles tinham que caçá-los fora da propriedade.

Nesse caso, porém, os moradores não obedeceram à administração, principalmente em relação ao pombal que lá se formou em 2014. De acordo com a proibição, as avoantes não podiam ser caçadas e, assim, eles perdiam uma fonte de renda com a venda e um “valioso subsídio alimentar” – nas palavras de Josué de Castro (2006, p. 168). Só que desta vez os moradores não obedeceram ao gerente, e partiram para o pombal, para fazer sua “caça furtiva”.

À noite, após o expediente, eles seguiam para a região do pombal com o objetivo único de caçar as aves. Era, sem dúvida, um ato de desobediência ou, como define James Scott (1990, p. 198), *infrapolitics* (micro resistência). Eu mesmo tive o

prazer de almoçar uma avoante dada pelo morador V. Mas a história do almoço se espalhou e chegou à gerência: o gerente W. ficou nervoso e ameaçou os moradores na minha frente, dizendo que, se a polícia os prendesse, ele não ia ajudá-los. Mas era impossível vigiá-los porque, em parte, a equipe do gerente estava caçando e, em parte, ficava impossível manter o controle de uma área enorme na escuridão da noite. Além dos moradores, pessoas de fora estavam invadindo a Santa Fé para apanhar as avoantes, o que influenciava os moradores a fazerem o mesmo. Como não tinha provas de quem caçava, o gerente saía ameaçando a todos, mas sem penalizar ninguém da equipe.

Os moradores reclamavam da atitude do gerente W., especialmente porque recordavam do gerente anterior, filho do “Deputado”, que frente a um imenso pombal, liberava a caça em um dia da semana, cobrando das pessoas de fora uma quantia para cada ave abatida. Por isto, sentiam-se, através da ótica paternalista, livres para realizar tal prática, visto que o gerente W., que não era da família do “Deputado”, não poderia modificar uma decisão tomada pelo filho do proprietário. “Distantes”, então, do olhar vigilante da administração, os moradores, tais como as pessoas de fora, não deixaram de caçar as avoantes.

9.2.7 O leite

O leite também era fornecido pela administração da Santa Fé. Costume este que vinha da época dos Ferreira. Diz assim o morador C.: “Cansei de ir pro curral e encher aqueles pote de cinco e dez litro de leite e levar pra casa dado. Na época não tinha o que fazer com leite. O morador A. diz o mesmo: “tinha leite muito e queijo farto; nós morador botava era queijo pros cachorro comer, não tinha quem acabasse”. A. ressalta que isso acontecia na época dos Ferreira: “no tempo que era o Ferreira a gente levava leite de manhã, levava leite de tarde, do tanto que quisesse, não tinha essa história não”.

Com o “Deputado”, este costume continuou até o leite ser comercializado⁷⁵. O morador poderia levar dois litros de leite por dia. Mas, segundo a administração, isto lhe trouxe problemas porque, como não havia controle, alguns moradores o levavam de manhã e à tarde, ou seja, em vez de dois, levavam quatro litros para casa. Mas não foi por causa disto que os moradores não têm mais direito a esses dois litros de leite, e sim porque o leite se tornou o carro-chefe da empresa. Agora eles pagam pelo leite (“preço de custo”): a quantidade consumida durante o mês vem descontada no seu ordenado.

Não precisa conhecer a Santa Fé para afirmar que, com essa medida, o consumo de leite caiu vertiginosamente. Poucos são os moradores que o consomem: só nas casas onde há crianças a presença dele se manteve estável. Pois o leite se transformou em despesa: se uma família tomar oito litros por semana, será descontado mais de 35 reais no mês, sendo vendido o litro do leite a um real e dez centavos. Despesa esta considerável para quem ganha um salário mínimo.

9.2.8 A moradia

Os moradores não pagavam o aluguel das casas onde residiam. Mas isto também mudou: de acordo com a gerência, a cobrança de aluguel nasceu dos

⁷⁵ Com a praga do bicudo no começo da década de 80, a Santa Fé interrompeu a produção de algodão, como fizeram todos os latifúndios da região, o que fez com que esta produção entrasse em decadência. O espaço do algodão na economia agrária foi ocupado, em grande parte, pela pecuária leiteira. O leite produzido em Coronel Teixeira passou a ser comercializado, e, em vez dos fazendeiros oferecê-lo aos agregados, começaram a vendê-lo para a indústria de leite *Betânia*, que se instalou no município em 1975. Foi assim que Coronel Teixeira se tornou o maior produtor de leite do Ceará. Este bom resultado, porém, não é satisfatório, pois a pecuária leiteira enfrenta uma série de problemas, tais como: seca; descapitalização dos produtores; ausência de assistência técnica; falta de organização administrativa dos produtores; baixa qualidade do rebanho e falta de política específica para o setor. Tais problemas atingem especialmente os pequenos produtores, pois os grandes, como o “Deputado”, conseguem se manter na atividade com algum destaque. Aliás, a Santa Fé faz parte do conjunto dos grandes produtores do estado, tendo em vista o investimento que fez na construção de silos para armazenar a forragem na estação seca, na montagem da ordenha mecânica e no melhoramento genético do rebanho. Desta forma, a Santa Fé produz dois mil litros de leite diariamente. Como na maioria das fazendas produtoras, seu rebanho é mestiço de Zebu (Guzerá) com Holandês. E, de acordo com os sistemas de produção do leite, ela é semiextensiva. Antes da ordenha mecânica, o trabalho de ordenhar empregava doze pessoas, com a mecanização, o número de trabalhadores cai para cinco. Mas, segundo a gerência, a Fazenda não dispensou o pessoal da ordenha, mas o reaproveitou em outros setores. O leite da fazenda é vendido para o laticínio da Associação de Agropecuaristas do Sertão Central (AASC) e para a empresa multinacional Danone. Em 2013, a Fazenda deixou de produzir para a Danone, preferindo comercializar com o laticínio local Maranguape, que lhe assegurava mais vantagens.

problemas que ela teve com a saída de moradores que reclamaram usucapião do imóvel. Para evitar que isto acontecesse, a administração passou a cobrar o aluguel das casas, por meio de um contrato, que é renovável a cada seis meses. Este contrato, juntamente com o aluguel e contracheque, caracterizam que os moradores da Fazenda têm renda, dificultando assim que indenizações sejam pagas aos moradores por intermédio da Justiça.

A administração da Fazenda frisa que o valor do aluguel é simbólico – o equivalente a 2% do salário mínimo. Os moradores não a desmentem. Neste sentido, é como se a quantia em si não valesse nada para o cofre da Santa Fé nem para o bolso dos moradores, servindo apenas como estratégia para evitar que eles ganhem a posse da casa.

Seu contrato de aluguel não difere do que se vê na locação de imóveis urbanos: o comodatário não pode locar ou sublocar o imóvel, não pode alterar sua construção e deve indenizar ao comodante se causar dano à sua edificação. Além do seu “irrisório valor”, o que o diferencia de outros contratos são as cláusulas 4ª e 5ª, pois nelas se têm indicadores da dinâmica local: “Cláusula 4ª. Fica obrigado o COMODATÁRIO, ao pagamento das despesas decorrentes de sua utilização quais sejam: (luz). Cláusula 5ª. Ao COMODANTE recairão as demais despesas”⁷⁶. O destaque dado à luz se trata de uma ação para conscientizar os moradores da nova obrigação que devem assumir: o pagamento da energia elétrica. E a cláusula 5ª seria uma compensação às transformações que a administração vem executando, como, por exemplo, o uso gratuito da água.

9.2.9 A energia elétrica

Na Santa Fé, a energia elétrica foi instalada em 1972. E aos poucos ela foi sendo distribuída para as casas dos moradores. Enquanto havia apenas um registrador de energia, os moradores não precisavam pagar por ela. Mas, em 2008, o gerente instalou um registrador em cada casa. Assim, a responsabilidade pelo pagamento da energia passou da Fazenda para os moradores.

⁷⁶ Consegui uma cópia do contrato de aluguel através da autorização da gerência.

Segundo o depoimento do gerente, isto aconteceu porque os moradores abusavam da bondade do “Deputado”, gastando além do necessário. Era o rádio o dia todo ligado, as luzes das casas acesas, a televisão ligada etc. Ele, muitas vezes, tinha que pedir para desligar alguma coisa, pois a conta de energia da Fazenda só aumentava. Nas suas palavras, enquanto havia um registrador, era só “bugi” (problema), porque os moradores não gostavam de serem chamados a atenção e ficavam “diferentes” com ele. Para evitar maiores problemas, ele mesmo se esforçou para colocar os registros. Segundo ele, foi a melhor ação que tomara nos seus oito anos de gerência⁷⁷.

O aumento sucessivo da conta de energia pode ser um indício que as condições de vida dos trabalhadores vinham melhorando. Pois eles puderam adquirir eletrodomésticos que até então não tinham. Assim, foram equipando sua casa, com geladeiras, fornos de micro-ondas, televisores, rádios, ferros de engomar e bebedouros elétricos. Enquanto o consumo deles crescia, o da casa sede diminuía em razão da redução do número de visitas da família do “Deputado”. Em razão disto, conforme a gerência, não havia por que conservar essa concessão.

Com o registro em cada casa, os moradores teriam mais liberdade – poderiam passar o dia inteiro com o rádio em funcionamento sem ter o gerente pedindo para que o desligasse. Mas agora teriam que pagar a conta de luz. Desta forma, mais uma concessão foi perdida, desfigurando em parte o sistema de moradores da Santa Fé. Era mais uma despesa para ser paga com o salário, como fazem os trabalhadores urbanos.

De fato, o sistema de moradores da Santa Fé tem se inclinado cada vez mais para a exploração capitalista. A criação de animais e a caça são proibidas. O leite, o aluguel da casa e o consumo de energia elétrica passam a ser cobrados. Mas há certa preocupação por parte da administração com o equilíbrio tradicional de tensões entre ela e os trabalhadores residentes. Por isto, ela ainda mantém concessões extramonetárias, tais como: terreno para o roçado (sem pagar nenhum

⁷⁷ A tensão em torno da energia elétrica é relativamente nova, devido à falta de infraestrutura elétrica nas fazendas. Não conheço pesquisas que tenham abordado os problemas gerados pelo uso da eletricidade nas relações entre fazendeiros e moradores. Porém, tudo indica que o programa *Luz para todos* do governo federal tenha, de certo modo, resolvido esses problemas.

tipo de renda), água, pesca (com autorização do administrador) e a retirada de lenha da mata.

Em suma, a administração da Fazenda demorou para modificar seu tradicional sistema de morada. Mas, no entanto, quando iniciou o desmonte de tal sistema, fez de maneira abrupta, em menos de uma década. As perdas realmente foram muitas, mas dentre elas, destaco as que mais impactaram a economia doméstica dos moradores: a proibição da criação de animais e a cobrança de energia elétrica (sobretudo para aqueles que têm família extensa e maior número de eletrodomésticos em casa). Mas, apesar de tais perdas, morar na Santa Fé ainda lhes é vantajoso.

9.3. O assalariamento e os direitos trabalhistas

Segundo o “Deputado”, assim que ele comprou a Santa Fé (1963), ele abandonara o sistema paternalista vigente até então: “Passamos todo mundo para o regime trabalhista e a fazenda é uma empresa”. Sua afirmação denota que ele assinou a carteira de todos os moradores, porém isto não é verdade. O “Deputado” não passou os moradores para o regime trabalhista. O que ele fez foi manter os moradores de Manuel Ferreira e acabar com a “sujeição” de três dias que os moradores tinham que dar para a Fazenda, assalariando-os, mas sem assinar a carteira de nenhum deles. Sua reforma “dissimula” que ele manteve a morada, isto é, não encerrou com o sistema de moradores. Com o “Deputado”, então, os moradores deviam dedicar a maioria do seu tempo para a empresa. Suas roças agora ficariam em segundo plano em virtude do menor tempo dedicado a elas.

A manutenção desse sistema implica num retrocesso em relação às trocas capitalistas e aos direitos dos trabalhadores, pois as relações patrimonialistas construídas no local vão ser retomadas pelo “Deputado”. Aproveitando-se das relações de morada, que podem ser “impermeáveis” a qualquer tipo de direito trabalhista, o “Deputado” assinou muito lentamente a carteira de trabalho dos moradores: o que o deixou conhecido no meio sindical por querer burlar a fiscalização, passando uma minoria para o regime celetista, e a grande maioria, não. O advogado Fernandes Marcos, que atuou em diversos sindicatos rurais, lembra assim da Santa

Fé: “Ali [na Santa Fé], eles camuflavam. Mostravam só os trabalhadores que tinham carteira assinada, o resto, que era a maioria, eles escondiam”. A administração da Fazenda só veio registrar os moradores em 2004, quando o Ministério do Trabalho determinou que assim ela fizesse.

A partir do ano 2000, portanto, nota-se uma série de mudanças estruturais que demonstra que o paternalismo vem perdendo espaço na Fazenda. Ou seja, após quatro décadas de compra da Santa Fé pelo “Deputado”. Isto aconteceu logo depois da morte do gerente A., forçando a empresa a passar por uma reestruturação administrativa. Para tanto, veio uma equipe de Fortaleza para treinar o novo gerente que, pela primeira vez, seria escolhido entre os trabalhadores da Fazenda. Assim, a proibição da criação de animais, a cobrança do aluguel da casa, a instalação de registradores de energia elétrica em cada casa e, por conseguinte, a cobrança pelo seu uso – tudo isso são ações que produziram grande impacto na relação dos moradores com a administração da empresa. E que, além de serem realizadas de forma pontual e de serem justificadas para a comunidade da Santa Fé, não impediram que o restante das concessões extramonetárias fossem eliminadas, buscando assim certo equilíbrio entre os sistemas capitalista e paternalista.

Pode-se dizer então que o desenvolvimento do capitalismo ainda não varreu as relações patrimonialistas de trabalho no semiárido. Na região, tal desenvolvimento se sustenta nos rudimentos do paternalismo e isto acontece em razão da confluência de fatores ambientais, históricos e subjetivos. Pode-se dizer que, em alguns casos, como o da Santa Fé, as relações patrimonialistas, embora tenham sido atingidas pela influência das trocas capitalistas, continuam dominantes na dinâmica local. Isto apesar de toda a fachada moderna que mantém a Fazenda.

Ao manter a morada e os antigos moradores, o “Deputado” impossibilitou qualquer avanço no sentido de modernizar as relações de trabalho. Com a morada, não houve separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, como, por exemplo, da terra – fundamental para a constituição dos roçados que lhes servem de manutenção da família. É também através da morada que a personalidade nas relações de trabalho se mantivera, principalmente porque as famílias moram há no mínimo três gerações na Fazenda. Como mais um exemplo do estabelecimento da ordem pessoal como marca dessa administração: o atual gerente, que vem de fora da

Santa Fé, casou-se com uma das moradoras que nasceu lá, participando assim da grande família de moradores. Teoricamente, isto quer dizer se tornar um indivíduo simétrico – um novo integrante da grande família.

Assim, as lentas alterações do modelo antigo (paternalista) na Santa Fé, tais como o assalariamento e o corte de algumas das concessões extramonetárias, não foram ainda suficientes para minar a organização patrimonialista do trabalho. Porque as atividades de cunho tradicional, que giram em torno da assistência ao empregado, impedem que a impessoalidade das relações capitalistas se estabeleça no cotidiano da Fazenda. Daí a contradição entre temporalidades, entre as sociedades capitalista e tradicional.

O sistema misto, isto é, a coexistência de trocas capitalistas e relações paternalistas em um mesmo sistema, não é hegemônico no semiárido, mas representa a decadência da velha ordem socioeconômica e também certa evolução social, pois, como se verá, ele possibilita certas vantagens para os moradores. Aliás, torna-se vantajoso também para a classe fazendeira, apesar do desenvolvimento econômico da região ficar seriamente comprometido. Portanto, o “Deputado” manteve o sistema de moradores porque percebeu que, desta forma, lhe era mais lucrativo que modernizar as relações de trabalho da Fazenda. Foram muitas as causas que o levaram a manter esse sistema, como se verá na discussão sobre sua biografia, mas vantagens tais como garantir a presença de uma mão de obra segura e de produtividade elevada foram para ele decisivas⁷⁸.

9.4 Sistema misto

Pode-se dizer que o sistema misto proporciona melhores condições de vida para os moradores, porque lhes garante vantagens tais como: “um mínimo de gêneros adquiridos no comércio” e uma alimentação mais adequada⁷⁹. Na Santa Fé, onde o

⁷⁸ Esta reflexão se inspira no estudo de Loureiro (1976) sobre uma fazenda no Centro-Sul de Goiás, no qual ela, ao contrário de nosso trabalho que salienta as contradições do sistema misto, ressalta a incorporação do paternalismo e da lealdade pessoal à racionalidade capitalista.

⁷⁹ De acordo com Caio Prado Júnior (1987, p. 94): “[...] embora esse sistema híbrido de remuneração do trabalho [pagamento em dinheiro e concessão do direito de ocuparem parte da propriedade] se tenha estabelecido no interesse do proprietário empregador, é preciso não esquecer que traz algumas vantagens para o trabalhador. É que lhe assegura pelo menos um mínimo de gêneros para sua

sistema misto é dominante, vê-se que os seus moradores realmente têm um padrão de vida superior ao dos simples assalariados e dos que vivem apenas sob as alienações do paternalismo. Pois dispõem de casas equipadas com móveis e eletrodomésticos novos, quase todos têm motocicleta, cinco têm automóveis e três possuem casas na periferia de Coronel Teixeira. Se compararmos esta realidade com a dos moradores da Fazenda Assunção, que não eram assalariados, fica evidente a superioridade da situação dos moradores da Fazenda Santa Fé.

Assim, as condições de vida dos moradores são instáveis, quando estão inseridos apenas no sistema paternalista, pois eles têm que dividir o pouco que produzem com o proprietário de terras, sendo ainda submetidos aos vínculos de dependência pessoal e às relações de favor. Obtendo a subsistência da família através dos seus roçados e, sem dispor de nenhum tipo de salário, seus meios de sobrevivência se encontram em constante instabilidade, dependentes das condições da natureza local. Havendo grandes estiagens, sobretudo numa conjuntura em que eles não têm direitos trabalhistas nem proteção estatal, como ocorreu durante quase toda sua história, facilmente sua situação social se degrada, tornando-os paupérrimos e forçando-os a migrarem para cidades ou regiões agrícolas mais prósperas. Tanto que os moradores da Santa Fé, que se tornaram assalariados somente com a compra da Fazenda pelo “Deputado”, associam seu passado, no qual não dispunham de salário e proteção social, a um tempo de dificuldades, ao contrário do que dizem sobre seu tempo presente.

Quando eles dependem somente das trocas capitalistas, a sua situação socioeconômica também se apresenta extremamente instável. Ao perceberem apenas o salário mínimo para o sustento da família, eles enfrentam o problema secular da carestia de vida das regiões interioranas do país. Tudo que eles adquirem no comércio lhes chegam mais caros e, em períodos de inflação, seu poder aquisitivo diminui ainda mais, o que os leva a grandes privações de alimentos, itens de higiene e roupas. É o que acontece com os moradores que não aproveitam da concessão de

subsistência e de sua família e que de outra forma teria de adquirir no comércio e a preços relativamente elevados. Que isso é vantajoso para o trabalhador se verifica no fato que na generalidade dos casos, o simples assalariado tem um padrão de vida inferior ao do trabalhador que produz ele próprio o seu sustento. No que se refere à alimentação, isso é indubitável”. Sabourin (2011, p. 12), por sua vez, afirma que a manutenção do paternalismo pode afastar “a exclusão social ligada à generalização da troca capitalista.

poder fazer roçados na Santa Fé, tendo que recorrer aos parentes que fizeram suas roças.

Inseridos em um desses sistemas isolados, porém recebendo ajuda do governo, sua situação não é tão degradante e eles talvez possam sair dos períodos de crise sem terem que passar por grandes privações. Só que isto só vale para os tempos de hoje, nos quais a proteção social tem sido constante, seja por meio do Bolsa Família, do Brasil sem Miséria, do Seguro Safra etc⁸⁰. Antes disso, essa proteção não era regular, só havia nos períodos de seca, quando a população rural já tinha se deslocado do campo para as cidades e provocado nelas grandes tumultos. Não são todos que, na Santa Fé, recebem esses auxílios, mas eles têm sido decisivos na melhoria das condições de vida dos seus moradores.

Todavia, o sistema misto pode lhes dar certa estabilidade, mesmo nos períodos de intempéries climáticas, como também numa conjuntura marcada por alta inflação. Porque as intempéries não devem influenciar a sua remuneração: em plena seca ou inverno, o salário não deve sofrer oscilação. Isto não quer dizer que as fazendas e empresas rurais estejam protegidas das perdas financeiras causadas pelas longas estiagens, mas que, dependendo do seu capital, elas podem passar incólume por essa emergência – sem prejuízos e sem dispensar nenhum dos seus trabalhadores. Deste modo, o salário lhes garante os meios de sobrevivência, mesmo durante as secas periódicas do sertão. É neste sentido que Celso Furtado (1998, p. 21) defende que a melhor forma de combater à seca seria assalariar os trabalhadores rurais.

Portanto, a conjunção do salário com as concessões extramonetárias, típicas do regime paternalista, pode dá aos moradores condições de vida mais estáveis. Pois, ao garantirem a mercadoria grossa nos seus roçados, sobra-lhes renda para adquirirem outros bens de consumo. Se isto vier associado com os direitos trabalhistas e com os benefícios dos programas de assistência social, eles podem alcançar o mesmo padrão de vida dos pequenos produtores. Na Santa Fé, essa conjunção tem dado a eles possibilidades de se inserirem, de forma tímida, na

⁸⁰ No tocante ao Bolsa Família, concordo com Rego (2014), sobre o papel fundamental que este programa tem desempenhado como garantidor das condições materiais mínimas de sobrevivência dos pobres rurais, resultando assim em sua humanização. Entretanto, não o vejo como mecanismo que possa libertá-los do poder da classe fazendeira.

sociedade de consumo. O morador C., com efeito, resume este novo momento: “Agora tá um tempinho dado. Você entra dentro de uma casa de um morador desse aqui, se você não entrar assim de costa, você não entra mode os móvel”. Esta situação de poder de compra é impensável para quem conhece a história dos moradores.

Pode-se afirmar nesse sentido que o sistema misto é, de certo modo, mais adequado para o semiárido. Mas não se deve esquecer da alienação dupla (paternalista e capitalista) que esse sistema promove.

9.4.1 Sistema misto: contradições

O sistema misto opera de modo confuso para os moradores da Santa Fé. A reunião de duas lógicas contraditórias, sendo a lógica paternalista preponderante durante um período de longa duração, faz com que os moradores se alienem da lógica capitalista, confundindo, na maioria das vezes, os direitos trabalhistas com favores, trocando a impessoalidade peculiar do capitalismo pela pessoalidade característica do paternalismo, resistindo à exploração capitalista por meio do escudo tradicional da família, e agindo, com ou sem intenção, de um modo contrário ao modelo capitalista exigido pela administração da Fazenda, embora ela também faça isso. Pode-se dizer que esse modo alienado se dá por uma única razão: a reunião de dois sistemas antagônicos em um sistema híbrido. Neste sentido, o desenvolvimento do espírito capitalista num ambiente dominado pelas relações de morada se torna impraticável.

A moradora C., por exemplo, uma das mais próximas do “Deputado”, pois trabalhava como copeira na casa sede, só teve sua carteira assinada em 2010. Assim, em 2004, quando o Ministério do Trabalho exigiu que a administração da Fazenda assinasse a carteira de todos que trabalhavam, C. era uma dos trabalhadores que não estava assegurada pela CLT. Ela já tinha 20 anos que trabalhava para a empresa rural do “Deputado”, e não queria perder seus direitos trabalhistas. Ela, ao contrário dos moradores que se encontravam em semelhante situação, não desistiu do que devia receber como compensação por esse tempo de trabalho, criando assim um mal-estar entre ela e os patrões. Nesta luta que ela travou sozinha contra seus patrões, ela foi coagida pela opressão paternalista a aceitar o acordo da empresa:

Em 2004, tinha que assinar a carteira. O gerente W. assinou muito carteira aí. Ele chegou pra mim, um dia ele foi bem cedinho lá em casa, e disse que não podia ficar ninguém sem carteira, avulso. Que eu tinha que entregar a carteira. Aí eu disse: Rapaz, eu só entrego se os anos que eu tenho dentro (20 anos, sendo 5 avulsos e 15 anos recebendo salário) forem pago. Eu ganhava um salário. Antes, quando comecei a trabalhar, o gerente A. disse que depois ia assinar minha carteira. Aí foi ficando, foi ficando. Antes de ele morrer, eu disse que queria umas férias. Porque a pessoa quando trabalha avulso, também tem direito. Nesse dia ele fez uma tempestade num copo d'água – descontou tudo em cima de mim. Aí eu disse: que eu não estava pedindo favor pra ele não, era direito meu... Eu tô quase com 20 anos aqui, eu nunca tive férias... Aí ele me deu um mês de férias. Em 2004, veio esse pessoal do Ministério aqui, foi um lance medonho... Eu disse que só dou pra assinar se me pagar os 20 anos que tenho dentro, se vocês ajeitarem pra me pagar. Aí o gerente disse que, quando eu saísse daqui, eu ia receber. Aí eu disse: Qual é a garantia que eu vou ter? Disse pra ele que não entregava a carteira. Ele disse que eu gostava de confusão. Eu não tinha direito? Então eu não dou. Aí quando foi em 2010, dona M. [filha do “Deputado”] disse que eu tinha que assinar a carteira. Ela chamou o doutor P. [advogado da empresa]. Aí o acordo que a gente fez foi só dos 15 anos (que era o tempo que eu trabalhava o expediente completo). Nesse tempo eu recebia metade do 13º; eles me agradavam... Aí não fiz questão, não. Ela pagou os 15 anos. Aí tudo bem, eu aceitei⁸¹.

Esta realidade descrita por C. divergiu da narrativa do “Deputado” sobre as relações de trabalho em sua empresa rural. Melhor: ela desmontou sua narrativa, ao dizer, por exemplo, que trabalhou vinte anos sem ter direito a férias. C., de certo modo, desobedeceu a todos, apesar de ser acolhida pelo “Deputado” em sua casa, em Fortaleza, para um longo tratamento médico. Isto é, na lógica paternalista, não retribuiu o favor feito pelo patrão, desrespeitando-o. Além disso, é interessante notar que os pedidos do gerente W. não surtiam efeito, tendo que a dona M., filha do “Deputado”, intervir na questão para ajudar a empresa a fazer um acordo que lhe não fosse tão oneroso. Dona M. conseguiu, pois C. abriu mão dos cinco anos de “trabalho avulso” e do restante dos décimos terceiros salários, que eram dados como forma de “agrado”. Esta lógica do favor, do agrado, faz parte, pois, do paternalismo, e não das relações de trabalho capitalistas.

O “Deputado”, porém, dizia para os hóspedes da Santa Fé que sua empresa rural era moderna, que ele tinha assinado a carteira de todos e que os moradores eram na verdade “funcionários da empresa”. Mas quando suas afirmações são confrontadas com as falas dos “funcionários”, ou melhor, moradores, há entre elas contradições. O morador P., que atualmente pediu dispensa por desentendimentos frequentes com o chefe do setor agrícola, principalmente devido à sua demora ao

⁸¹ Entrevista realizada com C., no dia 28 de outubro de 2015.

merendar em casa no intervalo do trabalho, explicou deste modo as diferenças entre funcionários e moradores:

Pra mim, o morador de fazenda cumpre com as responsabilidades. O morador faz tudo que a fazenda precise: levantar uma parede... É não ter uma especialidade. Estar atento às reclamações do patrão. É servir quando a fazenda precisar. A diferença que tem entre o morador e o funcionário é que, se o assalariado passar 20 minutos do seu expediente, ele recebe o extra, diferente da gente que não recebe. Passei três dias trabalhando a mais do meu serviço, pra terminar [de fazer] uma carroça, porque tinha que entregar logo porque senão o capim secava no pasto e iria prejudicar a forragem. Fiz, mas não recebi nada e nem fui atrás. Sei que eles [os administradores da Fazenda] também não vai vir atrás. Deixa aí; mas sei que tenho 9 horas dentro, quando eu precisar fazer alguma coisa, seu M. [chefe do setor] me libera.

“Fazer tudo” é trabalhar de vaqueiro, pedreiro, mecânico etc. “É não ter uma especialidade”: ou seja, fazer o oposto do que se espera de um funcionário. P. realmente encarnava esse morador que não tinha especialidade: vi P. manobrando trator, levantando parede, fazendo ração etc. Em suas palavras, o morador “serve ao patrão” e “está atento as suas reclamações”: assim, ele tem consciência que ele é morador, pois, além de servir com atenção, ele percebe que a Fazenda não os trata como funcionários, porquanto não lhes paga o “extra”. Ao conhecer a lógica que rege as relações de trabalho na Santa Fé, ele “nem vai atrás”. Apesar dos direitos trabalhistas conquistados, a relação de trabalho entre empresa e trabalhadores está formada por preceitos paternalistas: tanto que P. só faz questão do tempo de trabalho gasto na construção da carroça e não do valor do trabalho⁸². A partir do seu relato, fica claro que para eles a relação funcionário-empresa encerra uma relação perfeita, justa e conforme à lei, e a relação morador-fazenda é seu avesso: imperfeita, injusta e fora da lei. Com efeito, para o “Deputado”, ele emprega “funcionários”, mas, para os trabalhadores da Santa Fé, o seu *status* é de morador, apesar do salário e da carteira assinada.

O sistema de moradores encerra, pois, uma relação de trabalho – de trabalho rural. Este sistema é criado para resolver o problema de mão de obra dos

⁸² É interessante notar que P., mesmo tendo saído da Fazenda, vai sempre lá buscar água no olho d’água. Como nasceu na Santa Fé, sente-se no direito de buscar água para o consumo da família, que, juntamente com ele, encontra-se na cidade de Coronel Teixeira. Em outubro de 2015, eu e o gerente o encontramos no olho d’água, enchendo dois garrafões. Fazia apenas três meses que ele tinha saído da empresa. O gerente criticou sua atitude, mas somente para mim, afirmando que não ia impedir um cara que nasceu na propriedade de tirar água para beber.

latifúndios. A divisão do trabalho rural é mínima, o que não exigirá especialistas, principalmente se a região for de baixa tecnologia como o semiárido. Uma equipe de 19 trabalhadores em uma fazenda de 6 mil hectares dificilmente exigirá especialistas. Embora seja dividida por setores, o que vejo na Santa Fé é que os trabalhadores não se confinam apenas em um setor.

Basta o tratorista adoecer, para que outro trabalhador que saiba guiar o trator o substitua, não obrigando a administração contratar um tratorista: até mesmo porque seria difícil conseguir um disponível para morar na Fazenda ou se deslocar diariamente mais de 40 km (distância de ida e volta da sede do município para o estabelecimento rural). Outro exemplo de que não existe na Santa Fé a especialidade das funções característica de uma empresa capitalista é o trabalho realizado pelo morador G.: quando termina de ordenhar o gado, ele vai para o setor de avestruzes, alimentá-los, desplumá-los, vaciná-los etc. Nenhum morador tem, pois, determinada especialidade: até mesmo as mulheres que, na indústria rural teriam supostamente um trabalho definido, não têm, como fica registrado na fala da moradora C.: “Dar leite pra bezerro e limpar curral não é trabalho de mulher. Antigamente, tu só trabalhava na limpeza”⁸³.

Se faltarem trabalhadores para a ordenha ou, para realizar outro serviço, o gerente sempre tem por perto filhos de moradores, assentados que moram nas vizinhanças e agregados, todos eles sem vínculos empregatícios com a empresa, recebendo então remuneração abaixo da tabela de diárias corrente no sertão⁸⁴. Além disso, ele poderá pedir para quem está de férias ou de folga para suprir essa falta. É assim que ele organiza sua turma de trabalho diariamente, e não há perspectivas de mudança. Nas fazendas da região, sobretudo naquelas que estão distantes da cidade, o problema de mão de obra é solucionado, portanto, há séculos com o sistema de

⁸³ Entrevista com a moradora C., em 2014. Ela aqui reclama da transferência dela da limpeza para o curral. Como o “Deputado” deixou de andar na Fazenda, devido a problemas nos movimentos dos membros inferiores, ela, que era sua copeira, devia ser realocada para outro posto de trabalho, senão perderia seu emprego. Quando ela diz que não é “trabalho de mulher”, ela demonstra que sua “estrutura de sentimentos” ainda está ligada a outra temporalidade, na qual as mulheres camponesas faziam somente o trabalho da cozinha, limpeza e no máximo cuidava do roçado.

⁸⁴ Agregado na Fazenda Santa Fé não quer dizer morador, ou melhor, é um morador especial, que não tem vínculos empregatícios com a empresa e que mora na casa de um morador que o sustenta. Na hierarquia social da Fazenda, ele estaria assim abaixo do morador, porque depende diretamente dele. Assim, quando é preciso de mais trabalhadores para executar determinada tarefa, como, por exemplo, descarregar uma carreta de soja, os agregados são convocados. Se eles não forem, despertam a ira do gerente.

moradores. Segundo o gerente W., a morada ainda é predominante na região porque não há condições das fazendas custearem o traslado da mão de obra da cidade para zona rural, como acontece noutras regiões agrárias do país:

No interior o cabra trabalha onde mora. Se o cabra for morar na cidade [de Coronel Teixeira], dificilmente ele vai vir trabalhar na fazenda, porque ele vai ter o custo do deslocamento. O dono da fazenda também não vai botar um ônibus pra trazer o pessoal da cidade, não conheço nenhuma fazenda que faça isso em Coronel Teixeira⁸⁵.

Neste sentido, apesar do assalariamento na região, as fazendas não conseguiram se livrar dos vincos domésticos que o agrego produz. Tanto que o gerente W. sente-se à vontade de intervir na vida doméstica dos moradores: para ele é normal, como gerente, intrometer-se nos problemas familiares do pessoal da empresa, agindo como conselheiro e, às vezes, como *maire*. Esta situação é impensável para uma empresa moderna. Porém, na Santa Fé, há certa vigilância sobre quem entra e sai da casa dos moradores, quem bebe na folga, ou durante a licença médica, para onde tal morador saiu, viajou de férias etc. Aliás, os moradores contribuem para que essa ação invasiva continue ocorrendo: como exemplo disto, a moradora R., que toda vez que apanhava do marido, pedia uma audiência com o gerente, mas não denunciava o agressor para a polícia – sua denúncia não saía do escritório da empresa. Além dos moradores, que passaram a vida inteira como trabalhadores residentes, o gerente age conforme o modelo paternalista:

Todos os problemas da família vêm pra dentro da empresa. Porque o cara mora dentro da empresa. Se o cara bater na mulher, você vai ter que intervir. Qualquer problema que tiver dentro da casa do cara reflete na fazenda. Os outros moradores vão ver. Você vai ter que intervir, dependendo do problema, e se você tomar conhecimento. [Gerente W., em 28 de outubro de 2015]

O gerente assim está preso às redes pessoais que giram em torno da Santa Fé, embora queira imprimir um caráter moderno em sua administração. Não tem como ele escapar de tais redes. Embora tenha formação em administração, ele e sua família vivenciaram fortemente a dominação tradicional. Seu pai foi morador de um pequeno produtor de leite da região e, assim, trabalhava sem receber salário. Ele, pois, sofreu na pele a opressão paternalista, e hoje está na posição de opressor. Seu comportamento, de forma consciente ou inconscientemente, é influenciado tanto por

⁸⁵ Entrevista realizada com o gerente W., em 28 de outubro de 2015.

elementos da tradicional morada como por elementos da administração moderna: ao mesmo tempo que reforma as relações de morada, quer intervir na vida pessoal dos moradores. Porém, não deixa de se utilizar das alienações do sistema misto para levar vantagens no relacionamento com os moradores, sendo que também não está livre das reações dos moradores a suas reformas.

O morador F., por exemplo, está abalado com as mudanças que a gerência vem realizando. Embora aposentado, ele ainda mora na Santa Fé e tem dois filhos trabalhando na empresa. Mas, mesmo assim, ele anda “desgostoso” com o patrão, principalmente porque não trabalha mais “as custas da Fazenda”. Como ele diz: “Antes, tinha almoço, tinha merenda”. O marco que divide “o antes” e “o agora” dele é justamente a gerência do senhor A. – época esta que poucos tinham carteira assinada e que a Fazenda os contratava para fazerem “empeleitas” (empreitadas). Assim, em sua fala, ele recorda do tempo, em que na gerência, o senhor A. dava almoço e merenda para quem trabalhava aqui: “e o caba comia bem, né?”. “O caba que trabalhava na Fazenda era a custa da Fazenda”, né? “Aí ele morreu, aí o negócio ficou mais difícil”⁸⁶. Em sua recordação, aciona o passado para pensar o tempo presente, tempo no qual o gerente W. não dá almoço nem merenda. Ao contrário, pois, do gerente A. “que não tinha pena pra dar de comer a quem tava trabalhando não”. O morador F. assim demarca um novo tempo, sem, aliás, querer compreendê-lo. Nele, conforme a gerência, não há mais razão para a empresa do “Deputado” servir determinadas refeições, porque agora eles têm salário e carteira assinada. Para F., é difícil internalizar as novas medidas derivadas do trabalho assalariado. Suas palavras indicam então esse momento de desagregação da ordem paternalista.

Não obstante, no cotidiano da Santa Fé, vejo distribuição de merenda e até de almoço. A moradora I., que é cozinheira do “Deputado”, distribuía merendas para o pessoal da cocheira – coalhada, sopa, caldo, canjica, cuscuz etc. Não desconsidero a explanação do morador F., mas, como ele está aposentado, pode ser que ele não tenha uma visão mais ampla da propriedade, que teria se tivesse ativo no trabalho. I. fazia isso, escondida do gerente W., o que, de certo modo, confirma o que disse o morador F., ao mesmo tempo que demonstra que as mudanças na forma de se

⁸⁶ Entrevista realizada com o morador F., no dia 28 de junho de 2014.

relacionar com os moradores são efetivadas pela mediação deles que, na maioria das vezes, orienta-se pela solidariedade parental.

É neste sentido que, em face da pouca oferta de emprego na região, os moradores aproveitam os laços de afeto e de sangue construídos em torno da empresa para pedir emprego aos seus familiares. O administrador fica então diante do dilema: não contratar e desagradar o morador, ou contratar e desagradar seu chefe. Ele contrata, na maioria das vezes, por tempo determinado, como experiência, e depois dispensa a pessoa, tentando desta maneira resolver tal dilema. Mas não é possível agradar a todos, e muitos moradores não escondem sua indignação sobre a pouca contratação da empresa. A moradora C., indignada com a falta de emprego para o marido, assim se expressou: Aqui é bom se tiver trabalho para fazer. Meu marido não tem trabalho aqui⁸⁷. Isto é, morar na Fazenda já não lhe é favorável porque a administração não emprega mais os membros das famílias que foram se multiplicando e naturalmente crescendo.

A contradição entre as lógicas paternalista e capitalista surge, pois, quando há desencontro destas lógicas na relação entre moradores e administração da empresa. Na maioria das vezes, o gerente, ao querer se aproveitar mais ainda da mão de obra, aciona a lógica paternalista, sem excluir também o uso da lógica capitalista quando lhe é favorável. Já os trabalhadores acionam a lógica capitalista, quando não querem ser importunados pelo gerente após o horário de trabalho, e quando precisam de alguma coisa, eles retomam os laços caseiros.

Presenciei situações em que essa contradição claramente surgira. Mas uma me chamou especial atenção: ela aconteceu entre o gerente e o morador C., que é mecânico de profissão. C. estava na oficina, antes de começar o expediente, consertando a motocicleta do filho. Para o gerente, que estava na ocasião “dominado pela ótica capitalista”, ali não era a hora nem o lugar de consertar a motocicleta do filho dele, ou seja, ele estava “abusando” da administração da Fazenda. Para o morador C., que agia conforme a lógica da troca de favores, estava tudo normal, porque o expediente não tinha começado e não havia problema algum em fazer uso do espaço e das ferramentas da oficina para consertar o veículo. Neste sentido, criou-se entre eles uma tensão, visto que operavam lógicas diferentes. O gerente chegou a

⁸⁷ Entrevista realizada com a moradora C., no dia 25 de janeiro de 2014.

oficina, e foi logo pedindo para que C. fizesse outro trabalho, que dizia respeito à Fazenda. E C., de forma educada, disse que ia assim que seu expediente começasse, ou seja, sua resposta estava baseada nos seus direitos. O gerente, que esqueceu de consultar o relógio no momento da abordagem, não podia então obrigá-lo a parar de mexer na motocicleta do filho, porque o tempo de trabalho dele ainda não pertencia legalmente à Fazenda.

As contradições entre as relações capitalistas e patrimonialistas se encontram, portanto, de forma regular, na dinâmica local da Fazenda. Não basta a administração assalariar os trabalhadores para achar que eles terão um espírito capitalista e que ela logo se transformará em uma administração moderna. São centenas de anos de relações de morada: gerações inteiras vivendo sob a dominação tradicional e, portanto, não se pode esperar que essa relação seja entre capitalistas e operários. Porque os trabalhadores vivem há décadas sob a dependência econômica da classe dos fazendeiros e não estão totalmente proletarizados: eles são lavradores que têm terra, água, peixe e lenha, embora nada disso seja propriedade deles. Assim, enquanto existir a morada, não se terá espírito capitalista nem da parte dos trabalhadores nem da parte da administração da empresa.

9.4.2 Sistema misto: alienações

A Santa Fé também tira vantagem do sistema misto, por meio das alienações geradas pelos regimes capitalista e paternalista. Neste caso, operam dois tipos de alienação. Como frisa Sabourin (2011, p. 23): a justaposição da opressão paternalista com a exploração capitalista provocam “a dominação ilimitada dos subalternos”.

É na carga horária de trabalho da Santa Fé que se vê a ação conjunta dessas duas formas de alienação. Sabe-se que as empresas rurais e fazendas são obrigadas a respeitar a carga horária estipulada pelas leis trabalhistas. Se as horas trabalhadas ultrapassarem o horário estipulado, as empresas são obrigadas a pagar as “horas extras” aos funcionários. Mas, na Santa Fé, não é assim, apesar da cobertura das leis trabalhistas terem por lá chegado. A carga horária diária de trabalho, especialmente dos trabalhadores que trabalham na ordenha, assemelha-se à da

escravidão rural⁸⁸. Como exemplo: o morador G. começa a trabalhar às três horas da manhã para participar da primeira ordenha do dia e vai até às 11 horas. Só no primeiro expediente ele já cumpre as oitos horas diárias de trabalho permitidas por lei. Mas ele retorna às quinze horas para a segunda ordenha do dia e prossegue até encerrá-la, isto é, às 18 horas e 40 minutos. Ele trabalha, em média, doze horas diárias: na semana, ele acumula 84 horas, sendo que ganha o equivalente somente a 44 horas de trabalho. Para solucionar o problema da ordenha, que, devido à necessidade de ter que desmamar as vacas lactantes duas vezes por dia, é preciso mais uma turma de trabalho com o mesmo número de integrantes da única turma existente, que realiza as duas ordenhas do dia. Além disso, é preciso dizer que a extensa jornada de trabalho da ordenha se reproduz nos dias santos e feriados.

Outro exemplo dessa exploração: o campeiro que vai buscar o gado para a primeira ordenha ainda trabalha mais que G., pois a partir de uma hora da manhã ele começa a agrupar o gado. O Ministério do Trabalho, que poderia combater esse tipo de exploração do trabalho do morador, tem se preocupado com o registro dos trabalhadores, como se a carteira de trabalho evitasse que os trabalhadores fossem explorados.

Assim, não me impressiono com o envelhecimento rápido dos trabalhadores. Estou acompanhando-os desde 2010, e a cada ano, é como se envelhecessem dez anos. Submetidos a uma carga horária dessa e aos efeitos do clima semiárido, não há como não se tornar velho, deteriorar-se. Conversando com o gerente sobre isso, ele disse que eu desprezava a história individual de cada morador. Na sua concepção, o trabalho atual da Fazenda é leve e, por isso, em vez de atentar para as condições de trabalho, eu devia olhar para o contexto individual de cada trabalhador, pois uns bebem demais, outros têm problemas com a família, outros são abandonados pelas mulheres, e outros são explorados pelos filhos. Na sua visão, em vez das condições de trabalho, são esses fatores subjetivos que degradam a

⁸⁸ “Na zona rural, o horário e o ritmo de trabalho eram marcados pela atividade da fazenda; atingiam, em média, de quinze a dezoito horas diárias. Mal se anunciavam a madrugada, antes mesmo de o sol despontar o som do sino ou do clarim ecoava pelos confins da fazenda despertando os escravos. Em filas, apresentavam-se ao feitor para receber as incumbências do dia. Os carros de boi levavam-nos para os cafezais mais distantes. A pé, enxada ao ombro, iam outros para os lugares mais próximos. Divididos em pequenos grupos, distribuía-se entre as linhas de café. Fizesse sol ou chuva, frio ou calor, trabalhavam até nove ou dez horas, sob as vistas do feitor” (COSTA, 2010, p. 287). Não quero dizer que os moradores são escravos, mas que eles têm quase a mesma carga horária dos escravos rurais do passado.

constituição física e psicológica dos moradores. Ele, então, desloca toda a responsabilidade da empresa para os moradores.

A justaposição dessas duas alienações – opressão paternalista e exploração capitalista – favorece tanto a empresa, com a maximização dos lucros, quanto a dominação tradicional, com o domínio quase ilimitado dos moradores. Por estarem na condição de morador, condição esta especial do modo paternalista de dominação, aceitam o sobretrabalho. Como ainda dispõem de concessões extramonetárias, eles se deixam explorar pelos administradores da Santa Fé. Por isto, o sistema misto ainda é preservado nas fazendas da região.

Assim, o sistema de moradores está longe de ser oneroso, porque, se causasse apenas prejuízos às estâncias, já teria sido varrido do território do semiárido. Mas como a permanência das relações de morada se configura como uma questão complexa, cujas causas são de diferentes ordens, para entender por que o sistema misto foi adotado na Fazenda, é necessário conhecer a biografia do “Deputado”. Somente conhecendo sua experiência social, percebe-se que a manutenção da morada por ele realizada não se deve unicamente à “presença de uma mão de obra segura e de produtividade elevada”. Para ele, que é um dos grandes industriais do Ceará, a decisão de conservar as relações tradicionais de trabalho, ou as concessões extramonetárias, também é consequência da sua complexa personalidade.

9.5 “Deputado”: agente de mudança?

O “Deputado” é conhecido como “agente de mudança”. Foi ele quem fez questão de reforçar esta representação positiva da sua imagem, por meio de jornais, biografias autorizadas, propagandas etc. A razão para tal título está nas mudanças que ele promoveu no estado do Ceará, instalando nele indústrias pioneiras, apesar das dificuldades de profissionais qualificados e das crises causadas pelas constantes secas. Demais, a expansão dos seus negócios por todo o território nacional fez com que seu nome ficasse marcado na história da indústria brasileira. Seria ele, pois, um *self-made man*, visto que conseguiu vencer as adversidades sociais e ascender ao posto de um dos empresários mais importantes do país.

Através de trabalho árduo, de grandes lances de sorte e de sua carreira política, ele construiu um verdadeiro império. Entre 1953 e 1966, foram mais de vinte e três empreendimentos, estendendo-se pelos mais diversos campos. Seguindo as orientações da política econômica de Juscelino Kubistchek e se aproveitando dos subsídios governamentais, criou empresas com objetivo de substituir importações. Ele montou moinhos, indústrias de tinta, de bebidas, de transformadores elétricos, têxteis, concessionárias etc. Em 1989, por exemplo, 13 % do trigo consumido no país saíam dos seus sete moinhos. E, atualmente, seu grupo econômico ocupa a oitava posição no *ranking* das maiores empresas do Ceará.

Em suas empresas, queria, além de produtos de qualidade, dotar os funcionários de condições adequadas de trabalho, antes de elas serem legitimadas pelo Estado. Antes do 13º salário ser lei, ele já o pagava; antes do fornecimento da alimentação dos funcionários tornar-se lei, ele já o fazia; e, antes das empresas prestar assistência médico-odontológico-jurídica, suas empresas já prestavam estes serviços. Desejava, pois, ser um “bom patrão”, e diminuir a distância entre patrão e empregado, ao se apresentar, nas fotos de divulgação comercial do seu grupo econômico, discursando para os funcionários e dividindo refeições com eles nas empresas.

Havia nele um sentimento de desbravador – “fertilizador de iniciativas”. De querer instalar indústrias até então inexistentes no Ceará, visando, segundo seus biógrafos, não apenas os lucros gerados por tais iniciativas, mas também o bem-estar da população. Um exemplo disso está na venda de carne em Fortaleza, pois as péssimas condições higiênicas encontradas no comércio da cidade levaram-no a instalar o primeiro frigorífico industrial da cidade com o objetivo de oferecer uma carne “em ótimas condições de higiene”. Embora não tenha sido bem-sucedido nessa empreitada, fica claro que, nela, ele buscava aliar a imagem de empresário com a de indivíduo altruísta.

Nas empresas rurais, apesar do seu diletantismo, ele também demonstrou pioneirismo, seja com novas culturas, como a da castanha de caju, seja com criações pouco conhecidas, como no caso do avestruz⁸⁹. Sem experiência na área, ele se

⁸⁹ Além da Santa Fé, o “Deputado” enveredou pelo setor agropecuário, comprando mais duas fazendas no Ceará e mais duas fazendas no Maranhão.

cercou de grandes profissionais – agrônomos, veterinários, gerentes etc. – e fez da Santa Fé um laboratório de experimentos, mas também termômetro, para avaliar a situação agropecuária do Ceará. Investiu bastante, não raro, com a ajuda do governo, na criação de avestruz e na seleção de gado leiteiro. Mas a propriedade significava sobretudo lugar de descanso, que ele visitava todos os finais de semana.

Todavia, o que é mais interessante é que ele, conhecido como “agente de mudança”, não encerrou com o sistema de moradores da Santa Fé. Ao contrário disso, ele manteve a morada e estabeleceu uma relação bem próxima com os moradores. Isto é: ele prestou assistência paternal aos trabalhadores, tal como os antigos coronéis. Levava dentistas para a fazenda e saía observando as bocas dos moradores, como lembra o morador M.: “E onde já se viu proprietário de terra andar por aí olhando dente dos moradores? Só [o Deputado]”.

Além disso, ele levou médicos para sua propriedade, até chegar o serviço do SAMU em Coronel Teixeira (2013). Hospedou em sua casa a moradora C. – sua copeira, portanto muito próxima a ele – para ela se tratar de uma depressão em Fortaleza. Pagou o tratamento do gerente W., quando ele caíra da sua motocicleta. Financiou a escola e a faculdade de psicologia da filha do morador M., e cursos diversos para os filhos dos moradores. Agradava os moradores com boas gorjetas, presentes etc., principalmente aqueles que lhe serviam diretamente. Essas atitudes são típicas da dominação tradicional. E tudo isso só não continua nos dias de hoje, porque ele está impossibilitado de visitar a Santa Fé, em virtude da sua idade avançada⁹⁰.

Assim, ele está mais para agente de conservação que de transformação. Ao conhecer a história de sua vida, percebo que a imagem de reformador oculta o outro lado de sua complexa personalidade: o paternalismo. Não menosprezo seu caráter inovador nos setores industrial e agropecuário, mas, sociologicamente, sua ação empresarial se assemelha àquelas típicas dos capitães da indústria⁹¹. Diante de relações econômicas fundadas em vínculos coloniais, ele não foge do tripé descrito

⁹⁰ Apesar disso, no natal, a família do “Deputado” envia um carro buscar os moradores mais próximos dele para festejar com ele a chegada desse período. Os moradores nos disseram que isso o deixa muito feliz.

⁹¹ Reproduzo aqui a distinção feita por Fernando Henrique Cardoso (1964), pois ela me ajuda a refletir sobre a figura do “Deputado”.

por Martins (1976) sobre Francisco Matarazzo, qual seja: “empresa clânica”, “capitão de indústria” e “paternalismo industrial”. Portanto, a sua administração, seja das fazendas, como das indústrias, demonstra certo predomínio da dominação patriarcal. É, por tudo isso, que Sampaio Filho (1987, p.126) o define como “empresário tradicional”:

Os tradicionais “Homens de Empresa” do Ceará caracterizam-se como indivíduos que mantêm uma forte ligação com os valores do passado. [...] esses valores estão impregnados pelo patriarcalismo dos chefes fazendeiros, conservadores em essência, que administravam suas propriedades como senhores absolutos, cuja vontade se colocava acima de qualquer norma legal ou entidade institucionalizada pelo Estado. Tais valores determinam no industrial “pioneiro” uma atitude conservadora, tendente a restringir seu universo aos limites físicos de suas propriedades.

Portanto, os “tradicionais homens de empresa”, como o “Deputado”, participaram da geração pioneira de industriais. Conforme Sampaio Filho (1987, p. 126), eles, concentrados em seus interesses particulares, não refletiam sobre questões maiores e, deste modo, estavam desvinculados de uma realidade mais ampla porque sua visão era de curto prazo. Em consequência, eles foram ultrapassados pelos “jovens empresários” – herdeiros em sua maioria dos “pioneiros”, que se apresentam como adversários dos coronéis e que, neste sentido, deram uma feição mais moderna às empresas.

Influenciado pelos filhos, que assumiram a presidência do grupo, o “Deputado” oscilou entre a dominação paternalista e a dominação burocrática. Na Santa Fé, a postura paternalista se destacava. Apesar de ter se formado em ciências econômicas, ele agia como um coronel. Esta atitude ambígua se refletia também em sua orientação política. Reunia em si marcas de autoritarismo e posturas liberais e democráticas, que não eram rotineiras. Até para os filhos, é difícil traçar o perfil do pai: um deles diz que ele é democrata, embora não ache a democracia uma coisa boa. É, neste sentido, que ele apoia o golpe de 64, defende que a liberdade mal usada traz greves e sucessivos problemas, e é contrário a greves de setores estratégicos – polícia, justiça, operários do serviço elétrico e telefônico, transportes coletivos etc. – porque a sociedade não pode parar porque uma classe está de greve. E, na Santa

Fé, reproduzia um comportamento despótico com os moradores que lhes são próximos⁹².

Na década de 70, porém, o grupo do “Deputado” passou por uma grande reformulação, na qual ele dava sinais de que a dominação burocrática se tornaria hegemônica no controle das empresas. Isto foi devido a problemas com a presença de parentes nas indústrias. A partir daí, ele começou a afirmar que trabalhar com parente, ou manter parentes nas empresas, é prejudicial ao bom andamento do grupo. Em consequência, decidiu que a empresa deixaria de ser “familiar e passaria a ser a empresa de uma família”⁹³. Porque “parente é muito complicado”: não negocia (o que me faz lembrar de Woortman, 1990), não obedece, não é disciplinado e, ainda, quer ter mais direitos que os outros. Após tal decisão, o “Deputado” pensaria “dez vezes” antes de contratar um parente. Tudo levava a crer que ele estivesse substituindo, de modo decisivo, o estilo patriarcal pelo burocrático.

Neste sentido, conservar o sistema de moradores parece uma grande contradição, sobretudo para quem acredita que ele é um autêntico “agente de mudança”. Ele pode ser considerado como tal agente, porém não foi agente da dissolução da morada na Santa Fé. Por que, nela, manter o sistema de moradores, cujos trabalhadores são parentes uns dos outros? Na sua visão, esta medida só funcionaria com seus parentes? Alguns dirão, entretanto, que não se pode comparar a forma como ele conduz as indústrias com a qual ele dirige sua propriedade rural, porque ela é para o “Deputado” um *hobby*: ou seja, as empresas rurais são distintas das empresas urbanas – industriais. Por isto, não há preocupação do empresário com sua produção, especialmente porque ele sabe das dificuldades de se produzir alguma coisa no semiárido. A Santa Fé seria, então, seu lugar de descanso, ou uma empresa que não precisava de lucros para funcionar regularmente e nem do desempenho da sua equipe de trabalho para fazer crescê-la.

⁹² A moradora C. lembra bem do seu comportamento autoritário: “Se eu derrubasse uma panela, um prato, ele tacava o grito lá da sala... aí eu não gostava. Aí ele me chamava a atenção na frente do povo [seus convidados]. Eu nunca gostei disso. Aí eu disse pra ele: [Deputado], se quiser me reclamar alguma coisa, me chame em particular, e fale, porque eu não gosto de passar vergonha na frente de muita gente. Aí ele disse que eu era muito atrevida. O senhor que sabe. O senhor é o chefe; se não der mais certo, é o senhor que sabe. Entrevista realizada com a moradora M., em 28 de outubro de 2015.

⁹³ Dorian Sampaio Filho (1987, p. 78) diz que tal mudança se deve ao crescimento do grupo, e não a problemas com familiares: “A expansão dos negócios do Grupo determinou, a partir de 70, uma ampla profissionalização de seus quadros dirigentes, em detrimento de sua origem estritamente familiar”.

Porém, a fazenda é um *hobby*, mas, conforme suas palavras, um “*hobby* tratado empresarialmente”. Há, neste sentido, preocupação com a produção do leite, com sua equipe de trabalho e com os lucros gerados. Apesar da Fazenda ser a “prima pobre” das empresas, ela tem que dar lucros, e quando não, “ela tem que pelo menos se pagar”, nas palavras do gerente W. Não se pode então separar o fazendeiro do industrial: ele é a mesma pessoa, e sua mentalidade é de empresário. Até mesmo no seu descanso, ele está de olho nos dividendos que a Santa Fé pode lhe proporcionar.

Assim, por que manter o sistema de moradores? Para compreender essa postura ambígua na condução de sua vida e negócios, é necessário resgatar à sua história. Neste exercício, fica claro que sua vivência num ambiente autoritário e numa cidade onde o desejo de consumo das classes dominantes era possuir uma fazenda influenciaram o “Deputado” a querer gozar do *status* de coronel: a ter um grande número de moradores à sua inteira disposição. Embora os moradores afirmem que nunca sofreram pressão para votar nele e nos seus candidatos, não se pode esquecer que a compra da Santa Fé coincide com a entrada do “Deputado” na política e, deste modo, a morada poderia lhe render uma boa quantidade de votos. Mas para compreender por que o empresário optou pela morada na condução da sua Fazenda, é preciso descortinar a história da sua vida e não se ater somente à questão das eleições.

Assim, o “Deputado” passou a infância numa cidade do litoral cearense. O pai, primeiramente, foi seringueiro na Amazônia e, após o casamento com moça de classe abastada e de ter feito alguma economia, retorna à floresta na condição de proprietário de seringal. Sabe-se que, no isolamento da floresta, os patrões escravizaram os seringueiros num sistema de trabalho violento, o que levava os homens a cometerem diferentes tipos de violência, como relatou Euclides da Cunha (1999). Tanto que, ao lembrar do pai, o filho não esquece de ressaltar a sua violência: “era um homem forte, até violento”; ninguém brincava com ele”. Esse homem rude, que detestava a política, o jogo e as bebidas, criou os filhos em um regime espartano, que os segregava de contatos com jovens e crianças de sua idade, impedindo-os, por exemplo, de jogar futebol. E, no recinto doméstico, sempre repetia para eles uma máxima: “se apanhassem na rua, apanhariam novamente em casa para não se meterem em confusões”.

Em razão da insalubridade da Amazônia, seu pai retornou ao Ceará e com o pecúlio da borracha montara uma mercearia, onde vendia alimentos e miudezas. Viviam em apertos financeiros, que esse comércio não conseguia saná-los. Desta forma, o “Deputado” teve uma infância e juventude distante do luxo que conseguirá adquirir com o sucesso do seu grupo econômico. Com o malogro da mercearia, a família migra para Fortaleza, onde monta uma pequena pousada. Era década de 30, e o “Deputado” dividia o tempo entre as tarefas da hospedaria e os estudos. Deste modo, terminou a muito custo o ginásio, e, também, com dificuldades, consegue se formar em ciências econômicas.

Seu autoritarismo, além da educação paterna, tem como fonte a convivência que ele tivera com os irmãos, que participaram ativamente do integralismo, e com os militares. Ele entrou na política acidentalmente em 1958, substituindo um irmão que morreu antes de ser eleito, e nela se manteve até 1987. Na verdade, diz que nunca nutriu interesse pela política e que se elegeu por acaso, tendo continuado a se apresentar como candidato por teimosia, pois se ventilava no Congresso Nacional que os militares não dariam legenda para os empresários. Mas não esconde suas preferências políticas, ao elogiar publicamente os governos de Castelo Branco e dos coronéis, seus grandes amigos – César Cals, Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Gonzaga Mota, e, também, ao atacar a Constituição de 1988 (cidadã), afirmando que ela estava cheia de bobagens.

Apesar dos seus negócios estarem em primeiro lugar, ele foi deputado federal em três legislaturas – de 1959 a 1963, de 1963 a 1967 e de 1967 a 1971 – suplente de senador em duas legislaturas – de 1971 a 1979 e de 1979 a 1987 – e senador, entre setembro e dezembro de 1986. Apoiou os coronéis e as oligarquias agrárias no passado, quando apoiou Adauto Bezerra em detrimento de Tasso, que representava a oposição aos coronéis, e atualmente, quando seu grupo doou 700 mil reais para campanha de Camilo Santana – candidato da oligarquia Ferreira Gomes. Servindo ao conservador Partido Social Democrático (PSD) – o mais oligárquico dos partidos políticos posteriores à Revolução de 30 – defendeu a diminuição dos impostos e uma reforma agrária cooperativista, sem fundo coletivista, e com a desapropriação de latifúndios improdutivos em títulos, mas com cláusula de correção monetária. Concentrando 30 mil hectares no Ceará, pediu serenidade na discussão sobre a reforma agrária, sem deixar de criticar a exagerada concentração de terras

nas mãos de poucas pessoas. Apesar de dizer que não, a atividade política lhe fascina: até a planta da sua casa sede o remete ao trabalho como parlamentar, visto que ela segue o desenho do Plano Piloto de Lúcio Costa, para assim sentir-se em Brasília, quando descansava na Santa Fé.

Diz ele ainda que sua atração pelo sertão é uma questão atávica. Como seu pai nasceu em fazenda, isso o influenciou para comprar uma propriedade no sertão. Além disso, não se pode esquecer que, quando jovem, havia na sociedade “um certo gosto pelas indústrias pecuárias”, principalmente entre os profissionais liberais. Tudo isso fez com ele que se tornasse fazendeiro. As empresas que ele tinha não lhe davam este *status*, porque todas estavam ligadas às áreas urbanas. A Santa Fé vem, portanto, abrir as portas do agronegócio e lhe dar, claro, mais poder.

Mas o *status* de fazendeiro não lhes bastava. Ele queria o de coronel. Por isto não respeitou os direitos trabalhistas dos moradores. Também, por isto, não dissolveu a morada, embora diga que modernizou as relações de trabalho na Fazenda. Ele preferiu deixar os lavradores em sua dependência econômica. Ele já era, pois, dono de inúmeras empresas, mas não de fazendas, com mais de uma centena de moradores: melhor oportunidade não havia para viver a verdadeira dominação tradicional, na posição de dominante. Os funcionários da empresa, ao terminarem o expediente, iam para casa, desligando-se da empresa, do chefe, do gerente etc.; nas fazendas, não: a dominação do patrão era maior, ultrapassava o ambiente de trabalho, entrando pelas choças e mentes dos moradores. Seu autoritarismo agora ganharia asas, dispondo do *status* de coronel, embora chamado de “Deputado”.

Somente, após quatro décadas, é que ele começou a reformar as relações de morada, porém sem eliminá-la⁹⁴. Os fatores que o levaram a mantê-la são vários e complexos. Mas, conhecendo os marcos da sua vida social e econômica, dá para dizer que vem da atração pelo *status* de coronel. Além disso, a morada lhe servia como instrumento de negociação com os moradores, seja para não pagar os encargos trabalhistas, seja para exigir mais trabalho deles etc. Ademais, ela significava investimentos – ter acesso a incentivos da SUDENE e do DNOCS, que eram

⁹⁴ Tudo leva a crer que as reformas realizadas na Santa Fé foram capitaneadas pelos seus filhos; agora, é claro, que com seu consentimento.

verdadeiros atrativos para um industrial, como o “Deputado”⁹⁵. Tem-se ainda que considerar que a maioria dos moradores nasceram na Santa Fé (tudo indica que eles são povos tradicionais da região e não apenas trabalhadores antigos desse estabelecimento) e, assim, o “Deputado” não ia expulsá-los porque, além de possível resistência deles à expulsão, ele não iria perder essa mão de obra que estava acostumada com a propriedade e o trabalho realizado: estava, pois, “treinada”, ele não precisaria buscar “gente de fora”.

A permanência da morada assim se reflete na relação “Deputado” - moradores, consubstanciada na dominação tradicional, e no comportamento dos moradores, materializada na solidariedade parental. Estas são as bases da morada; a presença delas inibe o desenvolvimento das trocas capitalistas, pois elas tornam a opressão paternalista dominante. A resistência cotidiana dos moradores demonstra isso, uma vez que se orienta por meio de práticas solidárias. O sindicato, por sua vez, tem lhes servido apenas como meio para se aposentar e não como instrumento de luta contra o patrão. Seu patrão, aliás, considerado pelos trabalhadores como “um homem bom”, não precisa da sombra dos sindicatos.

9.6 Solidariedade parental

Os moradores na Santa Fé resistem às disciplinas do trabalho e às imposições da gerência por meio da instituição tradicional da família, especialmente no que toca à solidariedade parental. Os sindicatos, Igreja e organizações não governamentais, que são agentes fundamentais da reforma agrária (ver Barreira, 1992), lhes são estranhos, no sentido da luta por melhores condições de vida.

Na composição da mão de obra das fazendas, é constante a presença de membros de uma família, tendo, pois, graus diferentes de parentesco entre os moradores. Eles vão casando entre si, tendo filhos; e os filhos, não raro, são incorporados às equipes de trabalho da Fazenda. Esse fenômeno não é, pois, particular da Santa Fé: ele pode ser encontrado em outras fazendas. Como a filiação aos sindicatos era vetada pelos patrões, as famílias se tornaram seu órgão imediato.

⁹⁵ Todas as atividades da Santa Fé – compra de gado, tratores, açudes etc. – foram subsidiadas pelos governos federal e estadual.

Em consequência, as famílias da Santa Fé se organizam como verdadeiros escudos, cujo objetivo é proteger seus membros do autoritarismo do gerente e, também, continuar desempenhando sua função de conservar o paternalismo e sua cultura agrícola. A estratégia deles é simples: uns ajudam os outros, valorizando então os laços familiares. “Pertencer à grande família” (que, na verdade, são três famílias entrelaçadas na Santa Fé) se trata, portanto, de dispor de um elemento distintivo. Entre eles, há, ainda, dois elementos de distinção: “a proximidade com o patrão” e “o pertencimento à terra”.

Os moradores que são próximos ao “Deputado” são tratados de forma distinta por todos, pois eles têm interlocução direta com o patrão. Podem então dividir seus problemas com o “Deputado” e esperar que ele os ajude a solucioná-los. Por meio desse diálogo, o patrão se informa sobre os negócios e a população da Santa Fé. A proximidade entre eles dá a esses moradores poder simbólico em relação aos moradores que dificilmente têm essa interlocução. São, pois, quatro os moradores próximos ao Deputado: o gerente W, a cozinheira I., a copeira C., e o mordomo C. Essa distinção se revela no tratamento do gerente W para com os moradores: geralmente, ele tem mais cautela para quem é próximo ao “Deputado”, isto é, ele os recebe com maior atenção e cuidado, mesmo que ele também seja íntimo do patrão. Para quem não possui esse traço distintivo, ele trata de forma autoritária. Tudo indica que se deve ao receio de ser traído ou sabotado por aqueles que têm comunicação direta com o patrão.

Além disso, existem na dinâmica local da Santa Fé padrões de distinção criados pelos moradores para se diferenciarem dos demais, no que defino como “pertencimento à terra”. Frases tais como “quem nasceu aqui” e “essa família é a mais antiga” denotam tais padrões. Eles fazem uso, pois, da memória individual ou coletiva sobre o local e os padrões. Isolam, deste modo, quem não viveu os momentos lembrados e que, portanto, não possui esta memória. O gerente, que vem de fora da Fazenda, é um dos mais novos moradores da equipe de trabalho, e, por isto, não possui essa distinção. Como ele, está excluído quem não tem ligações afetivas com o local.

O gerente, embora tenha duas das três distinções – “proximidade com o patrão” e “pertencer à família de moradores” – só faz uso delas em momentos que lhe

são convenientes. Porque sua função de mando já lhe distingue dos moradores. Agora, isto não impediu de casar com uma das moradoras que faz parte da grande família. Ele assim reforçou seu poder com este matrimônio. Porém, quando podem, os moradores excluem-no, não considerando-o como parente: como, por exemplo, nas festas de aniversário, nas quais ele não é convidado. De certo modo, o gerente não se quer misturar, para que os trabalhadores não se aproveitem disso. Mas, sem dúvida, o fato de ele não ser chamado para festejar com os colegas de trabalho muito o incomoda. Destarte, essas três distinções operam no local de modo a reforçar a solidariedade existente entre os moradores.

Por tudo isso, o gerente enfrenta dificuldades para organizar o trabalho na Fazenda. A necessidade de impor um ritmo de trabalho capitalista à rotina dos trabalhadores rurais engendra tensões entre a cultura sertaneja dos moradores e a organização do trabalho assalariado, lembrando os embates entre os camponeses e a disciplina do trabalho industrial na Inglaterra (ver Thompson, 1998). Os moradores resistem por intermédio da solidariedade parental, o que demonstra que a resistência deles é limitada pela tradição paternalista.

É a partir daí que surgem as contradições entre as lógicas paternalista e capitalista. Pois os moradores se defendem da exploração capitalista através de códigos inerentes ao universo paternalista. Por exemplo, se o gerente W. for suspender um morador ou moradora por indisciplina, as famílias dos moradores se articulam para contra-atacarem. Nas palavras do gerente, esta situação é assim descrita:

Relação humana é o principal problema. Como eu vivia trabalhando no operacional, sabia dos problemas que existiam aqui em função do pessoal ser basicamente três famílias entrelaçadas [A, B e C]. Foi uma coisa que no começo era o bicho papão. Até hoje continua. Por exemplo: minha esposa trabalha no escritório da fazenda. Três irmãos e o pai dela trabalham na ordenha. Vamos supor que eu tivesse de suspender o pai dela por ele ter faltado o trabalho. Você acha que o restante da família ia gostar de ter o parente deles suspenso? Eles iam trabalhar motivados com o parente deles suspenso? Isto gera uma insatisfação. Aí o irmão dela, que é casado com uma pessoa da outra família, fala para ela e ela fala para a família dela. Isto desmotiva, desestabiliza, atinge todo o quadro da empresa. Não é que o pessoal vá parar de trabalhar, mas desmotiva. Você tá cortando, ferindo, muita gente que trabalha aqui.

Em suas palavras, sobressai a lógica familística. Não há problema de ordem capitalista na organização do trabalho, como por exemplo, a concorrência entre dois funcionários, que, ao invés de ajudar, acaba atrapalhando a empresa. As injunções do paternalismo são aqui dominantes. “As famílias entrelaçadas” agem como um grande corpo, que é atingido toda vez que um dos seus membros é vítima de um ataque. Essa sociedade doméstica forma então um poder: “era o bicho papão. [Mas] Até hoje continua”. Ela pode “desestabilizar” o quadro da Fazenda porque as relações familiares perpassam todos os setores da empresa do “Deputado” e, assim, as punições dadas aos seus membros vão repercutir em todo o grupo e, por conseguinte, na produção. É por isto que o gerente evita suspender alguém da equipe.

Deste modo, as famílias A, B e C se articulam como uma corporação. Se a gerência importunar um dos seus integrantes, todos ficam sabendo, e aí o comportamento em relação à gerência se modifica completamente: de amistoso, passa a ser ríspido ou até violento. Um exemplo disso está na ação do pai de um dos trabalhadores, que revoltado por seu filho ter sido chamado a atenção por algo que não agradou à gerência, foi ao escritório saber o que tinha acontecido e acabou se desentendendo com o secretário, chamando-o para resolver o problema “na mão”. Mas aí tem-se a quebra de qualquer tipo de compromisso, inclusive com a autoridade paternal. Esse é um caso atípico que mostra até que ponto essa solidariedade pode chegar. Porém, no geral, o que existe são atos solidários de resistência que ocorrem nos limites do quadro patrimonialista. Para explicar como os moradores se defendem, o gerente dá novamente o exemplo da suspensão. Assim, diz ele:

Se eu der três dias de suspensão pro T., a mulher dele, que é filha do M., vai sentir; a mãe dela, que é esposa do M. e irmã do A. e do V. (funcionários da empresa), como o M., o A. e o V., vai sentir; a irmã dela, que é esposa do F., também funcionário, sente; a filha do F., casada com G., sente. Aí você fecha a fazenda. É um efeito dominó.

O “sentir” para o gerente não significa protesto. Pode até ser isso, mas raramente aconteceu desta forma. “Sentir”, para ele, é ficar diferente, não trabalhar com afinco, e isto para a fazenda é extremamente negativo. Para ele, o trabalhador sente, porque é um dos seus parentes ou colega de trabalho que está sendo punido. Ele diz neste ponto que “isso se assemelha à polícia, ao seu corporativismo”, cuja norma principal é retaliar quem atinge de alguma maneira os membros da corporação. Para ele, há então “duas malhas”: a “malha da família” e a “malha do coleguismo”. Na

sua visão, é como se o morador participasse de dois tipos de rede, protegendo-se, por intermédio de dois escudos de proteção: o escudo da família, mais robusto, que gera solidariedade parental, e o escudo da amizade, coleguismo (mais próximo do sentimento de pertencimento de classe), também gerador de solidariedades.

Porém, no tocante à empresa capitalista, é inconcebível que haja interferência das famílias dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Até mesmo porque a família tem se tornado na sociedade moderna capitalista cada vez mais frágil e móvel. Somente, no surgimento das primeiras fábricas, tem-se notícia de intromissão da instituição família sobre as disciplinas de trabalho. Entretanto, na Santa Fé, a instituição da família ainda é forte, valorizada e determinante. Nela, as mudanças econômicas não foram suficientes para diminuir a influência do mundo familiar. Apesar das trocas capitalistas, a família dos moradores desempenha a função de corporação, ao defender a identidade de interesses e a lutar contra perigos comuns (gerente, suspensão, demissão, expulsão etc). Deste modo, na Santa Fé, as relações familiares não foram desestruturadas pela divisão do trabalho em virtude da proximidade material dos parentes. Isto ocorre em razão da natureza do trabalho agrícola, cujas dificuldades de transporte e de comunicação acabam facilitando a conservação dos vínculos familiares.

Na sua função corporativa, a família então pode diminuir os efeitos da situação de submissão na qual está inserida. É através da moral familiar que os moradores se defendem das punições que podem sofrer. Unir-se contra as novas disciplinas da empresa foi a única forma viável que eles encontraram para resistir, dando “novas significações para velhos atos” (parafrazeando Martins, 1988, p. 11). Utilizar-se da família (o que eles têm de mais sagrado) para se defender de suspensões, advertências, demissões etc., foi uma solução local para os novos desafios. Antes, o castigo poderia ser uma surra dada pelo capanga do patrão. Agora, ele é sutil, traduz-se em suspensão, mas não deixa por isso de ser evitado. Tendo a empresa aumentado o controle da mão de obra, vigiando o resultado do seu trabalho, que agora é propriedade dela, posso dizer que houve, por consequência, uma maior comunhão entre os moradores.

Ao dizer que “os parentes daquele que foi punido não vão parar de trabalhar, mas o trabalho e a produção ficarão comprometidos”, W. está afirmando

que qualquer ataque da empresa resultará num contra-ataque. A resistência deles vai surgir da estrutura paternalista. Sob esta ótica, dificilmente o sindicato entra em cena, porque assim se perde a confiança – base das relações paternalistas. A família é, pois, o único órgão que eles possuem para defender seus interesses, sem desperdiçar a fidelidade construída entre eles e os donos da Fazenda.

Todavia, a solidariedade parental não é utilizada para reivindicar melhorias salariais. Mas, por intermédio dela, os moradores conseguem manter os parentes no trabalho da Fazenda, mesmo contra a vontade do gerente. Pois a família, tal como um escudo, representa mais uma arma de defesa que de ataque. Como exemplo disso, têm-se o caso do secretário J. J. é filho de C., mecânico, e de I., cozinheira, que também trabalham para a Fazenda. O gerente não suporta trabalhar com J., “porque ele não faz seu trabalho como deveria ser feito” – ele só se concentra no *facebook* e *whatsapp*. Se a empresa estivesse na cidade, isto é, sem contar com a influência da moral familiar, facilmente W. despediria J. Na Santa Fé, todavia, a consciência coletiva é forte, e W. sabe que, se despedir J., terá problemas primeiramente com seus pais, que trabalham em dois setores diferentes da Fazenda. Demais, pode ter problemas com o “Deputado”, visto que os pais de J. são próximos dele – M. cozinha para ele e C. é seu motorista na Fazenda – o que fortalece ainda mais a família de J. Assim, W. prefere manter J. a despedi-lo, demonstrando a força da autoridade moral da sociedade doméstica na Santa Fé.

Portanto, os moradores da Santa Fé, tendo ou não nascido lá, e tendo ou não proximidade com o “Deputado”, agem de acordo com o gerente, mas não sem resistirem as suas ordens. Entre eles, a ascensão meteórica do gerente na Fazenda desperta certo incômodo: W. nasceu no município de Senador Pompeu e estudara na Escola Agrícola do Crato, onde ele, como boa parte dos rapazes de Coronel Teixeira, fizera o 2º grau e concluíra o curso de técnico agrícola. Graças ao seu pai, que era morador de uma propriedade vizinha a Santa Fé e que conhecia então o gerente dela (A.), conseguiu estagiar na Santa Fé, e, como se destacara no trabalho, sendo um dos poucos a dominar as técnicas de inseminação artificial, tornou-se o homem de

confiança da gerência. Com a morte de A., ele passou a gerenciar a Santa Fé, sem ter nenhum familiar na propriedade para ajudá-lo a assumir este cargo⁹⁶.

Assim, o gerente W. sempre está presente nas histórias dos moradores, assim como o “Deputado” que é quase onipresente. Desta forma, os moradores chamam W. de canção (pássaro que está em todo lugar, cercando até animais venenosos, como as cobras). E W. os chama de filhos do “Deputado”, quando percebe que eles estão fazendo “corpo mole”. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que todos eles são herdeiros e que, por isto, dispõe só de vantagens na Santa Fé. Os moradores rebatem sua ironia dialeticamente, defendendo que o verdadeiro filho “do Deputado” é ele que administra a propriedade. Quando desejam desacreditar W. na presença de estranhos, voltam ao passado para lembrar que, antes da gerência, ele tinha menos condições que todos os moradores, dizendo que ele não tinha nem uma bicicleta, e a que ele usava, além de ser emprestada, era cor-de-rosa.

9.6.1 A ausência dos moradores na capela

Diante das transformações realizadas na Santa Fé (proibição da criação de animais e da caça, pagamento de energia elétrica e aluguel etc.), não houve nenhum tipo de conflito entre moradores e gerência. Mas houve certa resistência silenciosa dos moradores, nos moldes da solidariedade parental. É só desta maneira que eles protestam. Resignados, eles afirmam: “a terra é do homem, temos que aceitar”. Isto não quer dizer que não haja interesses conflitantes entre eles e o patrão, como apregoam os ideólogos da classe fazendeira. As tensões existem e, com essas transformações, eles ficaram mais evidentes. A forma de resistir é que, de acordo com os códigos do paternalismo, não pode ser aberta, com bandeiras, piquetes, som de carro, adesivos, greve etc., mas deve ser lenta, complexa e hesitante.

⁹⁶ Havia, sem dúvida, outras pessoas para gerenciar a Fazenda. Embora sua competência seja reconhecida, a escolha de W. para assumir a gerência me intriga. Porque, se levar em consideração a experiência de vida e de trabalho, M., chefe do setor agrícola, é mais experiente que ele. Aliás, posso afirmar que M. se configura como um poder paralelo na Santa Fé, pois ele discute todas as ações de W, criticando-as constantemente. Como chefe do setor agrícola e, com toda experiência que tem, ele age como se não tivesse um gerente. W. se revolta com isso, mas não pode fazer nada, pois precisa dele para administrar. Neste sentido, posso pensar que o “Deputado” optou por W., em razão da idade, dos seus conhecimentos de informática e porque queria alguém que não tivesse vínculos com o pessoal da Fazenda.

Como sinal de resistência: a irregularidade da presença dos moradores na capela do “Deputado”. Antes da chegada do avestruz, os moradores a frequentavam regularmente. Com a chegada da ave e, por conseguinte, com a perda da concessão de poder criar seus animais, a frequência deles decaiu: nela somente a família e os convidados do “Deputado”. Se os moradores não poderiam demonstrar sua revolta diretamente, debatendo as graves consequências que essa medida teria em sua situação alimentar, aproveitaram-se do espaço sagrado da propriedade para mostrar seu descontentamento, não o frequentando como antes. A frequência irregular deles mostrava então como eles estavam insatisfeitos com as mudanças na Santa Fé.

Com a ausência deles na capela, eles faziam o “Deputado” passar vergonha na frente do padre e dos seus convidados ilustres, pois isto demonstrava que o patrão não dispunha de influência sobre eles. Como responder à pergunta: onde está o povo da Fazenda que não está aqui, orando? O “Deputado” tinha ido longe demais ao proibir a criação de animais dos moradores e eles deviam responder à altura: e foi que fizeram, diminuindo sua frequência nas missas de sábado e domingo. Os moradores destarte atacavam a dominação tradicional por intermédio da própria estrutura patrimonialista, isto é, não participando dos compromissos de morador, não seguindo o patrão e fazendo vergonha a ele perante seus pares.

Para o “Deputado” reverter essa situação, ele mesmo começou a dar bombons para as crianças que iam à capela. Assim, ele atraiu as crianças e, por conseguinte, os pais delas. Com o tempo, os moradores voltaram a participar das missas, mas sua regularidade não foi mais a mesma. O “Deputado” conseguiu trazer os moradores de volta ao seu santuário, porém ficou registrada a insatisfação deles. Não afirmo que essa ação foi deliberada pelos moradores (“não vamos à igreja porque proibiram nossas criações”), mas que o sentimento de ingratidão foi sentido por todos e que assim foram se afastando da presença do patrão, desprestigiando-o.

Os moradores não fizeram greve nem pediram para o sindicato intervir na situação. Deixaram apenas de ir à capela. Sabiam que o “Deputado” estava orgulhoso da sua igreja e que, portanto, seria um (contra)golpe não comparecerem diante dos seus famosos e ricos convidados. Para os códigos da relação de morada, não comparecer a um evento organizado pelo patrão é um ataque à sua pessoa. Eles não deixaram de ir ao trabalho, não podendo ser acusados de grevistas. Eles agiram,

portanto, nos limites da dominação tradicional, aproveitando-se do local sagrado para mostrar sua indignação com a ação do “Deputado” – expressando, por meio da sua ausência no templo, que as ações da empresa deveriam ter limites e que não poderiam prejudicar os moradores. Foi esta a reação deles: uma resposta tradicional às reformas da empresa.

Assim, os moradores resistem através do acervo cultural que possuem. O que há em sua memória coletiva são os efeitos das relações de poder gerados pela dependência econômica, que eles aprenderam a contê-los, neutralizá-los e até a invertê-los, organizando, de forma tradicional, seus elementos para resistir ao domínio da classe fazendeira e dos gerentes: “é o feitiço sendo usado contra o feiticeiro”. Resistem, deste modo, quando a administração só visa os lucros da empresa, diminuindo cada vez mais suas conquistas.

Quem espera deles uma ideologia moderna (marxista) vai continuar esperando na próxima estação da história. Buscar neles uma consciência proletária, quando ainda não foram totalmente separados dos meios de produção, é fazer ficção e não sociologia. Da mesma forma que a Fazenda continua operando como no passado, eles agem tradicionalmente com seus patrões: respeitando-os, obedecendo-lhes e, também, resignando-se. Porém, isto não quer dizer que eles estejam indiferentes a todas as rupturas realizadas em seu modo de vida tradicional, mas que não se revoltam porque não é preciso, pois o sistema misto tem lhe dado melhores condições de vida que o tempo pretérito, no qual não recebiam salário e nem tinham acesso aos direitos trabalhistas.

9.7 Passado e presente: representações mentais

Nas conversas e entrevistas com os moradores da Santa Fé, percebia que, entre eles, não há nada de “utopia retrospectiva” (saudosismo transfigurador), tal como cunhou Antonio Cândido (2010)⁹⁷. Ao contrário disso, o passado deles é

⁹⁷ Conforme o autor de *Os parceiros do Rio Bonito* (2010, p. 225): “Ele [saudosismo transfigurador] se manifesta, é claro, sobretudo nos mais velhos, que ainda tiveram contacto com a vida tradicional e podem compará-la com o presente; mas ocorre também nos moços, em parte por influência daqueles. Consiste em comparar, a todo propósito, as atuais condições de vida com as antigas; as modernas relações humanas com as do passado”. Sendo que, em seu “saudosismo transfigurador”, as antigas

representado como uma época de grande sofrimento, porque nela havia privações de direitos, alimentos, estudos, roupas, bens etc. Deste modo, não se pode esperar que eles valorizem essa época, na qual só a fome lhes era companheira fiel, os direitos trabalhistas eram uma miragem, o salário era raro e a dependência pessoal se mostrava vigorosa. A única coisa do passado que atribuem caráter positivo é a segurança, ao compararem os elevados índices de criminalidade dos dias de hoje com os de antanho. Portanto, “a idade de ouro” deles é o presente, e não o passado; principalmente, porque as instituições fundamentais da sua cultura, embora declinantes, foram sendo compensadas pela esfera do direito trabalhista, pelo salário e por uma assistência social organizada de forma mais regular por parte do Estado. Compensação esta que se traduziu em melhores condições de vida⁹⁸.

Sendo assim, o que mais eles citam como fator decisivo da nova situação é o direito às leis trabalhistas. Aposentadoria, décimo terceiro salário, férias, Programa de Integração Social (PIS) e auxílio-doença, tudo isso é enaltecido como o divisor de águas entre passado e presente. Além disso, os benefícios sociais têm papel decisivo nesse novo momento, visto que, “antes ninguém ajudava”, “agora o governo ajuda”, e isto faz a diferença para eles e todos os trabalhadores rurais que os recebem. Ademais, as concessões extramonetárias são por eles evocadas como impulsores desse desenvolvimento, porque através delas podem fazer melhor uso do salário.

O problema é que o presente – “tempo das conquistas” – não é por eles problematizado. Pois se está bom, melhor que antes, ele não precisa ser criticado.

condições de vida, sob todos os aspectos, são superiores às atuais. Não podemos esquecer que o passado (“o tempo da fartura”) do parceiros do Rio Bonito é o tempo da posse, no qual não havia colonato e todos tinham sua terra. Portanto, ele se localiza no final do século XIX; diferentemente, pois, do passado lembrado pelos moradores da Santa Fé que está entre os anos 50 e 70 do século XX. Mas seguindo a lógica apresentada por Cândido, a vida social dos moradores da Santa Fé deveria se degradar por causa da expansão do capitalismo no campo. Isto, no entanto, não aconteceu, pois, apesar das trocas capitalistas, eles não foram expulsos da Fazenda e, assim, aliando o salário com os benefícios sociais e o que restou das concessões extramonetárias, eles puderam se adaptar bem à vida comercial moderna, desenvolvendo assim seu poder de compra, o que contradiz o sociólogo fluminense.

⁹⁸ Agora, essa melhora das suas condições de vida deve ser bem delimitada. Nos últimos anos, o acesso ao programa Bolsa Família, juntamente com o salário e as concessões extramonetárias que restaram, deram-lhe, sem dúvida, poder de compra, incluindo-os, muito timidamente, na sociedade de consumo. Isto foi transformado na compra de bens de consumo que estavam até então distantes da sua realidade social. No entanto, esta inclusão não significa certa ascensão social. No seu cotidiano, eles enfrentam muitas dificuldades para pagarem as prestações que eles foram adquirindo e comprar sua alimentação no comércio da cidade. Em razão disto, eles sempre me pedem para levar roupas e calçados para eles, quando vou visitá-los. Portanto, é preciso problematizar esse momento definido por eles e por diversos teóricos como próspero.

Não veem, então, aspectos negativos no tocante ao sistema misto que determina suas condições de vida e que traz em seu bojo dois tipos de alienação, a não ser, de forma superficial, quando dizem que o salário é pouco e o trabalho, excessivo. Assim, em sua visão, tudo referente às conquistas sociais resulta do tempo presente sem ter ligação com o passado de opressão. Esta visão os entorpece sobre os desafios do presente e futuro.

Para demonstrar suas representações mentais sobre esses diferentes tempos sociais, seguem trechos de entrevistas que foram realizadas com quatro moradores diferentes da Santa Fé, são eles: M., C., P e G. A partir delas, nota-se que as lembranças positivas do passado são raríssimas.

9.7.1 “Hoje a gente vive melhor, naquele tempo era só sofrimento”

O morador M. tem 60 anos; ele está aposentado mas continua trabalhando na Fazenda. Segundo o gerente, é um trabalhador exemplar porque é o primeiro a chegar e o último a sair do serviço. Como chefe do setor agrícola, ele tem grande poder de decisão na Fazenda, levando-o a discordar, na maioria das vezes, das ações realizadas pelo gerente. Pela experiência que tem, é requisitado por todos para opinar sobre determinados assuntos, o que faz dele um segundo gerente:

Trabalhei com meu pai até a idade de quinze anos.

Naquele tempo era a agricultura, e tirava um leitin; lá fazia um queijim; na época ninguém tinha laticínio não; não comprava leite; não tinha indústria de nada. Fazia só o queijo.

Naquele tempo [no passado, durante a infância], ninguém comprava nada, não. Produzia [o pai] farinha; ele tinha casa de farinha, plantava o arroz, o milho e o feijão.

Naquele tempo as coisas eram difíceis.

Foi muito difícil, na época eu tava com ele sem estudar, trabalhando muito, só tinha eu como homem lá, pra ajudar ele e uma irmã. Praticamente saí de lá à força porque queria estudar, ser alguma coisa na vida e me obriguei a deixar ele só. Foi muito difícil, pra mim isso foi um desastre.

Eu vim pra [Coronel Teixeira] trabalhar com um irmão que tinha botado uma bodega.

Mesmo indo pra cidade, só consegui terminar a terceira [série] do 1º grau.

Aí inventei de casar, saí e vim pra cá [Santa Fé].

A vantagem do passado é porque você produzia... você plantava um algodão, produzia, cê vivia daquilo ali. Cê tinha um morador que vivia daquilo ali. Na época não tinha inflação, e o patrão fornecia até a colheita.

Fornecia tudo até a colheita. Não tinha juros, não tinha inflação de nada aí você pagava com a safra, era vamos dizer que fosse de ano em ano.

A desvantagem era que, na época, o governo não ajudava ninguém, né? Nesse tempo não tinha quem ajudasse.

No passado [durante os repiquetes e as secas], quando chegava o mês de março o pessoal tava nos comércio ali quebrando tudo, tomando, morrendo de fome. O cara dava rapadura e farinha e eles escapava lá, tava na calçada, o prefeito fazia isso. Quando faltava, eles tomavam a cidade, pedia, se humilhava, pedia pelo amor de Deus me dê um bocado. Eu vi muito isso.

Na época, se você vivia do algodão e não tinha o inverno aí você ia viver de quê? Ia ter que sair de algum canto. Como era que saía? Ninguém dava nada, o cara ia tomar.

Eu trabalhava nesse comércio na época. Dia de sexta-feira o maior movimento que a gente fazia era dando esmola. Era dando farinha a um, açúcar a outro, um pedaço de rapadura a outro. Quem é que vê mais alguém chegar num mercantil desse pedindo alguma coisa? Tá todo mundo aposentado, e é um salário mínimo. Na época era meio, às vezes nem aposentava, aí o cara era doente, ia fazer o quê? Ia pedir esmola. Hoje não, tá todo mundo aposentado. Ainda tem quem diga que pra trás era bom... não, pra trás era bom que você dormia numa estrada dessa, você andava por qualquer canto não tinha bandido, não tinha vagabundo.

Naquela época era muito difícil, o patrão um poquim falido porque tava ganhando alguma coisa na agricultura, também do morador, né? Aí o patrão não ia ajudar o morador. Aí o morador ia viver de quê? Era o jeito que tinha era ir pra cidade pedir, tomar. Acontecia muito isso, vi muito isso aqui [em Coronel Teixeira] e era em todo canto.

Aí pra trás acontecia dum ano fraco o banco perdoava a conta do fazendeiro. E o fazendeiro não perdoava a do morador. Ele pagava de qualquer jeito. O morador tinha que pagar. Não podia sair sem pagar.

O cara plantou, fez a despesa e não tem inverno, mas o patrão não perdoava não. O bando perdoava pra ele, mas ele não perdoava a do morador.

Você vivia na mão do patrão, ele fazia o que queria com você. Você não tinha pra onde correr não. Se saía daqui ia pra outro. Se saísse do outro e ia pra outro e às vezes era muito pior.

Pra trás, eles faziam o que queriam, o cara não tinha pra onde correr, é como eu tô lhe dizendo, o governo perdoava a conta deles, e eles não perdoavam a conta do morador.

A coisa era cruel, vi muito isso. O morador que tava devendo tinha que pagar na próxima safra. Trabalhando dia de serviço barato, descontado. Eu mesmo fiz isso aqui. Na época eu fiz isso. No ano de oitenta e um [terceiro ano da seca 1979-1983].

Eu acredito que nem chegasse isso no patrão. Era as administrações. Esse cara [o patrão] é bom. Se falou em ["Deputado"] no mundo por aí, esse você pode dizer que ele é homem. Homem sobrando. Pode ser o mais pobre que tiver, ele é homem sobrando. Então é o que eu falo, acontecia isso, mas não era por ele.

Em 80, eu plantei 7 hectares de algodão e, numa parte desse algodão, eu plantei um milho e plantei três hectares de feijão. Eu tava com eles quase tudo pronto, aí o inverno acabou, não choveu, chegou março e não chovia. Aí foi cortado o fornecimento, não vendia mais nada nem a sobrevivência. Nós fomos trabalhar numa empleita [empreitada] barato. E se tivesse saldo de alguma coisa que sobrasse, era pra descontar na conta que tava fornecendo pros agricultores.

Por sinal, quando foi lá pelo dia 20 de março em diante, choveu e a gente terminou graças a Deus que pagando. Mas pra ver a dificuldade como era.

Você ia ganhar mal e ainda ia ter que pagar, porque aí você era seguro.

A mercearia era quem fornecia o alimento, e tinha que ser pouco e se sobrasse alguma coisa você não via o dinheiro, era pra ser descontado naquele débito que fez com a agricultura que ia ser tudo de meia, só de metade. Trabalhava praticamente pra comer...

Consegui ainda formar uma filha. E naquele tempo o governo não ajudava ninguém não. Você comprava isso aqui, comprava tudo, duro demais. E eu consegui fazer isso [formar uma filha], trabalhando domingo, trabalhando

sábado, de seis às seis, passando mal, deixando de comprar um quilo de carne pra mandar o dinheiro pruma fia.

Sofri muito pra educar os filhos, pedindo, se humilhando, pedindo numa casa pra deixar lá, indo pegar em [Coronel Teixeira] de bicicleta, coisa difícil. Não tinha um transporte, se o filho fosse daqui pra cidade tinha que pagar. Não tinha essa história de transporte. Você andava num pau-de-arara e tinha que ser pago.

Então eu não posso dizer que tive um passado bom não, tive porque graças a Deus eu quero muito bem a minha família; são um pessoal bom... mas a luta foi grande.

Olha, nós tivemos aí um período no governo Fernando Henrique que você trabalhava era um ano sem ter dinheiro. Naquela época não sobrava nada da cesta básica. A cesta básica naquele tempo era um desastre de cara.

E aí de 70 setenta pra cá tô aqui na [Santa Fé]. Graças a Deus nunca foi preciso ser suspenso. Graças a Deus nunca faltei um dia sem comunicar a empresa, nunca. Se eu tiver de férias, tô trabalhando, que também trabalho tida as férias. Folguei quinze dias de férias em 81, primeiro ano. Daí pra cá não deu mais certo folgar não.

Às vezes, você começa a querer folgar, aí quando é no próximo mês aquilo... você vai trabalhar o dobro, você vai ter que consertar alguma coisa, botar no eixo, às vezes nem dá mais tempo você botar. Aí não adianta: vai trabalhar mais, vai dar prejuízo a empresa, não tem substituto...

Hoje, é melhor ser um funcionário de uma fazenda dessa do que naquela época ser o dono.

Ajuda do governo: eles ajudam. A agricultura familiar eles dão um motor pra pagar com doze anos. Tá vivendo. Hoje é muito bom em relação a isso aí. Hoje você vai no banco faz um empréstimo; os assentados aí todos eles têm ajuda, né?

Hoje você pega um 2012 desse aí, que não houve inverno, e nós chegamos aqui no mês de abril todo mundo trabalhando nas suas rocinha; aquele motozím ali: o governo tá ajudando. Quem tem sua vaquinha, tira seu leitin, o carro passa lá, ele vende, todo dia apura alguma coisa, e tá sobrevivendo. Ninguém foi mais pra cidade pra tomar nada de ninguém.

Hoje tá assim diferente, totalmente.

O pessoal tá nos assentamento deles [dos governos] aí. Tem gente que acha até melhor, Seguro-Safra e mais algumas vantagens.

Agora você quer ver sofrimento? É o cara vivendo da agricultura, o cara andando no jumento. Quem não é assentado, é morador [de um médio produtor].

Aí a coisa pra ele é difícil, muito difícil. Não é como aqui: aqui é uma riqueza, o patrão todo final de mês ele paga. Você precisa transportar alguma coisa tem uma carroça boa, tem um trator, tem um carro.

Lá não existe isso não, é um sofrimento.

Quando eu fui lá, na época, era segunda eleição do Lula (2006), tinha uma senhora lá, que me perguntou: Seu menino, o senhor dá notícia de alguma coisa por aí, o senhor dá ideia se os pessoal vão votar nesse homem [Lula], como é que vai ser?

- Rapaz, pelo que aconteceu, ele vai ganhar.

Ela disse: - Não, é porque aqui, eu vou ser sincera, aqui se a gente não vendesse um ovo, ninguém via dinheiro. Tem pro patrão: o patrão tem as ovelhas dele, os porcos dele; mas o morador não tem nada. Eles não deixa criar nada. E esse homem [Lula] tá ajudando a gente em alguma coisa. O dinheiro é pouco, é, mas a gente tem aquele dinheirinho.

- A gente sabe que no final do mês tem aquele dinheirinho. Então isso ajudou muito. Corrupto? É só o que se ouve, né? Mas pelo menos tá sabendo fazer.

-Tá chamando alguma coisa pra ele e ajudando alguém. Pra trás: o cara só tinha o patrão pra ajudar; ele ficava na mão do patrão. Hoje o governo dá uma coisinha, tá diferente...

Quer dizer, isso de depender só do patrão não existe mais. O cara aqui é fazendeirim, esse vizinho aqui nosso, que tá no extremo.

Ele foi encher um silo ali e foi atrás dum pessoal. E o pessoal: - Rapaz, eu só vou a 35 reais. – Que é isso, rapaz, eu não posso pagar. – Só vou a 35 reais. - E aí? O jeito que tem é pagar os trinta e cinco reais. Começou pagando os trinta e cinco reais. Quando o diarista disse: - Nós agora só vem a quarenta. Infelizmente, acontece isso. O cara podia tá recebendo uma ajuda, vou ganhar mais alguma coisa, vou tentar educar um filho ou tentar alguma coisa. Então tá difícil. E tem uma coisa, segundo ele [o fazendeirim], o pessoal chegava 7 e 40, quando era 11 horas, ia embora; 4 e 40 tá querendo ir de novo, e então fica difícil pra esse pessoal, os pequenos fazendeiros aí. Hoje a gente vive melhor, naquele tempo era sofrimento. Se você chegar num mercantil desses e comprar 500 reais – não for comprar besteira, a sobrevivência do homem do campo. Ele come o mês todim e sobra e ele ainda escolhe lá o que quer. E na época [no passado] não dava, não dava pra nada. Hoje tá um beleza, 742 reais, sobra 300 reais pra você pagar um consórcio, pra você pagar aí uma prestação de alguma coisa, de uma televisão, duma coisa. Na época não tinha isso não, do governo Lula pra trás, eu não tô querendo que o Lula seja... eu tô dizendo assim, nós estamos questionando a situação do passado e do presente. Então a vida hoje tá muito melhor. Até pro homem do campo que tá escapando com qualquer coisa. Como eu disse, ninguém vai tomar nada de ninguém. Toma os vagabundo aí, porque esses daí toma mesmo. Às vezes até filho de papaizinho, esses daí toma. E tem prazer de fazer, né? Mas a vida hoje tá muito melhor. Eu considero aqui como que eu tivesse no que é meu. Trabalho com o mesmo prazer.

9.7.2 “Hoje, tá melhor”

O morador C. tem 64 anos, vividos inteiramente como morador de fazenda. Também aposentado, continua trabalhando para a Santa Fé. Ele é o morador mais próximo do “Deputado”, já que realiza o trabalho de mordomo:

A minha infância não foi fácil, né? A gente não tinha nada, era pobre. Foi bem dizer trabalhando, né? Nós não tinha recurso... não estudei quase nada porque tinha que ajudar meu pai pra comprar o dicumê porque senão a gente passava fome mesmo. Quando eu tinha dez anos de idade já comecei a trabalhar na agricultura mais ele, né? Fazendo roça, era plantando. Na minha infância era só no machado, na enxada e na foice, era brabo! Nós era treze irmão. O véi [pai] sozim pra sustentar era difícil; o mais velho era mulher, aí nasceu umas cinco mulher para eu poder nascer. Quem tinha pra ajudar ele era eu, que era o mais velho dos homem. Do passado não tem nada bom, não. Só que não tinha esse negócio de bandido, de as pessoas assaltar as fazenda. De primeiro você pra ganhar um tustãozim era difícil. Hoje, o governo ajuda, o cara trabalha de carteira assinada, tem direito a férias, a décimo, a PIS, a tudo, né? Isso aí tudo é pago. No passado, pra você comer um cuscuz, você tinha que suar no moinho... Moendo milho duro! Botava de molho, quando era de manhãzinha ia moer pra comer cuscuz; suave. De primeiro você tinha um saquim de pano. Saco do feijão, do feijão, não, que a gente não comprava feijão, a gente plantava. Da farinha, do açúcar, do arroz. Feito de pano. Pedia dois quilos de uma coisa, três de outra. O comerciante pesava e botava dentro do saquim. Cansei de ir, mais o meu pai,

pra bodega, com os saquim na mão, e do jeito que eu levava, trazia seco. O cara não vendia porque nós tava devendo.

No passado eu não tinha meus salários todos os meses fixo, né? Eu trabalhava na agricultura fazendo empeleita, roças, essa coisa. Aí se eu adoecesse, eu não ganhava.

Hoje, a gente se considera rico.

Hoje o governo ajuda, o cara trabalha de carteira assinada, tem direito a férias, a décimo, a PIS, a tudo, né? Isso aí tudo é pago.

Hoje em dia, você trabalha, você vai no mercantil, você escolhe a massa [de cuscuz] que quer comer. Hoje, tá melhor.

Você chega num mercantil, você pega um carrim, enche o carrim de compra e o embalador do mercantil embala tudo direitinho, cê traz pra casa.

Mas hoje, você pode plantar, nós aqui planta; planta o feijão pra comer. A agricultura o caba que faz.

Eu trabalho de carteira assinada, né? Aí tenho minhas férias, tenho meu salário todo os mês, tem meu décimo, se eu quiser eu planto meu feijãozinho pra eu comer.

Eu tenho meu emprego fixo e tenho meu salário todos os meses fixo, né?

Hoje, se eu adoecer, eu peço meu atestado ao médico e eu fico ganhando, não é? De primeiro, não...

A gente sabe que o salário é pequeno. É pouco pra gente viver com um salário. A gente dá graças a Deus, mas ainda não é...

9.7.3 “Agora tá um tempinho dado”

O morador P. é irmão do morador R. Toda sua família trabalha na Fazenda, exceto ele, que, por causa de problemas de saúde, está aposentado. Mas não deixa de fazer “uns bicos”, como o de vigiar a propriedade do “Deputado”, visto que é considerado o morador que mais conhece a Santa Fé:

Cansei de chegar em casa, olhar pra panela: tudo virado em riba do fogão. E lá em casa era bem oito homem.

Cadê o cumê? Arroz, cê ia pra bodega não queria vender. Aí o caba comprava meia quarta de arroz! Aí né, pegava um vidro de óleo e era aquela três medidazinha deste tamanho, um quarto de rapadura, um quilo de farinha ou quilo e meio. E tinha uns saquin véi de pano que a gente fazia aí e levava pra poder...

[Os irmãos] um tirava pro açude e outro ficava moendo milho. Pra ver se pegava um peixe pra comer – pra tomar um caldo pra ver se passava a noite. E de manhãzinha tirava pro serviço. E quando um tirava pro peixe, outro tirava pra moer e o outro botava a lata no ombro.

A carne era novidade.

Não existia macarrão, não, ninguém conhecia macarrão, não...

Era só um feijãozinho, fazia aquele capitão... fazia e comia, às vezes não tinha sal, e comia do mesmo jeito... só o feijão limpo e é porque nós fazia, plantava muito, fazia.

Naquele tempo passado, você levava o quê [pro trabalho]? Um quarto de rapadura e uma mão cheia de farinha branca dentro de um saco pra passar o dia todim. Quando chegava de noite, olhava pro fogão tava só as cinzas.

Pra trás, o cara trabalhava demais.

Um pobre não podia ir a Fortaleza...

Hoje, não, cê chega, Ave Maria se não tiver o arroz. Eu vim comer o macarrão faz pouco tempo.

Você hoje vai pra um serviço que nem a negrada faz... sai com sua merenda feita, sai levando sua carne torrada, seu baião feito.

Hoje, quando você chega, você vê quatro ou cinco panelas no fogo. É o arroz, tem o macarrão, tem a carne e tem o feijão, né?
Agora tá um tempinho dado.

9.7.4 “No presente, eu só conto vantagem”

O morador G. é conhecido por trabalhar demais: como diz o gerente, “ele é uma fera pro trabalho”. Além disso, ele é, de certo modo, privilegiado por manter uma bodega em casa, na qual vende refrigerantes, cervejas e cigarros, e, também, por criar animais para o abate e, assim, vendê-los aos moradores. Além dele, só o gerente tem um comércio em casa (uma sorveteria). Atualmente, ele é um dos moradores mais bem-sucedidos da Fazenda:

Comecei a trabalhar com dez anos. Já pra dar de comer a família. O pai tirou do estudo pra eu trabalhar; era eu e o J., meu irmão. J. mais velho que eu dois anos: ele tinha doze e eu tinha dez.

Na época era nove filho. Aí o pai foi e tirou eu da escola. Fiz só a primeira série mesmo e o segundo da alfabetização. Eu chorava, eu lembro que chorava muito pra estudar, e o pai [disse]: “não, não pode ir porque não tem condições de pagar as contas”. Aí nos dois era tão novo que passava o dia trabalhando pra ganhar o dia de serviço de um homem. Por exemplo, se o pai ganhasse vinte, eu ganhava dez e o J. dez.

E ia trabalhar sem merenda, não merendava não. Era um café no dia que tinha café pra fazer. Porque não tinha condições do pai ir comprar. Se comprasse, não pagava. Nós sofremos um bocádo. Eu sei que eu sofri...

Nunca peguei no que é dos outros. Meu pai não tinha o que dar, o que nós ganhava era só pra comer, né? E às vezes não dava não.

Trabalhei em cinco fazendas, antes de chegar aqui. Vim conhecer salário na Santa Fé. Nas outras tudo era patrãozin fraco. Fraco que eu digo assim: o caba tinha vinte vaquinha e vendia cinquenta litros de leite, era quando dava pra pagar nós. Quando chega o verão aí, o leite baixa, né? Aí não dá, né? Tinha ele um terrenin pra cuidar. Aí ele não queria tirar nós, que nós era uns caba bom, trabalhador, né? Aí o que ele fazia: ele deixava nós na casa dele, nós morava na casa dele e trabalhava onde nós quisesses. Aí quando ele precisava de nós, e tivesse verba pra pagar, chamava...

Nós se virava no açude pescando. E nessa época aí nós já vendia o couro da cobra, de tejo, essas coisa, e nós era muito espiritado pra caçar.

Caçava com cachorro; a gente comia tatu, tejo, o que a gente apanhava comia. Nós não podia comprar carne mesmo.

Na época do verão, o cara não tinha trabalho. [Aí ele dizia]: “rapaz, semana que entra vocês arrume um serviço pra vocês em qualquer canto aí”. Qualquer fazenda que pudesse pagar. Sei que sempre tinha, nós não faltava serviço. Trabalhava uma semana num canto, outra semana noutro canto. E o cara dizia: “quando eu tiver serviço, eu chamo vocês de volta”.

No presente, eu só conto vantagem, não conto desvantagem não. Não vou mentir. No presente hoje eu só conto vantagem.

Fui aprendendo a comprar [criação] e fui aprendendo a negociar. É o que tem ajudado, né? Através disso aí eu tenho minha motinha, tenho minha casa na rua e tem um carrim véi, 98, mas é meu, né? É dinheiro...

Na época eu comecei a comprar, e isso andando numa carroça sozim e Deus. A negrada ia dormir, e na sexta-feira, eu já tinha uns bicho comprado. Eu comprava da negrada, a negrada me conhecia, eu comprava e pagava mesmo, né?

O gerente W. pra mim é dez ano: se eu comprar dez ovelha, eu boto aqui dentro e ele não diz nada, não.

Já tá com quinze anos que faço isso. Eu hoje matando um boi de cento e sessenta quilos eu vendo todim.

A negrada na folga iam beber cachaça e me mandava pro meio do mundo pra comprar alguma coisa.

Vendo só pros moradores. Todo fiado. Todo mundo é morador, só ganha um salário. Por exemplo, o cara diz: “rapaz nesse mês não vai dá pra eu te dar nada não”. Pois pode vim comprar sua carnezinha que eu tenho frango e tenho carne pra te vender. Eu não vou deixar de vender fiado de jeito nenhum não. Nunca deixei, nem deixo, porque já passei por isso.

O cara às vezes precisa dum dinheirozim. Vai lá em casa, e eu arrumo, nunca cobreiro juro também. Já comprei moto, essa *pop*; comprei por dois conto e vendi por dois mil e quinhentos ao I., pra ele me pagar 150 reais por mês.

Porque eu já achei quem fizesse isso comigo.

Já teve mês aqui d’eu ganhar mil conto só no meu ganho, no meu negócio.

9.7.5 Antiutopia retrospectiva

Contrariando o morador Silveira, de Dona Guidinha do Poço (1997, p. 32), padecimento passado não é logo esquecido. Pois, através das falas dos moradores, entendo que as marcas do pretérito ainda estão latentes, como feridas abertas. Esse tempo social, no qual eles viveram no semiárido, foi para eles a negação dos direitos básicos. Por exemplo: o direito de comer – o mais básico de todos – lhes foi negado, pois a comida era pouca, rara e de preço elevado para suas posses. Como eles recordam, eles levavam o saco de pano para a mercearia e da mesma maneira eles o traziam de volta, ou seja, simplesmente seco. Quando tinha crédito com o comerciante, traziam “meia quarta de arroz, três medidazinha de óleo, um quarto de rapadura, um quilo de farinha”. Se tivessem bom inverno, eles garantiam o feijão e a farinha, mas se, no seu lugar, a estiagem se prolongasse, a fome se instalava nas suas casas.

Carência alimentar esta que se manifestava “nas panelas em riba do fogão”, “na carne que era novidade”, “no café que só fazia quando tinha”, “no trabalhar sem merenda”, “no tatu”, “no tejo”, “no sal que faltava”, “no feijão limpo”, “no milho transformado em cuscuz, na pesca do açude para ver se passava a noite”, no comer o que encontrasse na mata porque não tinha dinheiro pra comprar carne”. Deste modo, a fome os acompanhava no trabalho, na hora de dormir, no café da manhã, no almoço e na merenda, ou seja, ela era cotidiana. E, assim, desnutridos, eles cresceram e criaram os filhos, educando-os, “com o sacrifício de deixar de comprar um quilo de carne, para enviar o dinheiro para a filha estudar na cidade”.

No farnel, carregavam consigo somente “um quarto de rapadura e uma mão de farinha branca”, lembrando assim “a resistência orgânica dos cearenses”, na definição de Rodolfo Teófilo. Na emergência das secas, porém, o fenômeno da fome se alastrava como uma praga, atingindo-os duramente. O morador M. lembra desse momento de crise, especialmente quando trabalhava no comércio, distribuindo esmola para os lavradores. “Pedindo pelo amor de Deus um bocado”, os flagelados saíam de porta em porta na cidade, mendigando. Isto o comovia e, de certo modo, fazia-lhe entender as causas dos saques, tumultos e assaltos durante esse período. Mas, independentemente ou não de seca, havia mais cinzas que alimentos no fogão dos moradores.

Eles também não tiveram direito de estudar, pois precisavam trabalhar para ajudar em casa. Em sua narrativa, a falta de instrução escolar se expressa em frases, como: “não estudei quase nada”, “saí à força [do campo] porque queria estudar, mesmo assim, só consegui terminar a terceira série”, “eu chorava muito pra estudar, aí o pai me tirou da escola”. Além da falta de condições econômicas para continuar estudando, havia o problema do deslocamento para as instituições de ensino disponíveis na época. É por isso que eles dizem que, nos dias de hoje, há mais facilidades para a pessoa terminar os estudos, como, por exemplo, o transporte dos alunos, que vem buscá-los em casa. Se houvesse isto no seu tempo, eles afirmam que teria pelo menos terminado o segundo grau, como seus filhos que têm se aproveitado dessas facilidades e têm trocado as roças pelas salas de aula.

E um dos fatores que faz defenderem que “naquela época era muito difícil” está na falta de benefícios sociais organizados pelo governo federal. “Hoje o governo ajuda. Antes, ninguém ajudava”. No entanto, é importante frisar que ninguém ajudava os pobres moradores, porque, como informa M., “pra trás o banco ou o governo ajudava os patrões, perdoando suas dívidas, e os patrões não perdoavam as dívidas dos trabalhadores”. Como você não tinha ninguém, a não ser o patrão, “você vivia na mão dele, ele fazia o que queria com você”. Você tinha que trabalhar barato, “só para garantir o dicumê”. E “não podia sair da fazenda sem quitar a dívida”. Em outras palavras, era a dominação tradicional exercendo seu poder sem nenhum tipo de controle por parte do Estado. Aliás, como afirmado, o Estado reforçava essa dominação, ao buscar fixar essa mão de obra nas fazendas do semiárido.

É interessante notar que eles não culpam o patrão por isso, embora “vivessem na mão deles”. Para o morador M., por exemplo, “essa prisão por dívida” e a “obrigação de trabalhar para quitá-la”, realizadas pelas administrações da Santa Fé, não chegavam ao patrão. Seu patrão não faria algo do tipo, pois ele é “bom”, “homem sobrando”, e, se acontecesse isso, não era por causa dele. Pode-se dizer assim que, mesmo nos dias de hoje, a força da ideologia do bom patrão ainda é forte entre eles. Eles assim protegem o patrão de qualquer tipo de crítica, como houvesse entre eles um pacto de “não agressão verbal”.

Em geral, o passado – chamado por eles de “pra trás”, “de primeiro”, “naquele tempo”, “naquela época” – é considerado como um período extremamente desagradável das suas vidas. Como diz o morador C.: “Do passado não tem nada de bom”. Ou como declara o morador M.: “Eu posso dizer que tive um passado bom não”. Ou como revela G.: “Nós sofremo um bocado”. Isto porque “de primeiro você pra ganhar um tustãozim era difícil, “o cara trabalhava demais”, e, também, porque, além do governo não ajudar, não tinham acesso à escola, ao salário e aos direitos trabalhistas.

Todavia, o presente é “redentor”. Por esta razão, ele é representado como que apartado do tempo passado. No passado, a ausência dos direitos, no presente a efetivação dos direitos: não há, pois, ligação entre esses dois tempos sociais em sua visão. As conquistas sociais dos trabalhadores rurais, derivadas das lutas contra os fazendeiros e responsáveis pela extensão dos direitos sociais ao homem do campo, não são por eles conhecidas. Por isto, eles pensam que tudo se deve à nova orientação do governo, que de uma hora para outra resolveu ajudá-los. O marco então que divide as relações sociais do passado das relações atuais são o salário e os direitos sociais. A partir deles, o sofrimento foi mitigado, pois, conforme sua exposição, o fantasma da fome desapareceu. Os filhos, ao contrário do que aconteceu com eles, frequentam a escola. Já eles recebem o auxílio-doença quando adoecem. Tudo isto faz com que eles afirmem que “hoje se vive melhor”, ou como diz o morador P.: “agora tá um tempinho dado”, ou como resume C.: “hoje a gente se considera rico”.

Assim, de acordo com eles, sua alimentação teve uma melhora significativa. Primeiro, no sentido da sua existência: “a negrada sai com sua merenda feita, sai levando sua carne torrada, seu baião feito”. Segundo, no sentido da

quantidade: “você vê quatro ou cinco panelas no fogo”, “você chega num mercantil, enche o carrim de compra”, “se você chegar num mercantil desses e comprar 500 reais, come o mês todim e sobra”. E terceiro, no sentido da diversidade: “É o arroz, tem o macarrão, tem a carne e tem o feijão”, “ele escolhe o que quer [no mercantil]”. Com efeito, na ótica dos moradores da Santa Fé, sua situação alimentar está melhor: ela era deficiente quando resultava das lavouras de subsistência e das diárias pagas pela Santa Fé. Não há, pois, “traumatismo cultural” em razão da centralização ecológica provocada pelo centro urbano, uma vez que, na Santa Fé, esta centralização não foi completamente realizada, em virtude da manutenção dos roçados e de outras concessões extramonetárias. Para os moradores na Santa Fé, até o presente momento, o processo de ajuste às condições da vida comercial moderna tem sido feito de forma branda, visto que eles passaram a receber salário e direitos trabalhistas, sem a contrapartida da expropriação da terra. Portanto, diferentemente do que aconteceu com os parceiros, colonos e camaradas do Rio Bonito, na década de 50 (ver Cândido, 2010), essas novas condições – de acordo com os relatos – não levaram os moradores da Santa Fé a uma situação de crise nos meios de subsistência.

De acordo com seus testemunhos, eles estão bem ajustados às novas condições de obtenção dos meios de subsistência por via comercial. Nesse momento, em que eles estão mais dependentes do centro urbano para satisfazer suas necessidades alimentares, dá a impressão que não existem perdas, mas só aquisição de alimentos. Além disso, as facilidades atuais provocadas pela indústria alimentar – “escolher o tipo de massa do cuscuz” – de certo modo, exercem neles grande fascínio. E, neste sentido, não há entre eles saudade dos alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, de épocas passadas. O que realmente importa são aqueles que saciam a fome da família, sejam industriais ou não: isto é, a quantidade e variedade de alimentos e não sua qualidade⁹⁹. Mas esse ajuste só ocorreu sem grandes danos aos

⁹⁹ Esta preferência dos sertanejos pelos alimentos industriais vem de longe. De acordo com o Boletim do Ministério da Agricultura, de 1941, no artigo *A alimentação do homem rural*, “o roceiro é o homem que mais come e menos se alimenta” (p. 68). E isto não se reproduzia apenas na mesa dos pobres lavradores mas também do abastado fazendeiro, pois ambos não tinham orientação de como aproveitar melhor os alimentos produzidos pela natureza: “Desde o abastado fazendeiro até o humilde homem da enxada o mal é o mesmo e a causa idêntica: falta de orientação”. Assim, conforme o documento: “O homem rural, que tem nas portas de sua casa tudo o que é necessário para uma alimentação perfeita, despreza essa dádiva da natureza e vai, não raro, buscar nas cidades o seu alimento, porque no dizer dele, “na roça passa-se mal de boca”. (p. 68)

moradores, porque o assalariamento não lhes tirou a agricultura de subsistência. Em razão disso, o salário, que lhe possibilita fazer a feira no mercado da cidade, juntamente com as roças que garantem o feijão, o milho e a mandioca, dão-lhes condições para fazerem todas as cinco refeições do dia e a certeza que estão vivendo em um período de fartura. Como prova disso, basta confrontar as imagens criadas por eles sobre a subsistência no regime paternalista, que representa o passado, e no sistema misto, que constitui o tempo presente.

Outra evidência desse crescimento econômico é o fim das invasões ao comércio da cidade no período das secas: “Ninguém foi mais pra cidade pra tomar nada de ninguém”. Realmente não se vê mais a multidão de retirantes invadindo as capitais do Nordeste para pedir ajuda e nem o crescimento da taxa de mortalidade

“Passar bem de boca” para o homem do campo é ter em sua mesa alimentos caros e raros, variedades de um mesmo prato, os próprios da fazenda já transformados pela indústria, como os presuntos, as mortadelas, conservas, doces em latas, etc; é gastar o dobro do dinheiro que dispenderia se utilizasse os seus próprios produtos; é pagar ao industrial o trabalho e o lucro por ter transformado o produto do homem rural.

[...] Nos Estados do Nordeste domina no regime alimentar do homem rural a carne de sol ou charque de vento, farinha de mandioca e de milho, carne de cabrito, abóbora doce, rapadura, banana, coco, caju, goiabada, goiaba e outros frutos. As secas reduzem ainda mais os alimentos ao cará, imbú, macaíba, macambira, taioba, maniceba, além de alguns frutos a ela resistente como a mucuna e outros. “Verificamos assim as deficiências de qualquer dos regimes citados, apesar de ter o nosso sertanejo outros alimentos a mão, dos quais não se utiliza por ignorar suas virtudes” (p. 68). Cabia, portanto, ao Estado (via Serviço de Informação Agrícola) “ensinar o homem rural a alimentar-se dentro dos preceitos modernos de higiene”. (p. 68)

A. Da Silva Mello (1953), entusiasta da alimentação sertaneja, pois o sertanejo “é comumente um indivíduo sadio, resistente, musculoso, possuidor de bons dentes”, já se demonstrava bastante preocupado com a penetração dos automóveis e dos produtos industriais nas vilas sertanejas e a influência que isto poderia trazer para seu saudável regime alimentar:

“O automóvel penetra por toda a parte e a gasolina é encontrada com facilidade em qualquer zona do sertão. O próprio pão branco, alvo, de farinha descorticada, difundiu-se pelo interior, fazendo parte da alimentação geral de quase toda a população. Por onde passamos, sempre, invariavelmente, lá o encontramos, não raro sob a forma de sanduiche de queijo, por vezes de mortadela ou mesmo de presunto. É aí que está o perigo, cujas consequências não podem ser previstas! O caldo de cana, bebida natural, nutritiva, magnífica, vai sendo escoraçado pela coca-cola e os guaranás artificiais, enviados do Rio e de São Paulo. A rapadura e o açúcar mascavo, do engenho, estão sendo substituídos pelo açúcar refinado ou cristalizado, produto das usinas. O arroz vermelho, socado no pilão, desaparece diante do branco, polido nas máquinas. Nas feiras do interior é fácil verificar essa transformação, que é dos últimos tempos, encontrando-se ainda ao lado dos produtos industrializados, sempre de melhor aspecto e preço mais elevado, os primitivos, usados pela população mais pobre. A tendência geral, porém, é para aceitar aqueles, desprezando estes, justamente os mais sadios e que devem constituir o segredo da saúde e da resistência dos nordestinos” (p. 39-40).

Josué de Castro (2006, p.189), sem se deter às influências da indústria de alimentos na alimentação sertaneja, também, considerava tal regime alimentar “sem falhas muito graves”.

Parece que o trabalho de instrução alimentar do Estado e os conselhos de Antonio da Silva Melo e de Josué de Castro não tocaram os sertanejos, como demonstram o regime alimentar dos moradores da Santa Fé e o que eles definem como fartura. Mas na Santa Fé, devido à distância da cidade, pode-se dizer que o pão ainda não é hegemônico, não conseguindo desbancar a farinha de milho e a farinha de mandioca. No entanto, ao fazerem a feira do mês, o pão sempre está presente, além de outros produtos industriais.

durante as últimas crises climáticas. Isto acontece, segundo eles, porque “o governo tá ajudando” os pequenos produtores e assentados. É o “motorzinho para pagar com doze anos” e “outras várias ajudas”, que estão elevando o nível de vida dos lavradores pobres do sertão. Assim, ao confrontar a situação atual com a passada, eles demarcam duas fases diferentes do Estado, que defino como: a oligárquica, mais longa, e a democrática, mais recente. A fase oligárquica é a que não havia nenhum tipo de assistência social, apesar dos bancos públicos perdoarem as dívidas dos fazendeiros. A democrática se configura na conjuntura atual, cujas políticas públicas para os pobres lavradores, além de existirem, são realmente efetivadas.

Essa proteção social, que eles restringem ao governo Lula, é motivo para que ele mereça continuar à frente do Estado, apesar de o acusarem de corrupção (“é só o que se ouve”). Percebe-se, na história da senhora (moradora), esse voto de confiança nele: ela, apreensiva com o resultado da eleição presidencial de 2006, declara desta maneira seu voto: “esse homem [Lula] tá ajudando a gente em alguma coisa. O dinheiro é pouco, é, mas a gente tem aquele dinheirinho”. Esta declaração incentivou o morador M. a também defender tal governo: “Hoje tá um beleza, 742 reais, sobra 300 reais pra você pagar um consórcio. Na época não tinha isso não, do governo Lula pra trás (...). Então a vida hoje tá muito melhor”. Seus votos seriam dado para um governante que olhou para esse povo esquecido, criando uma série de programas sociais que os beneficiam diretamente: portanto, sua opinião favorável em torno da candidatura de Lula é compreensiva, embora isto tenha sido encarado como resultante do clientelismo estatal promovido por tal governo (ver Bursztyn, 2008, e Abramovay, 2009).

Eles sentem então que suas condições de vida se tornaram mais satisfatórias, especialmente com o que se pode chamar de política de desconcentração de renda, promovida pelo governo Lula, através dos programas de transferência de renda e de valorização do salário-mínimo. Ao contrário disso, na era FHC (1995-2003), com a inflação de 22,41% no primeiro ano de governo e de 12,53% no último ano, “você trabalhava era um ano sem ter dinheiro”: “a cesta básica naquele tempo era um desastre de cara”. Isto, porém, não quer dizer que o presente redentor dos moradores tem início a partir da era Lula, mas que este governo foi fundamental para dar maior estabilidade aos lavradores no semiárido. O aumento de salário, independentemente do desempenho econômico do país, permitiu que eles

comprassem a feira e investissem o restante do dinheiro em bens de consumo duráveis, como na compra de motocicletas. Até os proprietários admitem que houve certo desenvolvimento material na vida dos trabalhadores nesse período: o “Deputado”, por exemplo, diz que hoje “nas fazendas, no interior, está tudo arrumadinho, bonitinho, o pessoal tem televisão, uns têm geladeira; a coisa mudou de uma maneira fantástica”.

Mas, segundo o morador M., essa política tem prejudicado os produtores no momento da contratação do “pessoal”, pois os trabalhadores não se submetem a qualquer diária. Anteriormente, não: “o patrão fazia o que queria”. Agora, houve uma inversão: quem manda são os trabalhadores, ao não cumprirem com o horário de trabalho e ao fixarem o valor da diária. Além dessa constatação, que se assemelha ao que diz a classe média e a mídia sobre essa nova conjuntura, eles indicam que os mais bem-sucedidos das classes trabalhadoras são os trabalhadores assalariados, como eles, os diaristas e assentados. Já aqueles que não têm salário, como os moradores “de patrão fraco”, continuam sofrendo, e sofreriam ainda mais se os benefícios sociais fossem cortados, uma vez que estão inseridos em uma economia quase feudal.

Em suma, seus testemunhos evidenciam a importância que o “emprego permanente” e “o salário fixo” têm para os moradores da região. Em razão disso, há poucas lembranças positivas do passado, a não ser quando falam “da tranquilidade de antigamente”, isto é, da segurança. Assim, o presente, ao mesmo tempo que os conforma, faz do pretérito um repertório de experiências sociais malsucedidas, “difíceis” de serem lembradas com “saudosismo”, “valorização” e “utopia retrospectiva”. A causa principal disso está, portanto, na desconcentração de renda que vem ocorrendo lentamente no país, por meio de uma maior ingerência do Estado na economia, e que agora vem sendo seriamente ameaçada pelo golpe dado por Michel Temer e seus asseclas.

9.8 O trabalho na Santa Fé

Na Santa Fé, além de observar os trabalhos no campo e na cocheira, ajudei os moradores em seu trabalho, fazendo o que Wacquant (2002) define de

“participação observante”. Como ele indica, em *Corpo e Alma*, a participação observante difere da observação participante por ser uma prática etnográfica na qual o pesquisador ultrapassa os limites da observação de um cenário, e passa a participar ativamente como um ator interessado nas dinâmicas sociais encenadas: ou seja, rompe as fronteiras entre sujeito e objeto. E foi neste sentido que me incorporei às turmas de trabalho da Santa Fé.

A participação observante meu levou a se desentender com a gerência, que, em nosso terceiro trabalho de campo, queria que eu acordasse cedo para ajudar o pessoal da cocheira que estava desfalcado, pretendendo, pois, aproveitar-se dessa minha prática. Como não acordava de madrugada, não fui. O gerente cobrou em tom de zombaria minha presença que, de certo modo, eu tinha prometido. Diante disso, disse para ele: “Daqui a pouco tu vai querer que eu assine o livro de ponto”. Em seguida, ele retrucou: Não, você está longe de trabalhar aqui”.

Após a discussão, ele não me convidou mais para participar de nenhuma atividade. Essa insistência acontecia porque existem poucos trabalhadores para muito trabalho. Quando um falta por motivo de doença ou por outras razões, o trabalho fica prejudicado, fazendo com que o gerente convoque os assentados que moram vizinho a Santa Fé, os agregados dos moradores e os pesquisadores que “gostam de dar uma forcinha”. Ele, muitas vezes, tem que sair do escritório para substituir alguém da sua equipe. Tudo isto acontece porque a Fazenda não contrata um número adequado de pessoas para o trabalho, o que sobrecarrega sua mão de obra¹⁰⁰.

Apesar disso, não me arrependo de ter realizado a participação observante. Por intermédio dela, consegui me aproximar dos moradores, ganhar sua confiança. A maioria dos testemunhos que estão aqui se devem a ela, pois, nesse momento de aproximação, os moradores, distantes do gerente, falavam abertamente das relações de morada. Se não tivesse ensilado, encoiverado, ordenhado, tocado, mochado, tatuado, brincado e vacinado o gado, não tinha percebido as distinções locais, nem sentido na pele a exploração que os moradores estão submetidos.

¹⁰⁰Prática esta comum nas fazendas brasileiras. Assim, o desemprego tem crescido no campo brasileiro: entre o Censo Agropecuário de 1995-1996 e o de 2006, a queda do nível de emprego nas propriedades rurais foi de 7,2%. Nas modernas fazendas do Centro-Sul, vê-se praticamente máquinas operando no lugar que antes era ocupado por centenas de braços. No Ceará, porém, as empresas rurais ainda mantêm trabalhadores residentes.

9.8.1 Ensilar

Como no Sul do país, chamam de ensilar o armazenamento da forragem nos silos. Particpei inúmeras vezes desta atividade. Mas segue a lembrança de uma dessas participações que ocorreu no dia 12 de agosto de 2013.

Na Santa Fé, existem 28 silos, que os moradores denominam de “geladeiras”: são silos subterrâneos que eles cobrem com uma lona branca de polietileno, para vedar a entrada de ar e impedir que a comida do gado se estrague. Em relação ao material, há dois tipos de silo: de alvenaria e terra. E em relação ao tamanho, há grandes, médios e pequenos. Os silos estão espalhados por toda extensão da Santa Fé: fui então para uma área que concentra cinco deles e que se localiza a quatro quilômetros de distância do escritório. Quando enchíamos um silo, passávamos para o outro, e, assim, fomos armazenando a forragem produzida nos campos.

Como a administração da Santa Fé não compra forragem, ela planta grandes campos de capim, sorgo e milho. As forragens que vão para os silos servem, pois, para alimentar o gado durante o verão – período este em que o pasto seca, não fornecendo os nutrientes necessários para a produção de leite. Como trabalham invariavelmente com a possibilidade de seca, guardam uma quantidade de gramíneas suficiente para mais de um ano e não apenas para os seis meses correspondentes ao verão. Nas “geladeiras”, as plantas então se conservam, oferecendo (quase) a mesma quantidade de substâncias nutritivas do alimento fresco.

Às setes horas, eu já estava nos silos. A equipe da forragem nesse dia era composta por seis pessoas: enquanto dois moradores colhiam o sorgo – o tratorista e o ajudante – quatro moradores (porque havia pressa para armazenagem, o normal são dois), ensilavam. Debaxo de duas árvores, encontravam-se seus pertences: *tupperwares* que serviam de marmitta, bolsas feitas de surrão, com alças e presilhas de plástico, garrafas térmicas com água e café, rádio de pilha, pedras que serviam de assento, lata velha de tinta usada para coser os alimentos e fogo feito de gravetos. Todos estavam sem botas, exceto A. E só V. e R. usavam uma blusa a mais para se proteger do sol.

O tratorista ia buscar a forragem em um campo distante, mas ainda no interior da Fazenda: ele ia com um ajudante, que ficava monitorando o trabalho da colheitadeira que estava acoplada no trator. Quando ele chegava, era nossa vez de pegarmos o gancho – instrumento utilizado nessa atividade, uma espécie de tridente – para esvaziarmos as carretas. Sua aproximação é perigosa, especialmente para ele, já que ao encostar o trator na “geladeira”, corre o risco de nela cair com o veículo, se errar a manobra. Terminado de esvaziar as carroças, ele já partia novamente para buscar outra carrada sem nenhum intervalo. E quando a geladeira está enchendo, ele mesmo passa o trator em cima das plantas para compactá-las.

A conversa entre eles não para durante o trabalho. Falam de silagem, de futebol, do “Deputado”, dos gerentes, dos colegas de trabalho e de animais venenosos, especialmente das cobras. A. é o contador “oficial” de histórias e piadas; em suas narrativas, além da fauna local, estão presentes as peripécias de “Camões” – personagem popular do tipo Pedro Malasarte – que desafiado pelo rei, escapa dos desafios com astúcia¹⁰¹. A. se destaca pelo grande acervo de contos que ele domina, embora seus colegas sejam também contadores de anedotas. Às vezes, um deles vai narrando um acontecimento e o outro vai ajudando a contá-lo. Assim, as histórias não possuem apenas um narrador, mas vários: elas são o que se pode chamá-las de narração coletiva. Ao contá-las, o tempo passa mais rápido, aliviando assim o penoso trabalho.

Após derrubar as primeiras carretas de sorgo, fizemos uma pausa para a merenda. Todos assim foram se encaminhando para a sombra das árvores onde estavam seus pertences. Como não sabia que eles estavam fazendo suas refeições ali, acabei não levando nada, mas nem por isso eles me deixaram de fora da ceia. Eles ofereceram o que tinham: V. me ofereceu café e broaca; A., café, cuscuz e ovo; e Z. e S., café e bolacha. Com toda esta variedade de alimentos, acabei escolhendo café e broaca. A refeição aconteceu, porque estavam num campo longe de casa, o que faz levarem seus mantimentos. Quando trabalham perto de casa, eles preferem

¹⁰¹ Diz A. sobre as façanhas de Camões: “As histórias de Camões vêm de longe, vêm de muito tempo. Não se sabe quem contou pela primeira vez. A história dele é que ele não perde para ninguém. O rei sempre quer pegar ele, mas não consegue. Eu aprendi as histórias com meu pai. Umas a gente inventa mesmo... Meu pai gostava muito de contar as histórias. Antigamente, quando a gente não tinha televisão, ele reunia a família, à noite, pra contar as histórias dele. Era história de tudo: de valentão, de doído, de Camões...”

merendar lá, visto que, além da comodidade, conseguem então atrasar um pouco seu retorno ao trabalho.

O café é o energético dos trabalhadores: cada um carrega uma garrafa do “pretinho”. Qualquer interrupção é motivo para tomar a bebida que revitaliza. Até o final do dia, secamos todas as garrafas disponíveis, o que me deu uma tremenda insônia. Para eles, o alto consumo da rubiácea não lhes atrapalha o descanso, pois seu trabalho é tão extenuante que a cafeína é insuficiente para lhes tirar o sono. Eles bebem, sem dúvida, mais café que leite, já que só aqueles que têm crianças em casa compram o leite da Fazenda, e, sem exagero, mais café que água durante as jornadas de trabalho.

O tempo de espera de uma carreta para outra era quase inexistente, pois o trajeto “campo-silo” era feito por dois tratores, que, quando se encontravam no caminho, trocavam as cargas: o Valmet que ia “seco” trocava suas carroças com o Ford que vinha abarrotado da gramínea. Com esta dinâmica, praticamente não descansávamos: mal nós sentávamos, já ouvíamos o barulho do trator chegando. Quando havia um pequeno intervalo, eles faziam o “calculo” – que é a compactação da forragem para melhor ajustá-la ao silo. Deixei então esta atividade com eles, porque exigia mais habilidade com o gancho – habilidade esta que eu não tinha. Fiz só o trabalho de derribar as plantas do carro. Apesar de fortes dores nos ombros, resultantes de uma lesão no passado, não queria ficar apenas observando: queria continuar fazendo a silagem.

Além das dores, havia o incômodo dos insetos e do encontro indesejado com as cobras. As muriçocas não me davam um minuto de trégua, picavam-me dos pés às cabeças. Acho que eles estão tão acostumados à rotina do trabalho no campo, que nem sentem as picadas ou, se sentem, não falam, pois não ouvi deles nenhuma queixa. Notei, porém, que eles têm certo cuidado com as abelhas, principalmente com as italianas e africanas; com aranhas, sobretudo as caranguejeiras, e com determinados répteis, tais como as cobras (cascavéis, corais e jararacas).

As cobras são um capítulo à parte da sua luta cotidiana. Apesar de não terem medo delas, eles têm receio de encontrá-las e realmente as evitam. Mas eles não estão livres desse encontro. Agora, eles sabem identificar os lugares em que é mais fácil achá-las e, também, o período que saem para se alimentarem e se

reproduzirem. Ao falar delas, eles passam horas e horas contando sobre vários casos que terminaram ou de forma trágica ou de forma cômica. Eles sempre contam a história de um morador, que estava trabalhando no levantamento da parede do açude, quando de repente foi mordido. De tão acostumado com os ataques das serpentes, esse trabalhador não se abalou, e o mesmo fora sozinho, de bicicleta, para a cidade de Coronel Teixeira. Quando o gerente W. soube do acidente, ele já tinha sido atendido no hospital. Já R. me contou que perdeu um irmão, quando criança, devido a um ataque de cascavel. Antes de conseguirem levá-lo à cidade para socorrê-lo, ele faleceu.

Enquanto estávamos ensilando, ouvimos de S. – conhecido como “Negão”:
“Ô vontade de não trabalhar!” Esta exclamação de S. não era cansaço nem preguiça: revelava uma enfermidade que começava a se manifestar¹⁰². Depois S. passou a se queixar de câibras. No dizer deles, “o fogo” (a disposição) dele estava se apagando. Mas as cargas de sorgo não paravam de chegar. À medida que o fluxo de cargas ia aumentando, era visível que as dores de S. se multiplicavam, especialmente pelo seu desânimo.

R., com seus cinquenta anos, não parava, não descansava, nem reclamava: seu braço parece que tinha um motor, pois o gancho dele era o mais veloz na derrubada da forragem. O tratorista P., além de trazer a gramínea e ajudar a armazená-la, preparava o almoço; e quando se ausentava, delegava a responsabilidade do preparo para algum colega. Quem não conseguia acompanhar o ritmo dos trabalhadores era S., que estava doente. Eu também sentia dificuldades, porquanto não estava acostumado com o trabalho.

O sol estalava em nossas costas. Todos observavam o relógio, esperando a hora do almoço. Embora estejam longe do escritório da Fazenda, onde a vigilância é maior, eles respeitam religiosamente o horário de trabalho. Assim, é quase impossível terminar as atividades antes do expediente. É mais fácil eles ultrapassarem o horário de trabalho estipulado pela administração da Fazenda.

¹⁰² Presenciei alguns momentos de esgotamento dos trabalhadores e também vi que muitos deles faltavam ao trabalho com certa regularidade, devido a problemas de saúde. Eu, por exemplo, não conseguia voltar ao expediente às 13 horas devido ao mormaço. Aliás, se trabalhasse bem de manhã, à tarde só voltaria para o desfecho das atividades. Mas fiquei aliviado quando via que o trabalho era extenuante também para eles, que estão acostumados à faina agrícola.

Às onze horas, fui almoçar para recobrar as energias. No cardápio, arroz, feijão e linguiça. De sobremesa, tivemos uma melancia que A. foi buscar no mato. A. e C. foram para casa, já que estavam motorizados. Alguns, no entanto, preferem comer no mato, como “cassaco”, como, por exemplo, P., que organizou o almoço do dia. Porém, nem sempre é assim, visto que, na maioria das vezes, as despesas da refeição recaem apenas para uma pessoa. Já para os trabalhadores que não têm transporte e que encaram a hora do almoço mais como uma pausa para o descanso, eles enganam “a fome” com bolachas secas e café e “descontam” quando chegam em casa. É o caso de R., o mais velho do grupo: ele não tem moto nem bicicleta: quando não tem carona, vai a pé para sua residência, terminando o dia com uma longa caminhada. É impressionante a vitalidade desse homem. Já perto de se aposentar, ele trabalha como poucos, seu vigor físico é invejável – “seu fogo” parece não acabar.

S. decidiu almoçar conosco, enquanto avaliava suas condições para continuar no silo. Almoçamos ouvindo uma rádio local do seu aparelho, que era movido a pilhas. Dos assuntos discutidos pela rádio, o que mais chamou a atenção foi a alta no preço do petróleo e a corrupção de nossos políticos, que rapidamente entrou em debate. Terminada a refeição, S. encostou o gancho e ajeitou seu bernal para ir embora, pois suas cãibras continuavam a perturbá-lo.

Após a saída de S., aproveitei o tempo que tinha para descansar. Mas o descanso foi insuficiente, pois não consegui me levantar para o início do expediente da tarde. O mormaço era insuportável. Somente uma hora depois do início do expediente, às catorze horas, me levantei para armazenar duas carretas de sorgo, e novamente tive que parar porque estava exausto. Depois, retornei apenas às dezesseis horas para ajudá-los a armazenar a última carrada do dia, porque não queria vê-los ultrapassarem o horário de trabalho. Esta minha ajuda foi indispensável para sairmos às dezessete horas e quatro minutos. Nesse dia armazenamos dez cargas, três a menos que no dia anterior. Saí decepcionado com meu desempenho, mas feliz por ter passado o dia na companhia dessas pessoas agradáveis. O melhor foi que elas entenderam que não eu estava preparado para trabalhar sob essas condições.

No período que fiquei na Fazenda, além de S., T. também adoeceu. Ele estava sentindo terríveis dores de cabeça, e, deste modo, teve que ir duas vezes ao

hospital da cidade para aliviar a enxaqueca. Tentei saber o real motivo da sua enfermidade, porém não consegui, pois nem ele sabia. Sem dúvida, ele, tal como S., estava debilitado, devido ao excesso de trabalho na Santa Fé. Nela há, pois, muito trabalho e pouca mão de obra. Mas ao dizer que havia sobrecarga de trabalho para o gerente W., ele disse que minha análise é “humanista”: “é de um urbano que ficou impressionado com o trabalho diário dos lavradores”. Todavia, sei diferenciar trabalho rural de trabalho degradante¹⁰³. Neste sentido, o trabalho na Fazenda é excessivo, e com o agravante de não pagar os adicionais de insalubridade e periculosidade.

No dia seguinte, soube que S. não tinha ido trabalhar. Disseram-me que ele não tinha se recuperado das dolorosas contrações musculares. Assim, quando um trabalhador falta, a carga de trabalho aumenta, pois não tem ninguém para substituí-lo. Como disse, a Fazenda só trabalha apenas com 19 homens. Então, a ausência de um morador desorganiza todo o trabalho. Dependendo das circunstâncias, o gerente tem que sair do escritório e fazer o trabalho de quem está faltando, ou deslocar um morador de um setor para outro, ou convocar alguém de fora da empresa para fazê-lo.

9.8.2 A ordenha

A ordenha é atualmente mecânica. Enquanto no passado eram doze pessoas ordenhando “na munheca”, hoje em dia são apenas cinco. Segundo a gerência, as pessoas que faziam a ordenha foram realocadas para outros setores da Fazenda. Mesmo mecanizado, o serviço na ordenha é extremamente fatigante: quanto mais vacas para ordenhar, mais trabalho para fazer. Ela é o carro-chefe da empresa e, ao contrário daqueles que acham que a sala de ordenha exala um cheiro repugnante, ela, conforme o gerente, “cheira a dinheiro”.

Diante do número reduzido de trabalhadores, já vi essa atividade sendo realizada com apenas três pessoas. Na época do trabalho de campo, havia 150 vacas

¹⁰³ O número reduzido de trabalhadores nas fazendas do Ceará não se justifica pelo uso da tecnologia, porquanto a tecnologia utilizada é mínima; no caso das fazendas de gado leiteiro de Coronel Teixeira, os equipamentos tecnológicos usados são os tratores e a ordenha mecânica. Assim, as fazendas não se mecanizam completamente e se utilizam do discurso da falta de mão de obra no campo para explorar ainda mais seus trabalhadores.

em lactação, que produziam dois mil litros de leite. Eram duas ordenhas no dia: uma de madrugada e outra à tarde. Apesar de mexer com animais, o trabalho da ordenha é monótono. Diferentemente, pois, do trabalho no campo, em que há maior número de variações – broca, coivara, silagem, raleamento etc.

Assim, tudo começa com o peão indo buscar as vacas na manga. Esta atividade ocorre duas horas antes do início da ordenha. Na antessala da ordenha, o gado vai se acumulando. Entre os vaqueiros, eles se referem às vacas pelo nome ou apelido que eles mesmos batizam e não pelo código do programa de controle do gado (*software* da Prodap). Os nomes são os mais diversos: têm os que se reportam a lugares: “Acopiara”, “Alemanha”, “Manaus”, “Teresina”, “Argentina”, “Brasil” etc.; a mulheres: “Bianca”, “Joana”, “Mariana”, “Chayene” (por causa da novela da Globo), “Selma”, “Tricia” etc; a animais: “Barata”, “Marreca”, “Mutuca”, “Viada”, “Perereca”, “Borboleta”, “Catita”, “Jacutinga”, “Tanajura”, “Anu” etc; a cores: “Café”, “Coral”, “Morena” etc; a programas que foram instalados na Fazenda: “Infoleite” etc; a loja de produtos agropecuários: “Agronova”; a dores: “Enxaqueca” etc; a virtudes: “Paciência”, etc; e a árvores e plantas: “Mangueira”, “Imburana”, “Carnaúba”, Mangerioba etc¹⁰⁴. Mas o que mais chama atenção é que as vacas atendem pelo nome e apelido.

Enquanto o peão vai trazendo o gado, a ordenha mecânica é acionada para a realização da auto higienização. Após reunir as vacas, os vaqueiros as encaminham para a estrutura da ordenha. Entram de dez em dez, já que a ordenha dispõe de dez teteiras. Ao entrarem, ganham um punhado de concentrado (núcleo, milho, soja, trigo, sal etc.), o que facilita a saída do leite. Se elas forem “valentes”, prendem-se suas pernas. Antes de começar, elas ainda passam pelo teste de mastite; depois, higienizam suas tetas e colocam nelas a ordenha mecânica. Ocupadas devorando o concentrado, vão assim sentindo as teteiras sugando o leite.

Nesse momento, os vaqueiros conversam sobre elas: sobre quantos partos já tiveram, se a produção está baixa, média ou alta, se já está no tempo de descartar aquela vaca “cansada”... Em média, a ordenha dura três horas, mas, pode haver alguns contratempos, como, por exemplo, “ter que relaxar as vacas”. Este trabalho é

¹⁰⁴ Para todos os nomes, existe uma justificativa. Sobre a “Mangerioba”, P. diz que ela se chama assim, porque ela nasceu debaixo de um pé de Mangerioba”.

semelhante ao da inseminação artificial: enfiam toda a mão no ânus da vaca e colocam o aplicador de sêmen em sua vagina. A diferença entre eles está no aplicador que no “relaxamento” se encontra vazio. Terminou a retirada do leite, a vaca é solta para o curral da ordenha ou para o pátio, e depois volta para a manga onde está localizada.

Praticamente todo o gado leiteiro da Santa Fé é meio-sangue – metade Guzerá, metade Holandesa. Os vaqueiros dizem que tal cruzamento é perfeito para o semiárido, visto que o Guzerá dá a força e resistência necessárias para a região, e a Holandesa, a excelente capacidade leiteira. Se fosse somente de Holandês a produção leiteira seria maior, mas as vacas não iriam resistir ao calor excessivo do sertão. Hoje em dia, com a compra de sêmen, o gado da Fazenda tem sido modificado, porém o meio-sangue ainda é hegemônico. Apesar de ter sido por muito tempo referência na criação de gado, como atesta a sala de troféus que fica localizada no escritório, e de produzir uma quantidade razoável de leite, a Fazenda é tida pelo gerente como abandonada pelos donos (sobretudo após a doença do “Deputado”), pois, como ele diz: “uma fazendona dessa era pra produzir dez mil litros de leite!”

9.8.3 “O toque”

No dia 10 de agosto de 2013, chegou à Fazenda o veterinário do gado – Doutor J. J. é mineiro, mas está há 30 anos radicado no Ceará. Além de possuir uma loja de produtos veterinários na cidade de Coronel Teixeira, ele também é produtor rural. Mesma com a idade avançada, ele trabalha o dia inteiro no brete sem reclamar. Nesse dia, ele fez o diagnóstico de gestação – “o toque” – em mais de 250 vacas. Participei ativamente do diagnóstico, pois ajudei a prender o gado. Além disso, marcava numa folha se a vaca estava “cheia” (grávida) ou “vazia”.

Por meio do “toque” retal, J. identificava o estado de gravidez e alguma doença, e me dizia para registrar o exame. Assim que fechava as portinholas para prender o animal, anotava o resultado da avaliação. Só podia fazer isso, porque colocar o gado no brete era muito arriscado, principalmente os guzerás que nesse dia eram a maioria. Esse trabalho pode ser visto como anti-higiênico, pois nele há contato

com as fezes do gado. Entretanto, “o toque” só pode ser feito dessa forma: o veterinário e os ajudantes então saíam banhados pelos dejetos do animal.

A força do gado era tão grande, que ele só faltava partir o brete em duas partes. Para apanhá-lo, os vaqueiros tinham que travar uma verdadeira batalha. De um lado, G. e T., com a prática de lutar com a gadaria, e, de outro, os guzerás com seus coices e chifres afiados. Era coice para todos os lados, enquanto os homens escapavam deles subindo nas porteiras. A poeira subia no curral, quando as vacas tentavam fugir dos homens, e estes não mediam esforços para colocá-las no caminho estreito do brete.

Gritando “ei gado”, levantando os braços e batendo no chifre dos animais com uma vara, o pessoal da cocheira ia levando o gado para o veterinário. Ele recebia ainda a ajuda de dois rapazes – Y. de doze anos e I. de quinze. Era bonito ver os dois adolescentes dominando o potente guzerá. Era uma luta tal como a de David e Golias. Embora o gerente não quisesse que eles ficassem no curral, visto que o pessoal do Ministério do Trabalho pudesse interpretar isso como trabalho infantil, ele também admirava a performance deles. A destreza deles com os animais não podia ser diferente, pois, de acordo com o gerente, Y. e I. se criaram “dentro do curral”.

Passei cinco horas fazendo esse trabalho com o doutor J. No final da atividade, não aguentava mais: meus braços estavam cansados, e já não realizava o serviço como deveria. Mas valeu a pena estar lá como testemunha desse momento em que o homem domina o gado e o gado teima em não ser dominado. Os rapazes faziam isso, brincando e dando gostosas risadas que ecoavam no espaço.

9.8.4 Brincar, tatuar, ferrar e mochar

Brincar é colocar brincos na orelha da rês. Tatuar é uma tarefa semelhante à de brincar, só que, em vez de brincos, tatuam um número, através de um grampeador que perfura a orelha do animal num local determinado. Ferrar é colocar a marca da fazenda na coxa do animal. E mochar é queimar seus chifres.

No dia 9 de agosto, o motor da ordenha quebrou, antes de começarem os trabalhos. O gerente foi à cidade assim que amanheceu para tentar consertá-lo e

ainda fazer a ordenha da manhã, mas seu plano não funcionara. Diante disso, o vaqueiro-chefe decidiu que eles deviam brincar, tatuar, mochar e ferrar os bezerros, para não perder tempo e assim adiantar atividades que deveriam ser realizadas no futuro. Como, de certo modo, tais atividades se assemelham, elas são realizadas ao mesmo tempo. Por causa da quebra do motor, tive então a oportunidade de participar delas em meu trabalho de campo.

Primeiro, os vaqueiros dividem os bezerros em três grupos: de um lado, os que serão brincados; de outro, os que vão receber a tatuagem, e de outro, os que levarão a ferra. Depois, eles vão pegando de um a um, e os colocam perto do fogo, que é aceso por um botijão de gás. O botijão fica num aro de carro, que é seguro por um suporte com três pernas finas de ferro. No fogo, os ferros de mochação e os da marca da Fazenda ficam queimando à espera dos animais.

Assim, eles começaram a brincar, por meio de um alicate aplicador de brincos. Z. pega o bezerro e, em seguida, derruba-o através de uma rasteira, tal como na capoeira. Após a derrubada, coloca seu joelho no pescoço do animal. C. aproveita este momento para amarrar as patas dele, imobilizando-o totalmente. Se for uma bezerra, coloca o brinco laranja, com o nome da propriedade, e com um número que o identificará pelo resto da vida. Se for bezerro, o brinco é azul. No brincar, a parte da orelha furada facilmente sangra.

O tatuar é semelhante ao brincar. A diferença está no alicate, que é específico para tal atividade e na tinta de tatuagem que eles passam na orelha para a fixação da marca. A tinta que os vaqueiros tinham à disposição era de coloração verde, importada da Alemanha, mas facilmente encontrada no comércio da cidade. Também nessa atividade a orelha do animal sangra com facilidade.

Na ferra, logo o cheiro de couro queimado toma conta do curral. A operação é rápida: os vaqueiros sabem o tempo que devem ficar com ferro quente no corpo do animal. Isto não impede que o bezerro dê um mugido doloroso. Porém, é através da ferra que as fazendas identificam sua gadaria. Se o gado for parar em outra propriedade, é a marca que vai assinalar de quem realmente ele pertence. Todos os

sertanejos respeitam essa marca, que ajuda a melhor regular a atividade do vaqueiro¹⁰⁵.

Como boa parte do rebanho da Fazenda é da raça guzerá, os animais vão ganhando longos e pontiagudos chifres, e para não machucar as pessoas e criar um padrão estético nas novilhas, moçam os chifres assim que começam a brotar nos bezerros. A mochação, segundo os vaqueiros, deve ser feita em animais novos, pois, quanto mais cedo, melhor, ou seja: é mais fácil queimar os chifres e a cicatrização é mais rápida.

Foi, através dessas atividades, que vi o carinho que o sertanejo tem pelos animais se manifestar intensamente. No brincar, quando o papel toalha para enxugar o sangue dos bezerros acabou, Z., com as próprias mãos, apertou a orelha para sair o fluxo de sangue, e depois o limpou com uma das mãos para não deixá-lo ensanguentado. No mochar, com dois, às vezes, até três bezerros amarrados, havia a preocupação de “libertar” o que mais tempo estava imobilizado. Nos momentos de maior uso da força contra os animais, esta força se manifesta numa medida que não causava dor ao animal. Vi P., com a perna direita em cima do pescoço do bezerro, e com a perna esquerda elevava a cabeça dele para torrar “os botões” do chifre. Mas não notei P. fazendo uso de práticas violentas para realizar seu trabalho. Ao contrário disso, P. dominava o gado com tamanha destreza, que posso dizer que ele o imobilizava sem fazer uso de tais práticas.

Não é só porque os animais fazem parte dos bens da Fazenda que os moradores lhes tratam com carinho, mas também porque gostam realmente deles. Esta relação modifica o “esquema corporal” dos vaqueiros, adaptando-o aos movimentos do gado. Assim, da mesma forma que os boxeadores interiorizam uma série de disposições mentais e físicas, que faz deles uma máquina de dar e receber socos (ver Wacquant, 2002), o corpo dos moradores adota esquemas físicos e

¹⁰⁵ De acordo com Barroso (2003, p. 210): “Os matutos têm um conhecimento profundo dessas marcas de gado. São elas o assunto predileto de suas palestras; e, enquanto conversam, desenham-nas no chão como um graveto com a ponta fina da “parnaíba” afiada. Distinguem-nas ao longe. Jamais se enganam. Conhecem os ferros da ribeira toda de cor e salteado. E, quando aparece um animal de marca desconhecida, logo a riscam na porta da casa ou nos troncos insulados das várzeas para roteiro aos que procuram gados sumidos de fazendas distantes”.

mentais, transformando-se numa estrutura rápida, inteligente e leve, que não machuca, fere e deforma os animais.

Durante essas atividades, vale a pena também registrar o significado da expressão “quebrar o rei” no contexto local. Ela partiu de I., que disse que iria “quebrar o rei” de G. Pelo que entendi, “quebrar o rei” faz parte de uma disputa de quem mais trabalha. Deste modo, I. queria provar que trabalhava mais que G. É como se ele dissesse “vou acabar com tua fama de trabalhador”. Procurei tal dito em inúmeros dicionários de termos e expressões populares, mas nada encontrei. A única coisa análoga que achei foi “quebrar o relho”, que significa quebrar o chicote, uma coisa difícil de se partir, levando-me a acreditar que a frase de I. seja uma corruptela de “quebrar o relho”.

9.8.5 Coivara

A coivara é praticada largamente no Ceará, mesmo tendo sido acusada de ser uma das causas da devastação das matas¹⁰⁶. No dia 24 de janeiro (2014), pude participar da queima de um terreno que seria utilizado para o cultivo de forrageiras. Cheguei lá acompanhado de R. O terreno já estava brocado. Devido ao calor produzido pela coivara, todos os trabalhadores estavam sem camisas. As labaredas da mata deixavam o clima mais quente e me forçavam a ficar com o torso nu, como os trabalhadores.

A coragem deles impressionava. Eles literalmente “brincavam com fogo”. Com foices e machados, eles derrubavam as plantas, entravam numa “bola” (na parte densa) do mato e, ao mesmo tempo, tocavam fogo. Enquanto iam derrubando as plantas, mais as labaredas se aproximavam, e eles só saíam quando as labaredas estavam quase lhes incendiando.

Numa dessas bolas de mato, um casal de jaçanã ficou preso. Ouvíamos de longe o choro dele. Apressados para terminar o trabalho, os moradores poderiam tocar fogo na bola, esquecendo completamente das aves. No entanto, eles, ao

¹⁰⁶ “Deve-se esta devastação, principalmente, ao systema de lavoura que, para plantar, derruba e queima, para, após as colheitas, abandonar terreno e continuar a derrubada mais adiante”. (LOEFGREN, 1923, p. 35)

contrário do que pensam deles, esperaram o casal sair da mata para poder queimá-la. Mais uma vez, eles me demonstravam que não eram cruéis e nem violentos com os animais. Quem faz esse juízo deles está longe de ter o nível de delicadeza deles.

Ao informar ao gerente que tinha participado da coivara, ele logo me repreendeu, dizendo que era melhor falar “raleamento”, porque ecologicamente não “pegava bem para a Fazenda”. Tinha então que mentir, pois em nenhum momento fiz o corte seletivo de algumas madeiras, mas sim uma coivara. Com o gerente, as coisas funcionavam deste modo: tudo era aceito para não manchar a imagem da Fazenda: até mesmo enganar o próximo.

Em suma, posso dizer que o trabalho rural ainda está longe de ter a segurança que a atividade laboral tem na cidade. Isto ocorre sobretudo porque praticamente não tem fiscalização do Estado. As fazendas e as empresas do agronegócio então se aproveitam disso para explorar os trabalhadores rurais ou, mais especificamente, os moradores. Assim sendo, os raios solares e os animais nocivos poderiam ser evitados se os lavradores trabalhassem com os equipamentos de proteção necessários às suas atividades. Na Santa Fé, alguns desses materiais estão disponíveis, principalmente para quem trabalha na ordenha, onde há um controle bacteriológico intensivo, em razão da produção de leite. Entretanto, os trabalhadores não gostam de usá-los nem de carregá-los. Há, pois, a ausência de fiscalização sobre a atividade laboral e falta de instrução sobre os riscos de se trabalhar sem esses materiais de proteção. Deste modo, as fazendas e empresas rurais não se empenham em oferecer um ambiente seguro de trabalho¹⁰⁷.

Em razão disso, é preciso que os técnicos em segurança do trabalho fiscalizem as propriedades rurais para conscientizarem os administradores e os trabalhadores da necessidade de eles se protegerem dos agentes nocivos a sua saúde. Esses técnicos não podem atuar somente nas áreas urbanas, visto que os trabalhadores rurais estão adquirindo graves doenças, devido à falta de utilização desses materiais de proteção, como os que trabalham diretamente com os

¹⁰⁷ “O meio rural e os que nele labutavam ficaram entregues à própria sorte, sem a devida regulação legal de seu trabalho. Numa situação de absoluta inferioridade, de desproteção, de quase miséria, tornaram-se presa fácil a ser espoliada pelo proprietário de terra, detentor dos meios de produção” (LIMA, 1992, p. 18).

agrotóxicos¹⁰⁸. Desta forma, os órgãos responsáveis, tais como Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ministério do Trabalho devem se articular para promover campanhas de conscientização, pois senão os acidentes de trabalho no campo continuarão matando os lavradores brasileiros. A legislação trabalhista nesse sentido deve ser reformada para melhor atender aos trabalhadores rurais que estão submetidos a longas jornadas de trabalho, sem, no entanto, dispor de nenhum tipo de proteção.

Ao término de mais um dia de serviço, ouvi de J.: “Mais um dia de batalha nós vencemos!” Assim, eles encaram o trabalho como uma batalha que eles têm que vencer ou, pelo menos, nela continuar, independentemente da situação em que se encontram. O termo “batalha” é utilizado justamente para dizer que o trabalho ali representa um duelo contra a natureza semiárida, a perda de concessões e o trabalho extenuante. Nesse contexto, “vencer” é continuar lutando. Eles sabem então que trabalham muito e ganham pouco, mas, diante das poucas alternativas que possuem, modificar esse quadro pode lhes trazer sérios riscos. Tornar-se assentado ou migrar para a cidade pode significar a perda dos direitos trabalhistas. O maior empregador da cidade – uma fábrica de calçados – por exemplo, como se trata de sociedade cooperativista, não assina carteira de ninguém. E, na visão da maioria dos moradores, os assentamentos são vistos como antros de drogas, baixaria e confusão¹⁰⁹.

Isso, porém, não os impede de enfrentar os riscos de abandonar a morada. Como, por exemplo, fez T., que saiu da Santa Fé para se tornar assentado. T.

¹⁰⁸ “No Brasil, foram 4. 789 casos registrados de intoxicação por esses produtos em 2010. [...] Mas, no ranking de mortes, o Nordeste está em primeiro lugar. Foram 82 óbitos de um total de 171 em todo o País em 2010. Isto representa 47,9% de todas as mortes por agrotóxicos registrados no período”. Viúvas do Veneno. **Diário do Nordeste**, 17 de abril de 2013, p. 2.

¹⁰⁹ Em suas palavras, o sentimento de aversão no que toca aos assentamentos está na questão da coletividade. A coletividade é para eles fonte de todos os problemas enfrentados pelos assentados. Como passaram a vida inteira como moradores – cada um cuidando do seu roçado, decidindo as coisas individualmente ou no máximo com a família – eles não entendem que as assembleias (referindo-se aos assentamentos do MST) possa decidir por todos, mesmo contra a vontade de alguns. O depoimento do morador M. ilustra bem esta situação: “Infelizmente as pessoas são desiguais, tem um pessoal que entra nesses movimentos pra atralhar quem tá querendo trabalhar, muitos fazem isso. No Assentamento Nova Jerusalém, teve um ano aí que um pessoal lá plantaram muita vazante. Era milho, era feijão, era batata; aquela rama da batata ia pra vaca, aquele feijão ali já sabe que é uma grande ajuda pra família... E outros que não plantaram, que por sinal foi a maioria. Depois botaram numa mesa redonda, o gado tá com fome e, agora, como é que faz? como é que faz? Aí têm vinte homem que não plantou, e só cinco que plantou. Os vinte ganham. O que é que faz, pega o gado, agora vão comer tudo. Aí meu amigo, esses cara perdeu sua vazante. Aí não dá pra trabalhar desse jeito... Cê já vem pra um ambiente que não é bom, a gente não tá diminuindo ninguém, mas sempre, nesses locais, talvez 40% por cento que queira ser alguém na vida, mas têm a maioria que quer atralhar”.

abandonou “a batalha” da Santa Fé para enfrentar outra peleja, na qual começa sem o salário e a garantia das leis trabalhistas, mas tem agora maior autonomia (não tem patrão nem gerente). Ele está no assentamento que fica vizinho à Fazenda, sem precisar “ter lutado” debaixo da lona preta¹¹⁰. Como T., fazem os filhos dos moradores que saem da propriedade, mas, em vez de buscarem casa em um assentamento, vão trabalhar na cidade (na fábrica de calçados), porque se cansaram de esperar por uma oportunidade de emprego na Fazenda. Os moradores que resistem na Santa Fé pensam que continuar na fazenda do “Deputado” ainda lhes rende algumas vantagens, como, por exemplo, a de trabalhar no campo.

¹¹⁰ Os moradores da Santa Fé têm verdadeira repulsa pela lona preta. A lona preta para eles seria, sem dúvida, um obstáculo para se tornarem assentados. Ouvimos eles dizerem regularmente: “Não sei como aquele povo aguenta”. “Eu que não tinha coragem de ficar ali; é muito sofrimento pra mim”. Eles não veem a lona preta como uma passagem pela qual terão acesso à terra e à casa nova, mais confortável, do que as casas que as fazendas lhes oferecem. Nesse sentido, a lona preta marcou profundamente a experiência social do jovem I. M., ex-morador da Santa Fé. Ele teve que acompanhar os seus pais quando eles abandonaram a propriedade do “Deputado” e foram para o acampamento do MST. Atualmente, ele se encontra no Assentamento Nova Jerusalém, embora esteja lá contra a sua vontade, pois preferia a Fazenda. Tudo indica que um dos motivos que o levou a essa preferência vem da experiência traumática da lona preta, que ele me descrevera por *e-mail* no dia 30 de dezembro de 2014:

“Uma época muito crítica em relação à segurança e saúde. Na época mais quente do ano, as altas temperaturas nos abalavam bem mais que o normal, pois morávamos em barracas construídas à base de madeira e lona na qual absorvia mais calor pelo fato de ser preta. Ventos fortes, chamados de redemoinhos, vinham com força e, assim, deixavam algumas pessoas com as barracas sem lona. Na época chuvosa, melhorava: as temperaturas baixavam, mas, como o acampamento ficava situado ao lado de um riacho no qual tinha uma barragem que ameaçava arrombar pelo excesso de volume da água, era complicado dormir à noite quando chovia. Lembro que nessas noites minha mãe não dormia bem, passava à noite rezando com um terço na mão e meu pai lhe mandava dormir; enquanto não parava de chover, ela não dormia, e ainda perguntava por que morar ali naquele lugar”.

10 FAZENDA ASSUNÇÃO: DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, OU “A DERROTA DA FAMÍLIA DE ELITE QUE NÃO PERDIA PRA NINGUÉM”

10.1 A Fazenda Assunção

Localizada em Antonio Conselheiro, na macrorregião Litoral Oeste, a Fazenda Assunção é uma das 24 propriedades rurais que Zé Carneiro possuía no município. Devido à proximidade da costa, o clima da região é diferente do Sertão Central, embora não deixe de ser classificado como semiárido. Ela recebe, pois, maior quantidade de chuvas por causa da influência do litoral, e isto faz com que ela tenha uma paisagem mais esverdeada, apesar das espécies da sua fauna e flora serem praticamente as mesmas encontradas no sertão. Assim, a grande diferença do Litoral Oeste para o Sertão Central está na maior presença de plantas típicas do litoral, como o cajueiro e a carnaúba, que encontram ambiente ideal onde existe oferta de água.

A Assunção, como diz A., era uma grande “terra solta”, pois ela era aberta – não tinha cerca. Nela também não há casa de fazenda. Isto é um sinal de que seu proprietário, Zé Carneiro, não residia nem se hospedava lá, e que também ele não investia na agropecuária, oprimindo assim os 85 moradores da área mediante a cobrança da renda da terra. Esse abandono, por parte do seu proprietário, deve-se à função que ele definiu para suas propriedades rurais, qual seja: a de curral eleitoral. Oriundo de uma família de políticos tradicionais da região, Zé Carneiro desde cedo aprendeu que os moradores podiam lhe render uma boa quantidade de votos, especialmente se eles estivessem em sua total dependência econômica.

Para tanto, Zé Carneiro conservava em suas propriedades o sistema de moradores, tal como este sistema se configurava no começo do século XX. Em Antonio Conselheiro, como em outras regiões atrasadas do semiárido, é fácil encontrá-lo em um estado rudimentar. Isto quer dizer um sistema de moradores como base da dominação tradicional, cujo moradores tinham o direito de fazer, na terra do patrão, seus roçados e criar seus animais, sem receber salário nem diária. Na Assunção, a morada funcionava deste modo: os moradores deviam pagar 20% de renda sobre as culturas temporárias, medida “na corda” pelo procurador, 50% sobre

a castanha de caju, e 15 reais por cada litro de semente, além, é claro, de votarem em quem o patrão indicava. Diante disso, não é difícil imaginar o quadro de miséria criado por essas relações.

Nas palavras do morador F., a situação social deles era de extrema instabilidade na Fazenda Assunção: “Entre ano e sai ano e continuamos pagando renda para nosso patrão [...]. O que produzimos dá mal para o sustento de nossas famílias, mesmo assim o procurador não dispensa o pagamento da renda”.

E. era o procurador da Fazenda, que, por intermédio de uma imobiliária agrícola, agia em nome do proprietário, cobrando a renda e atuando como cabo eleitoral. Era ele então o principal algoz dos moradores, pois Zé Carneiro só adentrava nas terras da Assunção quando havia eleição, ou seja, de quatro em quatro anos, com os bolsos cheios de dinheiro e santinhos para distribuir com os agregados.

Como lembra Z., E., longe do patrão, ameaçava a todos: “quem não paga renda este ano, para o ano, não broca”. Mas, segundo Z., eles não se importavam com as ameaças: “O obstáculo era aquele. Mas lavrador é um bicho teimoso. Ele não ia muito se encalacrar com a palavra dele e brocava um pedacinho, porque, se ele não brocasse, ele ia viver de quê?” Já P. diz que E. não impedia a broca, porque “ele sempre foi político”. Salvo as discordâncias dos moradores em torno da figura do procurador, estava tudo em perfeito estado para a dominação tradicional: moradores pobres, endividados e isolados em um curral eleitoral.

As 85 famílias, ou as 441 pessoas, que moravam na Assunção, partilhavam assim da situação de extrema pobreza. Vivendo praticamente em uma economia amonetária, estavam nas mãos do procurador e da família Carneiro. A “família de elite”, como os moradores chamavam o clã dos Carneiro, dava-lhes uma proteção incipiente, ajudando-os na época de eleição, seja com botijão de gás, seja com dinheiro, seja com telha etc. Durante as secas, ela podia até direcionar uma frente de emergência para a propriedade, como aconteceu no ano de 1983, mas pretendendo, com esta ação, usufruir das benfeitorias que surgiriam desta frente e não socorrer os moradores. Mesmo com esta frente de serviço, a maioria dos moradores teve que migrar para Amazônia para salvar a família da morte causada pela fome.

Assim, na seca de 1979-1983, a Assunção ficou praticamente vazia. Os homens, sobretudo os pais de família, migraram para o Norte (Amazonas, Pará, Rondônia etc). É o caso do morador R., que ganhando apenas 11 cruzeiros para trabalhar meio período na frente de emergência que foi instalada na Assunção, teve que migrar para ajudar a esposa a alimentar os quatro filhos. Trabalhou inicialmente na Mineradora Taboca, em Presidente Figueredo, no Amazonas, e, depois, foi para Guajará-Mirim, em Rondônia, trabalhar na Mineradora Oriente Novo. Conforme seu testemunho, ele ganhava, em média, 6 salários mínimos, que só davam para pagar a conta da bodega no Ceará. Após a seca, como era de esperar, ele voltou para a Fazenda Assunção.

D., sua esposa, lembra com detalhes dessa época. Aliás, seu depoimento aborda sua infância e saída do seu marido para o Norte. Entre uma época e outra, não há diferenças marcantes em suas condições de vida, mas sim um contexto comum: o da miséria estrutural. Neste sentido, ela diz:

Eu sofri muito na minha vida, filho. Fui trabalhar na roça aos 9 anos. Minha mãe só tinha uma roupa, era lavando e secando. Meu companheiro me deixou com 4 filhos pequenos e foi para o Amazonas. O dinheiro que ele mandava todo mês só dava para pagar a bodega. Eu tive que fazer carvão para sobreviver.

Pode-se dizer então que esse tempo de dificuldades não foi vivido apenas pela família de D. Sua história ilustra o passado dessa categoria nas fazendas do semiárido: ela não é diferente do que me contaram seus vizinhos, parentes e outros moradores do sertão. Todos moradores da Assunção passaram por esse contexto de miséria e opressão. Todos tiveram que fazer carvão, senão não alimentavam os filhos. Todos foram vítimas das oligarquias agrárias, que, como vampiros, sugam o povo há séculos, como fazem os Carneiro em Antonio Conselheiro.

10.2 As casas da Assunção

Esse quadro de miséria está presente na estrutura das casas dos moradores. Não havia por parte do procurador nenhuma preocupação com a instalação deles na Fazenda. Deste modo, as casas eram edificadas pelos próprios moradores, com os materiais que a mata local lhes oferecia, e sem fazer uso da

instituição do mutirão: “A gente fazia a casa por conta da gente, de palha, ou de telha, né? Não fazia mutirão, não”, conforme P. No levantamento das benfeitorias dos moradores, quase todas as casas foram classificadas pelos técnicos do INCRA em “precário estado de conservação e funcionalidade parcialmente adequada”¹¹¹.

O morador A., de 37 anos, morava há dois anos na Fazenda, juntamente com seus oito dependentes. Sua casa era “em taipa, alpendrada, piso de chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, quatro divisórias, sem instalações elétricas e hidráulicas, medindo 4,50 m. por 13,30 m.

A.P. tem 48 anos, e mora há 15 anos com seus cinco dependentes na Assunção. Sua casa era em taipa, alpendrada, piso de cimento mais chão batido, cobertura de telhas comuns amparada por madeiramento regional, quatro divisórias, rede elétrica, sem instalação hidráulica, medindo 4,60 m. por 9,20m. Com banheiro externo, piso de cimento bruto, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento regional, medindo 1,80 m. por 1,80m.

Com seus 61 anos de vida, D. mora há 46 na Assunção. Ele dividia sua casa com oito dependentes. Sua casa era parte em taipa, parte em alvenaria de tijolos comuns, alpendrada, piso de cimento e chão batido, área alpendrada com parapeito de alvenaria e suporte de colunas de aroeira, cobertura de telhas comuns amparadas por madeira regional beneficiada, oito divisórias, rede elétrica, sem instalações hidráulicas, medindo 10,80 m. por 16,20m.

F. tem 46 anos, sendo 27 deles como morador da Assunção. Ele edificou sua casa, junto com seus cinco dependentes. Sua casa era em taipa, piso de chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, três divisórias, sem instalação elétrica e hidráulica, medindo 5,80 metros por 6 metros de fundo.

Com seus onze dependentes, F., de 56 anos, mora há nove na Fazenda de Zé Carneiro. F. levantou sua morada em taipa, alpendrada, piso de cimento mais chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, cinco divisórias, sem instalações elétricas e hidráulicas, medindo 5,40 m. por 15,40 m.

¹¹¹ Esta descrição foi realizada com base na *Relação de benfeitorias não reprodutivas* e na *Relação de moradores*, elaboradas pelo INCRA.

Com 36 anos e três dependentes, A. F. mora há 33 anos na Assunção. A. F. fez sua casinha em taipa, alpendrada, piso de cimento (17,50m²) mais chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, quatro divisórias, sem instalações elétricas e/ou hidráulicas, medindo 6,80m. por 13m. Sua casa foi classificada como em regular estado de conservação e funcionalidade parcialmente adequada.

A.C. tem 32 anos, mora há cinco na Fazenda, com seus três dependentes. A casa de A.C. se encontrava em taipa, alpendrada, piso de chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, três divisórias, rede elétrica, sem instalações hidráulicas, medindo 3,00 m. (frente) e 8,30m. (fundos).

A.S, de 68 anos, mora há trinta na Assunção. Em sua casa, além dele, residem oito pessoas. A casa de A. S. era em taipa, alpendrada, com dois anexos de idênticas características, piso de cimento (22,36m²) e chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, seis divisórias, sem instalações elétricas e/ou hidráulicas, medindo (4,30m. por 13,50m.) + (5,00m. por 3,50m.) + (6,80m. por 2,10m.), respectivamente, em regular estado de conservação e funcionalidade parcialmente adequada.

B. tem 49 anos, trinta anos de moradia na Fazenda e seis dependentes. A casa de B. era em taipa, alpendrada, piso de cimento (50,22m²) + chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, cinco divisórias, sem instalações hidráulicas, medindo 8,10m. por 14,60m., em regular estado de conservação e funcionalidade parcialmente adequada.

F., de 76 anos, mora há 25 na Assunção, com apenas uma pessoa. Sua casa era em taipa, piso de chão batido, cobertura de telhas comuns amparadas por madeiramento roliço, duas divisórias, sem instalações elétricas e hidráulicas, medindo 4,60m. por 4,50m.

Vê-se, então, as condições de habitação dos moradores da Assunção. Eram, sem dúvida, precárias. Mas há nelas certa diferenciação social, devido a diversos fatores: número de dependentes, efetivo pecuário, profissão etc. Quem tem familiar trabalhando na cidade ou um razoável efetivo pecuário mora em uma casa mais confortável. Os vaqueiros que têm uma renda superior à dos lavradores também

desfrutaram de uma habitação mais adequada ao local. Porém, nas sessenta casas que havia na Assunção, apenas quinze possuíam rede elétrica, o que dificultava o aproveitamento comercial do caju. Nenhuma delas possuía instalação hidráulica e os banheiros se localizavam nos quintais.

As casas espalhadas pelos 3 mil e 330 hectares da Fazenda, divididas em três comunidades diferentes (Assunção, Açude Velho, Lagoa do Boi) no interior da mesma, faziam com que os moradores não se conhecessem, não tivessem relação de amizade: “eu pelo menos morava lá no final da terra, eu não conhecia o seu P. pelo nome, o seu P. lá da [Assunção], viu?”, como recorda D. Cada um, pois, não tinha tempo para fazer amizades com a vizinhança, estava preocupado com seu roçado e seus cajueiros, pagar as rendas cobradas pelo procurador. Mas diante de tal realidade eles dificilmente poderiam se organizar para modificar esse quadro anacrônico.

10.3 Os cajueiros e os roçados

A região de Antônio Conselheiro é cercada por grandes áreas de cajueiro nativo. A produção de castanha, carro-chefe da Fazenda Assunção, por meio da renda de 50% cobrada dos moradores, é a parte mais valorizada do cultivo do cajueiro. Eles exploram 19 hectares de cajueiro gigante. Dos cinco modelos de exploração do cajueiro (extrativista, plantio desorganizado nas propriedades, grandes plantações comerciais, plantios organizados e médias propriedades e reflorestamento), os moradores exploram a anacardiácea em plantios organizados em seus “quintais” (em pequenas propriedades). Desta forma, os tratos culturais são mínimos: uma limpeza (simples roçado) antes da frutificação para que apanha seja realizada em ambiente limpo e, também, uma poda para a retirada de galhos secos, mal formados e doentes. Esse tipo de exploração, que é semelhante à extrativista, representa “ainda razoável parcela no volume de produção de castanhas do Nordeste” (LIMA, 1988, p. 110)¹¹².

¹¹² No Nordeste, a cajucultura é responsável por grande geração de emprego tanto no campo como na indústria, levando-o à posição de segundo produtor mundial de castanha. No campo, reduz a sazonalidade da mão de obra porque sua colheita é realizada na entressafra das culturas tradicionais. Na indústria, tal cultura tem gerado mais de 16 mil empregos diretos e indiretos. Para os moradores, tal cultura permite a eles renda em dinheiro, como o algodão foi por muito tempo para os moradores do sertão. Os grandes plantios sistematizados de cajueiro, com fins comerciais, vêm do final da década de 50 e começo da década de 60. Começou, pois, com a iniciativa de Pedro Philomeno Ferreira Gomes

As roças têm, às vezes, a mesma área plantada dos cajueiros. O morador P., por exemplo, tem 2 hectares de roça (mandioca, milho, feijão e arroz) e 2 hectares de cajueiro. Pode haver, também, da área plantada dos cajueiros ser maior que a das roças: o morador F. tem 2 hectares de cajueiro e 1,5 hectares de mandioca, milho e feijão. Têm ainda os moradores que não possuem bosque de cajueiros em seus quintais, pagando a renda somente das roças.

O tamanho da roças assim depende do tamanho da família: quanto maior a família, maior a roça. Outro fator que interfere nas roças é a presença do efetivo pecuário, visto que, tendo bastante criação, os lavradores tendem a plantar mais milho. Os roçados variam entre meio hectare a três hectares e meio. A composição mais regular das roças é mandioca, milho e feijão. A maior (mais variada) é mandioca, milho, feijão e arroz. E a menor (menos variada) é a de milho e feijão.

Além da castanha de caju, eles vendiam milho e farinha. Não vendiam feijão, pois “a terra é fraca” para esta leguminosa. Na maioria das vezes, eles não colhiam feijão nem para o consumo. Nas palavras de R.: “Aqui é difícil eu dizer: este ano eu tirei feijão pro meu gasto tranquilo, é poucos anos que acontece isso”. Ao contrário do que acontece com o cultivo do feijão, a terra é boa para mandioca, arroz e milho. Isto, claro, “se você pegar um inverno apumado”.

Apesar de a terra produzir mais arroz que feijão, eles plantam mais feijão que arroz. Tudo indica que isto acontece por causa da “despesa do arroz que é grande” e porque “o arroz produzido não tem preço no mercado”. Conforme F:

no município de Pacajus, no Ceará. Em 1957, a campanha “Um milhão de cajueiros para o Ceará”, do governo do Ceará, através da lei nº 3.544, impulsionou esses plantios, por meio do fornecimento da castanha-semente e de prêmios em dinheiro por cada hectare plantado (ver Lima, 1989, e Leite, 1994). Porém, o grande impulso para cajucultura vem da aplicação dos incentivos fiscais do FINOR (art. 34/18) para projetos agrícolas. Só em 1971 e 1972, foram aprovados “763 projetos com uma área de 135. 391 hectares, concentrados principalmente no Ceará e em menor escala no Piauí e Rio Grande do Norte (LIMA, 1988, p. 111).

Atualmente, a agroindústria do caju no Ceará está em processo de decadência, devido à seca, à idade avançada das árvores e à falta de incentivo aos produtores. Para se ter uma ideia disso, a Fazenda Belém, do grupo Edson de Queiroz, e a COPAN, do grupo J. Macêdo, já não produzem castanha. Na Belém, arrancaram todas as árvores e não se sabe o que ela vai produzir. Na COPAN, estão vendendo a madeira dos cajueiros como lenha, que devido ao formato vendido se chama cavaco. E tudo indica que a exportação dessa amêndoa vai continuar caindo, as grandes fazendas vão substituí-la por uma produção mais rentável e o mercado interno será abastecido pelos pequenos produtores e pela atividade de importação.

Na Assunção, mesmo com a criação do assentamento, a produção de castanha continuará sendo uma de suas principais atividades econômicas, só que agora eles não precisam dividi-la com o patrão.

Não tem quem queira [o arroz], os cara só querem o arroz se for empacotado, parborizado, não sei o quê, não sei da onde, tá entendendo? Aí, é para comer mesmo, é melhor você nem tá questionando esse assunto, está pensando em vender...

Assim, na Assunção, os lavradores enfrentam as mesmas dificuldades estruturais da agricultura familiar, tais como: chegar até o mercado da cidade e conquistar espaço em meio aos produtos industriais. Como os moradores não têm como beneficiar o arroz, eles acabam plantando somente para o consumo. Mas, diferentemente do arroz, a farinha já tem uma melhor saída, sendo vendida da forma que ela sai das casas de farinha, mas somente quando há boa produção, pois senão ela ficará restrita à subsistência da família.

Para a cobrança da renda, o procurador da Fazenda passava de roça em roça “com a corda”. Ele media as roças, e depois vinha com a calculadora para dizer quanto ela dava em hectares e a renda a ser paga. Não importava se haveria inverno ou não, pois a renda seria cobrada. Se o roçado não vingasse, não tinha problema porque o “cabra era bom de negócio”. Conforme R.:

Ele [o procurador] não queria nem saber não, queria saber se plantou e no final do ano ele cobrava a renda; muitas vezes, levava um bacurin, levava galinha, levava saco de carvão, levava milho, leva tudo, ele queria saber se recebia, tá entendendo?

O procurador deste modo não saía no prejuízo, porquanto carregava o que os moradores tinham. Apesar disso, eles tinham, de acordo com o depoimento de R., liberdade para fazer o que queriam com sua produção: “Se quiser deixar só pro consumo, o cabra deixa. Se quiser vender um pouco, fazer qualquer atividade da vida, faz também. Essa parte aí é liberto”. Pagando a renda, portanto, você estava liberto.

Mas, nos últimos anos de seca, os roçados mal chegaram para a subsistência e os moradores “viveram em grande aperto”. Sob efeitos da seca, os roçados não produzem a grande quantidade de alimentos de outrora, cujo excedente era vendido. Como fala B.: “Pra vender não tá dando mais, é só pro consumo, pra cozinhar e também têm os animais da gente”. É neste sentido que B. diz que, se não fosse o Bolsa Família, “muita gente de lá não estava tirando o do café”:

Muita gente aqui, assim desses 4, 5 anos pra cá, tens uns camaradas aqui que ele agradece a Deus tá ganhando esse Bolsa Família, porque ele ajuda

bastante, porque você não tem outra alternativa, você tá entendendo? Você não tem outra alternativa não: grande parte das pessoas que tiram o Bolsa Família daqui, o café ele compra com o Bolsa Família. Espera que chegue o dia do Bolsa Família pra trazer um cafezinho pra ele e se acaba ali, tá entendendo?

Com cinco anos de seca, os lavradores têm necessitado cada vez mais dos programas de assistência social do governo, porque os meios de sobrevivência têm se esgotado. Enfraquecida, a terra já não lhes dá a diversidade de alimentos de antes. Já a economia do município, nas mãos dos Carneiro há cinquenta anos, está estagnada: não atrai investimentos para a geração de empregos na região. Portanto, o que resta aos lavradores são esses programas em meio à caatinga seca.

Além das consequências da seca, o conflito agrário que se arrasta por mais de uma década também atrapalha os roçados. O conflito teve início quando vaqueiros e moradores se dividiram em torno do processo de desapropriação. Quando foram proibidos de criar gado alheio no assentamento, os vaqueiros deixaram de apoiar a reforma agrária, passando para o lado do patrão, que lutou bravamente, com métodos violentos, legais e ilegais, para manter a propriedade da Assunção¹¹³.

Deste modo, na Assunção, cada categoria vivia da sua especialização: os vaqueiros criando o gado alheio e os moradores cultivando suas roças. Assim, antes do conflito agrário, as tensões, que marcam o relacionamento tradicional dessas categorias que disputam o mesmo território, eram reproduzidas com certa regularidade na Assunção. Isto é: os vaqueiros já tinham importunado os lavradores com o gado e os lavradores já tinham importunado os vaqueiros com suas roças. Como recorda R.:

Esses vaqueiros, eles perturbavam muito os donos das roças, esse pessoal aí. Muitos casos, às vezes o cabra não tinha nem acabado de tirar a sua produção da roça o cabra já tava lá: "tira, rapaz, que eu quero botar o gado dentro". Trazia o gado de fora, de viagem, do meio do mundo aí, trazia o gado. Às vezes tinha 100 gado, às vezes tinha mais de 100, dois local. E acabava que, aconteceu vez aqui de duas vez: tinha esse gado e a criação que eles traziam, traziam cabra, trazia os animais de fora e que chega o verão aqui e é seco mesmo, o tempo ruim e eles acabavam pegando a roça. Ele vinha

¹¹³ A divisão do trabalho entre vaqueiros e moradores na Assunção era ainda vigorosa. Diferentemente do que acontecia na Fazenda Santa Fé, onde tal divisão era praticamente inexistente: os moradores faziam o trabalho do vaqueiro, e os vaqueiros, o trabalho dos moradores, porque, com o assalariamento, eles se tornaram simétricos.

botando os bichos dentro que era pra poder aguentar os animais. O que era pra forragem, tinha que ficar pra eles.

Entre vaqueiros e lavradores, havia então interesses conflitantes, que foram construídos localmente em um passado distante. Estes interesses vão se refletir no conflito agrário que vai surgir na área. A terra foi então atingida pela seca e, também, por este conflito, em que duas forças se sobressaem: a primeira, os moradores e a CPT, e a segunda, vaqueiros e proprietário. Tudo isso prejudicou as roças e, por conseguinte, a subsistência dos moradores na Assunção.

Não recebendo nenhum tipo de salário, eles tiveram que contar com os roçados, os cajueiros, a feitura do carvão, a criação de gado alheio e outras atividades econômicas para se fixarem nas terras de Zé Carneiro. O programa Bolsa Família também tem contribuído para que ocorra este processo de fixação, complementando assim as míseras rendas que eles conseguem arrancar da terra.

10.4 Criação de gado “nas terras soltas”

Há, na Assunção, “terras soltas” para a criação de gado. Dez famílias aproveitam “as soltas” para criar seu gado e, principalmente, o gado alheio, de pessoas que não têm ligação com a terra. O uso comum das terras soltas é tradicional no Ceará. Ele se dava basicamente no interior do domínio privado, onde os fazendeiros reservavam determinadas áreas para deixá-las livres de cerca ou “soltas” para seus animais e as criações dos moradores pastarem livremente. Esta prática, pertencente ao passado colonial, vem resistindo aos anos e à “expansão das relações sociais de produção capitalista” (OLIVEIRA, 2006, p. 97).

As terras soltas são o oposto das mangas, “que são cercados de pastagem artificial para alimentação do gado no verão” (OLIVEIRA, 2006). Assim, as mangas são áreas de pastagem exclusivas do patrão. E as “soltas”, ou fundo de pasto, são de uso do patrão e dos trabalhadores rurais – moradores. As “soltas” estiveram, portanto, vinculadas a acordos entre fazendeiros e moradores. Porém, na Fazenda Assunção, como o patrão não criava gado, a terra era toda “solta”.

Os vaqueiros assim se aproveitavam para criar gado de aluguel. Lá tinha rês tanto das áreas vizinhas quanto de outros estados. Em comparação aos lavradores, os vaqueiros tinham melhor condição na propriedade, como demonstra a estrutura de suas casas. No contexto local, esta diferenciação social do trabalho gerou então condições econômicas e sociais diversas, possibilitando aos vaqueiros uma situação econômica mais vantajosa.

10.5 Zé Carneiro: *playboy* e coronel

Zé Carneiro e sua família possuíam mais de uma vintena de fazendas em Antonio Conselheiro, como afirmado. Mas o proprietário da Assunção não tinha vocação para os negócios agrários. Na verdade, fugiu deles na juventude, preferindo ir para o Rio de Janeiro fazer o curso de medicina a dirigir as propriedades do seu avô, grande latifundiário, que tinha 22 propriedades rurais no semiárido. Para administrar este patrimônio, que se concentrava nos municípios de Antonio Conselheiro e Santo Amaro, sua família criou uma imobiliária agrícola para assim extrair a renda da terra e os demais proveitos que daí poderiam advir.

Conforme depoimento de Zé Carneiro, seu avô tentou convencê-lo de todas as formas a ficar no Ceará – a não viajar para o Rio de Janeiro (capital federal na época), para que ele cuidasse dos seus bens. Do ponto de vista econômico, fixar-se em Antonio Conselheiro não era difícil, já que a herança do patriarca daria para ele viver com algum conforto em sua terra natal. Mas para alcançar o que ele desejava, foi necessário desobedecer seu avô. No Rio de Janeiro, cursou medicina, tornando-se bem-sucedido na sua profissão, e, também, tornou-se empresário, criando uma empresa de aluguel de televisores e ar condicionados para hotéis. Além disso, passou a desempenhar um papel de realce na vida política nacional, se elegendo deputado federal, com os votos de cabresto vindos do Ceará. Ele assim deixou de ser um produtor rural, mas não, um político do tipo dos antigos coronéis.

As propriedades rurais que os Carneiros possuíam, nesses dois municípios cearenses, credenciaram-nos a caciques políticos. Em Santo Amaro, Z.G., sobrinho de Zé Carneiro – primeiro político em exercício a ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal desde a Constituição de 1988, por desvio de verba federal destinada

à construção de um açude, doava terrenos ilegais como forma de aliciamento político. Além disso, ele e sua família vem impedindo a demarcação das terras dos índios Tapeba. Apesar de Zé Carneiro criticar o sobrinho pelo desmantelamento do patrimônio do avô, ele faz das suas propriedades currais eleitorais, cobrando renda e votos de seus moradores.

Sua família comandou o município de Antonio Conselheiro por mais de quatro décadas. Ela, do Partido Social Progressista (PSP), de Ademar de Barros, começou alijando do poder a hegemonia municipal da UDN, em 1966. De 1966 a 2016, os Carneiro não largaram mais o cetro municipal. Quando não era Zé Carneiro – eleito prefeito, de 1989 a 1992, e de 2009 a 2012 –, eram seus apaniguados: o irmão M. Carneiro, eleito duas vezes, depois o filho do irmão, M. Carneiro Filho, um médico da família, e a esposa C. Carneiro, que também, como ele e o irmão, é eleita duas vezes. Em 2012, após a divisão da família, o grupo político de Zé Carneiro perde a eleição para prefeito, para o sobrinho R. Carneiro. Em 2016, mais uma vez, seu grupo é derrotado, tendo R. Carneiro conseguido eleger sua sucessora, A. Carneiro, que vencera a esposa de Zé Carneiro – C. Carneiro. O controle do município continua então nas mãos da família, mas não sob o controle do grupo político de Zé Carneiro. No entanto, é preciso frisar que todo esse domínio, assim como os três mandatos do seu filho G. Carneiro para deputado estadual, devem-se aos seus currais eleitorais¹¹⁴.

Além disso, todos os Carneiro estão envolvidos em casos de corrupção e crimes de diversas ordens. Em 2009, Zé chegou a ser afastado do cargo de prefeito, por uso indevido dos meios de comunicação. Ademais, foi acusado de corrupção inúmeras vezes, inclusive por ter desviado a verba do Bolsa Família que vinha para as famílias carentes do município.

Como parlamentar, Zé Carneiro não se diferenciava do típico político brasileiro, de verniz urbano, que frequentava assiduamente as boates cariocas e as colunas sociais e que, nos bastidores das eleições, praticava os velhos hábitos dos coronéis do sertão, tais como: o encabrestamento e a compra de votos. Era, pois,

¹¹⁴ Encontrei o deputado G. Carneiro em seu gabinete, na Assembleia Estadual do Ceará, em março de 2015. Tudo corria bem até eu falar do conflito agrário na Fazenda Assunção. A partir daí o deputado se negou a dar qualquer informação, alegando que não sabia de nada a respeito do conflito. Para não me dispensar logo de uma vez, indicou um primo, T. Carneiro, que podia me ajudar, pois ele acompanhou de perto o desenrolar da desapropriação da Fazenda. Procurei T. Carneiro, mas ele se recusou a prestar informações dizendo que não tinha autorização para fazê-lo.

homem de duas faces: uma urbana, polida e civilizada, e outra rural, rude e autocrática. Um centauro que se mantém em seu (des)equilíbrio, herdeiro de uma elite agrária atrasada, que, em sua história, tem impedido os trabalhadores rurais de se libertarem da sua dependência econômica.

Classificado pelos seus bajuladores de “dândi tropical”, é difícil entrever nele um homem que cobrava renda dos moradores ou que ainda mantinha as relações de morada em suas propriedades. Demonstrava assim certo desleixo com os negócios agrários – negócios estes de somenos importância, especialmente no semiárido. As fazendas eram para ele currais de eleitores e também fontes de renda, mas, devido à sua imprudência, elas desempenhavam mais a primeira do que a segunda função. Nascido em 1922, ele herdou dos fazendeiros a ideologia de que não havia “rivalidades de classe no campo”, que os pequenos proprietários de terra viviam em piores condições que os trabalhadores rurais, que os trabalhadores rurais deviam ser forçados a trabalhar e que a mentalidade sertaneja era totalmente contrária ao desenvolvimento da economia agrária.

Por tudo isso, agradava-lhe mais os clubes, boates e hotéis do Rio de Janeiro. Quando desempenhava a função de deputado federal, só ia ao sertão no mês de junho para os festejos de Nossa Senhora do Livramento, como faziam os fazendeiros de outrora: que moravam nas vilas e iam às fazendas no inverno. Seja como cirurgião ou como deputado federal, ele queria estar ao lado de políticos, intelectuais e artistas. “Os matutos” eram somente para lhe servirem, como aquele que ele escolhera para lhe aparar a barba.

Convivia, pois, com os grandes homens da República: o presidente Jânio Quadros era seu amigo íntimo. Nas colunas sociais, a jornalista Sônia Pinheiro escrevia verdadeiros poemas em sua homenagem. Em sua residência, os pintores Antônio Bandeira e Mano Alencar, o escultor Sérvulo Esmeraldo e as obras de Chico da Silva, Pancetti, Aldemir Martins, Arlindo Mesquita, Heitor dos Prazeres etc. No seu quarto, atrizes de cinema. Realmente, ele não se assemelhava aos agricultores do Rio Grande do Sul, que amavam a terra e se vestiam com calças largas, grandes botas e chapéus. Todavia, são os “matutos” que vão lhe dar a oportunidade de se perpetuar no poder local. Após três mandatos consecutivos de deputado federal, suplente de senador e prefeito (duas vezes em cada cargo), ele vai se tornar cativo

da cadeira do executivo municipal. Ao dispor da força da sua clientela nas urnas, ele não vai querer mais sair da prefeitura. Da carreira de cirurgião, terá que abdicar para se dedicar às empresas e à atividade política.

Para os moradores da Assunção, Zé Carneiro encarna tudo aquilo que já disse: absentéismo, coronelismo, falta de compromisso com a coisa pública. Sobre ele, Z. diz: “Vi uma vez, no dia que ele me deu 5 real”. P. também chama a atenção para esta distância entre eles e o patrão: “Eu conheço o Zé assim por foto, assim de longe, mas pessoalmente pra nós conversar nunca, não”. Para J.A., apesar da distância, Zé era para ele bom, porque o patrão o ajudava nas suas vaquejadas que eram realizadas na Assunção:

Pra mim, ele era bom, pra mim. De ano e ano, ele me dava um patrocínio. Chegava lá, rapaz vou fazer festa em tal dia, tô aqui pra pedir patrocínio pra uma vaquejada, ele dava o dinheiro pra vaquejada, pra uma festa.

Para R., o mais politizado do grupo, que vai se tornar diretor da associação do assentados de Nova Assunção, ele era autoritário e corrupto:

Eu acho que tudo que ele ganhou aqui, ele levou pra banda de São Paulo, Rio de Janeiro, pra esses lado aí, e deixou a população aqui pedindo esmola, o meu ponto de vista foi esse. O cara nunca fez nada, nada pra ninguém aqui; um cara autoritário que tirou, sugou do povo tudo que tinha da região aqui. Poder municipal, do município, tudo que ele pôde fazer, que ele pôde puxar pra ele, ele puxou e levou pro Rio de Janeiro, criou a família dele do jeito que ele queria, e nós ficamos na peia, no nada, aqui nunca ninguém tinha nada. Eu nunca vi uma política desenvolvida aqui na nossa região, fazer um poço profundo, têm dois açude que foi feito, o pessoal diz que foi o Zé que fez, que pra mim não foi ele que fez, pra mim foi o Estado que fez os açude. Ele como pessoa pode prejudicar a nação, chegar massacrando.

O depoimento de R., sem dúvida, é de um indignado que se criou na morada de Zé Carneiro. Como ele diz: “fui criado na lamparina e, se nós não fizesse nada, nossos filhos também tinham ficado nesta mesma condição”.

B., neste sentido, recorda que Zé só ia à Assunção, de quatro em quatro anos, e que, na última ocasião que teve com ele, disse que nunca mais votaria nele:

Vinha pra cá só de 4 em 4 anos. Eu comecei a votar nele eu tinha 18 anos. Eu parei com 50 anos, dizendo na cara dele que eu não votava nele mais nunca, disse na cara dele. Eu dizia, doutor, como é que eu voto pra arrecadar, como eu voto em você desde a idade de 18 anos, doutor, aí, até hoje, eu vejo a grana descendo pro rabo de cavalo. Ele achou ruim, aí não tem mais como eu votar em você, não, aí ele cresceu uma raiva...

O voto de B. era só mais um exemplo de como votavam os moradores de Zé Carneiro. O voto deles então só ia para os Carneiro: era a condição para eles ficarem na terra. Do contrário, eles deviam sair da Assunção, ficando assim livres do cabresto. Mas inseridos em uma estrutura patrimonialista, eles sabiam que era melhor ter um patrão prefeito do que desligado do governo. Por isto, não deixavam de votar nele. Foi através dos seus votos que Zé Carneiro se manteve no poder municipal, oprimindo os moradores e desviando as verbas dos cofres públicos para uso pessoal.

D. lembra assim das andanças de Zé durante as eleições com o intuito de aliciar os moradores:

Quando ele saía na rua, ele saía com os bolsos tudo cheio. Em fileira, pra um; para outro, só mixaria. Mesmo sem pedir ele dava. É porque ele não fazia nada e tinha dinheiro pra aquela época. Naquela época não tinha as exigências que têm hoje, as leis é aí o que ele queria, ele chegava numa casa não pedia voto, não, ele dava o que queria dar. Ia lá e pedia um botijão de gás, tá aqui; outro pedia um milheiro de telha, tá aqui, um milheiro de tijolo, tudo isso ele dava.

Esse era o político Zé que, nas eleições, comprava o voto dos seus moradores. Mas ele era bastante discreto, não fazia ameaças para quem não votasse nele. Isto ficava a cargo de E. – seu procurador e cabo eleitoral, que impedia a broca para quem não votasse no patrão e no seu grupo.

Além disso, Zé fazia uma grande festa em Antônio Conselheiro, no seu aniversário (29 de maio), com distribuição de presentes para o povo lembrar que ele era um homem bom, um político que lembrava do povo. Nas palavras de D.:

Inventava aí um aniversário, até gado ele dava, viu? Do próprio dinheiro do povo. Aí quer dizer o povo se acostumaram com ele. Ele arrumava sorteio de televisão, geladeira, botijão de gás, bola de arame, bicicleta. Quando chegava o aniversário dele, em vez de os outros dar, ele dava. Fazia um aniversário e fazia festa pra todo mundo. Era bom demais, aquilo era dinheiro nosso, rapaz. Mas aí o povo se acostumaram com aquilo. E não cobrava nada, viu? Se ele fosse dar cinco mil prêmio, ele botava 200 ou até 400 prêmio de valor e os outro prêmio era par de chinela [...]

A política de Zé Carneiro derivava, portanto, de práticas antigas, típicas da República Velha. O senador Olavo Oliveira, que foi para ele uma espécie de professor das astúcias do jogo político, era por ele sempre lembrado, especialmente quando ele o parafraseava, ao dizer: “fazer política não é pra quem tem dinheiro, mas para quem tem coragem de gastar dinheiro. Não tenho dinheiro, mas não me nego a dar um

cheque a esse matuto, para que ele vote em mim!” Estas palavras ecoavam na mente de Zé como um mantra, fazendo ele seguir à risca os ensinamentos do mestre.

Por tudo isso, o município de Antonio Conselheiro é um dos mais pobres do Ceará. Em relação aos dados de 2006, a população rural era superior (53%) à urbana. Havia apenas 5 postos de saúde em todo o município. A taxa de mortalidade infantil (por cada mil nascidos vivos) era de 34,01. A taxa de médicos (por 100 habitantes) era 0,02. Nele não havia saneamento básico. E seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era 0,554, que, além de ser considerado baixíssimo, empurrava-o para a penúltima posição dentre os municípios cearenses.

Assim, o morador D., que mora há 50 anos na Fazenda Assunção, fala dos efeitos da perniciosa administração dos Carneiro para Antonio Conselheiro:

Ele, como era experiente, visa o povo todim, que não tem quem cobre, viu? Ele agradava o eleitor na época da política, campanha. Aí o povo não cobrava mais nada. Aí ele não fazia nada, não, e o povo tá satisfeito, viu? E aí, com certeza só embolsando o dinheiro que vinha, né? O Antonio Conselheiro do meu conhecimento, eles mandaram 45 anos, viu? O município nunca saiu de riba da pedra.

Diferentemente do que dizia o morador D., Zé Carneiro achava sua administração moderna e satisfatória, pois, conforme suas palavras, ele realizou importantes obras de infraestrutura para o município. Só não foi melhor, segundo ele, porque o Estado do Ceará tem sido uma madrasta para sua gestão, uma vez que o Secretário de Planejamento se tornou seu inimigo político. Mesmo assim, construiu o açude Lajeiro, que solucionou o problema de abastecimento de água na cidade e, também, um estádio de futebol.

Em 2013, Zé Carneiro faleceu, deixando para sua família toda herança e estilo de governar.

10.6 A desapropriação

Durante a pesquisa de campo ficou explícito que os moradores tinham consciência de que suas condições de vida na Fazenda Assunção eram precárias. Agora, modificar esta realidade não estava a seu alcance. Porque estava inscrito em

seu corpo e mente que lutar contra “a família da elite” significava ser derrotado, antes mesmo de a batalha ser iniciada. Melhor: eles não tinham como combater “a família da elite”, que concentra todas as instituições do poder local em suas mãos há cinco décadas. Em suas palavras, “era querer se complicar”, “sofrer perseguição”.

Porém, essa realidade começa a mudar em 2005. Neste ano, a comunidade da Assunção, com o apoio da CPT de Tianguá (Cáritas), passa a integrar o Programa Nacional P1MC (um milhão de cisternas), recebendo inicialmente 17 cisternas de placa com capacidade para 16 mil litros cada. Daí a CPT de Tianguá começa a visitar a fazenda com o interesse de instalar cisternas nas casas dos moradores. Ao ver a dura realidade em que viviam, a CPT passou a motivar o pessoal da Fazenda a querer desapropriá-la. Quem conta como foi esse encontro é o morador R., que relata as dificuldades para convencer o pessoal da Fazenda de que a luta pela desapropriação não seria em vão:

Nós sentamos, o primeiro dia, no início de 2005, pra receber o primeiro e o segundo minicurso de GRH [Gestão de Recurso Hídrico], que foi feito para aplicar o projeto de cisterna. No primeiro dia eu passei o dia sentado numa cadeira não tinha coragem de dizer nem um bom dia, porque não tinha coragem de falar no meio do povo, fiquei lá só ouvindo. Quando foi no segundo dia, o padre E. disse assim: Quem vai ali na casa do mel, na comunidade de Tapuio comigo? Quem vai? Foi como se tivesse riscado o fósforo e acendido a vela. Aí quando C. começou a puxar por mim, vai fazendo as perguntas, perguntou como é que era aqui e tal, foi perguntando, pergunta vai, pergunta vem, aquele negócio, aí eu comecei a dizer pra ele como é que era, olha isso aqui a gente paga renda, aqui é assim, o que nós têm aqui de riqueza é sabiá, é madeira na mata, mas só pertence ao capataz da Fazenda. Sei que aí ele fez umas 10 a 12 pergunta e eu me afiei, afiei e respondi todas, do jeito que eu entendi que dava, que eu podia responder. Aí nós tava conversando no carro e ele disse assim: Raimundo você não se calou um instante, você conversou direto, rapaz. Aí eu disse: Você ia perguntando, eu ia respondendo. Aí ele disse o seguinte: Homem, essas terras é mais de vocês do que dos Carneiro, você não sonha um dia ser donos dessas terra, não? Dono vocês já são. Vocês não querem legalizar a história dessas terras? Aí eu disse: Rapaz, sonho a gente tinha. E o padre E. deixou o número de telefone pra mim e disse o seguinte: se vocês resolverem, depois faz uma reuniãozinha, se o pessoal se resolverem aqui, você convoque e eu venho aqui falar pra eles como são os primeiros passos pra gente dar, pra pedir a desapropriação das terras. Aí eu disse: é rapaz, muito bem, pois eu vou ficar com o telefone aqui.

Aí quando eu saio lá, eu lembro demais de quem tava lá, papai, A., C. e Z., eu disse tudo pra eles. Aí C. disse assim: não, rapaz, isso não tem futuro. O Z. disse assim: o interessado é pelo projeto energia. Não tinha energia, era todo mundo na lamparina. Aí olha R., eu acho que pra mim interessava mais pela energia, mas pela desapropriação das terra não, o Z. dizendo; o C.: não eu acho que isso aí é sem futuro. Aí deu questão de uns talvez 40 dias, por aí, passou do mês uma coisinha, surgiu a história de que eu ia ligar pra lá. Seu C. bebo bateu lá em casa, papai tava até lá nesse dia, foi um dia de noite, chegou e disse: olha vim dar um conselho pro R., que o R. do que eu

tive conversando com meu irmão que é assentado da Ragrabuaba e não tem futuro nenhum, a pior coisa do mundo.

Aí eu disse: Não, seu C. vou ligar não. Mas, por ironia do destino, uns 4 dias depois o padre E. chegou lá em casa, que ia fazer um negócio lá no Assentamento da Lagoa Furada, e me chamou e disse Raimundo, já encontrei R. no caminho, aí eu disse pra ele que avisasse o pessoal da Ragrabuaba que duas horas nós vamos nos reunir ali, e você pegue e avise o resto. Aí foi... mas quando foi na hora de nós ir pra Fortaleza, marquei uma viagem pra Fortaleza, conversei com ele pra ele participar da reunião e nós ir em Fortaleza. Aí já ficou marcado que nós ia pra Fortaleza, quando nós chegamos em Fortaleza ... falar em público dentro da escola e eu e ele não tinha força de falar, ficamos meio assim encabulado, porque era muita gente e era a primeira vez na vida que ia falar em público, a gente fica meio encabulado. A gente tinha tanto medo do telefone. Ficava todo nervoso. Aí eu fui participei das reunião aí eu fui pra Fortaleza.

Chegando lá a primeira coisa que encontro é X., aí ele disse: vocês vão caçar sarna pra se coçar.

Aí eu disse assim: Nós viemos procurar tirar a sarna que ainda tamo se coçando...

Foi no curso de Gestão de Recursos Hídricos (GRH), no qual se ensinava a história da reforma agrária, que a CPT mostrou para os moradores que, em vez de sonho, a desapropriação da Fazenda Assunção podia se tornar realidade. De início, tal ideia foi empolgando os mais jovens, depois os mais velhos, mas a resistência a ela também logo se manifestou, como demonstra R. Desapropriar, portanto, não foi consenso, mas havia pessoas suficientes para realizarem a ideia dos padres e freiras da CPT. Assim, a CPT se encarregou de solicitar ao INCRA a vistoria do imóvel.

Depois disso, Zé Carneiro foi notificado pelo INCRA em 28 de agosto de 2006. E em 10 de outubro do mesmo ano, a equipe técnica do INCRA adentrou a Fazenda Assunção. Como era de se esperar, a recepção dos seus administradores não foi amistosa: sequer eles ajudaram a equipe no levantamento do perímetro da Fazenda. Ela só conseguiu realizar seu trabalho, porque os moradores que apoiavam a desapropriação foram ajudá-la. E para a felicidade destes moradores, a sentença do INCRA foi favorável à desapropriação do imóvel:

A realização do cálculo do Grau de Utilização da Terra (GUT = 21, 80%) e do Grau de Eficiência da Exploração (GEE = 75, 16%), efetivados com base nos dados levantados na vistoria preliminar do imóvel [Assunção] refletem que, o mesmo, não cumpre sua função social, estando enquadrado na condição de grande propriedade improdutiva, portanto, passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Ao ler a decisão do INCRA, pensa-se que a desapropriação desse imóvel foi realizada sem tensões e conflitos. Mas se engana quem pensar assim. Agora, é

importante dizer que tal desapropriação só ocorreu porque, em parte, os moradores da Assunção tiveram a ajuda moral, política e técnica da CPT e, em parte, contaram com o apoio ideológico do próprio INCRA-Ceará, que estava ansioso para desapropriar o latifúndio de Zé Carneiro.

10.7 A resistência de Zé Carneiro

O mandachuva de Antonio Conselheiro resistiu à desapropriação da sua Fazenda. Ele não via, como os proprietários falidos da Zona da Mata pernambucana (L'ATOILE e SIGAUD, 2006, p. 36), a desapropriação “como solução para seus problemas”. Primeiro, porque ele praticamente não tinha benfeitorias na terra para ser indenizado. E segundo, porque manter a terra era assegurar seus currais eleitorais. Além disso, perder sua propriedade era desmoralizá-lo. Quando descobrissem que a desapropriação foi realizada com o consentimento dos moradores, aí sua desmoralização seria geral. Como sua clientela (os moradores das suas 24 fazendas) entenderia que a família mais poderosa do município estava perdendo uma das suas propriedades para os próprios moradores? Isto poderia, sem dúvida, incitá-la a lutar pelas suas terras de trabalho. Por isto, Zé Carneiro tinha que mostrar sua força, reafirmar-se como mandão local.

Após o INCRA ter definido a terra como improdutivo, Carneiro e seus asseclas buscaram reverter tal situação, discordando da solicitação da vistoria realizada pelos moradores da Assunção e dos cálculos do INCRA, por meio de um laudo agrônomo. Este laudo, de responsabilidade de um engenheiro agrônomo, que foi contratado pela imobiliária agrícola dos Carneiro, foi apresentado como defesa do proprietário junto ao órgão federal.

No tocante à solicitação da vistoria, alegaram no laudo técnico que foram “os moradores mais recentes” que a fizeram. Os moradores que nasceram e se criaram na propriedade não participaram dela, o que, segundo a lógica do proprietário, diminuiria a importância de tal solicitação. Para tanto, fizeram uma declaração assinada por vários moradores dizendo que eles estavam há 60 anos nessa propriedade, “em perfeita harmonia com os proprietários”, e que estavam satisfeitos

com as condições de trabalho que era dada e que, portanto, não tinham interesse que a propriedade fosse desapropriada.

Para os moradores, quando a defesa de Zé Carneiro diz “os mais recentes”, ela queria dizer os mais novos. Porque realmente a aproximação com a CPT foi feita pelos moradores mais novos, ou da segunda geração. Mas ali não havia moradores recentes: todos estavam ali há bastante tempo. E, ao contrário do que a defesa afirmou, eles estavam ali descontentes com toda a situação de opressão em que viviam. Assim, conforme J.: “Inventaram essa história. Até porque aqui é todo mundo nativo. O que eles queriam dizer é que foram os filhos a incentivar isso na mente de todos”. Como se os filhos dos moradores, criados nesse sistema “à base de vela”, não tivessem direito de solicitar a vistoria do imóvel.

Além disso, a família Carneiro desacreditou os cálculos do órgão responsável pela reforma agrária. Começaram, então, dizendo que tal órgão majorava a área do imóvel em até cinco vezes. Em vez de 3 mil hectares, o imóvel só teria 611 hectares. Apresentando três matrículas diferentes, certificadas por um cartório da família, eles disseram que a área de 3 mil hectares abrangia na verdade três fazendas que pertenciam à imobiliária da família Carneiro: Assunção, Canafístula e Boi Gordo.

Ademais, em seu laudo técnico, eles discordaram da apuração do efetivo pecuário, sobretudo no que concerne ao tamanho das pastagens naturais, discordando assim da área efetivamente cultivada do imóvel. E, na conclusão do seu laudo, o engenheiro agrônomo, responsável pelo documento contestatório, perguntou: “Como uma propriedade pode ser improdutiva com 75 famílias vivendo e se desenvolvendo na agricultura familiar”?

O INCRA, por conseguinte, rebateu todas as contestações. Sobre a vistoria, disse que grande parte dos moradores que a pediram, tinham nascido e se criado na Assunção, e que a declaração assinada pelos moradores não era original, mas uma simples fotocópia (não autenticada), levantando a hipótese de que os moradores foram coagidos a assinar a declaração de que viviam em “perfeita harmonia com Zé Carneiro”.

Em relação à situação jurídica do imóvel, as três fazendas certificadas na área de 3 mil hectares são para o INCRA áreas contíguas e integrantes de uma

mesma gleba. Baseado no artigo 4º, da Lei 8. 629/93, de 25 de fevereiro de 1993, o órgão reconhece o imóvel rural como sendo “prédio rústico”, de área contínua, qualquer que seja sua localização e, portanto, essas três fazendas contíguas configuram como sendo um único imóvel rural.

No que toca ao efetivo pecuário, o INCRA identificou que o engenheiro agrônomo da imobiliária de Zé Carneiro se baseou na informação técnica da Embrapa (*Pastoreio combinado de bovinos, caprinos e ovinos em áreas de caatinga do Nordeste do Brasil*). Entretanto, para este item, o que vale é a Instrução Normativa nº 8, do INCRA, de fevereiro de 1993. E, no tocante à área efetivamente cultivada, o proprietário acrescentou 200 hectares de cajueiro gigante na soma desta área, o que, conforme o INCRA, não pode ser computado, porque se trata “de culturas ultrapassadas, antieconômicas, com ciclo vegetativo esgotado, sem espaçamento definido”. Portanto, esses bosques de cajueiro integram a própria vegetação nativa e não a área de cultivo.

Diante da contestação do INCRA, o proprietário buscou outra forma de assegurar seu latifúndio improdutivo. Fez isso, inscrevendo sua propriedade como área a ser desapropriada, por se tratar de terra de interesse de povos indígenas. Isto dificultou sobremaneira à ação do INCRA e dos moradores interessados no desapropriação do imóvel, como afirma a irmã M. da CPT:

Quando inicia o processo da desapropriação, o primeiro bloqueio que eles encontram: sai um papel dizendo que [a terra] era área de interesse de povos indígenas. Aí todo mundo tomou um susto. Mas quem pediu? Quem disse que era área de interesse de povos indígenas? Aí o processo para em primeira instância na questão indígena. Parou mais de um ano. Quando eu cheguei, em 2008, o processo tava bloqueado, sem ir pra frente, porque era a área de interesse indígena. A gente ia no escritório da FUNAI (Ceará), e o doutor P. nem sabia quem era a comunidade da Assunção. Quando a gente colocou cara a cara, o superintendente do INCRA e o doutor P. da Funai, em 2008, foi descoberto que todo o processo de interesse indígena vinha de Brasília. Porque a única que coisa que barra a reforma agrária no país nosso é se for a área de interesse da população tradicional. Os Carneiro criaram como área de interesse indígena. Aí foi muito tempo isso. Aí, no final de 2008, depois de colocarmos frente a frente INCRA e FUNAI, foi que veio um papel de Brasília negando a área de interesse indígena.

Quando viram que iam perder a terra, os Carneiro contra-atacaram. Zé Carneiro conseguiu inscrever a terra na FUNAI, como de área de interesse de povos indígenas. Era a única forma de interromper o processo de desapropriação: interromperam-no, por um período de um ano, provocando certa desilusão entre os

lavradores que pensavam que a terra rapidamente estaria em suas mãos. Mas com a pressão da CPT sobre o INCRA e a FUNAI, eles descobriram que isso não passava de mais uma manobra de Zé Carneiro para manter o domínio sobre as terras da Assunção.

Outra ação de Zé Carneiro nesse sentido foi criar um contrato de moradia. Ao dizer que este contrato daria a terra para todos eles, sem precisar da mediação do INCRA, ele conseguiu ludibriar uma parte dos moradores. Com este contrato, ele descaracterizava a moradia na Fazenda, e, deste modo, os moradores perderiam o direito sobre a terra. Seu procurador então buscou fazer com que todos os moradores o assinassem. No entanto, ele não obteve sucesso. R. conta assim como ele se defendeu desta ação:

Ele [o procurador] veio, aí ele disse: rapaz, me diga uma coisa, nós temos um contrato de moradia pro povo assinar e queria que você fosse assinar o seu ali. Aí eu disse: pois eu não vou assinar esse contrato agora não; mas eu não tô dizendo pra você que eu não assino o contrato, me escute bem, eu tô lhe dizendo que eu não vou assinar hoje. Aí ele disse: Mas por que rapaz? Você já tá aqui. Vamos ali no doutor A. e já nós assina, aí você fica livre desse negócio. Eu disse assim: Olha, você disse que aqui tem 85 moradores, não diz? Quando os 84 vierem aqui assinar, aí você me mande um dos seus capatazes lá em casa, olha inteiro 84, você é o 85 vá lá. Eu venho e assino, mas enquanto não fechar essa conta, você pode esquecer que eu não assino.

Portanto, foram várias as tentativas de Zé Carneiro para barrar o processo de desapropriação. Porém, a ação que mais surtiu efeito sobre a divisão do grupo de moradores ocorreu em sua chácara, na cidade de Antonio Conselheiro. Lá, ele assediou moralmente os moradores e cometeu crime eleitoral. Esta ação teve início quando ele levou os moradores para sua chácara através de caminhonetes fretadas e os trancou numa grande sala. Reunidos, Zé Carneiro pediu para que eles não se diluissem com o INCRA, porque as terras da Assunção já eram deles e, também, porque não tinha futuro. Além disso, deu cinco reais para cada um treinar o voto em uma cabine eletrônica lá instalada. Mas, neste treino, tinham que votar no seu filho G. Carneiro para deputado estadual.

Apesar de não impedir o desapropriação de sua fazenda, Zé Carneiro conseguiu dividir o grupo de moradores. Ao dizer que a terra já era deles e que morar em assentamento só ia trazer endividamento e confusão com os vizinhos, ele fez com que uma parte dos moradores se colocasse contra o INCRA, a CPT e os moradores

que estavam a favor do assentamento. Foi a partir daí que se iniciou um conflito entre os moradores que até os dias de hoje persiste, mesmo com a saída de quase todos os indivíduos contrários ao assentamento.

A “família da elite” é, finalmente, derrotada. Mas não sem antes realizar a cisão do grupo de moradores, dividir as famílias, destruir a escola para com o material de construção trocar por votos e extrair as madeiras de lei do Assentamento Nova Assunção¹¹⁵.

10.8 O conflito agrário

Das oitenta famílias de moradores do Assentamento Nova Assunção, trinta delas que não desejavam serem assentadas passaram a ocupá-lo indevidamente. São elas classificadas pelo INCRA como ocupantes. Sua principal forma de resistência é, pois, continuar na terra que foi desapropriada pelo Estado, dando continuidade a suas atividades econômicas. No geral, a resistência delas não difere muito da de Zé Carneiro, pois este dava apoio a elas, fazendo questão de mantê-las no Nova Assunção, atrapalhando os assentados e o trabalho do INCRA.

Entre os ocupantes, estavam as dez famílias de vaqueiros. Pois, conforme o Estatuto da Terra, eles ficariam proibidos de realizar atividades econômicas de terceiros, ou seja, de criar gado de aluguel no Assentamento. Deste modo, os

¹¹⁵ É R. que descreve a extração de madeira, quando surgiu a história da desapropriação. Mas ele atribui este crime ambiental e os lucros advindos dele somente ao procurador da Fazenda Assunção: “Ele visou o corte de madeira. Aí ele colocava duas motosserra cortando madeira direto, cortou as matas que tinha toda de motosserra tirando aquelas madeira de dentro fazendo aquela fileira de madeira, o caminhão entrava, botava de 6 carradas de tronco de pau pra fora do mato durante o dia. Vendia essa madeira toda pra fora, pra serraria. E aí, o que que ele fazia, além dele tirar a madeira pra vender, ele dava um de bomzím e dizia pro povo, “rapaz aproveita e broca a mata”. Aí vinha gente do fim do mundo brocar a mata, [...] carroçal na mata. Aí, fogo naquela mata, o fogo queimava tudo, quer dizer lá hoje onde tinha os paus lá, tinha as aroeiras e outros paus que era a coisa mais linda, que equilibrava o ecossistema aqui. O que acontece? Hoje você passa lá tá madeira de deserto, madeirinha fina, só pra tipo pra vara, cabo de vassoura, pauzim bem pequenininho. “Porque a negrada além de ter tirado a mata, os caras brocaram e ele vendeu a madeira... subiu o patamar dele bem ligeirinho: o cara montou uma empresa, com oito, dez funcionário. E o cara que começou vindo aqui pra pegar um saco de feijão pra cozinhar porque ele não tinha nada, foi bem ligeirinho o cara subiu. Estaca de sábia o cara vendia era dois cortes por ano, dois corte por ano, um verão e outro no inverno, dois cortes por ano. E aqui dentro da [Assunção], eu lhe digo e garanto, de cada costa ele tirava mais de 25, 30 milheira de madeira. De 25 a 30 milheira de madeira. Aí, se o cabra for pegar esses 25, 30 milha de madeira e for fazer a 3 real o pau, dar muito dinheiro, homem de Deus”.

vaqueiros foram totalmente contrários à instalação do projeto de reforma agrária na área, dividindo assim os moradores e provocando grande conflito entre eles.

As cinquenta famílias restantes, que eram a favor do Assentamento, tornaram-se assentadas, sem precisar passar pela experiência prévia do acampamento (sobre tal experiência, ver Martins, 2003, p. 42). Ao dividir o mesmo território, em posições agora distintas, o conflito entre essas famílias não demorou a acontecer. Os ocupantes preferiram continuar na terra, sem obedecer às regras do assentamento. O INCRA se esforçou para tirá-los de forma pacífica do local, ou assentá-los no mesmo, mas eles não quiseram saber da reforma agrária. Assim, instalou-se um longo conflito agrário na área, com ações violentas, especialmente da parte do ocupantes.

Nas reuniões com o INCRA, os ocupantes, orientados pelo procurador e pela família Carneiro, defendiam sua posição, dizendo que:

[...] não acreditam em assentamentos; que os que conhecem não deram certo; que não querem assumir dívidas bancárias, nem se submeter a regramentos da reforma agrária; que sempre viveram bem como posseiros; que ali realizaram suas benfeitorias e que não pretendem sair de suas casas até por que não têm para onde ir.

Eles desta forma não aceitavam serem assentados, mas também não queriam sair do Assentamento Nova Assunção. Era como se o Nova Assunção não existisse, pois eles continuavam extraindo madeira da mata, fazendo carvão, tirando castanha, criando animais e brocando a terra.

Qualquer tentativa de impedir os ocupantes de fazerem seus trabalhos diários, reacendia o conflito entre ocupantes e assentados. Como aconteceu em abril de 2011, quando o diretor da associação foi pedir aos ocupantes para deixarem de extrair madeira verde porque o INCRA proibia tal prática. Os ocupantes concordaram, entregando 800 estacas de sabiá para a associação. Porém, à noite, foram lá e atearam fogo na madeira.

Há, pois, inúmeros casos de tensão entre as partes conflitantes, pois o INCRA não conseguiu tirar os ocupantes do Assentamento. Disposto da proteção do poder local, eles não respeitavam o órgão. Até mesmo os que deixaram a terra,

retornavam a ela, na época da apanha da castanha, com o intuito de apanhar o fruto, como se os cajueiros lhes pertencessem.

Para os assentados, isto acontece porque os ocupantes têm o apoio do poder local. A irmã M. diz que eles continuavam ocupando o Nova Assunção, porque o fórum e a delegacia estavam nas mãos dos Carneiro, dificultando os trabalhos da CPT e do INCRA. Além disso, os assentados e a CPT suspeitavam de que um dos superintendentes do INCRA, que acompanhou esse projeto de reforma agrária, tivesse boas relações com o prefeito de Antonio Conselheiro, e, por isto, ele não executava as ações de reintegração de posse.

Mas o ápice do conflito ocorre no ano de 2012. F., sobrinho da ocupante R., foragido da Justiça, por ter cometido um homicídio em Fortaleza, alojou-se no Assentamento e começou a ameaçar os assentados, dizendo que tiraria o INCRA dali e que dividiria a terra em lotes de 20 hectares para cada ocupante. Em suas ameaças, disse ainda que, em sete meses, colocaria os assentados para fora da comunidade.

Assim, no mês de junho desse ano, F. pediu para que os assentados parassem com a construção de uma cerca. Os assentados então lhe perguntaram se ele tinha ordem judicial para tanto. Ele disse que não, mas que tinha autoridade para fazê-lo. Saiu sem conseguir parar o serviço, porém ameaçou o diretor da associação de morte. Em 25 de outubro desse mesmo ano, F., juntamente com mais 40 pessoas, ocupantes e moradores da cidade, armados de facas, foices, machados e facões, entraram no Assentamento, queimaram os mourões e cortaram os arames da cerca. E, no outro dia (26), ainda voltaram lá para continuar a destruição do que tinha sobrado da cerca.

Por meio de uma carta, a CPT de Tianguá relatou para o INCRA a invasão do assentamento, que foi executada por F.:

Ao Exmo. Sr. Superintendente do INCRA/Ceará
A Pastoral Social da Diocese de Tianguá, na pessoa de seus agentes [...], vem relatar e denunciar os gravíssimos fatos que estão acontecendo no Assentamento de [Nova Assunção], no município de [Antônio Conselheiro]. A saber:
No dia 25 de outubro do presente ano, uma turma de homens, vindos da cidade de [Antonio Conselheiro] em um caminhão e chefiados pelo Sr. F., entraram no assentamento de [Nova Assunção] armados de foices, facões e machados e começaram a cortar o arame da cerca do assentamento

recentemente colocada pelos moradores assentados, arrancaram as estacas de sabiá da cerca e queimaram tudo. No dia 26 de outubro, voltaram de novo, depois do meio dia, e continuaram a derrubada e a queimada. Ao todo, destruíram 8.000 metros de cerca e queimaram 6.000 estacas de sabiá. Ainda, ameaçaram de morte ao Sr. R. F., presidente da Associação do [Nova Assunção], e também fizeram ameaças a outros moradores assentados. O senhor F. proferiu palavras desafiando a comunidade e ao INCRA e afirmou que iria desfazer o assentamento.

No dia 26 de outubro, a equipe de Pastoral social da Diocese de Tianguá, se deslocou até [Antônio Conselheiro] para atender ao pedido de socorro da comunidade, e junto com representantes do assentamento, foram no Ministério Público, na Polícia Civil e na Polícia Militar para notificar o que estava acontecendo e pedir providências, mas o máximo que conseguiram foi abrir um BO e uma passada de rotina do Ronda pelo assentamento.

Encarecidamente solicitamos do INCRA e das autoridades competentes a tomada de providências urgentes e eficazes para reprimir tamanha agressão à comunidade e tamanho desprezo pelas leis e os Órgãos Oficiais do Estado, como o INCRA. Assim mesmo, solicitamos proteção adequada para o Sr. R. F. e demais lideranças, e para comunidade.

Pastoral Social da Diocese de Tianguá
Tianguá, 29 de outubro de 2012.

A CPT fez aqui o relato geral sobre essa invasão. R., que foi ameaçado de morte por F., fez seu relato, mostrando como foi difícil segurar os assentados diante da destruição da cerca:

Ele foi, chegou ali, e disse seguinte: nós estamos mandando, eu vim pra mandar parar o serviço. Eu disse: não tá só eu não, macho, aqui nós todo mundo aqui somos assentados, chamar os meninos aqui, C, chama os meninos, chama os meninos ali, chama os outros de casa, fui chamar os outros de casa, aí chamei, arroteamos e colocamos dentro da roda. Olhe, pra você parar, tem que trazer uma ordem judicial ali. Aí ele disse que a qualquer momento podia chegar um motoqueiro na minha casa trazendo um cara na garupa e ia me fuzilar, me cravar de bala, tá entendendo?

Aí disse que depois ia botar fogo nas estaca, queimar a cerca, não sei o quê, aí foi se embora, foi chamar os meninos ali, o Z., não sei quem, pra fazer isso, e foi se embora, aí depois quando eles resolveram cortar a cerca, tava muita cerca feita.

Começou a cortar tal hora, deixe que foi gente lá em casa, escorrendo lágrimas dos olhos, mas eu disse o seguinte: Seu C., nós somos pai de família, nós tem controle... pela nossa família e ainda vamos pro impasse desse aí. O que é que vai acontecer? Nós ou mata ou morre. O que acontece é que vai ficar nossos filhos órfãos e uma questão pro resto da nossa geração, no dia em que um filho da gente crescer, ele vai matar quem nos matou. Aí mata quem, acaba em mais conflito, macho. Mais confusão, Seu C., entenda isso, você é um cara, eu disse pro Seu C., um trabalhador, um homem honesto, um homem que soa pra mode criar sua família, você tem que pensar é nisso, você é um homem que vive liberto, todo dia você vai e vem pra qualquer parte, e se você for pra um negócio desse aí, de amanhã em diante você pode tá na cadeia.

Ou você pode morrer, você tá entendendo? E o que ele tá cortando lá é arame, a empresa tá todo dia fazendo arame e doida pra vender arame e sabiá na mata aí tem muita sabiazinho fino que daqui a pouco tá pau grosso, nós corta de dois, e faz ela de novo e pronto, deixe cortar até o final, vai... nada não homem de Deus, deixe pra lá. Ele ficou se pisando, se pisando mesmo. Ficou doente, mas nós não fomos tá entendendo? Nós não fomos de jeito nenhum. Se nós tivesse ido, tinha tido confronto, não tinha morrido

só dois não, tinha morrido mais gente. Foi terrível, se você for olhar, pra aguentar tudo isso. Pra controlar o negócio, é sério, né? O prejuízo tá lá. O INCRA nem sequer fala nisso aí. Toca no assunto, eles baixa a cabeça. Diz que não tem verba pra isso aí e acabou.

Após esse ataque, F. desapareceu do Assentamento e ainda hoje permanece foragido. Depois disso, muitos ocupantes saíram da área, ao perceberem que o Assentamento estava estabelecido e que não tinha como reverter tal situação. A morte de Zé Carneiro também ajudou, de certo modo, a arrefecer a tensão instalada no Nova Assunção.

10.9 A reforma agrária e o sistema de moradores

Como estabelece o Estatuto da Terra, os moradores têm direito de preferência no processo de distribuição de terras do imóvel rural desapropriado. Assim, a reforma agrária deve ser, além de um importante instrumento nas mãos dos moradores, o principal elemento de dissolução do sistema de morada. Mas não do tipo de uma reforma agrária solidária, e sim de uma reforma por função social. Dar a terra para quem é da terra seria uma reparação justa aos pobres trabalhadores rurais. Para tanto, é necessário que o Estado atualize os índices de produção, estabelecidos pelo Estatuto da Terra e ainda hoje vigentes. Em outras palavras, é preciso tomar o Estado da mãos da classe fazendeira, pois ela tem sido um entrave a essa reforma que se faz necessária ao progresso do país.

Mas a classe fazendeira continua demonstrando seu predomínio sobre a terra: tanto que ela consegue tirar a reforma agrária da agenda política sem realizá-la. Varreram-na do Congresso Nacional, como se fosse um problema extemporâneo, embora se configure como um dos problemas centrais do país. Neste sentido, parece que o trem da história passou da estação da reforma agrária.

Isto aconteceu porque, na conjuntura favorável da instauração da Nova República (a Constituição Cidadã), os partidos e grupos democráticos para governarem tiveram que fazer aliança com as oligarquias agrárias – inimigas da reforma social no campo. Martins (1986, p. 17) acusa, assim, especialmente as oligarquias agrárias do Nordeste por este impedimento. O fato é que todas as oligarquias – sejam elas do Nordeste, Sul, Sudeste etc., organizam-se para impedir

qualquer avanço social no campo, vencendo assim a batalha contra os trabalhadores rurais.

Agora, se realmente o Estado se empenhasse em fazer a revisão da estrutura agrária, o sistema de moradores e as relações de dependência sofreriam, de uma forma geral, um duro golpe. O Estado, assim, seria o principal agente da transformação social do campo brasileiro. Transformação esta de maior impacto nas relações sociais que as rupturas geradas pelas trocas capitalistas. Pois, no semiárido, estas rupturas foram atenuadas com a manutenção da morada, não se criando um proletariado rural, mas um morador assalariado ou, nem isso, como demonstra o caso da Fazenda Assunção. Esta situação foi positiva tanto para os fazendeiros que continuam a explorar o trabalhador como no antigo sistema, como para aqueles que mantêm o sistema misto. Instrumentalizado pela classe fazendeira, o Estado foi, em vez de agente de transformação, agente de conservação da estrutura social, ou melhor, do atraso da região, ao manter a exploração tradicional dos lavradores.

Todavia, se o Estado, organizado sob uma forma democrática de governo, fizesse a reforma agrária, não daria brechas para a sobrevivência da morada, uma vez que daria terra para quem realmente trabalha na terra. O problema é que os índices de produção, que são fundamentais para o grau de utilização da terra, não foram atualizados¹¹⁶. Assim, tal reforma tem caminhado lentamente. No Ceará, há somente 413 assentamentos federais, onde estão assentadas 20. 729 famílias (IBGE, 2015). Estes números para a realidade agrária do Ceará representam uma reforma bastante tímida e controlada.

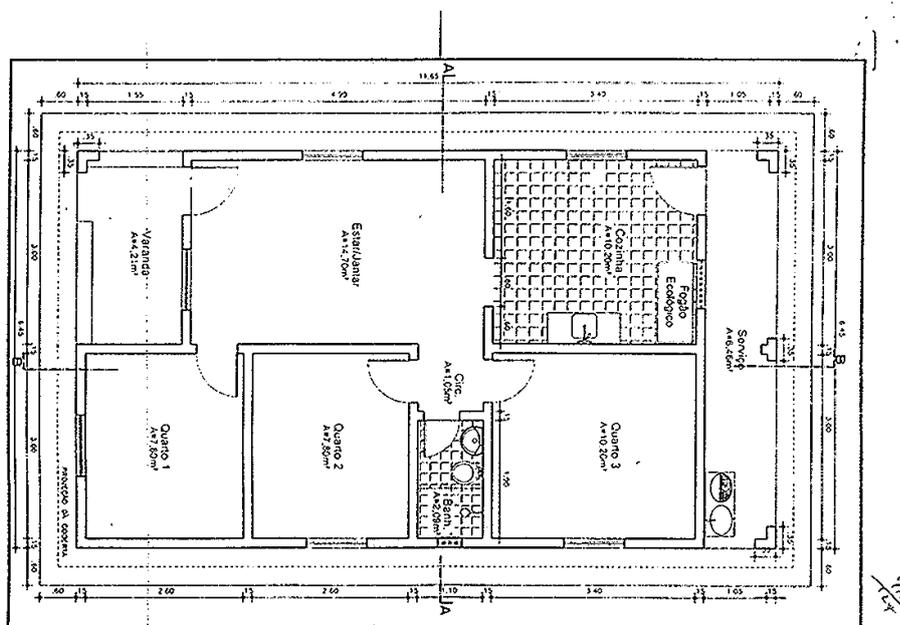
10.9.1 O Assentamento Nova Assunção

Foram construídas pelos próprios lavradores quarenta casas no Assentamento Nova Assunção. Sua construção deriva do único fomento até então liberado pelo governo. As casas, todas padronizadas, medem 72 m² (6m. x 12m). Com

¹¹⁶ Martins (2004), de certo modo, responsabiliza os mediadores da reforma agrária (MST, CPT) pelo fracasso de tal reforma, ao afirmar que a luta ideológica dos mediadores excedeu a luta dos assentados.

varanda, três quartos, cozinha e sala de estar, elas mudaram a paisagem da Assunção, mostrando assim certo desenvolvimento.

Figura 2: Planta da Casa dos Assentados do Nova Assunção



Mas, mesmo assim, ainda se vê as antigas casas do tempo da morada. Agora, elas ganharam nova utilidade, pois têm servido como dispensa para os lavradores. Alguns deles dizem que elas servem também de lembrança dos bons e maus momentos vividos na propriedade de Zé Carneiro. Isto é, trazem à sua memória a lembrança de como eles viviam.

Além das casas, eles também construíram a sede do Assentamento e a igreja. A sede é uma casa ampla com um grande salão para abrigar as reuniões. Agora, eles não vão precisar se reunir na casa de farinha do senhor P. – espaço onde eles realizaram as reuniões que foram decisivas para a organização da comunidade em torno da reforma agrária.

Após a construção da sede, os assentados edificaram, do lado dela, a igreja. Segundo a CPT, o dinheiro para a construção do pequeno templo veio da doação de um cristão da cidade de Tianguá (Ceará). Como o padre da região tem visitado o Assentamento somente uma vez por mês, ele tem sido pouco utilizado.

Essas construções, aliás, serviram de grande ensinamento para os lavradores. Porque através delas houve uma mudança decisiva no seu comportamento: em vez de trabalhar apenas individualmente, eles agora trabalham para o coletivo. Conforme R.:

Aqui o pessoal sempre foi trabalhador individual, coletivo tá aplicado hoje porque, porque hoje virou associação, né? Hoje, têm os trabalho comunitário, a gente hoje tem a parte coletiva da associação, mas anterior a gente não se falava em comunitário não, só todo mundo era no seu individual, cada qual por si, cada um cuidava da sua própria vida.

O Assentamento, assim, trouxe uma nova consciência para os trabalhadores: a consciência do coletivo. Em dois dias do mês, eles se reúnem para trabalhar para a associação. Quando há um trabalho extra, como o da extração da cera de carnaúba, faz-se necessário que eles reservem mais dias para o trabalho coletivo. Essa mudança não se deu apenas no trabalho, mas também nas relações sociais, estreitando os laços sociais entre eles. Como fala o senhor D.:

O assentamento, hoje aqui, ele não tá bem concretizado não, porque ainda falta umas casas, mas pela comunidade que se reuniu hoje é uma grande vantagem 40 e poucas pessoas que já tem casa, né? E aí hoje ficou tudo, é bonito, viu? é bonito, quer dizer, isso já é uma coisa que antigamente não tinha, eu pelo menos morava lá no final da terra eu não conhecia o seu P. pelo nome, o seu P., viu? Era assim. Hoje não, hoje nos almoça um na casa do outro, viu? Como já aconteceu.

As transformações provocadas pela reforma agrária foram positivas para os habitantes da comunidade Assunção. Eles preferem, como os moradores da Santa Fé, esquecer o passado de submissão e opressão, e, assim, colocam o presente como tempo da liberdade, como fica explícito nas palavras de R.:

Hoje nos tamo livre, hoje nós tem voz ativa, hoje nós tem movimento, tem luta, hoje nós tem o quê? Nós tem conquista, o que já nós conquistamos com nosso trabalho, hoje nós somos libertos. Naquela época nós era um povo que além de nós não ter nenhuma casa mais ou menos digna, nós temos casa hoje e eu posso dizer que nós tem umas casinha digna pra gente morar: umas casinhas boa e naquela época nós não tinha. Era clareando nossos filhos até ficar velho com uma lamparina. Morra-se, morra-se aí que eu não quero saber de vocês, eu só quero saber da eleição, se vocês votem em mim, é o que eles viam na gente, homem de Deus. E hoje não, hoje nós tem acesso a governo, nós temos grupo unido, hoje nos tem harmonia um com outro, as comunidade aqui se reúne todo uma vez por mês, nós tamo unido aqui, exatamente pra discutir nossas necessidade, falar da noção união, projetar algum serviço comunitário, então hoje nós tamo um povo graças a Deus em termo de comunidade, nós tamo um povo feliz e unido. Digamos que tem algumas pessoas que não, não concorda 100% com essa minha fala, mas se você for olhar pro lado positivo, se você olhar pros 80% das pessoas que

participam vai concordar com essa minha linha de raciocínio, dizer que tá muito melhor e que além de estar melhor, ainda cercou a paz entre a gente, cercou a harmonia, pega na mão do outro, dar bom dia saudável, a gente se reúne todo sábado, todo começo de mês, e reza uma oração pedindo fortalecimento a Deus pra que a gente possa estar abençoado e não só nós, e sim aqueles também que mais precisa e principalmente aqueles que prejudicaram nós, que tentaram tirar a nossa paz pra que hoje em dia tornasse essa batalha sangrenta e nós graças a Deus, Deus esteve ali presente, Ele disse não, isso pra mim é motivo de muita alegria e satisfação. Se dissesse assim, R., você precisa dar as mesmo viagens começando de hoje de novo, você faz o mesmo? Eu faria do mesmo jeito com todo o gosto, aí que eu ia com mais amor ainda.

Estas são as palavras do diretor da associação, que se tornou durante o processo de luta um grande líder. Tanto os assentados quanto a CPT confiam nele. A confiança da comunidade nele se expressa nestas palavras de D.:

Aqui, o cabeça aqui, este aqui, o R., o que ele falar, eu acredito que todo mundo vai concordar, muitas coisas, viu? Porque quem participa de reunião lá fora, né? tem participado de muitas reunião, e ele sabe conversar lá com os homem, coisa que nenhum aqui tem a inteligência que ele tem, viu? O pouco saber que ele tem, mas sabe conversar, né? E aí nós acredita primeiramente em Deus e nele, viu?

Com esta harmonia entre os assentados e R., o Assentamento Nova Assunção tem se desenvolvido. Embora não tenham recebido o restante dos fomentos que têm direito como assentados, eles agora residem em casas mais confortáveis: casas estas que eles fizeram com a supervisão do INCRA. Eles assim não se arrependem de ter lutado em prol da reforma agrária, porque estão livres da renda, da morada, dos Carneiro, do curral, do procurador, dos vaqueiros e das casas de taipa.

11 CONCLUSÃO

Busquei nesse estudo demonstrar a persistência do sistema de moradores no semiárido. Persegui assim suas diferentes formas em um período de longa duração para mostrar como ele vem sobrevivendo na estrutura social da região. Para tanto, realizei um estudo interdisciplinar, movimentando as diferentes metodologias da história, sociologia e antropologia, buscando então a unidade das ciências do homem.

A continuidade do sistema de moradores no semiárido não é consenso. Aliás, a maioria dos seus críticos concordam que tal sistema foi liquidado ou desmantelado pela expansão capitalista. O problema é que os índices que deviam acompanhar o processo de modernização das relações de produção não estão a favor das deduções teóricas dos seus críticos. Surge daí uma contradição: anunciam o fim da morada, porém não conseguem prová-lo, pois os dados da estrutura social da região impedem de fazê-lo.

Nem mesmo nos seus últimos escritos Celso Furtado afirmou o esgotamento do sistema de moradores. Entretanto, ele assinalou que tal sistema era instável e vulnerável. Discordo do economista no quesito da instabilidade das relações tradicionais de trabalho. Em minha concepção, o sistema de moradores se estabeleceu na caatinga. Conservou-se neste ambiente, apesar de sua indiscutível vulnerabilidade.

Assim, ao criticarem o sistema de moradores, afirmando que ele foi dissolvido pelos efeitos da modernização no campo, deixam escapar a dinâmica dos processos históricos da região. O que há de fato é um movimento de entrada e saída dos trabalhadores nas fazendas: povoamento, esvaziamento e repovoamento das unidades de produção. Este movimento então depende das circunstâncias econômicas da região, não se traduzindo em instabilidade, como aparentemente pode parecer, mas sim em vulnerabilidade. Sendo que, ao longo da história, ele vem pendendo para a estabilidade de tal sistema.

Os críticos esquecem que tal sistema continua como o meio mais eficaz de imobilizar a mão de obra na região e que as condições que lhe serviram como bases de sustentação persistem atuando com grande força social. A concentração de terra

(herança sesmarial), a grande propriedade, baixos índices de mecanização, altas taxas de participação da agricultura no emprego – tudo isto tem dado novo fôlego para a continuidade do sistema tradicional de trabalho.

Além disso, a influência das secas na conservação das relações de dependência tem se configurado como um dos principais elementos de formação e manutenção da morada. Isto se deve a duas razões: a primeira surge da falta de estímulo da classe fazendeira em modernizar suas propriedades e as relações de produção no ambiente semiárido. E a segunda tem relação direta com a intervenção estatal no combate à seca.

Assim, as constantes secas na região desanimam os investidores a apostarem em seu potencial agropecuário. As dificuldades em reter água e produzir forragem para o gado fazem com que os proprietários de terra não invistam capital nas fazendas. Em consequência, eles se aproveitam de uma estrutura secular de arregimentação de mão de obra. Como exemplo disso, tem-se o “Deputado” que considera sua fazenda um *hobby* tratado empresarialmente.

A intervenção estatal também favoreceu o estabelecimento das relações de morada, por meio da política de fixação do homem do campo. Aliás, incentivou os proprietários de terra a manter tais relações, organizando, via Inspetoria de Secas, programas como “Açudes em cooperação” (frentes de serviço) e as frentes de trabalho (frentes de emergência) instaladas nos períodos de seca, e, ainda, por intermédio do GESCAP no Estado do Ceará.

O objetivo dessa política é fixar a mão de obra das fazendas, impedir que eles migrem para outros estados e regiões. O Estado assim deu possibilidades reais para os fazendeiros construírem benfeitorias em suas propriedades, pagando a diária dos moradores durante as longas estiagens. O morador para o fazendeiro se transformou então em investimento. Sendo assim, não havia motivos para modernizar as relações de trabalho, ou de expulsá-los dos latifúndios.

Não se pode esquecer, todavia, que, em determinadas conjunturas, a intervenção estatal se comportou de maneira contrária, ou seja, incentivou o êxodo das populações moradoras das fazendas. Tais conjunturas ocorreram quando grandes ciclos econômicos coincidiram com a falta de trabalhadores, como, por

exemplo, com o surto cafeeiro e o *boom* da borracha no contexto da abolição da escravidão. Daí o governo federal, instrumentalizado pelos cafeicultores, e os governos dos estados ocidentais do Norte, enviaram agenciadores de mão de obra e navios a vapor com o objetivo de levar os lavradores do sertão para trabalhar no desenvolvimento dos ciclos econômicos do café e da borracha.

Assim, modificaram a política das secas, que desde 1877 vinha priorizando a ação construtora nos estados atingidos pela seca, criando forte tensão entre os estados dominantes da política nacional e os estados dominados. Pude demonstrar isto na luta travada entre as oligarquias agrárias na seca de 1900. O Norte semiárido se indispôs com a presidência Campos Sales, porque ela só incentivava a emigração dos retirantes, como fizeram os cafeicultores em 1888. Após essa batalha travada no Congresso Nacional e nas ruas, o combate à seca por meio da construção de obras públicas foi retomado para alívio da classe dos engenheiros e dos latifundiários pecuaristas.

Além do contexto da abolição da escravidão, na Segunda Guerra Mundial, o Estado, buscando garantir a produção da borracha, transportou os retirantes para o vale amazonense, em vez de fixá-los no torrão natal. A continuidade dessas ações oficiais teria então destruído o sistema de moradores e despovoado o semiárido. Foi somente com grande articulação política das elites econômicas do Norte que elas foram interrompidas.

É, por tudo isso, que o complexo fenômeno da seca tanto pode manter quanto pode dissolver a morada. Isto, é claro, se ele for visto pelo ângulo da intervenção do Estado (ângulo este privilegiado neste estudo). Pois, por qualquer outra perspectiva, a seca é tida como um dos principais agentes de dissolução do trabalho nas fazendas.

A liberdade dos trabalhadores livres do Ceará derivada do fenômeno da seca também foi decisiva para a cristalização da morada. Como a única mão de obra que os proprietários de terra podiam contar era do morador, ele assumiu na formação social do semiárido papel decisivo. Seu trabalho não concorreu diretamente com o trabalho escravo, como na Zona da Mata, e, assim, ele pôde conquistar o *status* de livre. Os fazendeiros não podiam prendê-lo, como faziam os senhores de engenho de Pernambuco, porque, com a seca, não podiam mantê-lo. Isto quer dizer que, diante

das particularidades da região, ele conquistou ao longo do tempo sua liberdade e esta liberdade fez dele um trabalhador livre. É neste sentido que essa pequena margem de liberdade proporcionou o arejamento do sistema de moradores, propiciando-lhe longa vida.

O diletantismo e o oligarquismo da classe fazendeira também contribuíram para a manutenção de tal sistema. Sendo o fazendeiro um diletante em relação aos negócios agrários, ele não terá condições de modernizar as relações de trabalho. Ao contrário disso, ele vai se aproveitar da estrutura paternalista existente, sobretudo se ele desejar gozar do *status* de coronel. Foi isto que aconteceu com o “Deputado” e com Zé Carneiro.

Ao comprar a Santa Fé, o “Deputado” (“agente de mudança”) mantém a morada e os moradores do antigo proprietário, mesmo afirmando que os tornou assalariados. Por que, então, ele não expulsou os moradores da Santa Fé? Além de todas as questões estruturais, há na biografia do “Deputado” certa atração pelo *status* de coronel, que ficou evidente nas influências (a violência do pai e a simpatia dos irmãos pelo fascismo) que recebeu no ambiente familiar. Zé Carneiro, também, não só manteve os moradores (herdados do avô), cobrando-lhes a renda da terra, como conservou suas propriedades rurais como curral eleitoral da família, para manter sua oligarquia no poder. Nelas nunca produziu nada – a não ser a dominação tradicional com base em relações de dependência geradas pela morada.

Mesmo com a expansão capitalista no campo, percebe-se que o oligarquismo histórico da classe fazendeira continua presente. Seu motor tanto no passado quanto no presente é o mesmo: o voto dos sertanejos. Realidade esta que contrasta com o que se define como fim do coronelismo, representado pelo “esvaziamento das fazendas”. Os currais eleitorais dos Carneiro e o apoio do grupo do “Deputado” a oligarquia dos Ferreira Gomes – a mais poderosa oligarquia do cenário político atual – demonstram que a estrutura coronelística continua se movimentando com desenvoltura no Ceará, no semiárido e no Brasil. Dos currais de Antonio Conselheiro, Zé Carneiro, além de comandar o município por quarenta anos, elegeu-se três vezes como deputado federal, conseguindo ainda eleger, por três vezes, seu filho como deputado estadual. Já o “Deputado” – colega de bancada de Zé Carneiro entre 1967 e 1969, logo percebeu a força que os latifúndios repletos de

moradores tinham nas eleições, tanto que adquiriu nesta época três fazendas no Ceará. Com o interesse em se manter na política, eles iriam expulsar os moradores dos seus estabelecimentos rurais?

Tal sistema, ademais, garante rendosos lucros para os proprietários de terra. Principalmente porque eles fixavam o valor da diária e não gastavam com o transporte dos trabalhadores, sendo para eles, então, mais vantajoso que o trabalho assalariado. No entanto, dizem o contrário, sobretudo quando analisam as casas de fazendas, ao equipará-las às casas dos moradores. Demonstrei que confundem a precariedade da residência dos moradores com a rusticidade das casas dos fazendeiros, ressaltando um falso equilíbrio entre ambas construções. A precariedade da casa dos moradores alimentou o sistema de morada, em virtude da sua flexibilidade e do custo zero para o fazendeiro. Assim, as casas podiam ser deslocadas ou até mesmo multiplicadas com facilidade no interior das fazendas, abrigando de forma desumana os trabalhadores, mas cumprindo com as demandas da unidade de produção.

Aliás, o estado das habitações rurais pode ser um excelente indicador das condições sociais do sertão, mas não pode ser utilizado de forma isolada. De forma isolada, ele poderia indicar que os lavradores da Santa Fé, embora as casas de alvenaria não sejam de sua propriedade, vivem em melhores condições do que os lavradores da Assunção que moravam em casas de taipa. Mas dificilmente ele explicaria a suntuosidade da casa sede da Santa Fé, resultante do sucesso das indústrias do “Deputado” espalhadas pelo país, e a ausência da casa de fazenda na Assunção. Sendo assim, o estudo das habitações rurais precisa ser alicerçado pela metodologia das ciências sociais para desvendar os efeitos da história estrutural na cultura material da região.

De fato, os moradores assalariados da Santa Fé vivem em melhores condições do que o pessoal da Assunção. O salário é fator decisivo nas condições de vida dos moradores: ou melhor, o salário conjugado com as concessões extramonetárias (sistema misto) deram aos moradores da fazenda do “Deputado” a oportunidade de comprar casas, carros e motocicletas e de mobiliar as casas onde moram. Ao contrário disso, na Assunção, onde os agregados eram obrigados a pagar renda e não recebiam nenhum tipo de salário, eles moravam em casas de taipa, a

mobília era mínima (só para a necessidade) e nenhum deles, nem mesmo os vaqueiros, possuíam automóveis.

Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo no semiárido não foi capaz de dissolver o campesinato. Criou-se então na região um capitalismo peculiar, de baixa intensidade. Capitalismo este que se mantém sobre os rudimentos do paternalismo, do sistema de moradores etc. Os moradores da Santa Fé, como os moradores da Assunção, não foram expropriados da terra, e seu modo de vida não se assemelha ao dos operários da cidade. Os lavradores, embora percebam salários, continuam fazendo suas lavouras de subsistência e tendo acesso a outras concessões extramonetárias. Isto quando eles recebem salários, porquanto muitos ainda subsistem, como se estivessem no começo do século XX, sem nenhum tipo de salário e sendo obrigado a pagar renda e votar nos candidatos do patrão. Portanto, nessa região, as trocas capitalistas atingiram muito suavemente a dominação tradicional e a dependência econômica. Aliás, pode-se dizer que os fatores que influenciam tal realidade social não se reduzem somente a problemas de baixa capitalização, mas a questões geográficas, psicológicas e culturais. E também que os agentes da reforma agrária – Igreja, sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais etc., pouco conseguiram de saldo positivo na luta contra essa estrutura.

São, pois, cinco séculos de efetivação do sistema de moradores. Esta instituição de certo modo se cristalizou nas relações sociais do sertão, influenciando a consciência dos lavradores, dos fazendeiros e da população. Sendo base da estrutura social da região, ela não poderia ser desmantelada somente pelas injunções do assalariamento e dos direitos trabalhistas. Mesmo se, hipoteticamente, ela fosse destruída por tais fatores, restaria dela a cosmovisão tradicional – “a família de elite não perde pra ninguém”, “o patrão é bom”, “a terra é do patrão”, “esse negócio de assentamento não tem futuro”, “no assentamento o ambiente não é bom, porque tem a maioria que quer atrapalhar” etc. Em outras palavras, a ideologia da classe fazendeira, que defende que a relação entre patrão e moradores se estabelece de forma harmônica, continua se reproduzindo com grande força na estrutura de sentimentos da população rural.

Um indício da permanência dessa cosmovisão tradicional está na organização do trabalho na Santa Fé. Apesar do salário e do regime celetista, as relações de trabalho na Fazenda são regidas pelos princípios do patrimonialismo. Sofrem, pois, a ingerência das relações pessoais e do vinco doméstico, o que as diferencia das relações impessoais engendradas pelo capitalismo. Existem nesse sentido três distinções na dinâmica local da Fazenda que abrigam os moradores das injunções da exploração capitalista: o pertencimento à grande família, a proximidade com o patrão e o pertencimento à terra.

Mesmo após o assalariamento e os direitos trabalhistas, a continuidade de tais distinções demonstram que, enquanto houver sistema de moradores, a expansão capitalista e os direitos sociais não terão força suficiente para apagar ou dominar as relações paternalistas. As relações capitalistas de trabalho assim ficarão em segundo plano, mais na formalidade do que na vida diária local. Os trabalhadores rurais tanto sabem disso que, embora a administração da Fazenda queira chamá-los de funcionários, eles se acham moradores, porque são tratados como moradores. Como eles dizem, ao fazerem a comparação entre funcionários e moradores: “enquanto os funcionários recebem o extra, a gente não recebe”.

Outro arcaísmo está na forma de resistência desses moradores, que demonstra total incompatibilidade com as lutas operárias por reajustes salariais. Resistência esta que se traduz na solidariedade parental. As famílias no interior das fazendas funcionam como verdadeiros escudos contra o despotismo dos fazendeiros e gerentes. Na Santa Fé, então, o gerente tem que se comportar de acordo com as distinções que são geradas por esse tipo de solidariedade. A partir daí pude criticar, mediante uma leitura a contrapelo, interpretações tradicionais que, apesar de considerarem essa solidariedade como forma de resistência, restringem-na à família senhorial e a percebem como estática e sem contradições. Desta forma, esse tipo de solidariedade não deve ser analisado como atributo apenas de uma classe ou grupo. Ela é, além disso, orgânica, não no sentido dado por Durkheim (1999), mas porque reúne organicamente as famílias em práticas solidárias.

É importante frisar que há contradições na solidariedade parental: no caso da Fazenda Assunção, a grande família de moradores se dividiu em torno da desapropriação da propriedade de Zé Carneiro. Em vez de solidariedade, houve

conflito entre eles: “até hoje irmão é intrigado com irmão, sobrinho com tio”... Todavia, não se pode esquecer que essa divisão do grupo foi causada por dois “fósseis sociológicos”: a dominação tradicional, consubstanciada na influência de Zé Carneiro sobre os moradores, e a divisão social do trabalho entre moradores e vaqueiros, elemento tradicional de tensão entre estas duas categorias que dividem o mesmo território. No processo de desapropriação, a tensão entre elas foi decisiva para a cisão do grupo e, por conseguinte, para o desencadeamento do conflito agrário, pois, a partir da criação do assentamento, os vaqueiros seriam proibidos de continuar com sua atividade de criar gado alheio “nas terras soltas” da Assunção.

Porém, podem argumentar que os mesmos moradores chamados de tradicionalistas “se apossaram” da fazenda da “família de elite”. Mas não se pode esquecer que só fizeram isso com a ajuda da CPT. Sem este apoio eles não teriam se livrado do “tempo da lamparina”. Eles, pois, não diferem do sujeito da reforma agrária descrito por José de Souza Martins (2003, p. 18-19). Isto é, de identidade própria, complexa, pouco política, familística e vicinal. Assim, a desapropriação pode ser encarada com a união de parte deles com “grupos ou pessoas influentes” – “o encosto”, lembrado por Tomaz Pompeu de Souza Brasil (1926). Mas deve-se atualizar “o encosto”, incluindo nele as entidades comprometidas com o homem do campo. No caso da Assunção, “o encosto” foram os agentes da reforma agrária, que, independentemente dos seus objetivos, têm reproduzido a dependência pessoal e o clientelismo da dominação oligárquica (MARTINS, 2004, p.38).

Em geral, o futuro do semiárido e dos moradores é incerto. Mas, em termos econômicos, arrisco-me a fazer uma sóbria análise. Minha análise é bastante pessimista com o desenvolvimento econômico da região. Não há, por exemplo, nenhuma indicação de uma expansão significativa do trabalho assalariado, nem mesmo com a realização da transposição do rio São Francisco. Sua indústria continuará mínima, restrita aos municípios mais dinâmicos, que não conseguem gerar empregos suficientes nem para a demanda da sua população (ver Abramovay, 2009). Portanto, sua capacidade de atrair investidores se reduz a zero em virtude de cinco anos de seca. Apesar disso, não existe, por parte do Estado, nenhum programa de desenvolvimento regional, buscando corrigir o reforço secular de uma estrutura anacrônica e desumana. O sistema de moradores então tende a se manter diante dessa crise, tal como no passado.

Mesmo assim, os moradores identificam uma melhora significativa em suas condições de vida. Por isto, elegem o presente como “um tempinho dado”. Fazem tal eleição, ao compararem o presente com o passado. Os moradores da Santa Fé definem como marco que divide estes dois tempos sociais o salário e os direitos trabalhistas. Já o marco dos moradores da Assunção está na desapropriação da fazenda de Zé Carneiro – ato este que baliza as mudanças positivas que circunscrevem o tempo presente. Entre os moradores da Santa Fé e os da Assunção, não há desse modo utopia retrospectiva. Há o reconhecimento da importância da presença das instituições estatais em suas vidas. Apesar de estar distante da forma ideal, a ingerência do Estado na vida dos lavradores se traduziu em desenvolvimento social. Todavia, é preciso estar atento a estas melhores condições de vida, especialmente porque o passado de opressão paternalista ainda espreita seus quintais.

Queria enfim contar outra história. História esta, sem dúvida, com menos arcaísmos. Não seria romance, mas uma realidade sem opressão paternalista e exploração capitalista. Se o fizesse, deixaria de ser historiador e sociólogo, e me tornaria ficcionista. Mas o que importa é que, nessa história, queria escrever sobre uma revolução imaginária, na qual “os vencidos” dessa disputa material se tornassem “vencedores”. Inverteria então a pirâmide social. Os moradores se tornariam patrões. Os patrões, moradores. Os moradores, candidatos. Os patrões, eleitores. Os latifúndios, minifúndios. Os minifúndios, latifúndios. As casas-grandes, casas de vaqueiro. Os vaqueiros, moradores. Os moradores, vaqueiros. Os gerentes, moradores. Os currais eleitorais, terras livres. As terras livres, currais eleitorais. Nessa história, as vacas marcariam os trabalhadores com ferro e brasa, além de tirar leite deles. Os bodes soltariam os homens para o pasto. As matas expulsariam os homens da floresta. O sertão se transformaria em mar... Não seria a realização do sonho do oprimido em se tornar opressor. Seria o primeiro capítulo da minha utopia!

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Periódicos

Jornais

Unitário – Fortaleza, 1909, 1910, 1911.

O Povo – Fortaleza, 2010, 2016.

Diário do Nordeste – Fortaleza, 2013

Revista

Revista Veja, 2 de março, 1977.

Mensagens e Relatório do Governo do Estado

a. Mensagens

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, 1868

Joaquim da Cunha Freire, 1869.

Tenente Coronel José Freire Bizerril Fontenelle, 1893, 1895.

Dr. Antonio Pinto Nogueira Acióli, 1897, 1898, 1899, 1900, 1905.

Dr. Pedro Augusto Borges, 1901.

Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo, 1913.

Coronel Benjamim Liberato Barroso, 1915.

b. Relatórios

Relatório do Dr. José Pompeu Pinto Acióli, secretário dos Negócios do Interior, 1897.

Relatório do Dr. Thomaz Pompeu Pinto Acióli, secretário dos Negócios do Interior, 1897.

Relatório do Dr. José Pompeu Pinto Acióli, secretário dos Negócios do Interior, 1906.

Relatório do Dr. Henrique D'Ávila, presidente do Estado do Ceará, 1889.

Documentos, relatórios, boletins e processos

a. Documentos

APEC. Ofícios do Ministério dos Negócios do Império para o Governo do Estado do Ceará, 1888-1889.

APEC. Telegramas do Ministério do Império para o Governo do Estado do Ceará, 1888.

APEC. Telegramas da Comissão de Socorros Públicos para o Governo da Província do Ceará.

APEC. Relação de Emigrantes Norte-Sul, 1889.

APEC. Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1888.

BRASIL. Colleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

BRASIL. Boletim do Ministério da Agricultura, ano 30, número 2, fevereiro de 1941.

BRASIL. Boletim do Ministério da Agricultura, ano 31, número 2, fevereiro de 1942.

BRASIL. Boletim do Ministério da Agricultura, ano 33, número 5, maio de 1944.

BRASIL. A seca nordestina de 79-80: Visão geral. Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais. Recife, 1983.

BRASIL. Novas delimitações do semiárido. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Pesquisa nacional por amostras de domicílios. IBGE, 2015.

BRASIL. Censo Agropecuário (1995-1996). Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

BRASIL. Censo Agropecuário (2006): Brasil, Grandes Regiões e Unidades de Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

DNOCS. Conservação e exploração do açude particular: para uso dos proprietários de açudes construídos pelo DNOCS em regime de cooperação. Fortaleza-Ceará, 1961.

FUNCEME. Redimensionamento da região semi-árida brasileira. Estado do Ceará: 2003.

b. Relatórios

BDNOCS. Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1913. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, IOCS, 1913.

BDNOCS. Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BDNOCS. Relatório das Obras Novas Contra as Secas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

c. Processos

DNOCS 2ª D.R. Processos do açude público Acarape do Meio.

DNOCS 2ª D.R. Processos do açude público Tucunduba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

_____. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. 8ª edição, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

ALMEIDA, José Américo de. **Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. O ciclo revolucionário do Ministério da Viação. 2 edição. Mossoró, RN: Coleção Mossoroense, Fundação Guimarães Duque; João Pessoa, Fundação João Américo, 1982. In: MOLLE, François. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG/PRN/HME, 1994.

ALVES, Joaquim. **História das Sêcas (séculos XVII a XIX)**. Ed. fac. símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

_____. Notas para uma introdução à histórica. In: FILHO, Antonio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 2. ed. Fortaleza, CE: Editora Fortaleza, 1945.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Área do sistema canavieiro**. Recife – PSUSRE, 1988.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Da terra de ninguém à terra dos homens**: experiências, lutas e representações dos posseiros. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Desenvolvimento Agrícola, 1990.

_____. **Sertão**: um lugar-incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. 1998. 279f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAR-El, Raphael (org). Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará. Fortaleza: Edições Iplance, 2002.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 2 ed. [Tradução Nilo Odalia]. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

_____. **Parceria na cultura do algodão**: Sertões de Quixeramobim. Brasília, 1977, mimeo (Tese de M.S.).

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol (natureza e costumes do Norte)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamus**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

BERRÊDO, Vinicius. **Obras contra as secas**. In: Conferências: visões do semiárido por dirigentes do DNOCS. Fortaleza: DNOCS/BNB – ETENE, 2010.

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. 2 ed. [Tradução de Liz Silva]. Edições 70: Lisboa, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Miguel Serras Pereira. Editorial Presença: Lisboa, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 3ª edição. [Tradução de J. Guinsburg e de Tereza Cristina Silveira da Mota]. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

BRAGA NETO, Edgar. Emigração cearense (1888-1915): sentidos, controle e configuração social. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher e comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRANDÃO, E.S. Feixe de artigos, 1919. In: MOLLE, François. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG/PRN/HME, 1994.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **O Ceará no centenário da Independência**. Vol. 2, Ceará-Fortaleza: Typographia Minerva, 1926.

_____. **Ensaio Estatístico do Ceará**. – ed.fac.sim – Fortaleza: Wandelmar Alcântara, 1997.

BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e fatos)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 2 ed. [Tradução Nilo Odalia]. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª edição. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Eduardo. A ação do DNOCS (na dimensão do passado). In: **O DNOCS e o novo nordeste: uma perspectiva histórica**, 1909-1984. Fortaleza, DNOCS, 1985.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2010.

_____. The Brazilian Family. New York, Dryden Press, 1951. In: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964

_____. Fernando Henrique e IANNI, Octávio (orgs). **Homem e sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 13 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (org). **O Ceará na década de 1980**: atores políticos e processos sociais. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza, CE: Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 1990.

_____. Justiça social e acumulação capitalista – O PROTERRA. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará PROEDI, 1982.

CASCUDO, Luís Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**: Documentário da vida rural. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1956.

CASTRO, Armando. **Portugal na Europa do seu tempo**: história sócio-económica medieval comparada. Seara Nova: Lisboa, 1977.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 6ª ed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2006.

CEPA. **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife (Outubro de 1878)**. Edição fac-similar comemorativa do primeiro centenário (1878-1978). Pernambuco: CEPA, 1978.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosa e o Sertão do Inhamus**: a história de uma Família e uma comunidade no Nordeste do Brasil – 1700-1930. [Tradução de Alexandre F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro]. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 5ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

_____. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 9 edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

COSTA, Esdras Borges Costa. **Cerrado e Retiro**: cidade e fazenda no Alto São Francisco. Rio de Janeiro: Comissão do Vale do São Francisco, 1960.

CRANDALL, Roderic. **Geographia, geologia, suprimento de água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil**: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba. IFOCS: Rio de Janeiro, 1923.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2 ed. ver. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DIAS, Arthur. Ceará. (Do livro O Brasil Actual 1904). **Revista do Instituto do Ceará**, t. XXVII, ano XXVII, 1913.

DNOCS. **Frentes de serviço**: estudo socio-econômico da população atingida pela seca de 1970. Ministério do Interior, 1971.

DOMINGOS NETO, Manuel. O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

DOMINGUES, Octávio. **Pecuária cearense e seu melhoramento**. Rio de Janeiro: ALBA, 1941.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. [Tradução de Eduardo Brandão]. 2ª edição: Martins Fontes, 1999.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

_____. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). [Tradução de João Maia]. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Cassacos**. In: Tipos e aspectos do Brasil: IBGE, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975.

FERREIRA, Assuéro. **A aventura da sobrevivência**: migrações cearenses na década de 1990. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25 edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

_____. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: FUNDARPE, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2009.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

_____. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. 2ª edição: Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

FONTENELLE, L. F. **Rotina e fome em uma região cearense**: estudo antropológico. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1969.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **Documentação oral e temática da seca**: estudos. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Libres et assujettis**: marché du travail et modes de domination au Nordeste. Paris: Ed. de la maison des sciences de l'homme, 1989.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande. In: **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha: Stylus Comunicações, 1989.

GOULD, Stephen J. **A falsa medida do homem**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passo. **Quatro séculos de latifúndio**. 4 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GURVITCH, Georges. **Dialectique et sociologie**. Paris, France: Flammarion, 1962.

HERCULANO, A. História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III. 4 ed. Lisboa, Portugal: Bertrand, [19-]

HOBBSAWM, Eric. Camponeses e a política. In: **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião, e Jazz. Rio de Janeiro: Paz e Editores, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Origens da agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JOCA, Tereza Helena de Paula. **Terra, poder e Estado**. In: Quadro Recente da Agricultura e trajetória dos movimentos sociais no Estado do Ceará: 1965-1985. Fortaleza, 1991.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da Urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC; Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

JULIÃO, Francisco. **Cambão (Le Joug)**: la face cachée du Brésil. Paris: François Maspero, 1968.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. [Tradução de Otto Walter Maas]. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município representativo no Brasil. 7 edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEFEBVRE, Henri. Du rural à l'urbain. Editions Anthropos, Paris, 1970. In: Martins, José de Souza Martins. **Introdução crítica à sociologia rural**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEITE, Pedro Sisnando. **Ação frente à pobreza rural do Nordeste**. 2 ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2013.

LEITE, Lucas Antonio de Souza. **A agroindústria do caju no Brasil**: políticas públicas e transformações econômicas. Fortaleza: EMBRAPA – CNPAT, 1994.

LIMA, Pedro Airton Queiroz. **À sombra das ingazeiras**: o café na Serra de Baturité (1850-1900). Dissertação apresentada ao Mestrado Interinstitucional em História Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Ceará). Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Rusinete Dantas de. **O trabalho rural no Brasil**. São Paulo: LTR, 1992.

LIMA, Vicente de Paula Maia Santos (org). **Cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1988.

LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. O Problema das secas. IN: **Conferências**: visões do semiárido por dirigentes do DNOCS. Fortaleza: DNOCS/BNB – ETENE, 2010.

_____. O Problema das Sêcas. **Boletim do DNOCS**, vol. 20, 1959.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Crise do Brasil arcaico**. Difel: São Paulo, 1967.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Parceria e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LOEFGREN, Alberto. **Notas botânicas (Ceará)**. 2 edição. Rio de Janeiro, IOCS, 1923.

LUETZELBURG, Phillip Von. **Estudo botânico do Nordeste**. Vol. 2. IFOCS: Rio de Janeiro, 1923.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialéctica marxista. Publicações Escorpião: Porto, 1974.

MACEDO, José Norberto. **Fazendas de gado no vale do São Francisco**. Documentário da vida rural, nº 3, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952.

MAGALHÃES, Antonio Rocha (org.). **Repostas governamentais às secas: a experiência de 1987 no Nordeste**. Imprensa Oficial do Ceará, Fortaleza, 1991.

MARTINS, José de Souza (org.). **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Travessia**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. Editora Hucitec: São Paulo, 1989.

_____. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 1988.

_____. **Introdução crítica à sociologia rural**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. 2 edição. São Paulo: HUCITEC, 1976.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2006.

MELLO, Antonio da Silva. **Nordeste brasileiro**: estudos e impressões de viagem. Livraria José Olympio Editôra: Rio de Janeiro, 1953.

MELLO, Mário Lacerda de (coord.). **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE, 1988.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

MOLLE, François. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG/PRN/HME, 1994.

MOTA, Desirée. **Evolução do emprego rural no Estado do Ceará**. Fortaleza: IJUREH, 1994.

MOTT, Luis R. M. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Denise A. Soares de. **Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: Unicamp, 1998.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NICHOLLS, William H. **Mudanças na estrutura e produtividade na agricultura brasileira, 1969/73: noventa e nove fazendas revisitadas**. Rio de Janeiro, IPEAS/INPES, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**. 6ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Camponeses tecendo saberes no sertão. SILVA, José Borzacchiello da; Dantas, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; Meireles, Antônio Jeovah de Andrade (orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais no plantation tradicional. IN: WELCH, Clifford Andrew (org). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora da Unesp. Brasília, DF: Nead, 2009.

PALHANO, J. Relatório da IFOCS. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1927. In: MOLLE, François. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG/PRN/HME, 1994.

PAIVA, Manoel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço**. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1997.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PARSONS, Talcott. **The social system**. New York: The Free Press, 1965.

PAULINO, Francisco Souto. **Nordeste, poder e subdesenvolvimento sustentado: discurso e prática**. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. **Agregado**. IN: Tipos e aspectos do Brasil. IBGE, 1966.

PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**. 3 tomos. [Tradução de Maria Aparecida Kerberg e Ruy Jungmann]. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), Ministério do Interior, 1972.

PINHEIRO, Francisco Dantas. **Açudagem particular em cooperação no Ceará**. Fortaleza: DNOCS, 2004.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Fome de braços” – Questão nacional: notas sobre o trabalho livre no Nordeste no Século XIX. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 16/17, nº ½, pp.105-142, 1985/1986.

_____. Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: origem do trabalho livre no Ceará colonial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20-21, nº 1/2, 1989/1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 30 edição. Ed: brasilense, São Paulo, 1984.

_____. **A questão agrária no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 90. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**: ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 67ª edição. Editora Record: Rio de Janeiro, 1997.

REGO, José Lins do. Menino de engenho. 107 edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2016.

REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no Nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 18, n.2, outubro 2010, p. 393-433.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará**: isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2001.

SABOURIN, Eric. Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista. **Estudos Sociedade e Cultura**, ano 19, volume 1, abril 2011, p. 5-29.

SAMPAIO FILHO, Dorian. **A industrialização do Ceará**: empresários e entidades. Fortaleza SENAI/DR-CE, Coordenaria de Divulgação e Documentação, 1987.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. Yale University Press, 1990.

SEPLAG. **As migrações para Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1967.

SIGAUD, Ligia. A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. **Anuário Antropológico**, 78, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979.

_____. A percepção do salário entre os trabalhadores rurais. IN: SINGER, Paulo (org). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SIGAUD, Ligia; L'ESTOILE, Benoît de. **Ocupações de terra e transformações sociais**: uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, Marlene Maria da. **Sertão Norte**: área do sistema gado-algodão. Recife: SUDENE, Coord. Planejamento Regional, 1982.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2 edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Editora do Autor, 2007.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**: (1500/1820). 7 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, DF: INL, 1977.

SINGER, Paulo (org). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **A indústria pastoril no Ceará**. Typo-Lithographia Gadelha, Fortaleza-Ceará, 1917.

_____. **O Problema das Sêcas no Ceará**. 2. ed. Editores Gadelha S. Filho, 1920.

_____. O homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano LI, p. 321-88, 1937.

_____. **História das Secas (Século XX)**. Fortaleza: Ed. Batista Fontenelle, 1953.

_____. **Sesmarias cearenses**: distribuição geografia. Fortaleza: SUDEC, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVII. 3. ed., 1986.

SOUZA, José Bonifácio de. **Quixadá & Serra do Estevão**. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 1997.

STEIN, Stanley. Vassouras, a Brazilian Coffee County. Cambridge: s.n., 1957. In: The Brazilian Family. New York, Dryden Press, 1951. In: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

STUDART, Guilherme. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

_____. Notas para a história do Ceará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. **O Paroara**. 2. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

_____. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

_____. **História da Secca do Ceará (1877 a 1880)**. Fortaleza: Typographia do Libertador, 1883.

_____. **A fome**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. [Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello Paulo Fontes]. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. As formas de Agricultura no Nordeste e suas relações com o modelo econômico do pacto colonial. *Revista de Ciências Sociais. Questões Agrárias*. Vol. 10, nº 1/2, pp. 159-196, 1979.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**: história, organização, psicologia. 1 volume. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1952.

_____. **Evolução do povo brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

_____. **O povo brasileiro e sua evolução. Recenseamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Estatística, 1922.

WACQUANT, Loïc J. D. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. [Tradução Angela Ramalho]. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4 ed. [Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.